



Agenda21local

Município de
Pinhel

Relatório



Setembro 2007



1

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



INTRODUÇÃO

ipi

Iniciativa, Inovação e Inteligência Local



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

2

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

ipi

Instituto para a Política e Inovação em Agricultura, Pesca e Florestas



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

3

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



VIVER EM PINHEL

ipi

Instituto de Políticas e Inovações Locais



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

4

Agenda **21** Local
Município de Pinhel



VISÃO E OBJECTIVOS OPERACIONAIS

ipi

Iniciativa, Inovação e Inteligência Local



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

5

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

ipi

Iniciativa, Projeto e Inovação em Ação



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

6

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



INFORMADORES PRIVILEGIADOS

ipi

Instituto para a Inovação e a Iniciativa, Lda.



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

7

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



A EMPRESA E A EQUIPA



8

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



BASE DE DADOS

ipi

Instituto de Planeamento e Inovação Local, Lda.



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Agenda21local

Município de
Pinhel



Setembro 2007



Agenda21local

Município de
Pinhel



Setembro 2007





Agenda21local

Município de
Pinhel

Planos de Acção



Setembro 2007



ipi

Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.



TECNOFORMA

Agenda **21** Local
Município de Pinhel



INTRODUÇÃO

ipi

Iniciativa, Projeto e Inovação, Lda.


TECNOFORMA


PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



PLANOS DE ACÇÃO

ipi

Instituto para a Promoção e Inovação da Região Centro



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Agenda21local

Município de
Pinhel

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável



Setembro 2007



ipi

Inovação, Projectos e Iniciativas, Lda.



TECNOFORMA

1

Agenda 21 Local
Município de Pinhel



INTRODUÇÃO

ipi

Iniciativa, Projeto e Iniziativaes, Lda.


TECNOFORMA


PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

2

Agenda **21** Local
Município de Pinhel



INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ipi

Iniciativa, Projeto e Inovação, Lda.



TECNOFORMA



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO

→ Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento Metodológico	9
2.1. A Agenda 21 Local	9
2.2. Metodologia de Desenvolvimento	12
2.2.1. Retrato Ambiental, Económico, Social e do Conhecimento e Inovação	15
2.2.2. Diagnóstico Ambiental, Económico, Social e do Conhecimento e Inovação	15
2.2.3. Priorização de Necessidades de Intervenção	16
2.2.4. Visão e Objectivos Operacionais	16
2.2.5. Planos de Acção	16
2.2.6. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	17
2.2.7. Fórum de Desenvolvimento Sustentável	17
3. Viver em Pinhel	18
3.1. O Município	18
3.2. Ambiente	26
3.2.1. Caracterização Física do Município	26
3.2.1.1. Clima	26
3.2.1.2. Orografia	29
3.2.1.3. Geologia e Geomorfologia	29
3.2.1.4. Solos	30
3.2.1.5. Hidrografia	31
3.2.2. Diagnóstico Ambiental	32
3.2.2.1. Água	32
3.2.2.2. Resíduos e Limpeza Urbana	49
3.2.2.3. Qualidade do Ar	55
3.2.2.4. Ruído	57
3.2.2.5. Conservação da Natureza	59
3.2.2.6. Energia	66

3.2.2.7. Ordenamento do Território -----	70
3.2.2.8. Receitas e Despesas Ambientais do Município -----	77
3.2.2.9. Impacte Ambiental de Empresas e Actividades do Concelho -	78
3.3. Economia -----	83
3.3.1. Indicadores de Enquadramento Económico -----	83
3.3.2. Sector Primário -----	91
3.3.3. Sector Secundário -----	99
3.3.4. Sector Terciário -----	104
3.4. Sociedade -----	113
3.4.1. Demografia-----	113
3.4.2. Ocupação e Principal Meio de Vida da População -----	116
3.4.3. Saúde e Acção Social -----	119
3.4.4. Cultura e Desporto -----	122
3.4.5. Segurança -----	128
3.4.6. Governação -----	129
3.5. Conhecimento e Inovação-----	134
3.5.1. Educação e Formação Profissional -----	134
3.5.2. Sociedade da Informação e do Conhecimento -----	138
3.5.3. Inovação -----	140
3.6. Metodologia do Diagnóstico-----	144
3.7. Tabelas de Ponderação-----	151
4. Visão e Objectivos Operacionais -----	158
5. Participação da Comunidade -----	171
5.1. Missão -----	172
5.2. Fases Importantes -----	172
5.3. Contribuição para o Regulamento/Estatutos -----	175
5.4. Monitorização do processo através dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável -----	177
6. Informadores Privilegiados -----	178
7. A Empresa e a Equipa -----	182
8. Base de Dados	

1. Introdução

O mundo está hoje desperto para uma nova concepção de desenvolvimento, consciente de que o caminho do futuro é “um processo dinâmico que permite que todos concretizem as suas potencialidades e melhorem a sua qualidade de vida, sem contudo pôr em causa a protecção e a continuidade dos vários sistemas de vida do nosso Planeta.”¹

Isto significa que qualquer estratégia de desenvolvimento tem, hoje, de ter em conta os impactes das actividades económicas sobre o capital natural. Preocupação que abrange quer os bens do capital natural, tais como minerais, petróleo, madeira, quer os “serviços ambientais” (ar e água limpos, regulações climáticas). Tradicionalmente, nas medidas económicas não era considerada a totalidade dos custos e benefícios das decisões, uma vez que não se contabilizava o seu impacte naqueles stocks de capital natural. Actualmente, não é mais possível que a política e a estratégia económicas não integrem a interrelação entre as variáveis ambientais e as actividades económicas e, conseqüentemente, que ignorem o impacte das opções actuais nas opções possíveis das gerações futuras.

Este modelo sócio-económico, que se designou por desenvolvimento sustentável, concilia a economia com o ambiente e a comunidade. Respeita, pois, os ecossistemas e considera a eficácia económica, sem perder de vista as finalidades sociais do desenvolvimento: a luta contra a pobreza, contra a desigualdade e contra a exclusão e, concomitantemente, o alcance de níveis crescentes de satisfação das pessoas na comunidade a que pertencem.



¹ Forum for the Future, 2003.

1. Introdução

A construção de comunidades sustentáveis implica a participação de todos os elementos da sociedade nos processos de decisão. As autoridades locais podem ajudar as suas comunidades a serem mais sustentáveis, mas não o podem fazer sem a participação da comunidade local.

De facto, a sustentabilidade tem de ser orientada pela comunidade e baseada num consenso, porque a questão central é a decisão, não a experiência. Só um processo baseado na comunidade pode ultrapassar as barreiras políticas, burocráticas e psicológicas à mudança. Contudo, um processo conduzido pelos cidadãos tem de ser apoiado por políticas públicas, indispensáveis para assegurar a transição para um desenvolvimento sustentável.

Cada concelho ou região deve tirar partido dos seus pontos fortes concretos, esses que lhe são próprios e que o distinguem. Só dessa maneira podem construir o futuro e promover o interesse dos seus habitantes, especialmente os mais jovens, e até mesmo a atracção de imigrantes, que queiram investir as suas capacidades e o seu trabalho nesse lugar.

A este percurso está hoje intrinsecamente ligado o conhecimento e a inovação, como factor de diferenciação positiva.

A inovação significa produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico e social. Pode abranger a renovação e o alargamento da gama de produtos e serviços e dos mercados associados; a criação de novos métodos de produção, de aprovisionamento e de distribuição; a introdução de alterações na gestão, na organização do trabalho e nas condições de trabalho, bem como nas qualificações dos trabalhadores.

A rapidez e a eficácia da difusão da inovação na economia são fulcrais para o crescimento económico. E, para tanto, o conhecimento e as pessoas são determinantes, como redistribuição contínua de recursos que permitem aumentar a eficácia e o valor económico. A força induzida pela concorrência e a imitação desenvolve e aperfeiçoa a inovação inicial, de tal forma que o impacte na economia



1. Introdução

é, usualmente, francamente superior ao produzido pela primeira aplicação da inovação. Complementarmente, as empresas são motivadas para a inovação por pressões e desafios, nomeadamente a concorrência, e pelo desejo de criar um espaço de mercado novo.

O desenvolvimento sustentável de uma comunidade integra e persegue, pois, a qualidade de vida dos seus membros.

Desde finais da década de 70 do século XX que se tem vindo a gerar um sólido consenso no sentido de entender que a qualidade de vida não significa

A qualidade de vida transparece no sentimento de bem-estar e satisfação do cidadão e de uma comunidade, resultante da envolvente externa, quando as suas necessidades são satisfeitas.

unicamente a melhoria do padrão de vida, mas inclui todos os níveis de bem-estar dos indivíduos, abrangendo as várias dimensões que reflectem importantes valores e objectivos sociais.

A qualidade de vida não é susceptível de ser adequadamente descrita apenas por via da análise de condições de vida objectivas, tais como o rendimento, a saúde, o número de amigos ou as condições de trabalho. A avaliação subjectiva das circunstâncias de vida em termos de bom e mau, satisfeito e insatisfeito, feliz e infeliz são igualmente necessárias para se obter o quadro completo do bem-estar pessoal. Do ponto de vista subjectivo, a qualidade de vida é o conjunto das experiências de vida das pessoas, compreendendo as oportunidades que se lhes apresentam, as escolhas que fazem e os resultados que alcançam nos seus contextos sociais, encontrando-se em estreita relação com a integração dessas pessoas na comunidade, cultura e sociedade em que vivem.

A qualidade de vida é, pois, um conceito multidimensional que genericamente exprime o sentimento de bem-estar e satisfação do cidadão e de uma comunidade, resultante da envolvente externa, quando as suas necessidades são satisfeitas. Os factores de qualidade de vida são, assim, as vantagens não exclusivamente

1. Introdução

económicas que essa comunidade tem para oferecer, integrando, nomeadamente, os seguintes vectores:

- Qualidade do ambiente;
- Nível de vida;
- Condições de vida;
- Qualificação dos recursos humanos.

O nível de vida identifica-se, sobretudo, com o padrão de vida dos residentes, exprimindo o bem-estar económico individual e o estado da economia local. Diz respeito à capacidade do cidadão de satisfazer necessidades de consumo, compatíveis com a sua cultura, história e tradições, dependendo da existência de actividades produtivas geradoras de bem-estar material, susceptíveis de criação de riqueza, e da consequente disponibilização de emprego, postos de trabalho e bens de consumo.

Por seu lado, as condições de vida englobam as prestações sociais e cuidados de saúde disponibilizados, a segurança, o acesso a actividades de cultura, lazer e desporto, a participação social, comunitária e política e o funcionamento das instituições locais, públicas e privadas. Relacionam-se com a satisfação de necessidades, que se concretiza através da organização da sociedade, defendendo os valores essenciais ao bem-estar social, psicológico, moral, religioso e cultural de cada cidadão.

Complementarmente, a qualidade do ambiente envolve todo o ecossistema e o património construído, dizendo respeito à defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida: ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, etc.

A adequada interacção e articulação destes vectores nos processos de decisão estratégica da comunidade e na sua subsequente execução é um instrumento essencial da construção do sentimento de bem-estar ou satisfação em que se traduz a qualidade de vida. Este sentimento reflecte, na sua essência, uma comunidade orientada sobretudo para a sua dimensão humana.



1. Introdução

Implementar uma política de desenvolvimento sustentável local obriga a ter em conta um conhecimento aprofundado da realidade onde se pretende actuar, uma avaliação dos seus diversos aspectos e especificidades.



A Agenda 21 Local do Município de Pinhel assenta nos quatro pilares da sustentabilidade: o social, o ambiental, o económico e o conhecimento e inovação.

Estes pilares afirmam-se em estratégias que se consubstanciam em medidas concretas que devem ser orientadas por um princípio de melhoria contínua, princípio esse monitorizado por indicadores periodicamente mensuráveis.

Assim, na moldura conceptual dinâmica que é a da Agenda 21, a Agenda 21 Local do Município de Pinhel pretende ser um quadro de referência para o desenvolvimento económico e social, tendo como pano de fundo o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade, pela história e pelos recursos naturais. Pretende proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população, em coordenação com os poderes regionais e centrais, desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e co-responsabilidade.

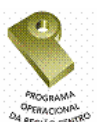
A Agenda 21 Local, como a maior parte dos modelos de planeamento, implica a identificação de fragilidades e de oportunidades, a optimização da aplicação eficaz e eficiente dos recursos disponíveis e a medição do progresso registado por referência aos objectivos fixados, tendo em vista satisfazer as necessidades presentes e futuras das comunidades. A monitorização, quer do progresso, quer do sucesso das medidas implementadas, é feita com recurso a um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável, os quais, para além da avaliação propriamente dita do processo da Agenda 21 Local, permitem igualmente fazer um ajustamento contínuo dos procedimentos a desenvolver.

1. Introdução

Importa referir que este estudo pretende fazer uma análise da realidade do concelho, relevando potencialidades ou carências. A intenção dessa avaliação tem por objectivo fornecer ao executivo camarário um instrumento de trabalho para intervir no Desenvolvimento Sustentável do Município, não tendo qualquer pretensão de tecer quaisquer juízos de valor.

É de salientar que o conteúdo do capítulo “Viver em Pinhel” reporta-se ao levantamento de informação realizado durante o trabalho de campo no Município, que decorreu em Janeiro de 2007. Por isso, é perfeitamente possível que depois dessa data, se tenham registado algumas alterações, que tenham modificado algumas das situações encontradas.

Finalmente, deixamos uma palavra de agradecimento pela disponibilidade de todos os interlocutores e informadores privilegiados (executivo da Câmara Municipal, técnicos/formandos da Câmara Municipal e todos os demais entrevistados) que colaboraram na elaboração deste trabalho – Relatório, Planos de Acção e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – e para o qual foi muito relevante o conteúdo das informações recolhidas. Bem hajam.



2. Enquadramento Metodológico

2.1. A Agenda 21 Local

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) aprovou um Plano de Acção para o Século XXI, intitulado “Agenda 21”. Realizada na comemoração dos 20 anos da Conferência de Estocolmo – evento em que as autoridades mundiais procuraram enfrentar a crise ambiental e apelaram ao empenhamento na educação ambiental –, a ECO 92 colocou a questão do *Desenvolvimento Sustentável* na ordem do dia das políticas públicas.

O conceito de *Desenvolvimento Sustentável* adoptado no Relatório “O Nosso Futuro Comum” (Relatório *Brundtland* - 1987), destinado a preparar a citada Conferência do Rio, que se assume, e que mantém toda a sua actualidade, é: “desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades de hoje, sem, no entanto, comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas necessidades”.

A Agenda 21 vem ao encontro desta preocupação, delineando vias genéricas para encontrar soluções. Trata-se de um programa global de acção, a ser posto em prática pelos governos, as instituições de desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas e os grupos de sectores independentes em todas as áreas que afectam o ambiente.



A sua atenção dirige-se a quatro sectores em especial:

- O campo económico e social do desenvolvimento;
- A conservação e renovação dos recursos utilizados para o desenvolvimento;

2. Enquadramento Metodológico

- A participação na decisão de grupos maioritários da população;
- A concretização de medidas que permitam um desenvolvimento sustentado.

Temas globais como a erradicação da pobreza, com a promoção do desenvolvimento social e da saúde; a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis, no sentido de uma maior eco-eficiência da economia; a conservação e gestão sustentável dos recursos; o reforço da boa governação a todos os níveis, incluindo a participação pública; os meios de implementação, abrangendo a capacitação, a inovação e a cooperação tecnológica são, pois, considerados desafios à sustentabilidade indispensável ao desenvolvimento.

Não se tratando de problemas novos, a sua resolução e a inversão das tendências registadas supõem, no entanto, uma nova ética global e uma atitude ética dos indivíduos e da sociedade, reconhecendo e respondendo com sensibilidade às relações, complexas e em contínua evolução, do Homem com o Homem e do Homem com a Biosfera.

Promover a elaboração de Agendas 21 Locais, estimulando a intervenção dos níveis locais e regionais no processo de desenvolvimento sustentável, de acordo com o Capítulo 28º da Agenda 21², é um processo participativo, multisectorial, cuja implementação assenta em planos de acção congregando as prioridades locais. Sendo um processo estratégico, e de longo prazo, conduzido pelos executivos municipais, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental, assenta numa micro-estrutura física e com administração própria, consubstanciando, assim, os princípios do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, em 1994 a União Europeia e a cidade de Aalborg, na Suécia, patrocinaram a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, organizada pelo ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais). Desta Conferência resultou a “Carta de Aalborg”, assinada por mais de 300 entidades,

² O Capítulo 28º da Agenda 21 pode ser consultado no Apêndice.

2. Enquadramento Metodológico

que deu início à Campanha para as Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis, e em cuja Parte III se sublinha a importância do lançamento nas comunidades locais de processos de Agenda 21 Local.

Os signatários da Carta de Aalborg comprometeram-se a lançar um Plano de Acção Local incluindo as seguintes fases:

- Reconhecimento dos métodos de planeamento e dos mecanismos de apoio financeiro existentes, assim como de outros planos e programas;
- Identificação sistemática dos problemas e das suas causas através de consulta pública;
- Priorização das tarefas para tratar os problemas identificados;
- Definição do cenário para uma comunidade sustentável através de um processo de participação alargado a todos os sectores da comunidade;
- Exame das estratégias alternativas de desenvolvimento;
- Estabelecimento de um Plano de Acção Local, a longo prazo, para a sustentabilidade, o qual deve incluir metas mensuráveis;
- Programação da implementação do Plano, incluindo o calendário e a atribuição de responsabilidades aos parceiros;
- Estabelecimento das regras para a monitorização do processo de implementação do Plano.

Este Plano de Acção, assente nos resultados da monitorização, permite a aplicação operativa do Princípio da Melhoria Contínua baseado no ciclo “planear, executar, medir e actuar” (ciclo de *Deming*). É, pois, uma forma eficaz de delinear e executar estratégias que, a partir da experiência de aplicação, vão recolhendo orientações para continuar e aprofundar o desenvolvimento de forma sustentada.

O reconhecimento pela CNUAD (Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento) de que é ao nível do Poder Local que grande parte das ameaças ao desenvolvimento sustentável se poderão resolver, não é mais do que a constatação de que, somente perto das comunidades e com o envolvimento

2. Enquadramento Metodológico

destas, é possível identificar, planear, executar e monitorizar o desenvolvimento sócio-económico e ambiental dessas mesmas comunidades.

Tendo em consideração que a Agenda 21 Local se destina a favorecer de forma sustentada o desenvolvimento da Qualidade de Vida ao nível local, os temas por ela abordados incluem capítulos que se desdobram em quatro vertentes: nível de vida – economia –, condições de vida – sociedade, qualidade do ambiente e qualificação dos recursos humanos. Assim, não é de estranhar que aspectos como a criação de emprego, a exclusão social, a saúde, a terceira idade, os transportes e acessibilidades, o respeito pela história e pelo património construído, a educação, o associativismo, o desenvolvimento de actividades produtivas, o turismo, o acesso a produtos agrícolas ecológicos, a qualidade do ar, do solo, da água, o tratamento de resíduos e de efluentes líquidos, as energias renováveis, etc., sejam objecto de análise na Agenda 21.

2.2. Metodologia de Desenvolvimento

A Agenda 21 Local como programa de Desenvolvimento Sustentável implica a definição de uma metodologia coerente, fiável e simples, passível de ser genericamente entendida, de ser executada com facilidade e de ser acompanhada com simplicidade.

A metodologia desenvolvida parte da qualificação do Município como uma unidade complexa, na qual os recursos ambientais interagem com o desenvolvimento económico, social e cultural dos cidadãos. Assenta, ainda, numa perspectiva integradora e transversal das políticas sectoriais locais.

Neste contexto, a aplicação da metodologia deve permitir equacionar os problemas e definir uma forma de os hierarquizar, estabelecendo prioridades para a actuação. É, assim, um processo sequencial, por etapas, que, partindo de um referencial actual, aponta Objectivos Operacionais de Desenvolvimento Sustentável de forma

2. Enquadramento Metodológico

criterosa e define Planos de Acção consequentes e adequados à concretização daquelas opções.

O envolvimento e o poder de decisão das comunidades locais, nomeadamente por via da vontade e da liderança dos seus representantes políticos, constituem o fulcro da filosofia da Agenda 21 Local.

O projecto de implementação da Agenda 21 Local em Pinhel está dividido em várias etapas e fases sequenciais, estando estas organizadas de uma forma sistemática e sequencial e de conclusão obrigatória.

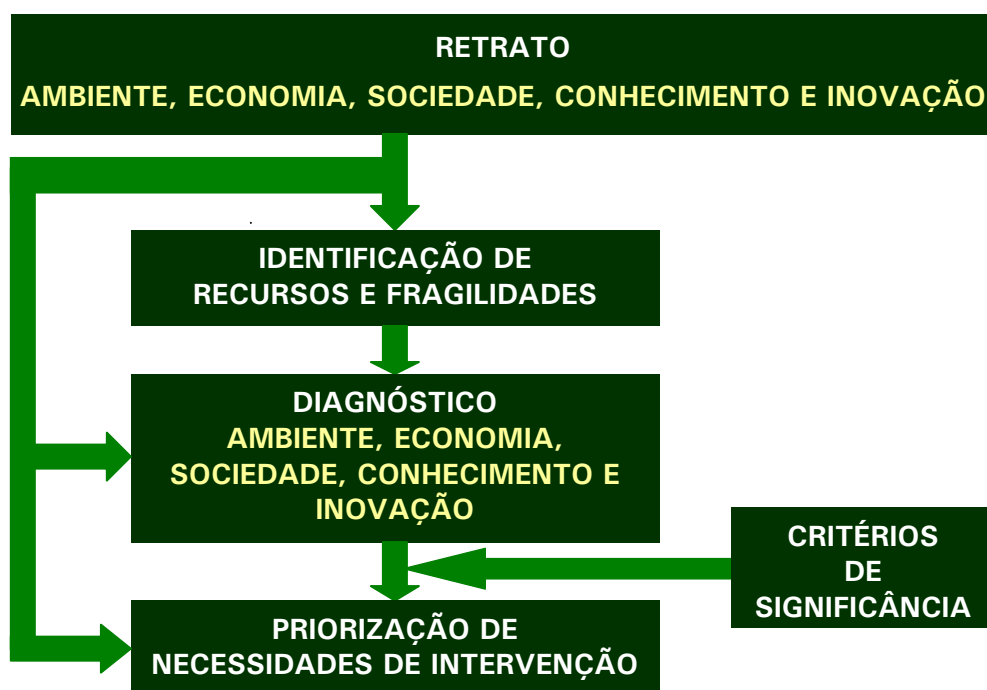


A primeira etapa retrata e constrói o diagnóstico do Município de Pinhel para os pilares fundamentais Ambiente, Economia, Sociedade e Conhecimento e Inovação. Tendo por base este diagnóstico, constituem-se a Visão, os Objectivos Operacionais e os Planos de Acção para o Desenvolvimento Sustentável, bem como um conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para monitorizar todo o processo para os quatro pilares da Agenda 21 Local. A

2. Enquadramento Metodológico

avaliação e validação do processo concluem-se com a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável – peça indispensável e constitutiva da metodologia de arquitectura do projecto Agenda 21 Local.

O capítulo seguinte diz respeito à 1ª Etapa deste processo, sendo que esta obedece às seguintes fases:



Os restantes capítulos compreendem as etapas subsequentes e apontam:

- A Visão, partilhada por todos, para o futuro que se pretende desejável para o Município, e os Objectivos Operacionais, que devem ser definidos para a consecução desta Visão. Para esse efeito são criados os Planos de Acção com linhas e sublinhas de acção a serem executadas para a concretização dos objectivos definidos;
- A responsabilização e a participação da comunidade na implementação do processo através dos meios que têm ao dispor: os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável.

2. Enquadramento Metodológico

2.2.1. Retrato Ambiental, Económico, Social e do Conhecimento e Inovação

O retrato ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação tem como objectivo principal o conhecimento da situação actual do concelho.

A contextualização regional baseia-se no entendimento de que o Desenvolvimento Sustentável é um processo dinâmico e partilhado, sendo o objectivo perceber a situação de Pinhel.

A conjugação destas duas análises, quantitativas e qualitativas, constituem o “referencial zero”, isto é, a sistematização da realidade do concelho de que se parte.

Tendo por base este “referencial zero” são identificados os recursos e fragilidades do concelho, tendo em vista um percurso de Desenvolvimento Sustentável.

2.2.2. Diagnóstico Ambiental, Económico, Social e do Conhecimento e Inovação

O diagnóstico ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação do Município de Pinhel tem como objectivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos Objectivos Operacionais e nos Planos de Acção a definir.

Assim, a análise qualitativa consubstanciada no retrato actualizado da comunidade é quantificada, através do estabelecimento de uma grelha multi-critério cujo resultado se traduz numa matriz de diagnóstico e avaliação.

2. Enquadramento Metodológico

2.2.3. Priorização de Necessidades de Intervenção

No contexto do Município, tal como foi identificado no “referencial zero”, identificadas as potencialidades e fragilidades através da matriz de diagnóstico, para que essa informação quantitativa e qualitativa não se reduza a um mero inventário sem valor operativo, importa estabelecer hierarquias de orientação e actuação, priorizando necessidades de intervenção.

Esta priorização é uma ferramenta relevante de planeamento e gestão, constituindo o ponto de partida para actuações concretas e facilitando a participação da comunidade.

2.2.4. Visão e Objectivos Operacionais

A definição da Visão e dos Objectivos Operacionais, são definidos na sequência do diagnóstico traçado, depois de priorizadas as necessidades de intervenção. Têm em linha de conta as grandes orientações de base política e conceptual do Desenvolvimento Sustentável – saber escolher e saber renunciar para ter uma decisão coerente – e englobam um horizonte temporal alargado os quatro pilares: ambiente, economia, sociedade e conhecimento e inovação.

2.2.5. Planos de Acção

Este quadro de referência, consubstanciado na Visão e nos Objectivos Operacionais, constitui a âncora dos Planos de Acção – proposta idealizada para a concretização de um futuro mais sustentável para a comunidade.

Para cada Objectivo Operacional propõe-se um conjunto de Planos de Acção que poderão ser consultados no volume “Planos de Acção”.

2. Enquadramento Metodológico

2.2.6. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

O acompanhamento da execução dos Planos de Acção implica a aplicação de um sistema de medida e avaliação estandardizado, coerente com as actuações propostas. Importa, assim, criar um sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. O sistema de indicadores criado encontra-se no volume “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”.

2.2.7. Fórum de Desenvolvimento Sustentável

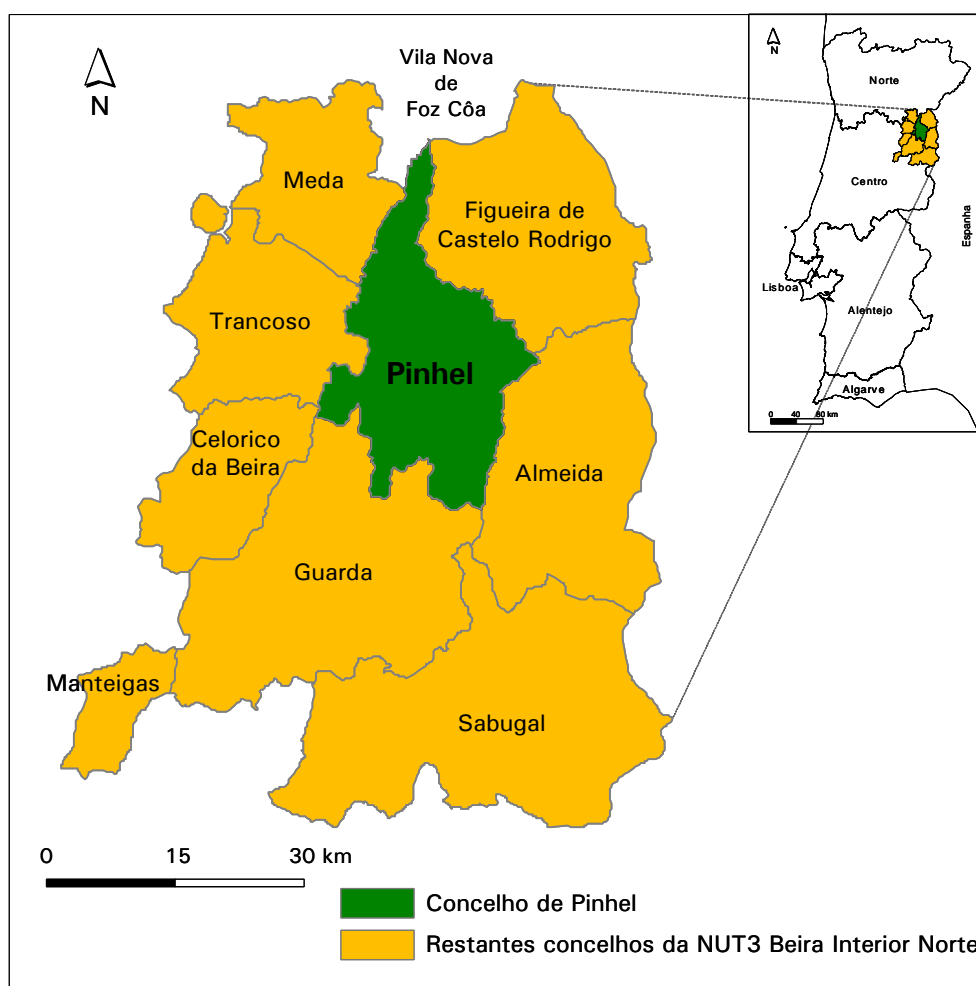
O envolvimento e participação da comunidade através dos seus sectores mais representativos, consuma-se junto do Fórum de Desenvolvimento Sustentável – espaço público de audiência de vontades e quereres locais.

3. Viver em Pinhel

3.1. O Município

O Concelho de Pinhel localiza-se no extremo Nordeste da Região Centro e partilha a sub-região (NUT3) Beira Interior Norte com os municípios de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Mêda, Sabugal e Trancoso. Limita ainda a Norte com o Concelho de Vila Nova de Foz Côa, que já faz parte da Região Norte.

Figura 1 – Localização do Concelho de Pinhel



3. Viver em Pinhel

Pinhel é o quinto concelho da Beira Interior Norte em área, ocupando 484,5 km² (12% do total da área da sub-região), e o quarto em população residente, contabilizando em 2005, segundo as estimativas do INE, 10.319 habitantes (9,2% do total da população residente na Beira Interior Norte).

O Concelho de Pinhel forma um polígono com cerca de 43 km de atravessamento Norte-Sul e 26 km Este-Oeste, estendendo-se numa faixa que vai desde a bordadura Nordeste da Serra da Estrela até à região duriense, entrando mesmo no Parque Arqueológico do Vale do Côa. É composto por 27 freguesias (ver figuras 2 e 3), sendo a Freguesia de Cidadelhe a mais setentrional, que pelas suas características fisiográficas é também denominada pelos locais por “Calcanhar do Mundo”.

De assinalar igualmente a orografia acidentada, sobretudo a Norte, variando a cota entre os 150 e os 925 metros de altitude.



A densidade populacional do Concelho de Pinhel era, em 2005, de 21,3 hab./km² (não muito diferente daquela que caracterizava a NUT3 Beira Interior Norte – 27,6 hab./km²), mas esta realidade varia muito entre as diferentes freguesias do Concelho de Pinhel. Registam-se áreas onde o vazio humano é significativo, como a já referida Cidadelhe, com 2 hab./km², até outras que atingem densidades populacionais que mais que duplicam a média da sub-região, como são o caso de Alverca da Beira (61 hab./km²) e Pinhel (78 hab./km²).

O Município de Pinhel apresenta características eminentemente rurais, sendo a vinha a principal marca na paisagem. Mesmo a bicentenária cidade de Pinhel, que concentra quase um terço da população do concelho, revela um forte pendor de vila do interior rural. Não obstante, na cidade coexistem duas áreas bastante distintas. Por um lado, o centro histórico, com o castelo e os seus afamados

3. Viver em Pinhel

solares. E por outro, as novas áreas de expansão urbana³, com casas unifamiliares, pertencentes quer a residentes, quer a emigrantes.

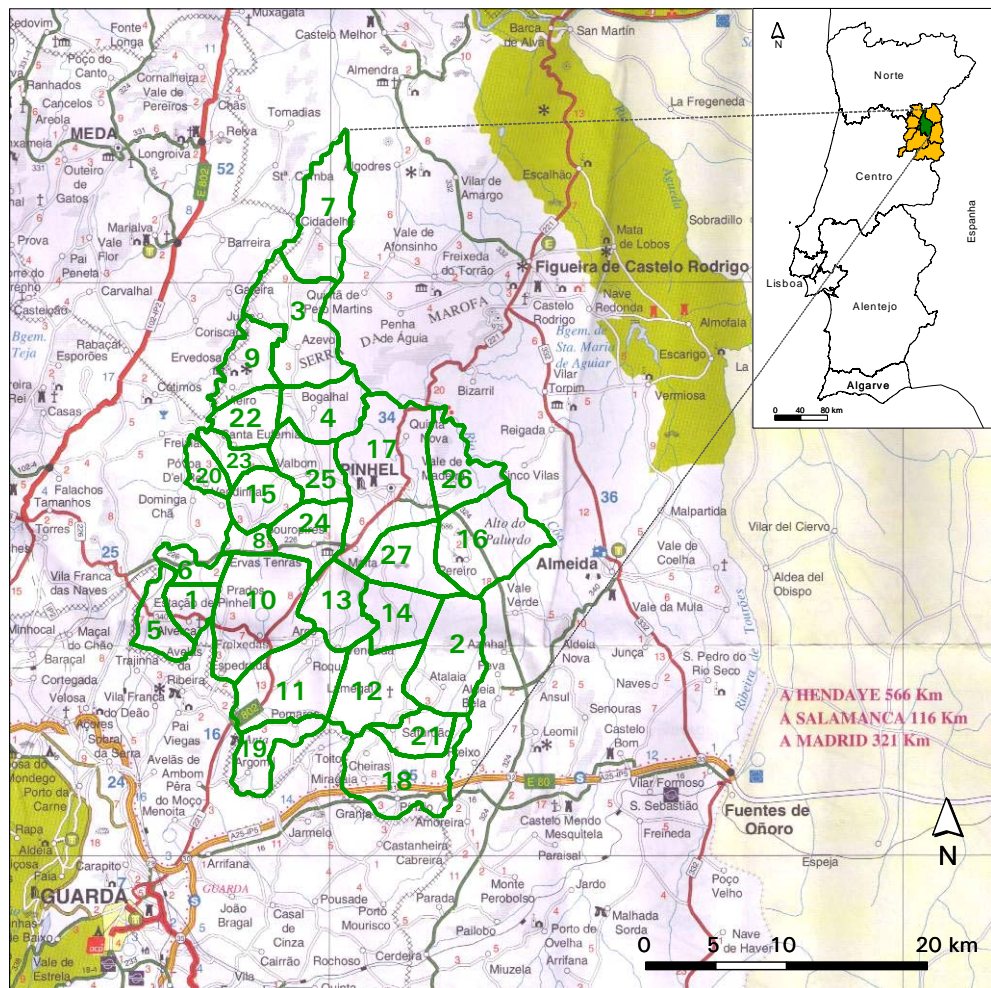


No que respeita à distribuição da população, por freguesia, o panorama que caracteriza as 27 freguesias do concelho é diverso, com a distribuição da população pelo território concelhio a traduzir, de certa forma, o traçado das principais vias rodoviárias que cruzam o concelho. Apenas 9 das 27 freguesias tinham, em 2001, mais de 300 habitantes (ver figura 3). Por outro lado, mais de metade das freguesias (14) registavam, em 2001, quantitativos populacionais entre 100 e 300 habitantes, o que se reflecte no elevado custo da infra-estruturação de um território com quase meio milhar de km².

³ A vitalidade construtiva, que marcou o concelho na última década, diminuiu significativamente após o fecho (no início de 2006) da fábrica de calçado Rhode, empresa que era o maior empregador do concelho.

3. Viver em Pinhel

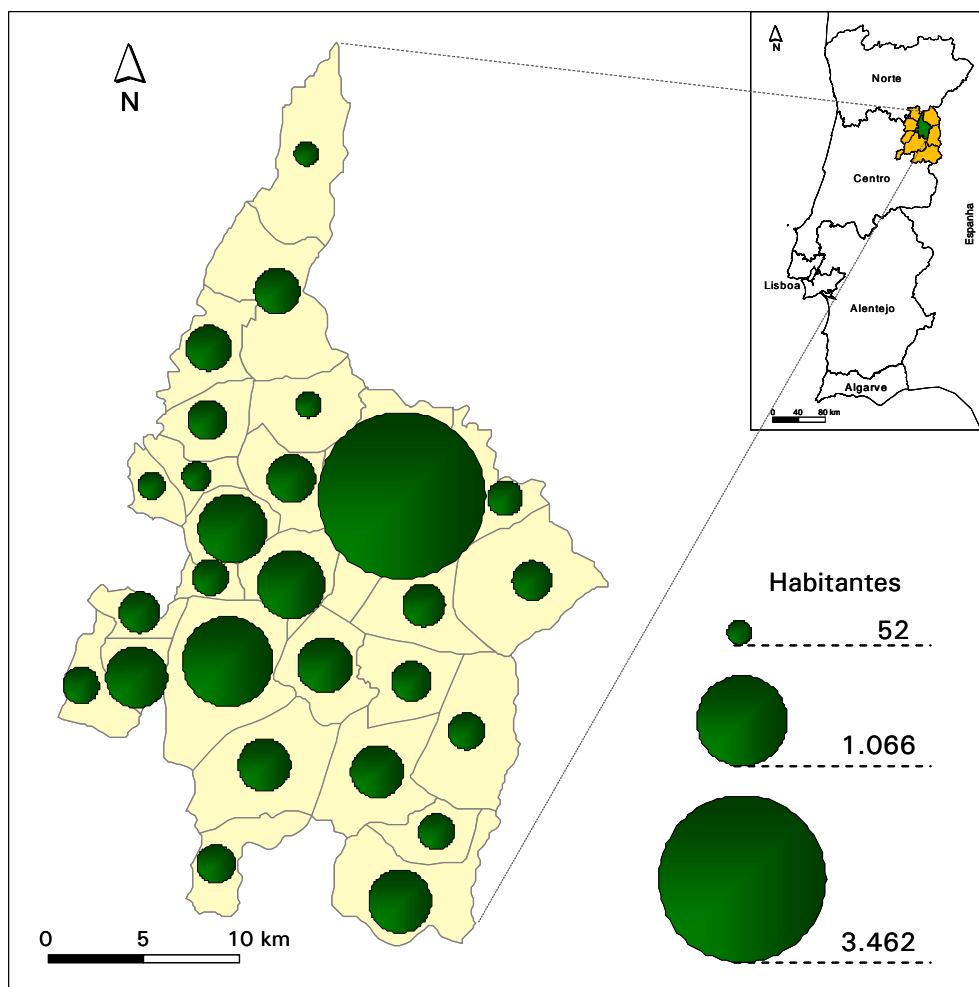
Figura 2 – Enquadramento das freguesias do Concelho de Pinhel



- | | | |
|----------------------|----------------|----------------------|
| 1 - Alverca da Beira | 10 - Freixedas | 19 - Pomares |
| 2 - Atalaia | 11 - Gouveia | 20 - Póvoa d'El-Rei |
| 3 - Azevo | 12 - Lamegal | 21 - Safurdão |
| 4 - Bogalhal | 13 - Lameiras | 22 - Santa Eufémia |
| 5 - Bouça Cova | 14 - Manigoto | 23 - Sorval |
| 6 - Cerejo | 15 - Pala | 24 - Souropires |
| 7 - Cidadelhe | 16 - Pereiro | 25 - Valbom |
| 8 - Ervas Tenras | 17 - Pinhel | 26 - Vale de Madeira |
| 9 - Ervedosa | 18 - Pínzio | 27 - Vascopeiro |

Fonte: Adaptado de Mapa de Estradas do ACP, ed. 2006/2007

Figura 3⁴ – População residente no Concelho de Pinhel, por freguesia, em 2001



Fonte: INE – Censos 2001

Acessibilidades, Transportes e Comunicações

A localização do Concelho de Pinhel confere-lhe algumas vantagens no que respeita às acessibilidades (ver figura 2), sobretudo no que se refere às ligações a Sul. É servido pela A25/IP5 (que cruza Píznio, a Freguesia mais meridional), importante eixo rodoviário que liga o litoral (Aveiro) ao interior do país (Guarda) e

⁴ As expressões a azul sublinhadas constituem *hyperlinks* para ficheiros Excel existentes no CD-Rom anexo, que contêm informação estatística detalhada para uma análise mais pormenorizada.

3. Viver em Pinhel

também a Espanha, por Vilar Formoso. Ainda por Sul, a A23 liga quer às regiões de interior (Castelo Branco, Portalegre, etc.), através do IP2, quer também ao Centro e ao Litoral, através da ligação de Castelo Branco a Torres Novas, ao nó da A1. Esta rede de ligações coloca Pinhel a cerca de 3 horas e 45 minutos de Lisboa, 2 horas e 50 minutos do Porto, 35 minutos da fronteira com Espanha. Já para chegar às sedes dos concelhos que lhe são limítrofes, são necessários entre 30 minutos e uma hora.



Relativamente às freguesias mais a Norte do concelho, o panorama é bem distinto. Tanto nas ligações entre as diferentes freguesias, como com os concelhos limítrofes, a qualidade dos acessos é muito inferior, sentindo-se a falta de uma via de atravessamento do concelho (na diagonal) que ligasse a A25/IP5 (entrando por Sudeste, pelo Concelho de Almeida) ao IP2 (ligando a Mêda e Vila N. de Foz Côa).



Uma das vias que está actualmente a sofrer intervenção de melhoria é a EN221 (no troço entre Souropires e o Concelho da Guarda), que constitui a principal ligação rodoviária à sede do distrito. Após a conclusão das obras (que deverá acontecer em 2008), será possível encurtar significativamente o tempo que medeia entre as duas cidades.

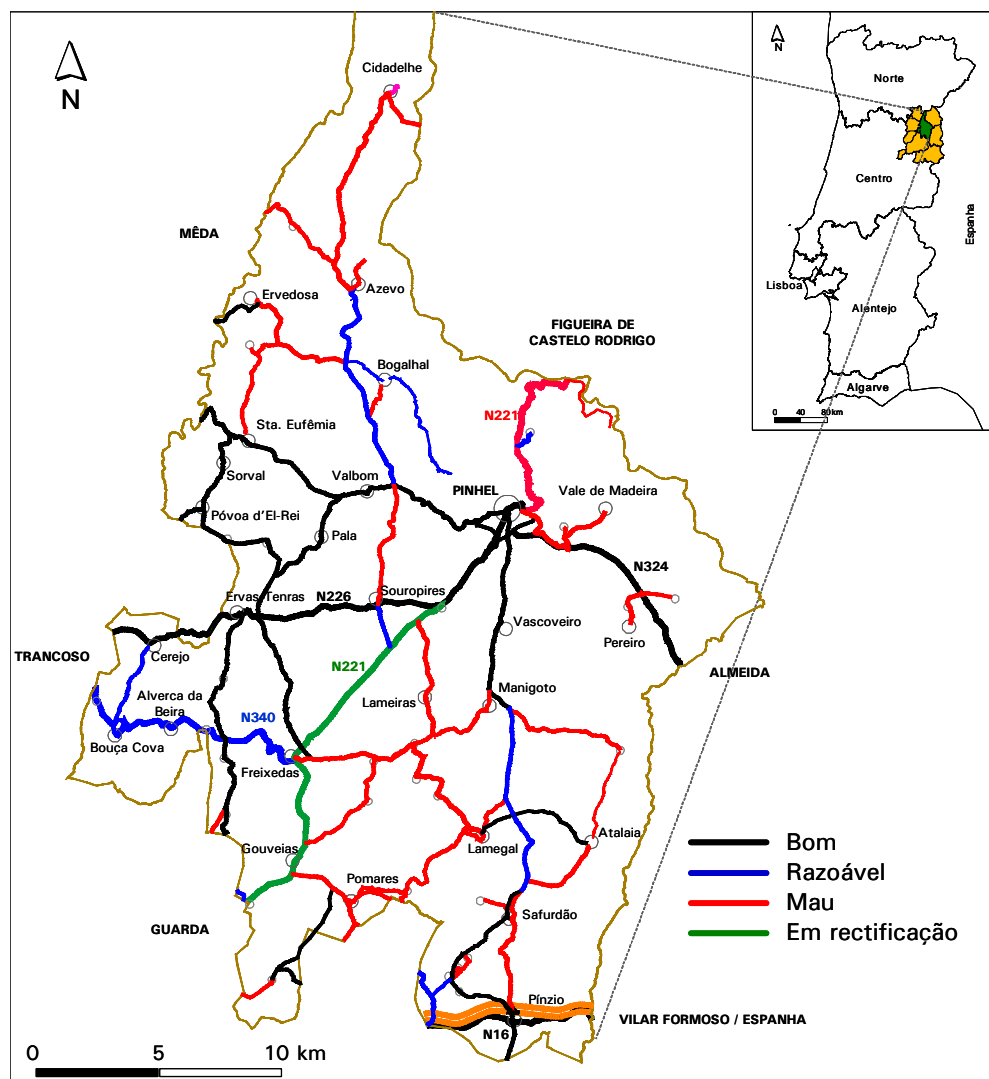
Em síntese, o quadro descrito pode ser observado na figura 4, de onde se deve destacar a existência de um conjunto significativo de troços degradados (cerca de 160 km) e a necessitar de intervenção.

Ao nível dos transportes públicos, o concelho está razoavelmente servido. Existe transporte público, embora este seja assegurado pelo transporte escolar dos alunos. Por esta razão, o transporte público só funciona no período escolar. Por outro lado, os horários nem sempre se adequam às necessidades de todos, pelo que o transporte próprio continua a ser o mais utilizado.

3. Viver em Pinhel

Também no que respeita a comunicações, não se notaram carências significativas, que possam colocar em causa o desenvolvimento do concelho. As comunicações de telefone fixo e móvel funcionam bem, pese embora ainda subsistam alguns pontos no concelho com dificuldades ao nível da rede móvel. O concelho é servido igualmente quase na totalidade por Internet em banda larga.

Figura 4 – Rede viária do Concelho de Pinhel, segundo o estado de conservação



Fonte: Elaborado a partir de cartografia cedida pela Câmara Municipal de Pinhel

3. Viver em Pinhel

Quadro 1 – Síntese das principais acessibilidades, transportes e comunicações

- Boas ligações rodoviárias, com excepção dos acessos a Norte da Cidade de Pinhel (quer às freguesias quer aos concelhos limítrofes a Norte).
- Existe transporte público, que é assegurado pelo transporte escolar dos alunos. Contudo, por esta razão, fora do período escolar o transporte público não funciona.
- Na cidade de Pinhel existe uma praça de táxis, proporcionando uma alternativa ao transporte público colectivo.
- O concelho foi servido por transporte ferroviário até há cerca de 4 anos, embora sem relevância, uma vez que a estação fica a 30 minutos da cidade e tinha apenas 1 a 2 comboios diários. Actualmente a estação está desactivada.
- O transporte próprio é o meio mais utilizado.
- A sinalética rodoviária, de uma forma geral, é suficiente e está bem conservada.
- As comunicações, genericamente, funcionam bem (correios, telefones...).
- Ainda existem algumas zonas com dificuldade de cobertura de rede para telemóvel.
- A Internet em banda larga está disponível, embora sem cobertura em todo o concelho.

Fonte: Trabalho de campo – Janeiro 2007

3.2. Ambiente

3.2.1. Caracterização Física do Município

3.2.1.1. Clima

Temperatura

A caracterização climática de determinada região tem de passar forçosamente pela temperatura, uma vez que esta influencia directamente a actividade humana e o desenvolvimento da fauna e flora, podendo mesmo tornar-se num factor limitante em determinadas condições extremas.

No que respeita à temperatura, os meses de Julho e Agosto apresentam os mais elevados valores, que coincidem com as ocorrências das mais baixas precipitações, definindo claramente a estação seca de Verão, com acentuado défice hídrico. No período de Inverno ocorrem as menores temperaturas e as mais elevadas precipitações. A temperatura média anual no Concelho de Pinhel é de 10°C – 12,5°C (Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte PROF BIN, 2006).

Precipitação

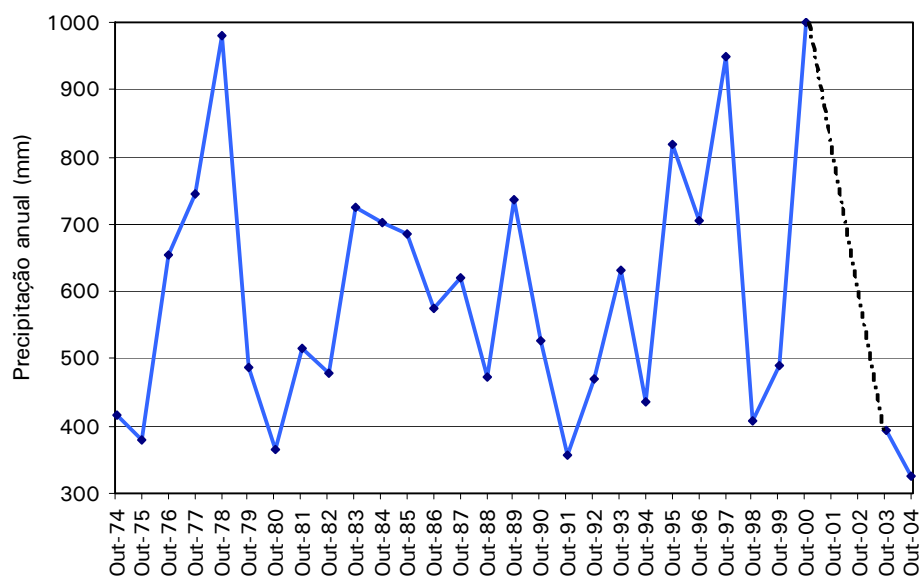
A precipitação é, depois da temperatura, o elemento crucial para o desenvolvimento biológico das plantas. É importante analisá-la conjuntamente com a geografia do terreno para se possam identificar e prevenir zonas de possíveis cheias.

De acordo com o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, a rede meteorológica nacional inclui no Concelho de Pinhel quatro estações de precipitação: Pinhel (com telemetria); Freixedas; Pínzio e Ervedosa-Pinhel.

De seguida é apresentada uma figura relativa à quantidade de precipitação anual (mm) de 1974 a 2004, medida na estação de Pinhel.

3. Viver em Pinhel

Gráfico 1 - Precipitação anual (mm) medida na estação de Pinhel, entre 1974 e 2004



Nota: Nos anos 2001 e 2002 não existe informação (traço a tracejado).

Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, SNIRH, 2005

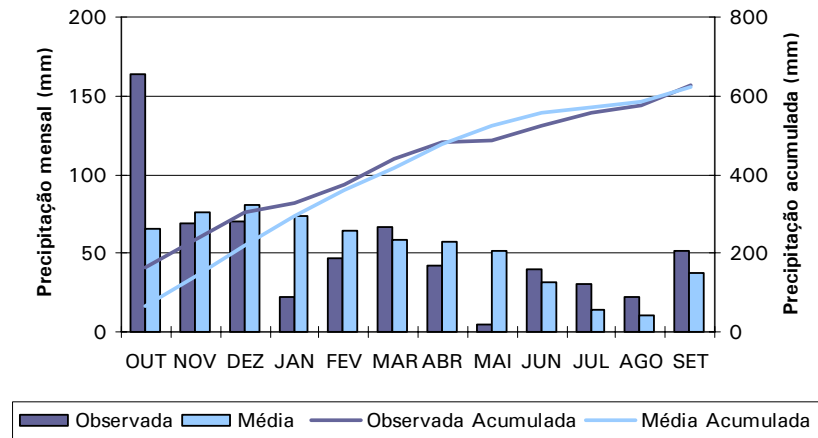
Como o próprio gráfico indica, a precipitação anual, entre 1974 e 2004, variou normalmente entre os 400 e os 1.000 mm, sendo na maioria dos anos inferior à média no País (960 mm), indiciando, portanto, uma zona com alguma escassez de recursos hídricos.

Do ponto de vista climático, e à semelhança da generalidade do país, a distribuição da ocorrência de precipitação durante o ano é bastante irregular, ocorrendo cerca de 70% de precipitação total, de Outubro a Março, e os restantes 30%, de Abril a Setembro.

A área correspondente à bacia do Côa caracteriza-se por enormes gradientes pluviométricos, os quais ultrapassam os 1.000 mm. Em termos gerais, os totais anuais de precipitação vão enfraquecendo no sentido Sul/Norte, em associação directa com a altitude. A maior parte do Concelho de Pinhel apresenta os valores mais baixos da precipitação média anual da bacia do Côa, principalmente na zona de Cidadelhe.

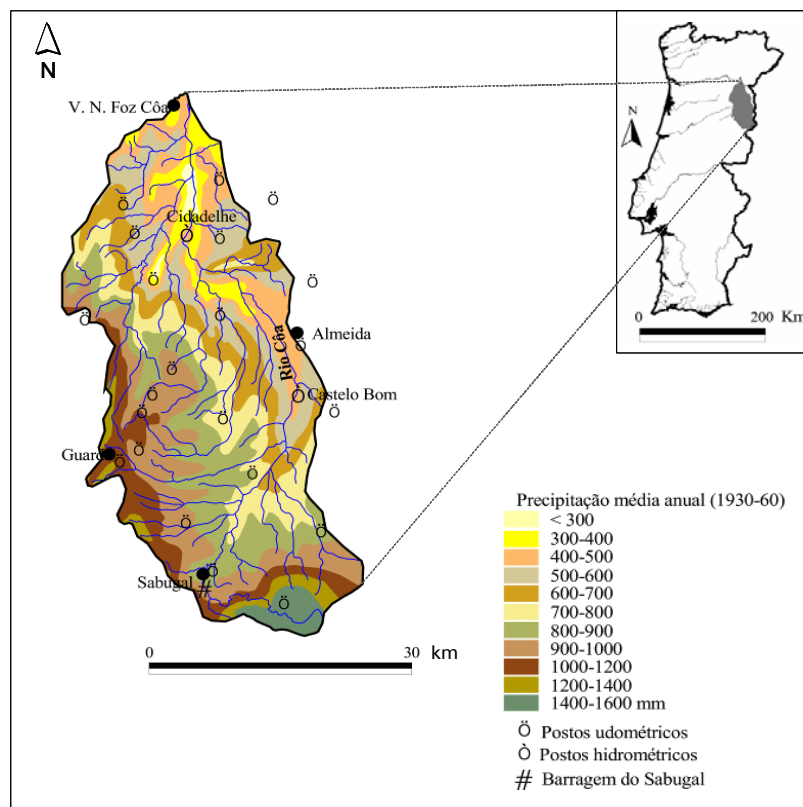
3. Viver em Pinhel

Gráfico 2 - Precipitação mensal e acumulada (mm) em Pinhel - ano hidrológico 2005/2006



Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, 2006

Figura 5 - Localização geográfica da bacia hidrográfica do Rio Côa e variações espaciais nos quantitativos médios anuais de precipitação



Fonte: NUNES, A. (Adaptado de *Daveau et al.*, 1977)

Insolação e Radiação Solar

De acordo com a ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, o Concelho de Pinhel é o terceiro Município pertencente à Associação de Municípios da Cova da Beira com maiores valores médios de insolação (2.790 h/ano). No que respeita à radiação solar, praticamente todo o Município de Pinhel tem valores entre 146 e 150 kcal/cm²/ano, excepto na zona de fronteira com Almeida, que apresenta valores ligeiramente superiores (Recursos Energéticos Renováveis dos Municípios que integram a AMCB, ENERAREA, Abril de 2007).

3.2.1.2. Orografia

Num mapa altimétrico distinguem-se quatro níveis de altitude: Basal (0-400m), Submontano (400m-700m), Montano (700m-1.000m) e Altimontano ($\geq 1.000m$). O Concelho de Pinhel apresenta uma predominância do nível Submontano.

As principais condicionantes ocorrem nas zonas de maior altitude, em que uma topografia desfavorável e a diminuição da temperatura poderão impor algumas restrições ao nível das espécies aí existentes.

A análise da orografia do terreno permite identificar situações limitantes, tais como a existência de riscos de erosão ou de alagamento ou a exposição a ventos fortes. Permite ainda avaliar, em maior detalhe, as possibilidades de mecanização das operações florestais.

3.2.1.3. Geologia e Geomorfologia

Ao nível da Geologia é possível encontrar rochas e minerais diversos, próprios de ambientes metamórficos e plutónicos. Assim nos pegmatitos da região é possível encontrarmos belos exemplares de bicos de quartzo ou minerais de turmalina, berilos ou ainda, construções-miniatura ferrosas, dobras majestosas ou singelas e um sem número de outras rochas e minerais.

3. Viver em Pinhel

A região de Pinhel é formada por rochas ácidas, nomeadamente rochas ácidas duras (rochas graníticas, com importantes manchas de xistos e pequenas manchas de quartzitos) conforme Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, 2006.



Olhando para a Geomorfologia é possível descortinar penhas/Poios (da lotaria, da falcoeira) e vales majestosos (do Côa, do Massueime, das ribeiras das Cabras e da Pêga).

3.2.1.4. Solos

Risco de desertificação

O solo é uma delgada camada superficial de terreno formada por partículas minerais provenientes da desagregação das rochas subjacentes, material orgânico em decomposição e organismos vivos, além do ar e da água existentes entre essas partículas.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de Julho, aprovou o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e estabeleceu procedimentos relativos à sua concretização.

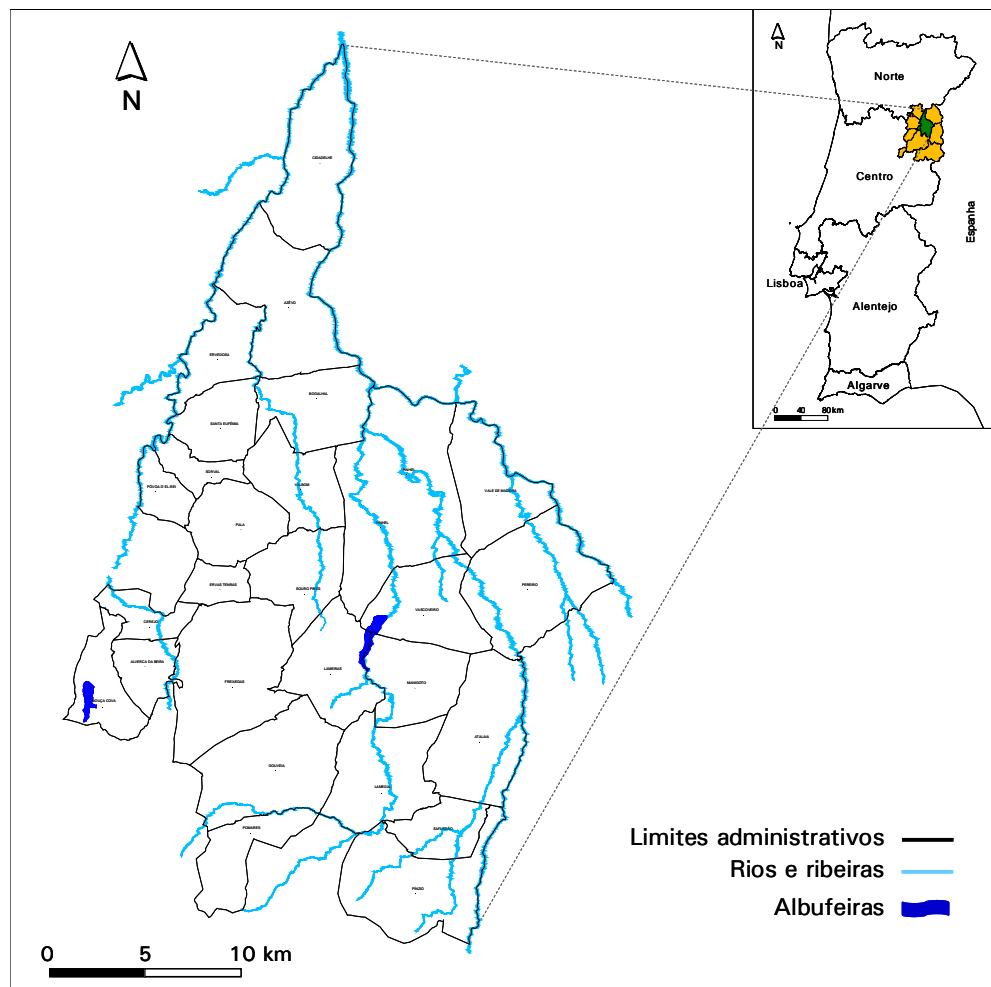
Apenas o extremo Norte da região abrangida pelo PROF da Beira Interior Norte foi designada como região susceptível de desertificação segundo o índice de desertificação do PANCD. Deste modo, os concelhos mais afectados são Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Almeida. Os concelhos de Pinhel e Trancoso são apenas parcialmente afectados.

3. Viver em Pinhel

3.2.1.5. Hidrografia

O Concelho de Pinhel possui uma rede hidrográfica densa. É atravessado pelo Rio Côa e por várias ribeiras sendo as principais a Ribeira da Pega, a Ribeira das Cabras e a Ribeira de Massueime. Pertence à bacia hidrográfica principal do Rio Douro, e mais particularmente à sub-bacia principal do Côa e a várias sub-bacias secundárias.

Figura 6 - Rede hidrográfica do Concelho de Pinhel



Fonte: PDM da CMP, 2007

3. Viver em Pinhel

O Côa é um dos poucos rios portugueses que corre de Sul para Norte. Nasce em Fóios, perto do Sabugal e vai desaguar no Douro, junto ao Pocinho. Com uma forma alongada drena uma área de 2.521 km², e incluem-se na sua bacia praticamente todos os concelhos da Beira Interior Norte.



O concelho possui duas albufeiras (vide figura anterior), a albufeira do Vascoveiro, para abastecimento público de água (localizada na parte central do concelho) e a albufeira de Bouça Cova, utilizada para regadio (situada a oeste do concelho).

3.2.2. Diagnóstico Ambiental

3.2.2.1. Água

Abastecimento de Água para Consumo Humano

A água é um bem escasso e essencial à vida, pelo que deve ser salvaguardada, assegurando-se a sua utilização sustentável e a sua qualidade para consumo humano.

A entidade gestora responsável pelo abastecimento público de água em alta, ou seja, a montante da rede de distribuição de água, no Concelho de Pinhel é a empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A., sendo que o serviço em baixa, que liga o sistema em alta ao utilizador final, é realizado pela Câmara Municipal.

Existem dois sistemas principais de abastecimento de água no Concelho de Pinhel: o sistema do Vascoveiro e o sistema do Caldeirão, que abastecem grande parte da população.

3. Viver em Pinhel

O Sistema de Vascopeiro é um dos sistemas de abastecimento de água do Concelho de Pinhel. A água utilizada tem origem na [albufeira do Vascopeiro](#), construída na Ribeira de Pêga, próxima da povoação do Vascopeiro.



Este sistema destina-se a abastecer a população a norte do Concelho de Pinhel (incluindo a cidade de Pinhel).

A [captação do Vascopeiro](#) permitiu captar, no ano de 2005, 624.000 m³ de água, sendo o caudal necessário de 876.000 m³/ano. A estimativa das perdas no sistema é de 32.831 m³/ano.

Este sistema dispõe de uma Estação de Tratamento de Águas (ETA). O esquema de tratamento definido para a produção de água potável compreende as operações descritas no quadro 2.

Quadro 2 - Operações na fase líquida e fase sólida da ETA do Vascopeiro

Fase líquida	Tratamento de lamas
Pré-oxidação → Flocculação / Decantação → Filtração → Desinfecção Final	Decantação → Espessamento → Prensa

Fonte: ADZC, 2007

Relativamente às condições de rejeição associadas à ETA do Vascopeiro, os efluentes domésticos são tratados em fossa séptica (descarga licenciada através do Alvará de Licença N.º 04/06, válido até 2016).

O Sistema do Caldeirão é o principal sistema de abastecimento de água do Concelho da Guarda. A água utilizada tem origem na [albufeira do Caldeirão](#), que se

3. Viver em Pinhel

localiza na Ribeira do Caldeirão, afluente do Rio Mondego. Relativamente a Pinhel, este sistema iniciou o abastecimento de água no concelho durante o ano de 2005, nas povoações localizadas na região sul.



Quanto à Estação de Tratamento de Águas (ETA) do Caldeirão o esquema de tratamento definido para a produção de água potável compreende as operações ilustradas no quadro 3.

Quadro 3 - Operações na fase líquida e fase sólida da ETA do Caldeirão

Fase líquida	Tratamento de lamas
Pré-oxidação → Remineralização → Coagulação/Floculação → Decantação → Filtração → Desinfecção Final	Espessamento → Desidratação Mecânica em Filtro Prensa

Fonte: ADZC, 2007

Os efluentes domésticos da ETA são também tratados em fossa séptica (descarga licenciada através do Alvará de Licença N.º 29/06, válido até 16/02/2014).

As povoações do Concelho de Pinhel, no que diz respeito ao sistema de abastecimento de água, estão distribuídas como se mostra no quadro 4 (CMP, 2007).

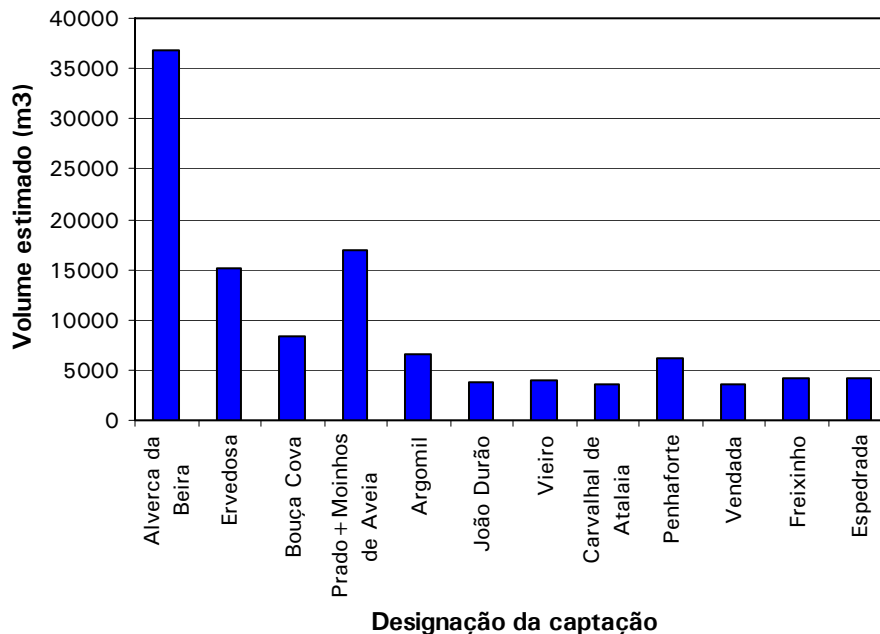
3. Viver em Pinhel

Quadro 4 - Pontos de entrega relativamente ao abastecimento de água no Concelho de Pinhel

Barragem do Vascopeiro	Barragem do Caldeirão	Sistema de Bouça Cova
Pinhel (elevado), Pinhel (Castelo), Malta, Quintã dos Bernardos, Quinta Nova, Ervas Tenras, Lameiras, Manigoto, Pereiro, Gamelas, Mangide, Souropires, Vale de Madeira, Vascopeiro, Cerejo, Valbom, Pala, Reigadinha, St ^a . Eufémia, Sorval, Póvoa D´ Rei, Bogalhal, Azêvo e anexas (Gabriel, Juízo, Madalena, Faia, St. ^o António e Aldeia), Cidadelhe, Ervedosa, Vieiro, Prados, João Durão e Espedrada	Pínzio e anexas (Miragaia, Trocheiros, Abadia e Cheiras), Safurdão, Salgueiral, Lamegal, Atalaia, Freixedas, Gouveias, Pomares, Roque, Arco, Vendada, Barregão, Penhaforte, Freixinho, Carvalhal de Atalaia e Carvalhal de Gouveias	Alverca da Beira, Bouça Cova e Estação de Pinhel

Fonte: ADZC, 2007

Gráfico 3 – Volume de água fornecida ao sistema de abastecimento por captações próprias (2005)



Fonte: CMP, 2005

3. Viver em Pinhel

Embora muitas povoações ainda fossem abastecidas por captações próprias em 2005, foi durante esse ano que a transição para os sistemas de abastecimento do Vascopeiro e do Caldeirão ocorreu. Assim esses casos não estão representados no gráfico anterior.

Actualmente, a rede de abastecimento de água apresenta no Concelho de Pinhel um nível de cobertura muito perto dos 100%, sendo que apenas a povoação de Argomil é ainda abastecida a partir de captação própria (CMP, 2007). A curto prazo o objectivo é abastecer todas as povoações com recurso à água das barragens, de maneira a que a água seja sujeita a um tratamento eficaz e chegue aos consumidores com qualidade. Uma água sem qualquer tratamento poderá ser prejudicial em termos de saúde pública.

O consumo de água é um dos indicadores mais importantes a ter em conta no descritor das águas de abastecimento visto que reflecte a estrutura social da população, demonstrando os seus hábitos e cultura. Segundo dados da Câmara Municipal, em 2006, o consumo total de água no Concelho de Pinhel foi de 416.053 m³. É nos meses de Verão (de Junho a Setembro) que mais água é consumida no concelho, muito provavelmente devido ao turismo e/ou chegada de emigrantes.

O consumo de água *per capita* corresponde à quantidade de água utilizada, em média, por cada habitante, expressa em litros por habitante por dia (l/hab.dia), também designado por capitação.

Em Pinhel, e para 2005, a capitação foi de 108,48 l/ (hab.dia) (tendo em conta a estimativa da população do INE para 2005: 10.319 hab. e o consumo de água em 2005: 408.576 m³). A capitação de água para o Concelho de Pinhel é claramente inferior à média nacional (208 l/hab.dia) e à média europeia (272 l/hab.dia).

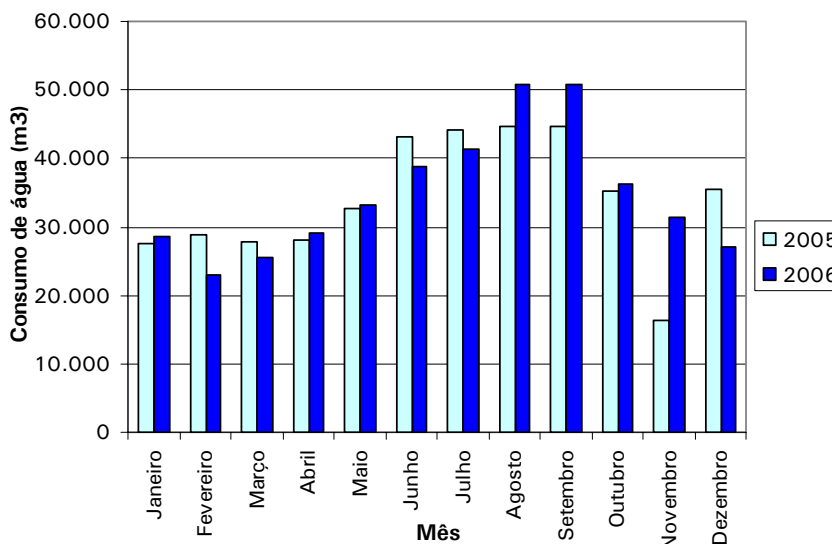
Entre a captação e a distribuição de água ao consumidor final poderão ocorrer inúmeras perdas, por razões que vão desde falhas da rede, até água que é efectivamente distribuída mas não é facturada. Não se sabendo ao certo este



3. Viver em Pinhel

valor, calcula-se a taxa de eficiência de um sistema de abastecimento público de água pela diferença entre o volume de água captada e o volume de água distribuída.

Gráfico 4 - Consumo mensal de água no Concelho de Pinhel, para os anos 2005 e 2006



Notas: 1) Embora os meses de Agosto e Setembro sejam contabilizados em conjunto, optou-se por dividir/distribuir equitativamente esse valor pelos dois meses;

2) O valor de Novembro de 2005 foi inferior ao esperado porque a área correspondente à cidade de Pinhel não foi contabilizada.

Fonte: CMP, 2006

De acordo com a AdP, (Águas de Portugal, SGPS), assume-se como objectivo para o ano de 2015 que a percentagem de perdas do sistema de distribuição seja de 20%. O valor estimado de média nacional para o volume de água por perdas entre a captação e o consumidor é de 35%.

Segundo dados das Águas do Zêzere e Côa, as perdas de água em relação ao colocado no ponto de entrega para a rede em baixa são cerca de 40%. Este valor, sendo elevado, pode corresponder ao volume de água perdido através de fissuras, roturas ou extravasamentos nas infra-estruturas de abastecimento de água e/ou volume de água decorrente do consumo não autorizado (por exemplo em ligações ilegais).

3. Viver em Pinhel

No caso de Pinhel, o facto de algumas povoações disporem de fontanários ligados à rede sem contador poderá ser uma de diversas causas a apontar nas elevadas perdas de água. Este é um tema bastante importante que deve ser tido em consideração por todos os intervenientes na questão do abastecimento de água.

Qualidade das Águas Superficiais

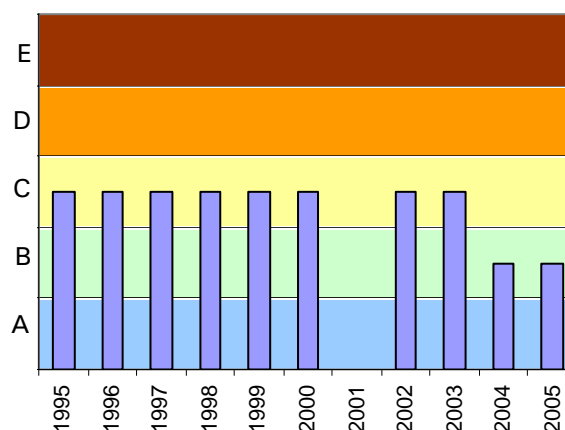
O SNIRH, contempla uma rede de monitorização de recursos hídricos superficiais, de qualidade de água, que contempla duas estações no Concelho de Pinhel, a estação de Cidadelhe, a norte do Concelho de Pinhel e a estação da Albufeira do Vascopeiro.

A classificação da qualidade da água para usos múltiplos permite obter informação sobre os usos que potencialmente podem ser considerados na massa de água classificada. São consideradas cinco classes: A – Excelente; B – Boa; C – Razoável; D – Má; E – Muito Má.



Relativamente à estação de Cidadelhe os resultados obtidos, entre 1995 e 2005, foram os seguintes:

Gráfico 5 – Classificação da água na estação de Cidadelhe



Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, 2005

3. Viver em Pinhel

Nos últimos dez anos a estação de Cidadelhe apresentou uma classificação na classe C (Razoável), suficiente para a irrigação, usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso, excepto nos anos 2004 e 2005 em que a qualidade de água foi considerada B (Boa), podendo satisfazer potencialmente todas as utilizações mas, no entanto, com qualidade ligeiramente inferior à água de Classe A.

A classificação dos cursos de água superficiais, de acordo com a [tabela definida pelo SNIRH](#) permite indicar que os [parâmetros responsáveis pela classificação](#) de 2004 e 2005, na estação de Cidadelhe, apontam entre outros para a presença de coliformes fecais, totais, manganês e CBO₅.

Os grupos dos coliformes totais e fecais, habitantes usuais do tracto intestinal do Homem e outros animais, são os indicadores mais utilizados para avaliar a qualidade microbiológica da água. A presença destes indica que poderão estar presentes micro-organismos causadores ou transmissores de doenças.

O manganês ocorre naturalmente em muitas origens de água e os seus inconvenientes resultam em problemas organolépticos (cor, gosto) e risco de desenvolvimento bacteriano.

O CBO₅ dá uma indicação da quantidade de matéria orgânica presente na água e do oxigénio necessário para proceder à sua oxidação por via biológica.

As causas da ocorrência destes parâmetros devem ser encontradas e o seu impacto avaliado, sendo que o tratamento posterior na ETA deve ser orientado e reforçado no sentido de minimizar eventuais problemas de saúde pública.

O SNIRH apresenta também as classificações da qualidade de água para a albufeira do Vascoveiro e para a albufeira do Caldeirão, que abastecem o Concelho de Pinhel, bem como os [parâmetros responsáveis pelas classificações](#).

Para ambas as albufeiras, a classificação da qualidade da água passou também da classe C, de qualidade aceitável, para a classe B, de boa qualidade, em 2004 e 2005.

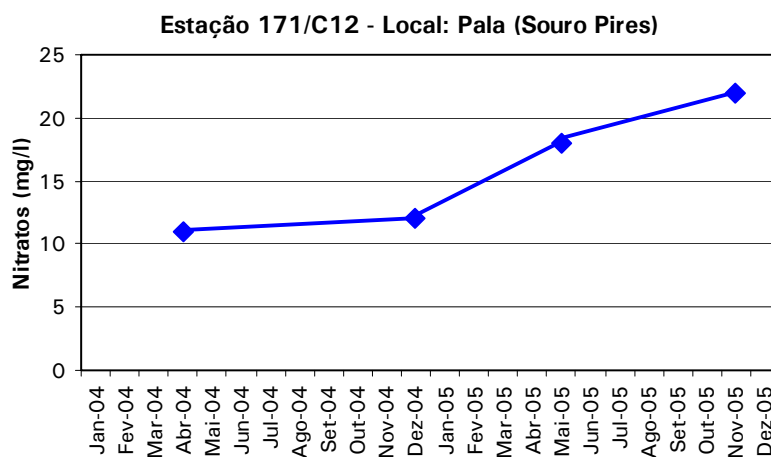


Qualidade das Águas Subterrâneas

Existem no SNIRH 22.258 pontos de água subterrânea, dos quais 7.364 têm informação detalhada. A nível nacional, pertencem à rede de quantidade 881 pontos e à rede de qualidade 1.017. No Concelho de Pinhel, na Freguesia de Souropires (Pala) existe um ponto de água subterrânea (poço) com dados de rede de qualidade, activa, para vigilância dos parâmetros de condutividade, nitratos, pH, azoto amoniacal e cloretos, com dados de 2004 e 2005.

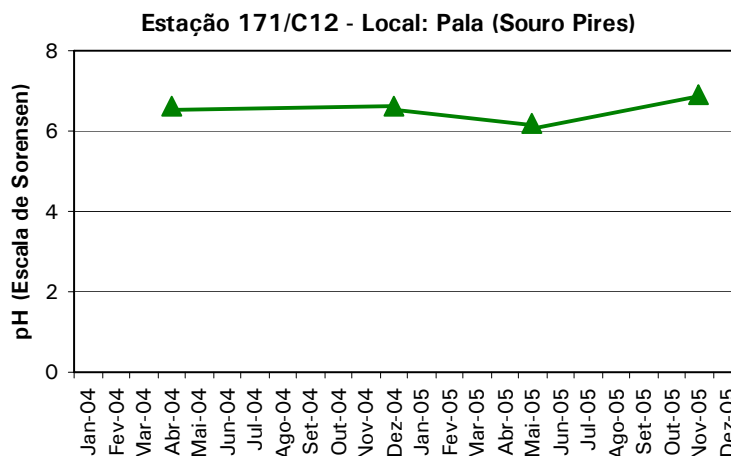
A classificação da qualidade da água subterrânea é efectuada de acordo com o Anexo I do DL 236/98 de 1 de Agosto. Todos os parâmetros analisados encontram-se abaixo dos valores máximos recomendados e/ou admissíveis pela legislação, sendo portanto esta uma água com boa qualidade. Por exemplo, no caso dos nitratos a legislação refere o valor máximo admissível de 50 mg/l NO₃.

Gráfico 6 - Qualidade de água subterrânea para o parâmetro Nitratos, em 2004/2005



Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, 2005

Gráfico 7 - Qualidade de água subterrânea para o parâmetro pH, em 2004/2005



Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos, 2005

Qualidade da Água para Consumo Humano

O Decreto-Lei 243/01, de 5 de Setembro é o diploma actual que estabelece as normas da qualidade de água para consumo humano. Este indica que o controle da qualidade da água deve obedecer a um controlo de rotina e um controlo de inspecção.

O controlo de rotina tem como objectivo fornecer regularmente informações sobre a qualidade organoléptica e microbiológica da água destinada ao consumo humano. Divide-se em controlo de rotina R1 (análise dos parâmetros *E. coli*, bactérias coliformes e desinfectante residual) e controlo de rotina R2 (restantes parâmetros). O controlo de inspecção visa obter as informações necessárias para verificar o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos no referido decreto.

3. Viver em Pinhel

Quadro 5 - Dados da qualidade da água para consumo humano - entidade gestora em alta – Águas do Zêzere e Côa, 2004 e 2005

	Volume distribuído (m3/dia)	Incumprimentos de frequência			Incumprimentos ao VP	
		N.º de análises regulamentares obrigatórias	N.º de análises efectuadas (total)	% de análises em falta	N.º de análises efectuadas (com VP)	% de análises em violação ao VP
VASCOVEIRO 2004	885	124	131	0,00%	101	0,00%
VASCOVEIRO 2005	1.417	155	167	0,00%	135	0,00%
CALDEIRAO 2005	403	53	56	0,00%	44	0,00%

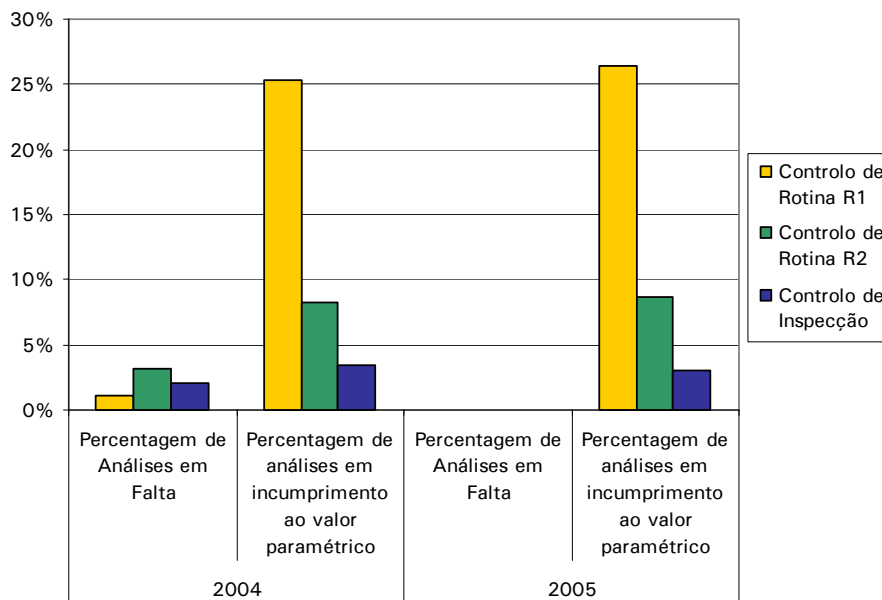
Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos, 2005

Tendo em conta os dois sistemas, verifica-se que o número de análises efectuadas foram superiores às análises regulamentares obrigatórias, o que indica um bom desempenho das Águas do Zêzere e Côa. Não se verificaram, nos anos 2004 e 2005, quaisquer análises em falta, estando a empresa a cumprir os critérios de frequência das amostras de qualidade da água, nem quaisquer análises em violação ao valor paramétrico.

No que respeita às análises da responsabilidade da Câmara Municipal, a percentagem de análises em incumprimento ao valor paramétrico foi cerca de 25% no caso do controlo de rotina R1, para 2004 e 2005. No caso do controlo de rotina R2 e controlo de inspecção, os parâmetros com maior incumprimento são o pH, o ferro, o manganês, e em algumas zonas de abastecimento o alumínio e o arsénio. A entidade gestora deve tentar encontrar as causas destes resultados no sentido de melhorar a qualidade da água. Não ocorreram, em 2005, análises em falta, o que em relação a 2004 indica um desempenho positivo por parte da Autarquia.

3. Viver em Pinhel

Gráfico 8 - Dados da qualidade da água para consumo humano - entidade gestora em baixa – Câmara Municipal de Pinhel, 2004 e 2005



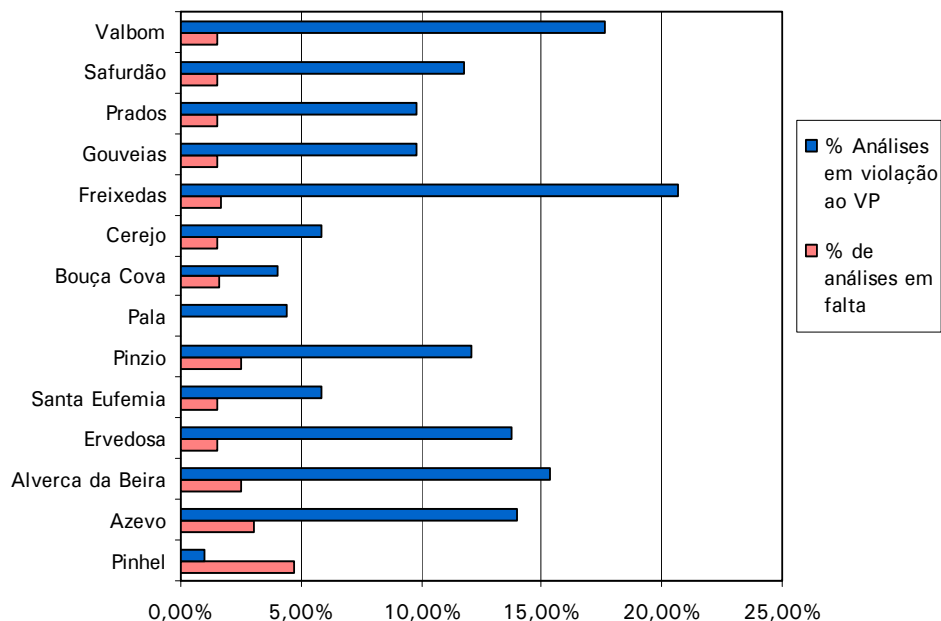
Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos, 2005

De acordo com os relatórios de análise da qualidade da água, entre 2004 e 2006, realizados pelo CESAB – Centro de Serviços do Ambiente, a pedido da Câmara:

- Não foi encontrado desinfectante residual (cloro) em várias amostras. (Deve obter-se um residual de cloro livre entre 0,2 e 0,6 mg/l ao longo de toda a rede, para garantir a potabilidade da água);
- A entidade gestora deve comunicar à autoridade de saúde os casos de incumprimento dos VP que constam na parte C) do Anexo I do DL nº 243/01. No caso de incumprimentos dos VP que constam na parte A) e B) do mesmo anexo, devem ser informadas a autoridade de saúde e o Instituto Regulador de Águas e Resíduos.

3. Viver em Pinhel

Gráfico 9 - Incumprimentos à frequência mínima de amostragem e aos valores paramétricos, de acordo com as zonas de abastecimento, no Concelho de Pinhel, em 2004

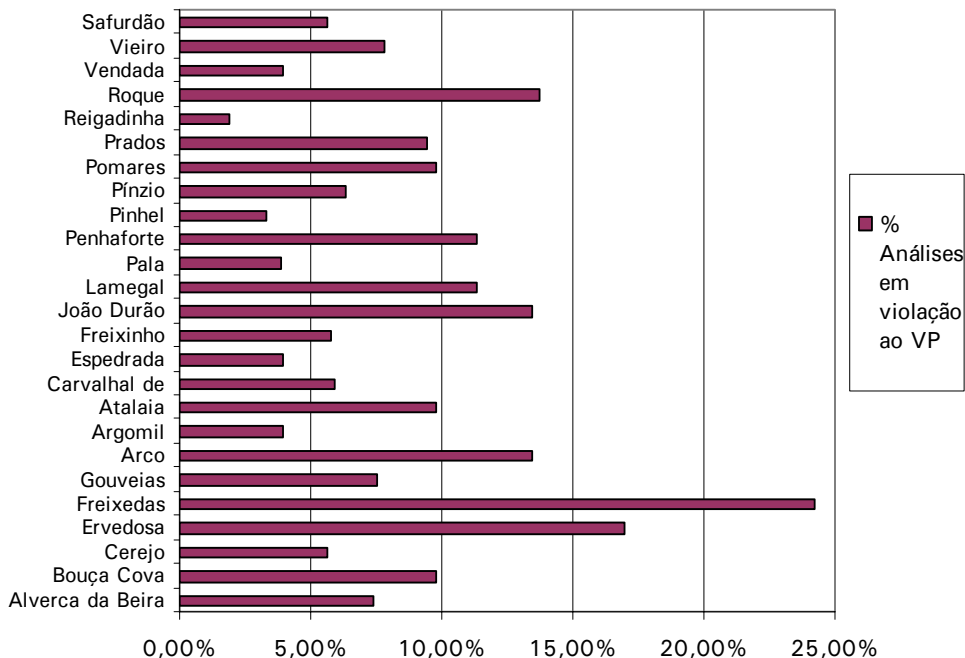


Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos, 2004

Em 2004 as zonas de abastecimento de Freixedas, Valbom e Alverca da Beira foram as zonas com maior percentagem de análises em violação ao VP (entre 15% a 21%). Em 2005 a zona de Freixedas aumentou ligeiramente a percentagem de análises em violação ao VP, sendo que Ervedosa apresentou um resultado acima de 15%.

3. Viver em Pinhel

Gráfico 10 - Incumprimentos aos valores paramétricos, de acordo com as zonas de abastecimento, no Concelho de Pinhel, em 2005



Fonte: Instituto Regulador de Águas e Resíduos, 2005

De acordo com as [análises de água fornecidas pelo Centro de Saúde de Pinhel](#), referentes a 15 de Janeiro de 2007, os resultados corroboram o dito anteriormente, ou seja, foram encontrados valores superiores ao VP, na análise bacteriológica, de E. coli e coliformes totais. Quanto à análise físico-química foram detectados valores de ferro e alumínio superiores ao VP, bem como a não existência de cloro residual.

Por informação do técnico do centro de saúde quando um valor das análises de água é superior ao definido pela legislação, as juntas de freguesia são notificadas da ocorrência.

O Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) delineou um ciclo anual de controlo da qualidade da água, sendo que a câmara de Pinhel é a responsável pela realização do número de campanhas de amostragem, por tipo de controlo e por zonas de abastecimento (ver quadro 6).

3. Viver em Pinhel

Quadro 6 - Resumo da frequência de amostragem por zona de abastecimento, em 2007

Zonas de abastecimento	Nº de Campanhas de Amostragem		
	Controlo de Rotina R1	Controlo de Rotina R2	Controlo de Inspeção
Pinhel	24	10	2
Alverca da Beira	12	4	1
Sector Sul	12	4	1
Bouça Cova	2	2	1
Prados	2	2	1
Argomil	2	2	1
João Durão	2	2	1
Espedrada	2	2	1
Total	58	28	9

Fonte: Câmara Municipal de Pinhel, 2007

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) tem como objectivo o tratamento final das águas residuais produzidas pelas populações, permitindo uma possível reutilização destas, através de um processo longo e faseado. A escolha de um sistema de tratamento é determinada por vários factores: características quantitativas e qualitativas das águas residuais, localização do sistema e objectivos de qualidade que se pretendem – imposição do grau de tratamento.

A entidade gestora responsável pelo serviço em alta de saneamento de águas residuais urbanas no Concelho de Pinhel é a empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A. Segundo dados da empresa, o concelho tem onze [ETAR's em funcionamento](#), sendo que estão previstas para 2010 mais três (Gouveias/Pomares, Prados e Ervedosa). Relativamente à ETAR da cidade de Pinhel, esta recebe os efluentes da adegas cooperativa e de indústrias indiferenciadas do concelho. A ETAR de Valbom recebe os efluentes do matadouro, devendo por isso merecer especial atenção no tratamento e posterior descarga para os recursos hídricos. De salientar que tanto a adegas como o matadouro possuem sistemas de pré-tratamento devido à elevada carga orgânica presente nos efluentes produzidos.

3. Viver em Pinhel

O nível de tratamento de todas as ETAR's é o secundário, sendo que o tratamento de águas residuais numa ETAR deve consistir em quatro fases, designadas tratamento preliminar, primário, secundário e terciário. Este último consiste na desinfecção e controlo de nutrientes.



A grande aposta da empresa Águas do Zêzere e Côa, passa pela construção de lagoas de macrófitas associadas a uma fossa séptica, uma solução tida como a melhor para o saneamento em pequenos aglomerados. As macrófitas são plantas, como caniços, juncos e espadanas, que têm a capacidade de apurar a água através de processos específicos. A construção de ETAR's com Lagoas de Macrófitas representam baixo custo de investimento, de exploração e manutenção, boa integração paisagística, baixa emissão de cheiros, alta eficácia de tratamento e são ecológicas.

Quanto às redes de drenagem de águas residuais, o nível de cobertura do concelho é de 85%. Ainda não estão abrangidas pela rede as povoações de Aldeia, Faia, João Durão, Estação de Pinhel, Moinhos de Aveia, Carvalhal de Gouveias, Arco, Freixinho, Penhaforte, Barregão, Vendada, Vendinha, Mangide e Argomil. Estão em execução as redes de drenagem das povoações de Carvalhal de Atalaia, Prados, Póvoa D´El Rei e Sorval.

Quadro 7 - Drenagem e tratamento de águas residuais, no Concelho de Pinhel, em 2003

Drenagem de caudais			Tratamento de águas residuais em ETAR e fossas sépticas municipais (m ³)
Total (m ³)	Origem (m ³)		
	Residencial e Serviços	Industrial	
350.000	245.000	105.000	350.000

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2004

3. Viver em Pinhel

As águas residuais drenadas são provenientes em maior quantidade das áreas residenciais e de serviços, sendo que 350.000 m³ são tratadas em ETAR e fossas sépticas municipais (ver quadro 7).

As lamas são um produto inevitável do tratamento de águas residuais, provenientes essencialmente da acumulação dos produtos em suspensão na água residual afluente, geralmente transformados pela acção de microrganismos em acção durante o tratamento. As lamas caracterizam-se por apresentarem um elevado teor de humidade, de matéria orgânica e nutrientes (azoto, fósforo e potássio) e potencialmente metais pesados (micropoluentes inorgânicos). Face a estas características, as lamas têm que ser convenientemente tratadas antes de serem enviadas para destino final.

As lamas são geralmente enviadas para espessamento seguindo para desidratação, onde se reduz o volume de água presente. A montante da desidratação as lamas podem ser estabilizadas, consoante o seu destino final.

Quando depositadas no solo sem qualquer tratamento, as lamas libertam gases tóxicos, resultado da decomposição anaeróbia, o que origina poluição atmosférica e riscos para o Homem, além dos óbvios odores intensos que causam incómodo. Os metais pesados que potencialmente se encontram na constituição das lamas irão infiltrar-se no solo, com conseqüente contaminação deste e das águas subterrâneas.

Segundo a empresa Águas do Zêzere e Côa, as [lamas das ETAR's do Concelho de Pinhel](#) têm como destino a agricultura. Pelo facto de estas possuírem grande quantidade de matéria orgânica (56%), podem ser benéficas para os solos, melhorando as características físicas e químicas, e diminuindo o risco de erosão. Em Pinhel, dado o largo predomínio de solos ácidos (de origem granítica), o uso de lamas de ETAR na agricultura deverá trazer melhorias na subida do pH. De salientar a existência de legislação (Decreto-Lei nº 118/2006), relativa à utilização de lamas de depuração em solos agrícolas provenientes de ETAR's, fossas sépticas e outras, que deve ser tida em conta por todos os intervenientes nesta matéria.



3. Viver em Pinhel

3.2.2.2. Resíduos e Limpeza Urbana

Os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) são definidos de acordo com o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio como “resíduos provenientes das habitações bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes das habitações”.

A empresa Águas do Zêzere e Côa é a responsável pelo sistema, em alta, de gestão de resíduos sólidos urbanos no Concelho de Pinhel, nomeadamente a recolha selectiva (nos ecopontos). Existem 18 equipamentos deste género no concelho, cada um com papelão, vidro, embalão e pilhão, 13 na cidade e os restantes nas freguesias de Alverca da Beira, Freixedas, Pala, Souropires e Manigoto, o que perfaz, em média, um ecoponto por cada 573 habitantes (tendo em conta a estimativa de população em 2005 do INE).



Foi atribuída à empresa, em Julho de 2003, a concessão do Sistema Multimunicipal de Triagem, Recolha Selectiva, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos da Cova da Beira, sistema que integra um Aterro Sanitário, uma Central de Compostagem, uma Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes, sete Estações de Transferência, 11 Ecocentros e 377 Ecopontos.

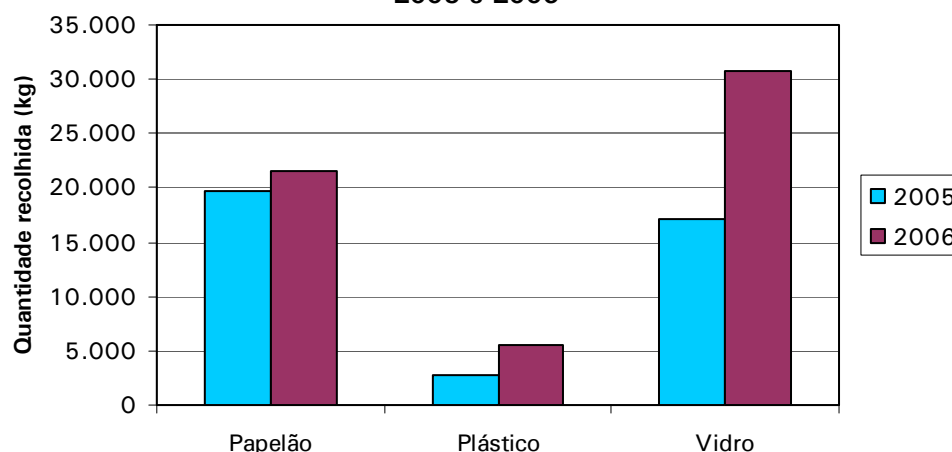
No Concelho de Pinhel existe uma Estação de Transferência e um Ecocentro, construídos em 2003, na altura da selagem e recuperação ambiental da Lixeira de Pinhel. A Estação de Transferência permite o armazenamento temporário dos resíduos produzidos no concelho, sendo transportados de seguida para o Fundão para deposição em Aterro, sendo este transporte assegurado pela empresa Nova Beira.

O Ecocentro é um parque com contentores onde podem ser depositados, para além dos resíduos dos ecopontos, resíduos de grandes dimensões (electrodomésticos,

3. Viver em Pinhel

sofás, madeiras, entre outros), ou com características específicas (óleos usados). Nos utilizadores deste espaço incluem-se os municípios, as empresas e os utentes particulares. Os municípios e empresas podem colocar gratuitamente papel e cartão, plástico e vidro, sendo que os restantes materiais são sujeitos à tarifa de deposição de resíduos sólidos urbanos. As viaturas são pesadas à entrada e à saída das instalações, onde é emitido um talão de pesagem para posterior facturação. No caso dos utentes particulares podem depositar gratuitamente todo o tipo de resíduos mencionados anteriormente, incluindo os de grande dimensão, em quantidade e periodicidade definida pela empresa Águas do Zêzere e Côa.

Gráfico 11 – Quantidade de papel, plástico e vidro recolhidos no Concelho de Pinhel, em 2005 e 2006



Fonte: Águas do Zêzere e Côa, 2007

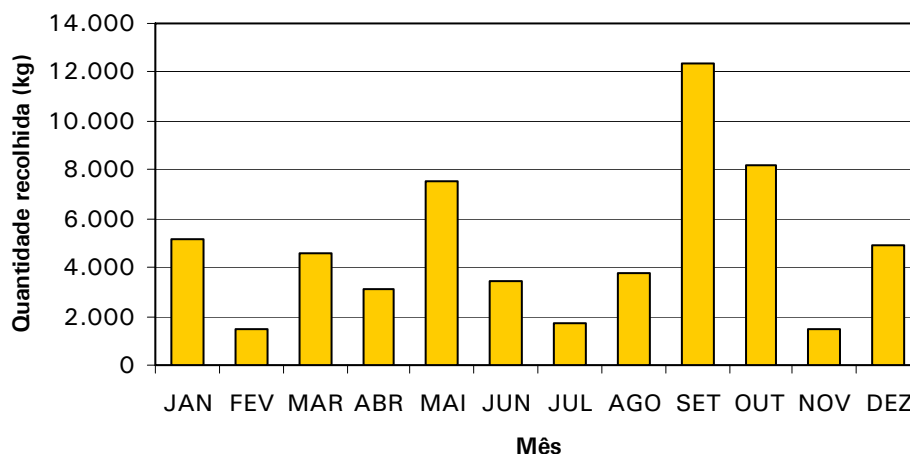
A quantidade de material recolhido selectivamente aumentou de 2005 para 2006, sendo que o vidro e o papelão são os que atingem os maiores valores.

Segundo informações da empresa Águas do Zêzere e Côa, a periodicidade de recolha dos resíduos é feita em função dos níveis e frequência de enchimento dos ecopontos. A recolha bifluxo cartão/plástico é feita de 3 em 3 semanas, sendo feito o levantamento dos níveis de enchimento dos vidrões para que sejam recolhidos quando existir pelo menos um ecoponto a 100% ou vários a 75%. Por

3. Viver em Pinhel

este motivo, existem meses em que a recolha do vidro não é realizada (como aconteceu em 2006, em 4 meses do ano).

Gráfico 12 – Quantidade total de papel, plástico e vidro, recolhidos por mês no Concelho de Pinhel, em 2006



Fonte: Águas do Zêzere e Côa, 2007

Os serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos em baixa, designadamente a recolha indiferenciada de resíduos sólidos urbanos (nos contentores de 100l e 800l) e a limpeza urbana, são realizados pela empresa Dias Verdes, através de um contrato de prestação de serviços com a Câmara Municipal. A limpeza urbana inclui a varredura manual e mecânica, a lavagem das ruas, a limpeza de sarjetas e a deservagem (mediante corte e aplicação de herbicidas).

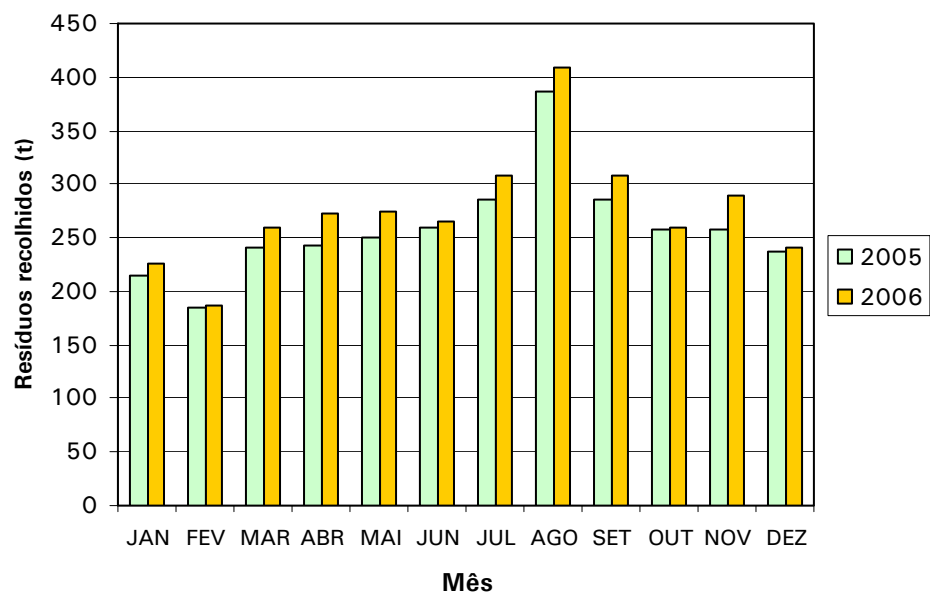
Existem no Concelho de Pinhel cerca de 412 contentores de 800 litros e 462 contentores de 100 litros, sendo que as freguesias com maior número total de contentores são Pinhel (244), Freixedas (84), Pala (56), Pínzio (55), Alverca da Beira (42) e Souropires (41).

A recolha dos resíduos indiferenciados pela empresa Dias Verdes é feita em 59 lugares do concelho e de forma diferente consoante o período de Inverno – Outubro a Maio (inclusive) e o período de Verão - Junho a Setembro (inclusive). No

3. Viver em Pinhel

primeiro caso a recolha é feita diariamente (excepto domingo) na cidade de Pinhel, duas vezes por semana nos locais com maior população e uma vez por semana nos restantes locais. No segundo caso a recolha é feita também diariamente (excepto domingo) na cidade de Pinhel, sendo que em todos os outros 58 locais é feito duas vezes por semana.

Gráfico 13 - Quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos no Concelho de Pinhel, em 2005 e 2006



Fonte: Câmara Municipal de Pinhel, 2007

A quantidade de resíduos indiferenciados recolhidos é bastante significativa em todos os meses do ano, atingindo o seu pico no mês de Agosto, muito provavelmente devido ao turismo.

Os resíduos verdes (resultantes, por exemplo, da manutenção dos jardins) são encaminhados para a estação de compostagem do Fundão, o que é um ponto positivo na gestão deste tipo de resíduos. No entanto, o facto de serem transportados em conjunto com os resíduos indiferenciados, pode levar à sua

3. Viver em Pinhel

contaminação e posteriormente afectar a qualidade do composto final, resultante do processo da compostagem.

Por indicação da empresa Águas do Zêzere e Côa, a percentagem de resíduos valorizada, nos últimos dois anos, foi na ordem dos 45%, sendo a depositada em aterro cerca de 65%. Embora estes valores já demonstrem uma preocupação nesta área, é necessária uma maior valorização dos resíduos em termos de compostagem dos resíduos verdes e orgânicos e de melhoramento dos índices de reciclagem. A sensibilização junto da população, e mais particularmente nas escolas, são etapas muito importantes para a separação correcta dos resíduos e diminuição da quantidade enviada para aterro.

Quadro 8 - Quantidade de resíduos sólidos produzidos por habitante e por dia, no Concelho de Pinhel

Ano	RSU produzidos (t)		Habitantes	RSU kg/ (hab.dia)
	Indiferenciados	Selectiva		
1999	2548	-	12.693	0,55
2001	3672	68	10.954	0,94
2005	3106	40	10.319 (INE, 2005)	0,84

Fonte: dados de 1999: CMP; dados de 2001: INE; dados de 2005: CMP e AdZC

A produção de resíduos sólidos por habitante e por dia, no Concelho de Pinhel, é por isso inferior à média nacional que é de 1,21 kg/ (hab.dia).

Quadro 9 - Capitação da recolha selectiva no Concelho de Pinhel, nos anos 2001 e 2005

Ano	RSU recolhida selectivamente (t) (papel, plástico e vidro)	Capitação da recolha selectiva (kg/(hab.dia))
2001	68	0,02
2005	40	0,01

Fonte: dados de 2001: INE; dados de 2005: AdZC

3. Viver em Pinhel

A produção de resíduos industriais constitui outra das questões importantes na temática dos resíduos. De acordo com a CCDR Centro, a produção total de resíduos industriais no Concelho de Pinhel, em 2005, foi de 4.768,547 toneladas.

Quadro 10 - Resíduos industriais produzidos no Concelho de Pinhel, em 2005

Freguesia	Quantidade (t)
Alverca da Beira	30,07
Freixedas	1.447,75
Gouveias	58,08
Lameiras	1.856,41
Pala	3
Pereiro	31,75
Pinhel	1.340,087
Valbom	1,4
Total	4.768,547

Fonte: Produção de Resíduos Industriais na Região Centro em 2005, CCDR Centro, Dezembro de 2006

Estes valores são o resultado dos Mapas de Registo de Resíduos de 2005, enviados anualmente pelos industriais às respectivas CCDR, de acordo com uma obrigatoriedade legal. É de salientar o facto de, possivelmente, algumas empresas não cumprirem esta exigência, o que pode levar a que a produção total de resíduos industriais seja superior ao valor apresentado anteriormente. Deste modo, é necessário uma maior fiscalização e responsabilização dos produtores de resíduos.

Uma questão ambiental complexa é o abandono indiscriminado de todo o tipo de resíduos, em especial os Resíduos de Construção e Demolição (RCD), em locais não controlados e de modo aleatório. Em Pinhel, por indicação da Câmara Municipal, esta é uma situação recorrente e que não é controlada.



3. Viver em Pinhel

De acordo com o Instituto de Resíduos (dados referentes a 2006) existe em Pinhel, na Quinta dos Bernardos, um operador autorizado para a gestão de pneus usados denominado Valorizarpneu – Recolha e triagem de pneus, Lda. Todas as entidades públicas ou privadas podem entregar, livre de encargos, qualquer tipo e quantidade de pneus.

3.2.2.3. Qualidade do Ar

Atendendo a informação sobre a Orografia, Uso do Solo, Densidade Populacional e de Campanhas de Monitorização efectuadas a nível nacional, foram delimitadas na Região Centro três Zonas e duas Aglomerações: Zonas Centro Interior, Centro Litoral e de Influência de Estarreja; Aglomerações de Coimbra e de Aveiro/Ílhavo. As zonas são áreas geográficas de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional. As aglomerações são caracterizadas por um número de habitantes superior a 250.000 ou em que a densidade populacional seja superior a 500 habitantes por km².

Nas Zonas Centro Litoral e Centro Interior, o acompanhamento é efectuado por duas estações do tipo Regional de Fundo, muito distanciadas de fontes industriais, vias de tráfego e de outras fontes emissoras, para que sejam representativas de uma vasta área.

No caso do Centro Interior, do qual Pinhel faz parte, a monitorização é feita a partir da estação de Salgueiro, no Fundão, a funcionar desde Junho de 2003. Nesta estação são medidos os poluentes: Monóxido de Azoto (NO); Dióxido de Azoto (NO₂); Óxidos de Azoto (NO_x); Ozono (O₃); Dióxido de Enxofre (SO₂); Partículas < 10 µm (PM10); Partículas < 2.5 µm (PM2.5).



3. Viver em Pinhel

De acordo com o Relatório de Qualidade do Ar da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), em 2005, relativamente ao dióxido de enxofre e dióxido de azoto não se verificou na estação de Salgueiro qualquer ultrapassagem dos Valores Limite quanto à protecção da saúde humana e protecção dos ecossistemas. Relativamente ao ozono registaram-se duas ultrapassagens ao Valor Limiar de Informação ao Público, bem como várias em relação ao Valor Alvo de Protecção da Saúde Humana, nomeadamente no período de Verão.

É de toda a importância perceber se os valores de ozono superiores ao estabelecido na legislação ocorrem ou não no Concelho de Pinhel. No caso afirmativo, a CCDR Centro aconselha a elaboração de Planos de Acção de Curto Prazo, cuja implementação reduza a sua ocorrência e minimize os efeitos na saúde humana. As partículas PM10 são outro caso importante a estudar visto que também ocorreram excedências na estação de Salgueiro, quanto ao Valor Limite para a Protecção da Saúde Humana.

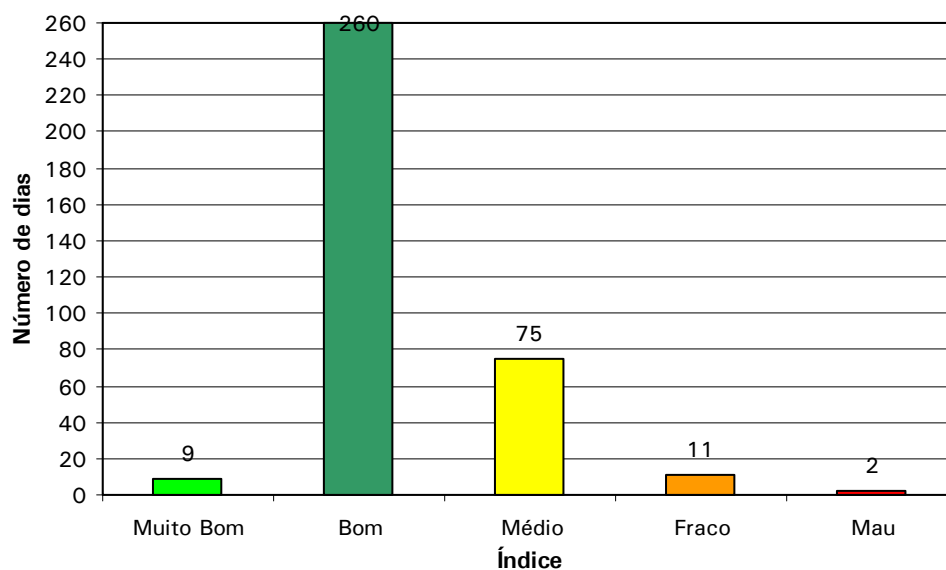
No entanto, é de salientar que a estação analisada encontra-se a uma distância ainda considerável do Concelho de Pinhel, pelo que os resultados obtidos podem não ser representativos da qualidade do ar no concelho. Dada a fraca industrialização do concelho e o número reduzido de habitantes e por conseguinte de viaturas a circular, os focos de poluição atmosférica são diminutos, pelo que podemos induzir que a qualidade do ar no Concelho de Pinhel é boa.

Em 2005 o índice de qualidade do ar, para a região Centro Interior, que abrange o Concelho de Pinhel, foi considerado “Bom”, em 260 dias do ano.



3. Viver em Pinhel

Gráfico 14 - Índice de qualidade do ar para a região Centro Interior 2005



Fonte: IA (QualAr), 2005

3.2.2.4. Ruído

O mapa de ruído do Concelho de Pinhel foi elaborado em Dezembro de 2005, através de uma candidatura para Apoio Financeiro da Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB) e com base no Regime Legal sobre a Poluição Sonora (RLPS), aprovado pelo DL n.º 292/2000.



O ruído foi medido em vários pontos. São eles:

- 8 pontos nas principais estradas dos concelhos: A25, EN 221, EN 324, e EN 226 e na estrada municipal em alguns troços;
- 1 ponto junto à linha de caminho de ferro;
- 3 pontos na zona industrial, junto de três unidades industriais: Alumínios Falcão Lda., Alumínios de Pinhel e Serralharia de Arte, Lda.

Da elaboração dos Mapas de Ruído (diurno e nocturno) constatou-se que:

3. Viver em Pinhel

- Nas zonas mais afastadas das povoações, os níveis de LAeq, para os dois períodos é baixo;
- Na zona dos eixos rodoviários foram atingidos níveis de pressão sonora na ordem dos 70/75 dB(A). As habitações localizadas na envolvente destes eixos ficam sujeitas a níveis de ruído superiores ao valor regulamentar estipulado para zonas sensíveis;
- Nas imediações das indústrias e junto ao eixo ferroviário foram atingidos níveis de pressão sonora < 65 dB(A).

Publicado em Janeiro de 2007, o novo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo DL nº 9/2007 de 17 de Janeiro, define três períodos: período diurno (das 7 às 20h), o período do entardecer (das 20h às 23h) e o período nocturno (das 23h às 7h), e a utilização de um indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno (Lden). Assim, de acordo com o artigo 11.º:



- a) As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Ln* (nocturno);
- b) As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*.

Como referido anteriormente, na zona dos eixos rodoviários do Concelho de Pinhel, os níveis de pressão sonora são muito elevados. Deve-se ter em conta, e de acordo com o artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído, que “as zonas sensíveis ou mistas com ocupação expostas a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados no artigo 11.º devem ser objecto de **planos municipais de redução de ruído**, cuja elaboração é da responsabilidade das câmaras municipais”.

3. Viver em Pinhel

O Concelho de Pinhel, por indicações da CMP, tem cerca de 30 pedreiras licenciadas. Seria conveniente fazer medições de ruído junto a algumas dessas infra-estruturas visto que o mapa de ruído não aborda essa questão e as pedreiras poderão ser outro foco de elevado nível de pressão sonora.

3.2.2.5. Conservação da Natureza

Áreas Protegidas

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito Europeu que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

É composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies:

- **Zonas de Protecção Especial (ZPE)** - criadas ao abrigo da Directiva Aves (79/409/CEE) e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats (listadas no anexo I da Directiva) e das espécies de aves migratórias (não referidas no anexo I) e que ocorram de forma regular;
- **Zonas Especiais de Conservação (ZEC)** – criadas ao abrigo da Directiva Habitats (92/43/CEE), com o objectivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e seminaturais (anexo I da Directiva) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II da Directiva).

O Concelho de Pinhel engloba, no seu território, a **Zona de Protecção Especial do Vale do Côa**. A ZPE tem uma área total de **20.607,35 ha** e tem como diploma de classificação o DL n.º 384-B/99 de 23/09/1999.

3. Viver em Pinhel

Apesar de constituir uma zona maioritariamente desprovida de vegetação natural subsistem diversos enclaves de matos préflorestais diversos, assim como sobreirais, azinhais e zimbrais. Em termos de ocupação do solo e sendo uma zona eminentemente rural, os principais sectores de actividade são a pastorícia e as culturas do olival, amendoal e vinha, por ordem decrescente de importância.

Constitui uma área importante para a avifauna rupícola, sendo de destacar a população nidificante de Britango *Neophron percnopterus*, que corresponde a um dos mais significativos núcleos do nosso país e também para o Chasco-preto *Oenanthe leucura*, que é frequente nas zonas mais áridas desta ZPE. A área assume igualmente relevância para a Águia-real *Aquila chrysaetos*, Grifo *Gyps fulvus* e a Águia de Bonelli *Hieraaetus fasciatus*. A grande extensão de matos proporciona a ocorrência e uma certa abundância de diversos passeriformes como a Toutinegra-tomilheira *Sylvia conspicillata*, a Toutinegra-de-bigodes *Sylvia cantillans* ou a Toutinegra-dos-valados *Sylvia melanocephala* (ver Espécies Alvo de Orientações de Gestão - Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I e Outras Aves do Anexo I da Directiva 79/409/CEE e Migradoras não incluídas no Anexo I)



Águia-real



Britango



Toutinegra-de-bigodes

Factores de Ameaça

De acordo com o Plano Sectorial da Rede Natura 2000, algumas das ameaças à ZPE do Vale do Côa são:

- Os incêndios florestais resultantes do abandono quase total do cultivo cerealífero e realização frequente de queimadas por parte de pastores;

3. Viver em Pinhel

- A abertura de acessos e a extracção de pedra que a médio prazo podem vir a influenciar negativamente os núcleos de avifauna rupícola;
- A eventual construção das barragens de Pêro Martins e Senhora de Monforte, que poderão submergir importantes troços de biótopos rupícolas.

Exemplos de Orientações de Gestão para a ZPE (Plano Sectorial da Rede Natura 2000)

- Manutenção do conjunto de actividades agropecuárias tradicionais, nomeadamente a cerealicultura e a silvo-pastorícia devido à criação de um mosaico de habitats (pastagens, sementeiras, matos, montados) de onde dependem as presas da Águia de Bonelli e da Águia-real;
- Recuperação natural dos maciços florestais de sobreiro, azinheira e carvalho-cerquinho;
- Incrementar sustentabilidade económica de actividades com interesse para a conservação;
- Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;
- Estabelecer programa de repovoamento / fomento / reintrodução de presas.

Espécies de Fauna e Flora

Ao nível da **avifauna** é relativamente fácil observarmos aves tão raras e majestosas como a cegonha preta, o abutre do Egipto, o grifo, a águia real, a águia de bonelli (já referidas no ponto anterior), ou tão vistosas como o melro azul, o guarda-rios, o chasco preto, o abelharuco e o papa-figos.

O Rio Côa e afluentes facilmente nos possibilitam a confirmação da presença da lendária lontra. Para as comunidades piscícolas, as ribeiras das Cabras e da Pêga apresentam uma **ictiofauna** composta exclusivamente por ciprinídeos e onde domina, claramente, o escalo do Norte. Para além do escalo, ocorrem ainda na ribeira mais caudalosa (ribeira da Pêga) o barbo do Norte, a boga do Norte e o Bordalo.

3. Viver em Pinhel

Em termos de **flora**, no Concelho de Pinhel, para além da amendoeira, é possível encontrar narcisus, linárias e orquídeas selvagens.



Narcissus Triandus



Orchis Coriophora



Madressilva

Floresta

De acordo com a Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior, o Município de Pinhel tinha, em 1990, uma área florestal equivalente a 17,66% do seu território, ocupando o Pinheiro Bravo 57,45% daquela, seguindo-se o Carvalho (26,95%), o Sobreiro (6,44%) e a Azinheira (4,29%).

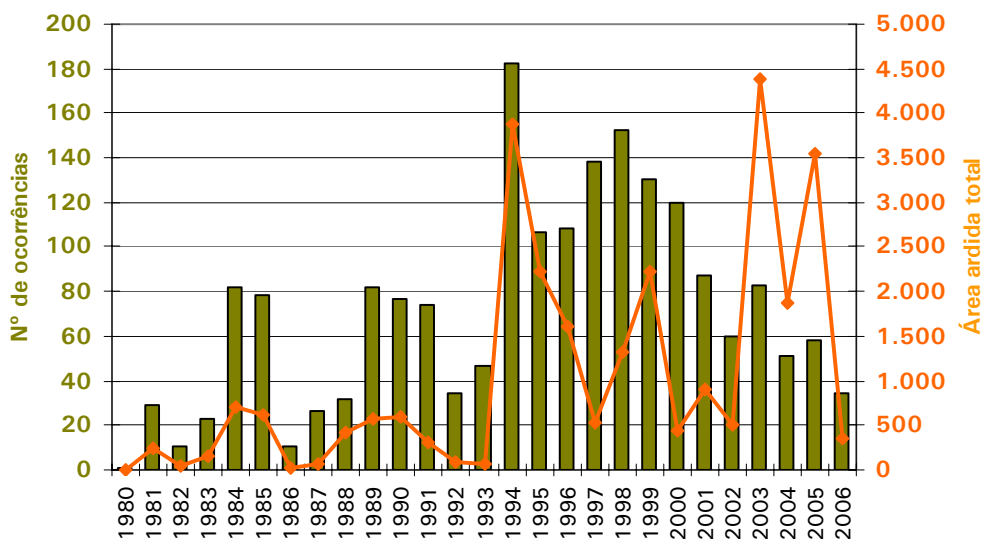
Actualmente, e de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Pinhel, recentemente aprovado, os povoamentos florestais de porte arbóreo encontram-se em número bastante reduzido, limitando-se a escassas manchas de pinhal-bravo e a galerias de salgueiro, choupo e freixo. Sendo assim, a actividade silvícola no concelho é muito pouco significativa.

De salientar que embora a floresta no concelho não tenha grande expressão territorial, devido principalmente ao elevado número de incêndios ocorridos ao longo dos últimos anos (situação abordada no ponto seguinte), existe potencial produtivo de algumas espécies arbóreas, nomeadamente o sobreiro, que é favorável a norte do concelho, e o castanheiro, cujo potencial é óptimo (favorável) em praticamente todo o Concelho de Pinhel (Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, 2006).

Incêndios Florestais

Sendo Portugal um país mediterrâneo é, do ponto de vista climático, caracterizado por Verões quentes e secos, antecedidos de Invernos frios e chuvosos. A conjugação deste cenário climático com a existência de áreas de topografia acidentada cobertas por vegetação pirofítica torna-o bastante susceptível à ocorrência de fogos florestais. Esta tendência tem vindo a ser reforçada pela ausência de uma gestão florestal eficaz, por desequilíbrios na constituição dos povoamentos florestais, pelo desordenamento da sua implantação e pelo abandono a que se encontram votadas extensas áreas florestais (Relatório de Estado do Ambiente, 2003).

Gráfico 15 - Nº de ocorrências e área ardida total no Concelho de Pinhel, entre 1980 e 2006



Fonte: DGRF, 2007

Pela análise do gráfico 15 é notória uma grande variação no nº de ocorrências e na área ardida ao longo dos anos, sendo que em 1994 foi quando se verificou o maior número de incêndios e em 2003 a maior área ardida total (bateu todos os recordes

3. Viver em Pinhel

na região com cerca de 4.500 ha de área ardida). Um ponto positivo a assinalar é o facto de 2006 ter sido, desde 1994, o ano com menor área ardida total (352,7 ha).

De acordo com a DGRF, em termos da área ardida total nas freguesias do Concelho de Pinhel, de 1999 a 2006, as freguesias mais afectadas foram Gouveias (2.591 ha), Atalaia (1.924 ha), Pomares (1.902 ha), Pinhel (1.625 ha), Lamegal (1.533 ha) e Azêvo (1.291 ha).

Em relação a 2006, foi em Cidadelhe que a área ardida total foi a maior do concelho, com 205,5 ha. Os motivos prendem-se com a renovação das pastagens.

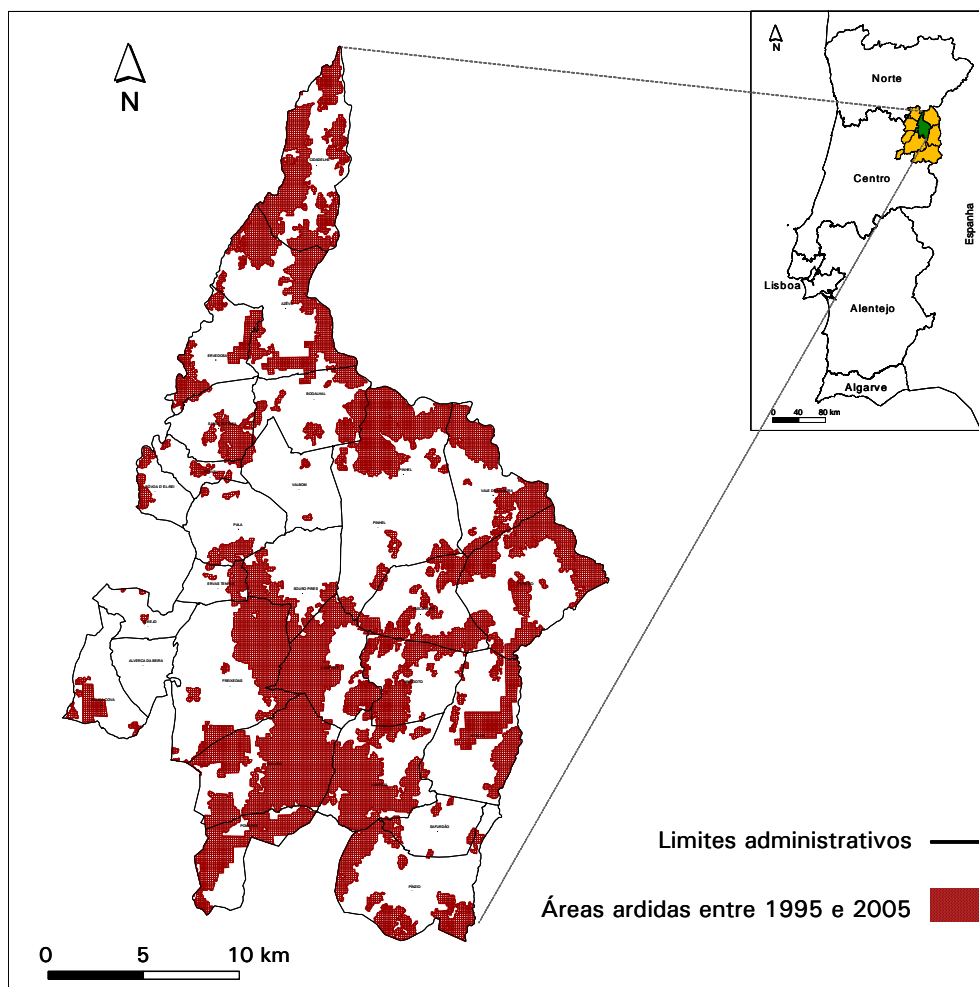
O Concelho de Pinhel tem sido fustigado ao longo dos anos com incêndios de grandes proporções. Aliás, a forte incidência de incêndios florestais nesta região, à semelhança daquilo que se tem observado em praticamente toda a região mediterrânea, tem sido relacionado com a quantidade de biomassa acumulada, na sequência do abandono dos usos tradicionais do território (Pausas, 2004).

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, de 2006, existe recorrência de áreas queimadas no Concelho de Pinhel, variando de 1 a 4 recorrências, principalmente na parte Sul do concelho e junto ao Rio Côa.

Recentemente foi aprovado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Pinhel, um instrumento bastante útil e que deve ser alvo de extrema atenção por parte das entidades competentes nesta área dos incêndios florestais.



Figura 8 – Localização das áreas ardidas no Concelho de Pinhel, entre 1995 e 2005



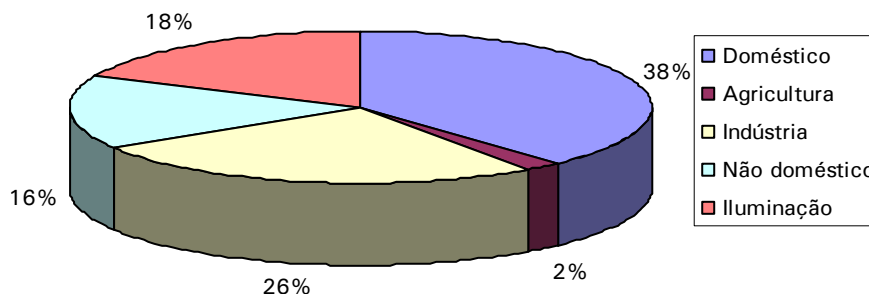
Fonte: Câmara Municipal de Pinhel, 2007

3.2.2.6. Energia

Analisando os consumos de energia eléctrica, segundo dados do INE para 2003, o Concelho de Pinhel consumiu 23.809.000 kWh. Do consumo total 38% é consumo doméstico, sendo a indústria responsável por 26% do consumo total de electricidade no concelho. A iluminação (edifícios do estado/de utilidade pública e vias públicas) representa também uma parte significativa do consumo de energia eléctrica (cerca de 18%).

3. Viver em Pinhel

Gráfico 16 - Consumo de energia eléctrica no Concelho de Pinhel, segundo o tipo de consumo em 2003



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2004

De acordo com a mesma fonte, o Concelho de Pinhel, em 2003 tinha cerca de 8.274 consumidores de energia eléctrica, sendo que 6.958 correspondem ao sector doméstico.

Recentemente foi concluído um estudo na área da eficiência energética e fontes de energias renováveis, intitulado “Plano Transfronteiriço de Optimização Energética” (PTOE). Este estudo foi gerido pela Associação de Municípios de Cova da Beira (AMCB) e pelo “Governo Provincial de Salamanca” dentro da iniciativa comunitária Interreg IIIA de cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal, e é referente a 8 municípios portugueses (incluindo Pinhel) e 8 espanhóis. Este estudo divide-se em quatro grandes variantes, sendo elas:

- Optimização energética nas Redes de Iluminação Pública;
- Optimização energética dos Edifícios Municipais;
- Estudo optimização do tarifário;
- Correção do factor de potência.

No caso do Concelho de Pinhel o levantamento na parte da Iluminação Pública foi efectuado em 21 postos de transformação, onde se registaram 1.464 pontos de luz, 74% dos quais são lâmpadas de vapor de sódio e 26% são lâmpadas de vapor de mercúrio.

3. Viver em Pinhel

O quadro 12 apresenta de forma sucinta as diferentes medidas propostas para as quatro áreas do estudo.

No caso da iluminação pública, uma das medidas apresentadas aponta para a substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, uma vez que estas são energeticamente mais eficientes. O Concelho de Pinhel, por dados apresentados anteriormente, ainda possui cerca de 30% de lâmpadas de vapor de mercúrio, logo a sua substituição poderá trazer ganhos económicos e ambientais.

No que respeita aos edifícios municipais, e no caso da implementação da energia solar térmica, esta medida é justificada em edifícios cuja utilização necessite de Águas Quentes Sanitárias (AQS), como é o caso de Piscinas Municipais, Pavilhões Gimnodesportivos e Escolas.

Quadro 12 - Medidas propostas para as quatro áreas do PTOE

<p>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Substituição de Lâmpadas de Vapor de Mercúrio por Lâmpadas de Vapor de Sódio; - Instalação de Relógios Astronómicos; - Instalação de Estabilizador e Regulador de Fluxo Luminoso; - Instalação de Balastos de Duplo-Nível. 	<p>EDIFÍCIOS MUNICIPAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de energia solar térmica; - Implementação de Caldeiras de Biomassa; - Implementação de energia solar fotovoltaica; - Substituição de balastos ferromagnéticos por balastos electrónicos; - Substituição de lâmpadas Incandescentes por lâmpadas Fluorescentes Compactas; - Implementação de sensores de movimento em locais de passagem e de baixa permanência.
<p>ANÁLISE AO TARIFÁRIO</p> <p>Análise aos contratos em instalações que apresentem pouco uso ou inactivas.</p>	<p>CORRECÇÃO DO FACTOR DE POTÊNCIA</p> <p>Aplicação de uma bateria de condensadores, eliminando a facturação da energia reactiva.</p>

Fonte: AMCB, PTOE, 2006

3. Viver em Pinhel

Considerando as quatro áreas de intervenção, e no caso do Concelho de Pinhel, este plano de optimização energética permite uma redução da dependência energética e económica apresentada de seguida:

Quadro 13 - Redução da dependência energética e económica no Concelho de Pinhel, após aplicação das medidas do PTOE

	% Red. Ener. Conv. Tep	Redução €	% Red. €	Investim. €	Período de Retorno Simples	Redução de CO ₂ (ton)
Iluminação Públ.	35%	33.729	33%	85.893	2,55 anos	450
Edif. Municipais	45%	6.065	33%	48.420	6,76 anos	112
Anal. ao tarifário		9.028	61%			
Correc. Potência	62%	624	62%	1.812	35 meses	0,14
Total	38%	49.446	36%	136.125	2,75	562.1

Fonte: Associação de Municípios da Cova da Beira, PTOE, 2006

Considerando que todas as medidas são implementadas, a percentagem de redução energética equivale a 38%, representando em termos económicos 49.446€.

Estes objectivos só serão atingíveis depois de um investimento global de 136.125€ em equipamentos energeticamente eficientes, sendo que o período de retorno do investimento está estimado em 2,75 anos.

Estas medidas trazem uma mais valia ambiental, através da redução de emissões poluentes em 562 ton/ano de CO₂.

Esta ferramenta permite ao gestor energético municipal uma gestão racional das instalações para que o seu desempenho seja o mais rentável possível no que respeita aos consumos energéticos e gastos com a manutenção das instalações.

No que respeita à viabilidade do aproveitamento das fontes de energia renovável no Concelho de Pinhel, a AMCB tem em estudo o mapeamento solar e eólico dos vários concelhos da Cova da Beira. Está em arranque uma rede de aproveitamento

3. Viver em Pinhel

da Biomassa – BioRural, com viaturas de recolha, desfragmentação e compactação de biomassa, de maneira a limpar as florestas e alimentar, por exemplo, as caldeiras de aquecimento nas escolas.

O Aproveitamento Hidroeléctrico de Pinhel (AHE), localizado nos trechos terminais das ribeiras da Pêga e das Cabras destina-se exclusivamente à produção de energia eléctrica a fio-de-água, a partir da utilização dos caudais sobrantes daquelas ribeiras.

Utiliza um recurso natural renovável e endógeno – a água –, não sendo necessário importar anualmente o combustível fóssil necessário para uma produção térmica equivalente.



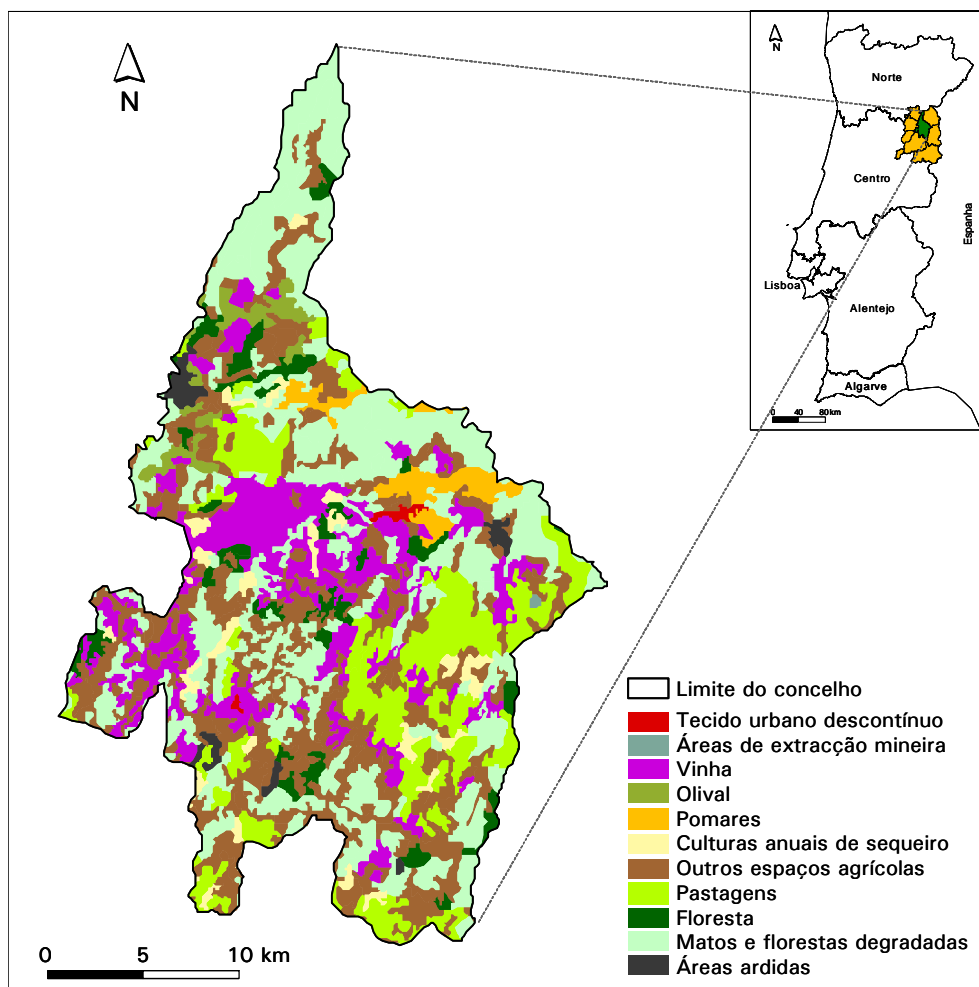
3.2.2.7. Ordenamento do Território

Uso do Solo

Este indicador descreve a utilização do solo segundo várias classes. A forma como se processa a utilização do solo permite avaliar as pressões a que o mesmo está sujeito e confrontar o proposto nos diversos instrumentos de ordenamento do território com as necessidades decorrentes das actividades humanas e da manutenção de espaços a preservar do ponto de vista ambiental.

Pela figura 9 é perceptível que grande parte da área do Concelho de Pinhel é essencialmente agrícola, com uma vasta ocupação de vinha. Os matos e florestas degradadas ocupam essencialmente a zona norte do concelho, enquanto as pastagens as zonas mais a este e sudeste do concelho. As áreas artificiais englobam a cidade de Pinhel as várias sedes de freguesia.

Figura 9 - Uso do solo no Concelho de Pinhel



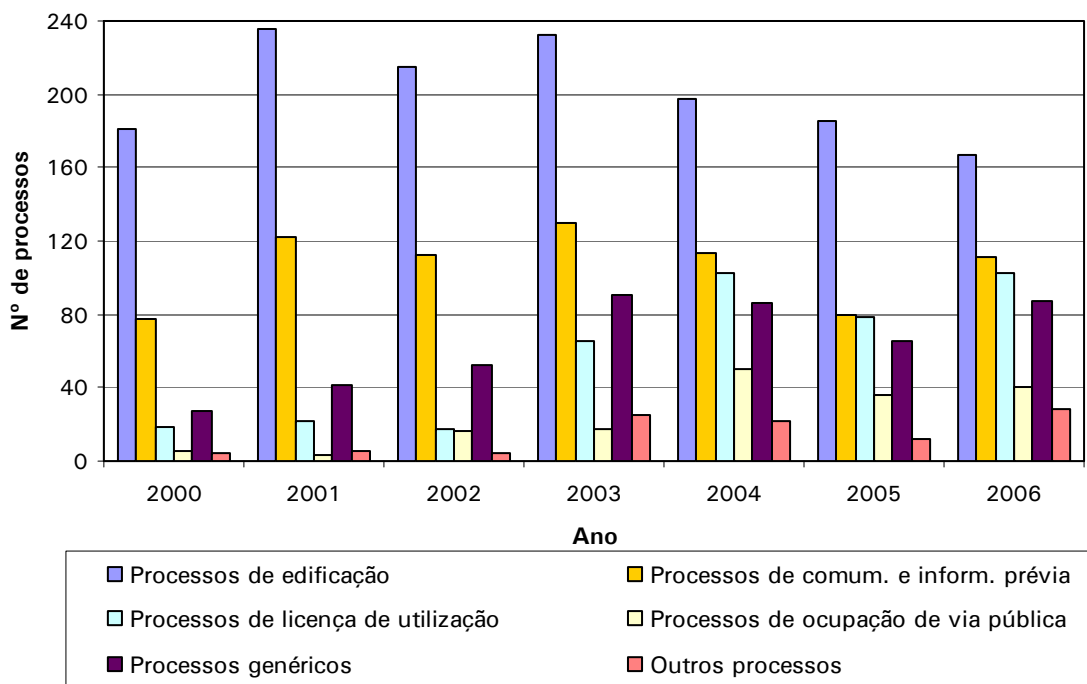
Fonte: Instituto do Ambiente - Corine Land Cover, 2000

Área Construída

De acordo com o gráfico 17, a maioria dos processos que entraram na CMP entre 2000 e 2006 foram processos de edificação, embora estes tenham sofrido uma ligeira diminuição a partir do ano 2003. De seguida os processos com maior entrada foram os de comunicação e informação prévia, bem como os de licença de utilização. Os outros processos referem-se, por exemplo, aos processos de exploração de pedreiras, de destaque e de propriedade horizontal.

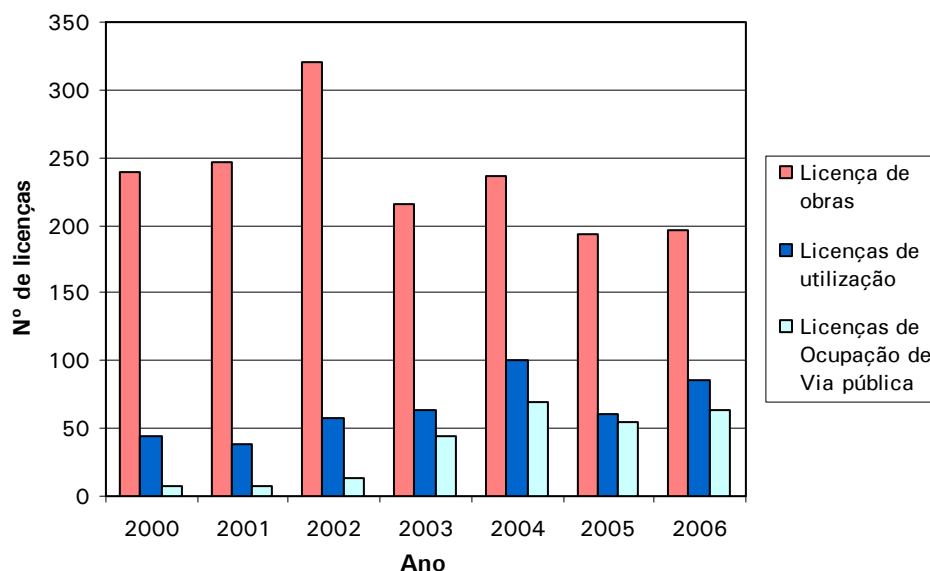
3. Viver em Pinhel

Gráfico 17 - Entrada de processos na Câmara Municipal de Pinhel, entre 2000 e 2006



Fonte: Câmara Municipal de Pinhel, 2007

Gráfico 18 - Licenças emitidas pela Câmara Municipal de Pinhel, entre 2000 e 2006



Fonte: Câmara Municipal de Pinhel, 2007

3. Viver em Pinhel

O facto de o maior número de licenças passadas pela CMP entre 2000 e 2006 ser para construção, denota algum desenvolvimento urbano, muito significativo no ano 2002. Nos anos seguintes foi notória uma diminuição das licenças de obras.

De acordo com informação da CMP o número de entrada de processos de obras particulares em 2005 e 2006 foi sempre superior ao número de licenças emitidas, o que realça um certo controlo nos processos.

De salientar que tem existido fiscalização pela GNR na área do urbanismo e construção e que, por exemplo, em 1999 foram levantados 100 autos, em 2003 foram levantados 45 autos e em 2006 cerca de 56 autos.

Existe no Concelho de Pinhel uma zona industrial, ocupada por empresas de ramos tão diversos como seja um lagar de azeite ou uma loja de materiais de construção. Com uma área total de cerca de 250.000 m², a zona industrial tem uma localização que, embora dentro dos limites da cidade, permitirá, caso se mostre necessário, a sua ampliação.

Em termos de espaços verdes existe na cidade de Pinhel o Parque das Trincheiras, com cerca de 2,97 ha, com uma área coberta de piscinas de 156 m². Este parque é um local onde as pessoas podem praticar algumas actividades desportivas, havendo placas indicativas de um circuito de manutenção, ou simplesmente desfrutar e passear pelo espaço verde. Actualmente este espaço encontra-se bastante degradado, necessitando de uma intervenção de requalificação, de forma a tornar este espaço, único na cidade, mais atractivo.



3. Viver em Pinhel

Neste capítulo, importa referir ainda um projecto que a autarquia tem em mãos para o centro histórico da cidade.

Esta área nobre da cidade de Pinhel, local onde já estiveram os Paços do Concelho, é hoje uma área de passagem, e desprovida de actividades dignas daquele espaço. A autarquia pretende dotar o centro histórico de um conjunto de serviços e equipamentos públicos, que voltem a trazer para aquele espaço a centralidade de outros tempos. Para isso, já adquiriu um imóvel onde, após as necessárias obras de reabilitação, instalará os Paços do Concelho. Para além disso, esta área disporá de um parque de estacionamento subterrâneo, para que a afluência de viaturas prevista não coloque em causa a gestão do espaço público.



Concomitantemente, a existência neste espaço do Cine-Teatro, do Museu Municipal e do Posto de Turismo, assim como outros equipamentos de cariz religioso, associados a uma área que será primordialmente pedonal, tornarão esta área igualmente

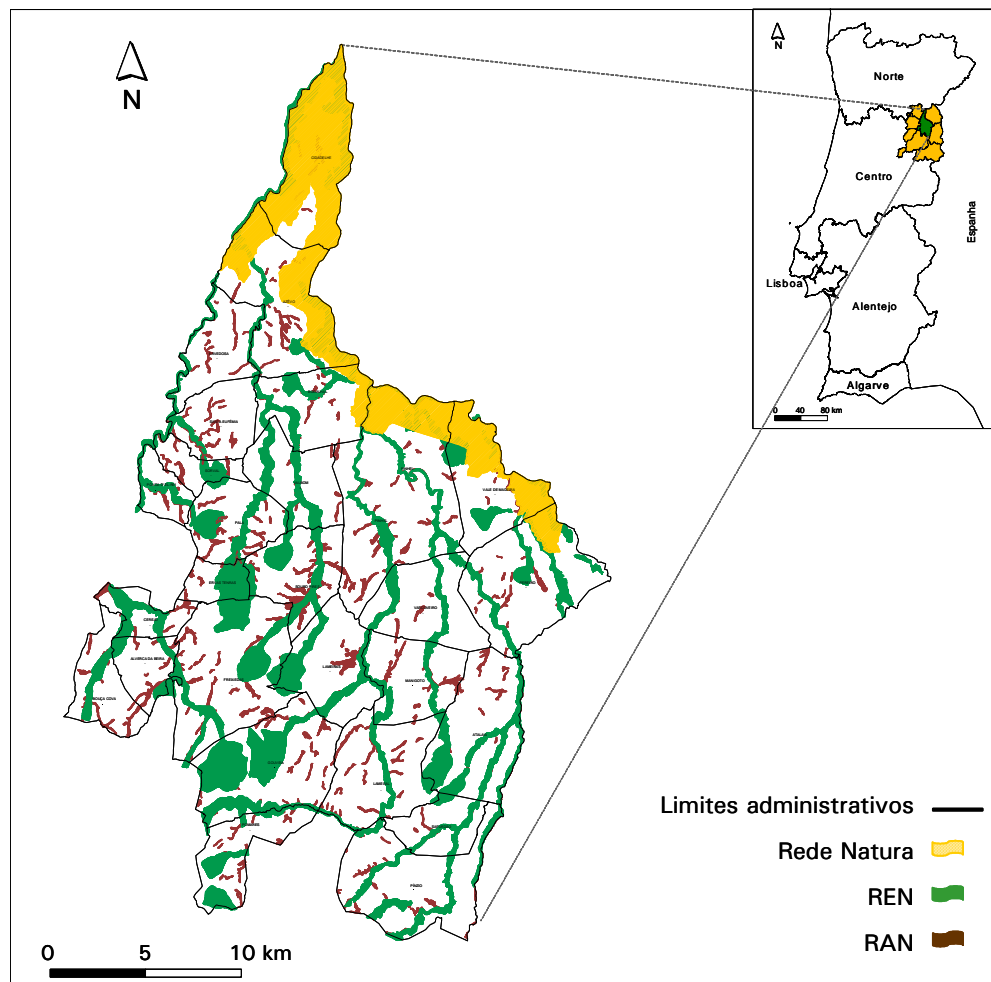
numa área de lazer. Até porque é ponto de passagem para a zona do Castelo.

Este projecto poderá ter continuidade com um outro (ainda no campo das ideias), a de fechar ao trânsito parte de uma das artérias que atravessam o núcleo antigo e desemboca no centro histórico. Trata-se de uma rua essencialmente comercial, mas que por dificuldades várias, nomeadamente o facto de ser uma rua estreita, pouco iluminada e com falta de estacionamento, tem vindo a perder vida.

Condicionantes de Âmbito Ambiental

As áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional (RAN) resultam da necessidade de salvaguardar os solos de maior aptidão agrícola, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável e para um correcto ordenamento do território. A Reserva Ecológica Nacional (REN) compreende áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, promovendo simultaneamente a salvaguarda de pessoas e bens.

Figura 10 - Condicionantes de âmbito ambiental – Rede Natura, REN e RAN



Fonte: Plano Director Municipal (PDM) da CMP, 2007

3. Viver em Pinhel

Como é visível pela figura anterior, as áreas de REN acompanham as linhas de água e abrangem a totalidade das freguesias do Concelho de Pinhel, o que pode gerar em certas situações, conflitos com a expansão urbana. De acordo com a CMP, o PDM está a ser actualmente revisto, e um dos objectivos é delinear um perímetro urbano em todas as freguesias. Essa situação vai levar a que certas zonas de REN tenham que ser desafectadas ou alteradas, para abrir a possibilidade de ocupação dessas áreas para outros fins. Um dos pontos a considerar para um correcto ordenamento do território é fazer com que estas “novas” áreas sejam compatíveis com a salvaguarda da REN.

As áreas de RAN, embora em menor percentagem de ocupação do território do que a REN, estão também espalhadas um pouco por todo o concelho, podendo ocorrer a mesma situação apresentada anteriormente.

Instrumentos de Ordenamento do Território Aplicáveis ao Concelho

O Sistema de Gestão Territorial organiza-se em três âmbitos: nacional, regional e municipal.

O **âmbito nacional** é concretizado através dos seguintes instrumentos:

- a) O programa nacional da política de ordenamento do território (PNPOT);
- b) Os planos sectoriais com incidência territorial (PSIT);
- c) Os planos especiais de ordenamento do território (PEOT), compreendendo os planos de ordenamento das áreas protegidas (POAP), os planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas (POAAP), entre outros.



3. Viver em Pinhel

Quadro 14 - Instrumentos de Ordenamento do Território aplicáveis ao Concelho de Pinhel

Instrumentos de OT	Situação
PNPOT – Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território	No dia 17 de Janeiro de 2007, a Proposta de Lei do PNPOT deu entrada na Assembleia da República.
PROT Centro – Plano Regional de Ordenamento do Território	Em elaboração; deverá estar concluído até 27 de Setembro de 2007.
PROF BIN - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior	2006 Decreto Regulamentar nº 12/2006 de 24 de Julho
PBHRD - Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro	2001 Decreto Regulamentar nº 19/2001 de 10 de Dezembro
PDM (Plano Director Municipal) de Pinhel	1995 RCM n.º 83/95 de 1 de Setembro Em revisão
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Pinhel	Abril de 2007

O âmbito regional é concretizado através dos planos regionais de ordenamento do território (PROT).

O âmbito municipal é concretizado através dos seguintes instrumentos:

- a) Os planos intermunicipais de ordenamento do território (PIOT);
- b) Os planos municipais de ordenamento do território (PMOT), que compreendem os planos directores municipais (PDM), os planos de urbanização (PU) e os planos de pormenor (PP).

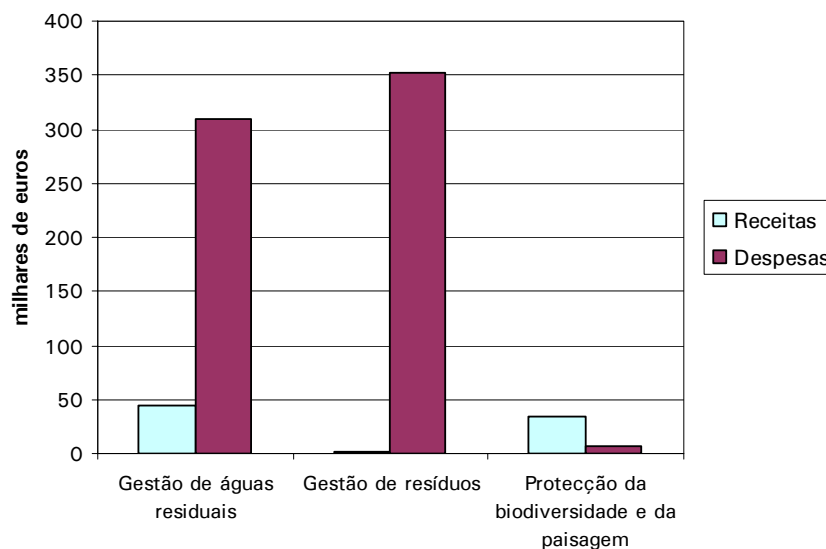
3.2.2.8. Receitas e Despesas Ambientais do Município

Verifica-se que, no Concelho de Pinhel, as despesas da gestão de águas residuais e da gestão de resíduos foi bastante superior, em 2003, às receitas, sendo que nesta última categoria, as receitas foram de apenas 1.000 euros, enquanto as

3. Viver em Pinhel

despesas de cerca de 350.000 euros. A protecção da biodiversidade e da paisagem foi a única categoria, das três enunciadas, cujas receitas foram superiores às despesas.

Gráfico 19 - Receitas e despesas do Município de Pinhel, segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, em 2003



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2004

3.2.2.9. Impacte Ambiental de Empresas e Actividades do Concelho

No Concelho de Pinhel existem algumas actividades e/ou empresas cujo impacte ambiental carece de uma análise, como por exemplo as pedreiras, os lagares, a adega e o matadouro. Através de entrevistas e inquéritos realizados durante o trabalho de campo é notória a preocupação ambiental das empresas, nomeadamente devido ao facto de existir legislação exigente e fiscalização por parte das entidades competentes.



3. Viver em Pinhel

No que respeita às pedreiras, e visto que existem cerca de trinta licenciadas no concelho, estas representam um significativo impacte ambiental. Os seus principais impactes prendem-se com o uso do solo, a paisagem, o ruído, a emissão de poeiras e a produção de resíduos. As empresas do sector entrevistadas, afirmaram realizar frequentemente medições de ruído, possuir sistemas de supressão de poeiras, e encaminhar os resíduos, como óleos, baterias e sucatas, para entidades licenciadas. Como exemplo, a pedreira explorada pela BLOCIFEL, na Freguesia do Pereiro, está sujeita a estudo de impacte ambiental, e conseqüentemente, a uma série de medidas de minimização dos impactes mais significativos, bem como à recuperação paisagística durante e após o término da exploração.

No que toca aos lagares, na campanha de 2005/2006 existiam seis lagares reconhecidos, de acordo com a Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior, dois na Freguesia de Pinhel, dois na Freguesia de St.ª Eufémia, um em Ervedosa e outro em Azevo. Até à década de 80, a extracção de azeite realizava-se pelo sistema tradicional de prensas, o qual tem vindo a ser gradualmente substituído pela tecnologia de centrifugação em contínuo, conhecida por sistema de três fases, que separa os três constituintes principais da azeitona: azeite, água de vegetação (em conjunto com a água adicionada durante o processo e as substâncias que são solubilizadas, formando as águas ruças) e o bagaço ou resíduo sólido (constituído por fragmentos de pele, polpa e caroço). As águas ruças, devido ao impacte ambiental significativo que têm (elevada carga orgânica, toxicidade e acidez), originaram o aparecimento de legislação no sentido da obrigatoriedade do seu tratamento antes de serem descarregadas nos meios hídricos ou nos solos.

Novas tecnologias de produção de azeite surgiram entretanto, mais amigas do ambiente, como é o caso do processo de 2 fases, o qual permite reduzir o volume de efluente produzido. No entanto, este processo não é totalmente inócuo em termos ambientais, uma vez que dá



3. Viver em Pinhel

origem à produção de bagaços que entre outros aspectos possuem um elevado grau de humidade.

As águas ruças são concentradas em lagoas revestidas por material impermeável, tal como foi possível ver num dos lagares de Pinhel. Existem alguns sistemas de tratamento e/ou valorização das águas russas, como por exemplo, a irrigação de solos agrícolas.

Recentemente foi elaborada a Estratégia Nacional para os efluentes agro-pecuários e agro-industriais (ENEAPAI), pelos Ministérios do Ambiente e Agricultura. De acordo com este documento, a carga de CBO₅ (parâmetro de qualidade das águas que mede indirectamente a quantidade de matéria biodegradável presente) no Concelho de Pinhel, nos sectores do matadouro, queijarias e adega é cerca de 100 ton/CBO₅ por ano. Este valor indica a ocorrência de alguma pressão nas linhas de água, embora não muito significativa. Como já referido anteriormente, a existência da adega e do matadouro no Concelho de Pinhel são dois casos importantes no que respeita ao tratamento dos seus efluentes.

A produção vitivinícola, sendo das actividades mais importantes do concelho, tem também alguns impactes ambientais, como por exemplo: efeitos no solo (erosão, compactação, perda de matéria orgânica); utilização intensa de produtos fitofarmacêuticos (especialmente fungicidas); eliminação de subprodutos da produção de vinho; especialização excessiva; e riscos decorrentes de um arranque desordenado.

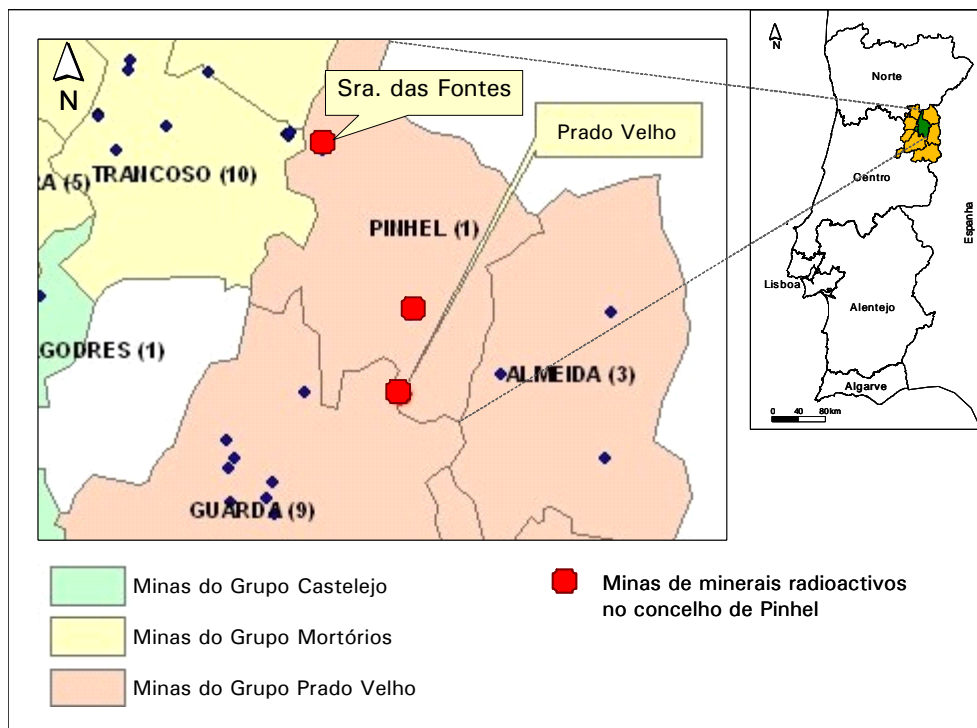
Outra das questões importantes no âmbito do impacte ambiental, no Concelho de Pinhel, é a existência de escombrelas e antigos locais de exploração de urânio (ver figura 11). Embora, em outros tempos, estas minas tenham contribuído para o desenvolvimento económico do concelho, hoje em dia encontram-se desactivadas. Actualmente a preocupação destes espaços vai de encontro ao reconhecimento, levantamento da situação ambiental e sua recuperação. A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. é a responsável pela recuperação ambiental das minas de urânio e, em geral, das áreas mineiras abandonadas. O Concelho de



3. Viver em Pinhel

Pinhel, de acordo com a EDM, tem três minas pertencentes ao grupo dos minérios radioactivos: Sr.^a das Fontes e Prado Velho (minas de intervenção prioritária), e Freixinho (minas requalificadas pela antiga ENU – Empresa Nacional de Urânio).

Figura 11 – Localização das antigas minas existentes no Concelho de Pinhel



Fonte: EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, consulta do site em Março 2007

A Remediação Ambiental da Antiga Área Mineira da Senhora das Fontes está prevista iniciar em 2007 e tem como objectos de intervenção os seguintes pontos:

- Selagem de poços e chaminés;
- Desmantelamento de antigas estruturas e edifícios;
- Consolidação geotécnica de materiais depositados na antiga corta de superfície;



3. Viver em Pinhel

- Remoção de escombreira (volume: 2.000 m³) e respectiva deposição controlada na área da antiga corta;
- Remoção de outras escombrelas / antigos depósitos existentes (volume: 31.800 m³), respectiva deposição controlada e modelação em zona de aterro local (área da antiga corta) ou transporte para o depósito confinado da Quinta do Bispo;
- Selagem da zona de aterro local (área da antiga corta);
- Construção de sistemas de drenagem e recuperação paisagística da área.

Quanto ao depósito confinado do Prado Velho, pretende-se realizar o Plano Director Específico, Projecto e Estudo de Impacte Ambiental e as obras deverão ter início em 2008. O processo vai consistir na escavação do minério e colocação em aterro, bem como na drenagem e recuperação paisagística.



3.3. Economia

3.3.1. Indicadores de Enquadramento Económico

A capacidade para promover o desenvolvimento sustentável de uma determinada comunidade passa, em grande medida, pela capacidade de gerar emprego e valor acrescentado, que potenciem e permitam a realização de acções empreendedoras.

No que diz respeito ao [Produto Interno Bruto Regional *per capita*](#)⁵, não existindo dados por concelho, podemos apenas verificar a posição da sub-região onde Pinhel está inserido. Em 2003, este indicador revelava que, em média, a riqueza gerada na região Beira Interior Norte, medida por cada habitante, correspondia apenas a 86% da registada na Região Centro e a 71% da média nacional. Esta situação é em parte explicada pelo menor nível de produtividade⁶ do trabalho na Beira Interior Norte (15,1 mil euros) comparativamente com a Região Centro (19,1 mil euros) onde está inserida e com a média nacional (22,5 mil euros).

O [Índice de Poder de Compra *per capita*](#)⁷ de Pinhel tem vindo a aumentar (entre 1995 e 2004 subiu 14,3%), superando o crescimento da sub-região Beira Interior Norte (que aumentou 9,5% no mesmo período). Diminuiu assim a diferença com a sub-região onde está inserido, mas continua com um índice que não vai muito além de metade da média nacional. Contudo, este aumento pode indiciar uma melhoria na atractividade para investimentos em produção de bens ou prestação de serviços também para consumo local.

⁵ Indica a fatia média de Produto Interno Bruto (PIB) ou do Rendimento que cabe a cada habitante durante o período de um ano. O PIB *per capita* é um indicador frequentemente usado para medir o nível de desenvolvimento de um país ou de uma região.

⁶ Indicador expresso em milhares de euros e que resulta do quociente entre o VAB – valor acrescentado bruto – e o emprego.

⁷ Este índice compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos *per capita*, com o poder de compra médio do País, a que foi atribuído o valor 100.

3. Viver em Pinhel

Importa igualmente observar a [taxa de actividade](#)⁸ (INE – Censos 1991 e 2001), que no Concelho de Pinhel se manteve estável entre 1991 e 2001 (61,8%). Comparativamente, a situação não difere muito da verificada na sub-região Beira Interior Norte (de 60,7% em 1991 para 61,2% em 2001) e no país (de 66,4% em 1991 para 67,7% em 2001) onde, embora registando ligeiros acréscimos no mesmo período, o peso relativo é da mesma grandeza.

Na mesma linha de análise, a [taxa de emprego](#)⁹ contribui para a caracterização no que respeita ao mercado de trabalho. Em 2001 (INE – Censos 2001), o Concelho de Pinhel apresentava um valor de 61,8%, ligeiramente superior ao verificado na sub-região onde está inserido (60,7%) e abaixo da média nacional (65,1%).

Do total de população residente empregada (4.178 indivíduos) no Concelho de Pinhel, em 2001, o maior peso era da indústria transformadora, e nesta, a indústria do couro e dos produtos do couro concentrava cerca de metade da mão-de-obra (ver gráfico 20). Assinale-se que, embora não dispondo de dados oficiais mais recentes, é possível afirmar que o fecho da fábrica de calçado Rhode no início de 2006 (que empregava na altura do fecho cerca de 300 pessoas, maioritariamente mulheres) alterou este panorama.

O sector primário (A+B) ocupava, na mesma data, quase $\frac{1}{5}$ da população empregada. Contudo, as actividades ligadas à terra, nomeadamente a vinha e o olival, ocupam parcialmente muitos mais. Conforme podemos apurar, serão poucos aqueles que não tem um pedaço de terra onde nos tempos livres cultivam a vinha e o olival.

O comércio, a construção e as oficinas ocupam igualmente uma percentagem significativa da população. A construção, que tem apresentado nos últimos anos uma grande dinâmica, não se limita apenas à actividade no Concelho de Pinhel. A

⁸ Número de indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, por cada 100 habitantes. Reflecte a proporção de população em idade activa.

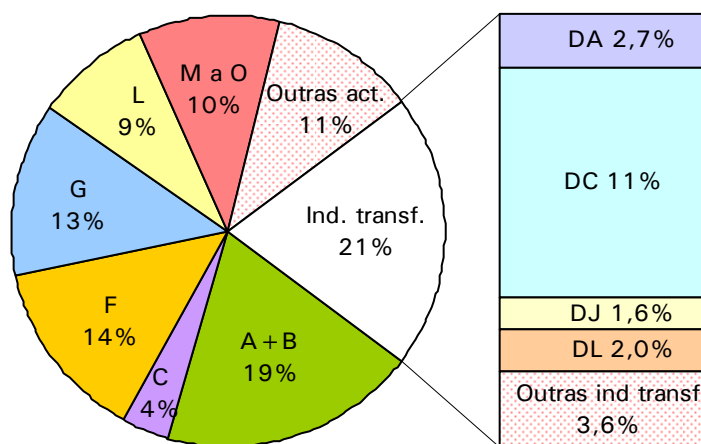
⁹ Número de indivíduos empregados entre os 15 e os 64 anos de idade, por cada 100 habitantes da mesma idade.



3. Viver em Pinhel

indústria extractiva, embora não se reflecta no emprego gerado, tem um peso significativo na economia local, contabilizando-se mais de duas dezenas de pedreiras no concelho.

Gráfico 20 – População residente empregada no Concelho de Pinhel, por ramos de actividade económica, em 2001



Classificação das Actividades Económicas (CAE)

A + B	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca
C	Indústrias Extractivas
F	Construção
G	Com. Grosso e a Ret.; Rep. Veíc. Auto., Motoc., Bens de Uso Pessoal e Dom.
L	Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
M a O	Educação + Saúde e Acção Social + Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
DA	Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
DC	Indústria do Couro e dos Produtos do Couro
DJ	Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos
DL	Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica

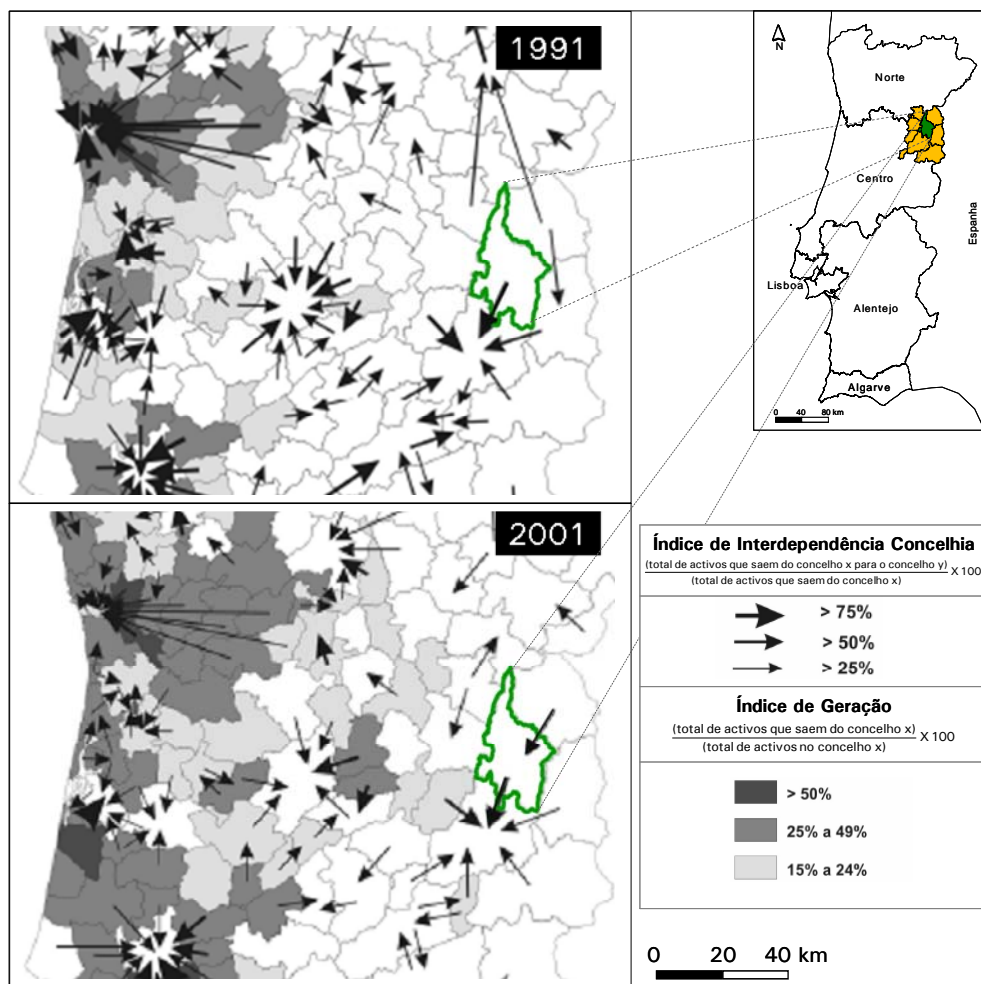
Fonte: INE – Censos 2001

Os mercados de trabalho são geradores de movimentos pendulares, tanto maiores e mais significativos, quanto mais elevada for a capacidade de atracção de trabalhadores de outros locais. A figura 12 ilustra as deslocações casa-trabalho inter-concelhias na Região Centro. Relativamente à população residente no Concelho de Pinhel que trabalha fora do concelho (representado na figura pelo

3. Viver em Pinhel

índice de geração), o seu peso não é significativo, sendo inferior a 15%. E dos que saem, quer em 1991, quer em 2001, mais de metade tem como local de trabalho o Concelho da Guarda. Nesse mesmo período, o Concelho de Pinhel aumentou a atracção exercida por mão-de-obra do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, emprego este que se distribui por actividades diversas do sector secundário e terciário. Uma vez que os dados se reportam a 2001, e que parte significativa destes movimentos pendulares seriam para a fábrica Rhode, a importância destes movimentos actualmente é menor.

Figura 12 – Principais deslocações casa-trabalho, em 1991 e 2001



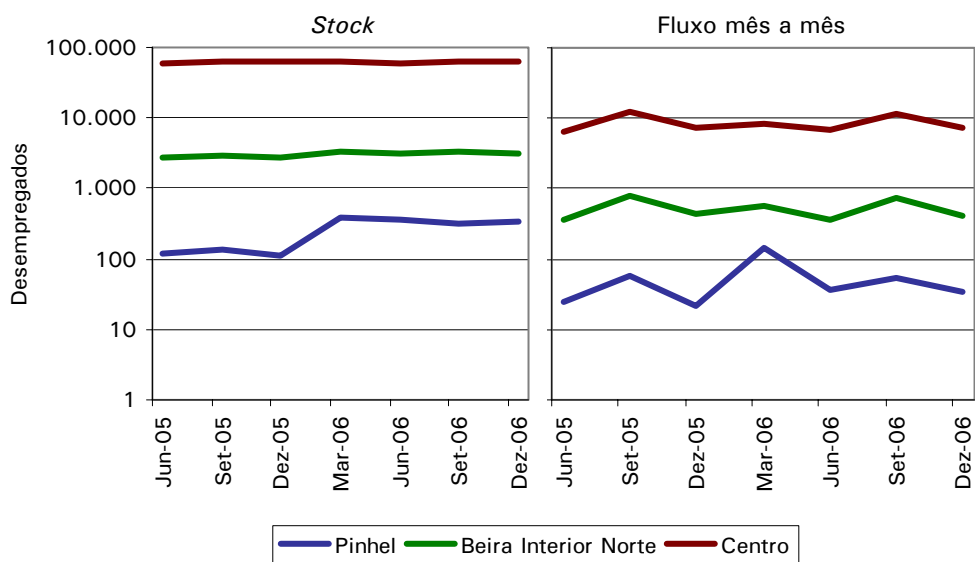
Fonte: Elaborado a partir de Marques da Costa *et al*, Estratégias de Povoamento e Políticas de Expansão dos Aglomerados Urbanos.

3. Viver em Pinhel

A outra face da moeda prende-se com a análise do desemprego que, em territórios demograficamente envelhecidos, e onde as vantagens para a fixação de empresas não abundam, constituiu uma importante fragilidade. A este respeito, verificamos que a [taxa de desemprego](#) (INE – Censos 1991 e 2001) no Concelho de Pinhel registou uma ligeira diminuição entre 1991 (3,4%) e 2001 (3,3%). Valores muito inferiores aos verificados na região e no país. Contudo, verificam-se casos de desajustamento entre a disponibilidade de mão-de-obra e a procura por parte das empresas, nomeadamente nas pedreiras, onde pela dureza do trabalho, os empresários têm dificuldade em contratar pessoal.

Ainda no que respeita ao desemprego, uma outra fonte de informação – IEFP – permite-nos aceder a dados mais recentes. O gráfico 21 ilustra a evolução do desemprego registado entre Junho de 2005 e Dezembro de 2006, e permite-nos confirmar dois aspectos: por um lado, a influência do fecho da fábrica de calçado Rhode (1º trimestre de 2006), e por outro, os picos de desemprego em Setembro, motivados pela não colocação dos professores contratados.

Gráfico 21 – Desemprego registado (stock) e novas inscrições (fluxo) no centro de emprego de Pinhel, por trimestre



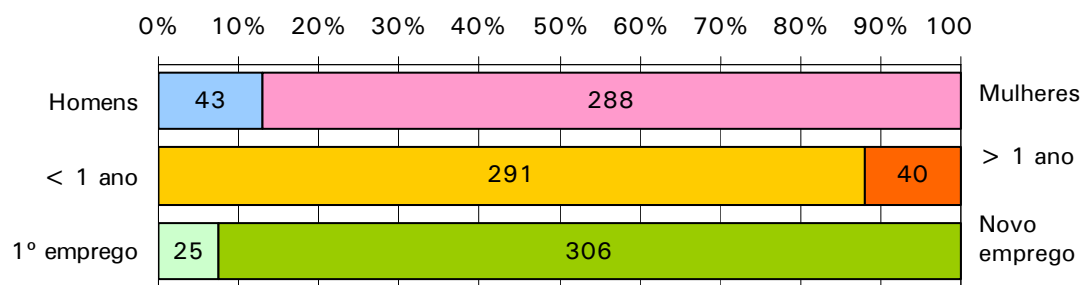
Fonte: IEFP – Estatísticas Mensais por concelho (Jun./2005 a Dez./2006)



3. Viver em Pinhel

Em Dezembro de 2006, o centro de emprego de Pinhel contava com 331 desempregados inscritos, dos quais 87% eram mulheres (ver gráfico 22). Proporção semelhante daqueles que estão desempregados à menos de um ano, o que denota a ausência significativa de desemprego de longa duração.

Gráfico 22 – Desempregados inscritos no centro de emprego de Pinhel, por sexo, tempo de inscrição e situação face à procura de emprego (Dez./2006)



Fonte: IEFPP – Estatísticas Mensais por concelho (Dezembro 2006)

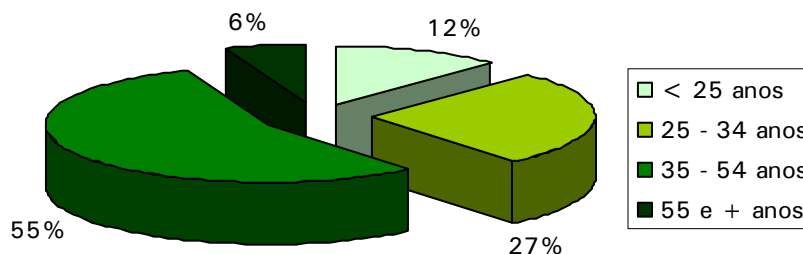
No que respeita à (potencial) maior ou menor facilidade dos desempregados para entrar novamente no mercado de trabalho, os gráficos 23 e 24 revelam também uma situação merecedora de atenção. Vemos, por um lado, que 61% dos desempregados registados em Dezembro de 2006 tinham mais de 35 anos de idade (o que não difere muito do panorama verificado na região e no país) e, por outro, que apenas 18% tinham habilitações para além do ensino obrigatório, e aqui claramente numa situação mais frágil (comparativamente).

Estes dados, contudo, não revelam o esforço que tem sido desenvolvido na formação e qualificação de activos pelo centro de emprego de Pinhel, que em conjunto com a autarquia, tem ministrado cursos profissionais direccionados para as necessidades da economia local, e que têm tido boa aceitação em Pinhel.



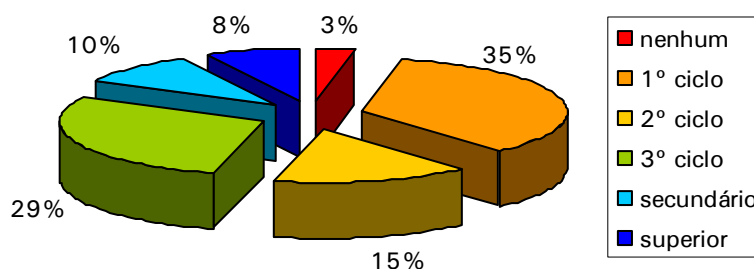
3. Viver em Pinhel

Gráfico 23 – Desempregados inscritos no centro de emprego de Pinhel, por grupos etários (Dez./2006)



Fonte: IEFP – Estatísticas Mensais por concelho (Dezembro 2006)

Gráfico 24 – Desempregados inscritos no centro de emprego de Pinhel, por níveis de escolaridade (Dez./2006)

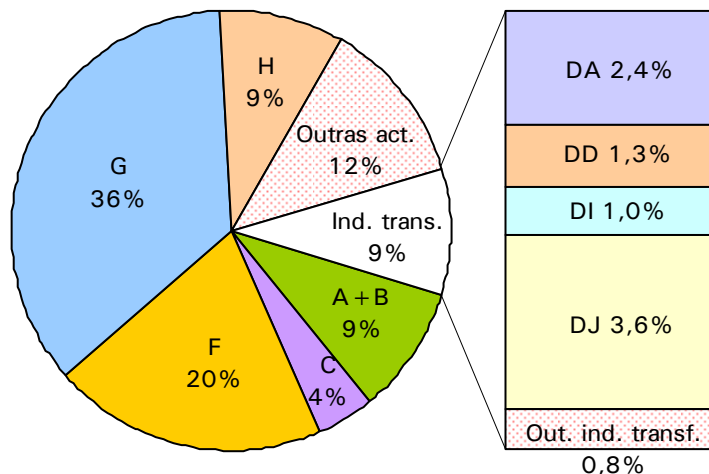


Fonte: IEFP – Estatísticas Mensais por concelho (Dezembro 2006)

O tecido empresarial de Pinhel, não obstante ser pouco diversificado, apresenta potencialidades, que têm tido expressão nas actividades tradicionais do concelho, e que se poderão vir a traduzir em oportunidades a continuar a explorar. Nomeadamente as actividades ligadas ao granito, ao vinho e ao azeite. Estas são áreas onde, para além da tradição, existe também *know-how*. Importa aumentar o valor acrescentado gerado por estas actividades, o que passa por diversificar os produtos e melhorar ainda mais a qualidade. No que diz respeito aos granitos, a maioria das empresas dedicam-se apenas à extracção, faltando dar o passo seguinte, que é a transformação, esta sim, geradora de maior valor acrescentado.

3. Viver em Pinhel

Gráfico 25 – Empresas sediadas no Concelho de Pinhel, por ramos de actividade económica, em 2004



Classificação das Actividades Económicas (CAE)

A + B	Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura + Pesca
C	Indústrias Extractivas
F	Construção
G	Com. Grosso e a Ret.; Rep. Veíc. Auto., Motoc., Bens de Uso Pessoal e Dom.
H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
DA	Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco
DD	Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras
DI	Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos
DJ	Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos

Fonte: INE – Estatísticas Regionais 2004

Segundo dados do INE, em 2004 estavam sediadas no Concelho de Pinhel 1.080 empresas, das quais mais de um terço estão relacionadas com Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico. Contudo, em termos de emprego gerado, representava pouco mais de 13%. Inversamente, as empresas ligadas à indústria transformadora, que não chegavam a 10% do total de empresas sediadas em Pinhel, representavam mais de 20% do emprego. Segue-se-lhe em importância o sector primário, com destaque para a vinha e o olival, mas também o sector da construção, que no conjunto representam quase um terço das empresas e do emprego gerado no Concelho de Pinhel.

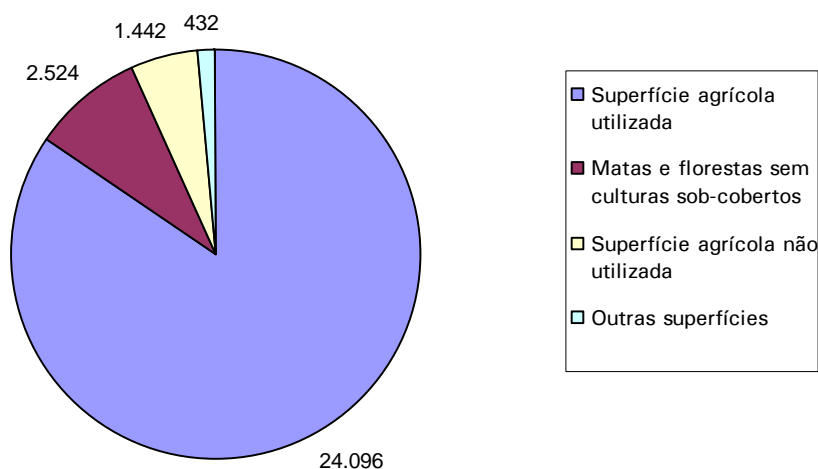
3.3.2. Sector Primário

Agricultura e Produção Animal

O Concelho de Pinhel apresenta um peso muito significativo do sector primário, uma vez que em 2001 este sector ocupava quase 20% da população empregada. Esta importância relativa fica também patente quando se compara o Concelho de Pinhel com a Beira Interior Norte (12,3%) ou com a Região Centro (6,7%).

Em 1999, de acordo com o Recenseamento Geral da Agricultura (INE), existiam no Concelho de Pinhel 3.143 explorações, ocupando uma área de 28.492 ha (cerca de 59% do total da área do concelho), dos quais 84,6% correspondiam a superfície agrícola utilizada (SAU) e 8,9% a matas e florestas sem cultura sob coberto.

Gráfico 26 – Utilização das terras (ha) no Concelho de Pinhel, em 1999



Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

A repartição da SAU no Concelho de Pinhel faz-se em três categorias principais: pastagens permanentes (10.177 ha), culturas permanentes (7.469 ha) e terra arável (6.444 ha). De acordo com a mesma fonte, as freguesias de Pinhel, Freixedas e Pala eram as que apresentavam uma maior área de superfície agrícola utilizada, sendo respectivamente 3.169 ha, 2.402 ha e 1.590 ha.

3. Viver em Pinhel

Quanto à forma de exploração da SAU (em ha) no Concelho de Pinhel, verifica-se que esta era maioritariamente explorada por conta própria, com 82,9% da área, 13,1% era por arrendamento e os restantes 4% por outras formas. A superfície média (por exploração) da SAU, no Concelho de Pinhel era em 1999 de 7,7 ha, aquém da dimensão média na Beira Interior Norte (9,8 ha), mas mais elevada que a média na Região Centro (4,6 ha).

Em 1999 registavam-se 3.133 produtores agrícolas singulares (99% do total de produtores agrícolas), maioritariamente homens e com idade superior a 55 anos. Outro dado relevante é o facto de apenas 5% dos produtores agrícolas apresentarem um nível de instrução para além do ensino básico.

No Concelho de Pinhel, 74,3% das explorações têm culturas temporárias, ocupando 22,9% da área da SAU. Com base no gráfico 27, é possível afirmar que as principais culturas temporárias são os prados temporários e as culturas forrageiras, bem como os cereais para grão. A batata é a cultura que apresenta um maior número de explorações, embora em termos de área não seja das mais significativas.

Em termos da expressão das culturas temporárias por freguesia, e de acordo com a mesma fonte (INE), são freguesias do centro e sul do concelho (nomeadamente Freixedas, Pinhel, Lamegal, etc.) as que apresentam explorações agrícolas com maior área de exploração.

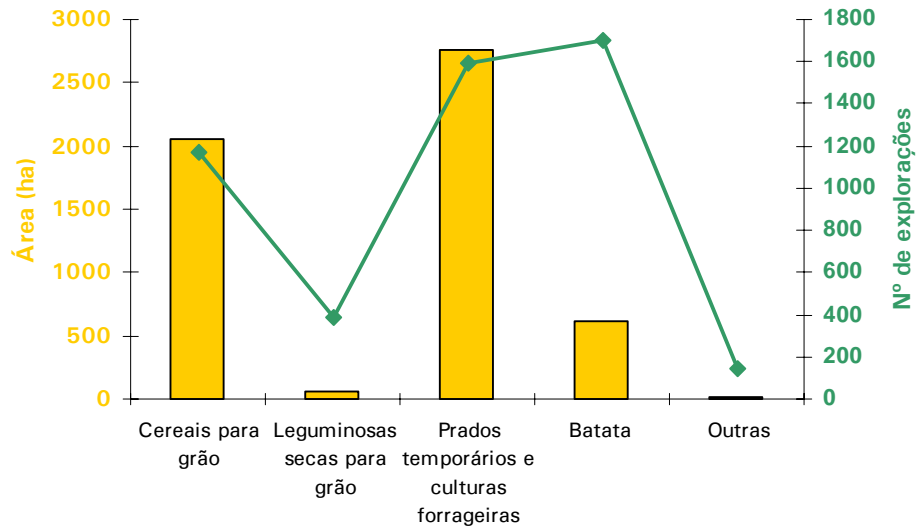
As culturas permanentes ocupam 30,5% da SAU do Concelho de Pinhel, sendo a vinha a mais significativa, com 19,7% da SAU (ou seja, 63,6% da área das culturas permanentes). A sua difusão ocorre maioritariamente no interior do concelho. O olival representa 8,8% da SAU (28,4% da área das culturas permanentes), distribuindo-se sobretudo na parte norte do concelho. Estes dados salientam a importância do sector do vinho e do azeite no Concelho de Pinhel. De acordo com a Zona Agrária de Pinhel (em vias de encerrar, em resultado da reestruturação da Administração Central do Estado), efectuou-se uma reestruturação (arranque e plantação de nova vinha) de 700 a 800 ha ao longo dos



3. Viver em Pinhel

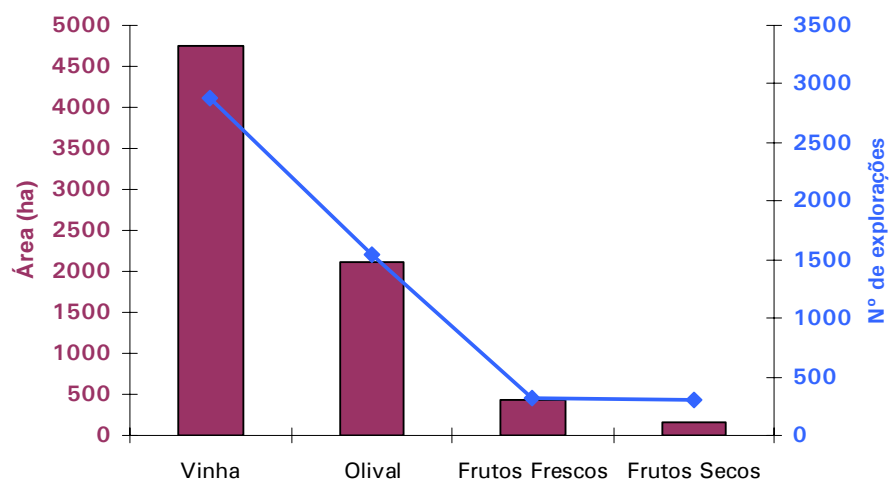
vários quadros comunitários de apoio (com a introdução de novas variedades de videiras), com vista a um melhoramento do património vitivinícola. Da mesma forma, na área da olivicultura, tem-se verificado o aumento dos olivais, tendo-se efectuado nos últimos anos uma plantação de 120 a 150 ha.

Gráfico 27 – Principais culturas temporárias no Concelho de Pinhel, em 1999



Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Gráfico 28 - Principais culturas permanentes no Concelho de Pinhel, em 1999



Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

3. Viver em Pinhel

De acordo com o INE, em 2004, no conjunto da região da Beira Interior Norte, o Concelho de Pinhel foi o que apresentou maior volume de produção de azeite. A seguir ao vinho, o azeite constitui a principal actividade agro-alimentar no Concelho de Pinhel. Uma característica dos azeites de Pinhel é a sua baixa acidez.

Contudo, esta actividade, tradicional no Concelho de Pinhel, não atingiu ainda um patamar de desenvolvimento que lhe permita gerar mais-valias mais significativas, nomeadamente a ausência do processo de engarrafamento, sendo praticamente toda a produção vendida a granel. É sabido que há hoje uma apetência crescente por produtos de qualidade, mas que incorporem processos inovadores ao nível do embalamento e da apresentação. Igualmente, o consumidor procura cada vez mais o que é diferente, e isso passa muitas vezes pela forma de apresentar o produto.



Quadro 15 - Produção de azeite no Concelho de Pinhel, em 2004

Lagares em laboração	Azeitona oleificada	Azeite obtido, por quintal de azeitona	Azeite obtido			
			Total	Por grau de acidez		
				até 0,8	0,9 a 2,0	> 2,0
Nº	Toneladas	hl/100kg	Hectolitros (hl)			
5	3.053	0,13	3.876	3.319	558	-

Fonte: INE, Estatísticas Regionais - Agricultura e Floresta, 2004

Situada entre as regiões DOC do Douro (a Norte) e do Dão (a Oeste), a Sub-Região Vitivinícola de Pinhel integra a região DOC da Beira Interior. Pinhel tem grande tradição na produção de vinhos tintos, brancos e roses. Contudo, a sua produção tem sido mais direccionada para os vinhos correntes, apostando menos na obtenção de vinhos que, pela sua



3. Viver em Pinhel

qualidade possam cativar outros mercados. Actualmente, um dos principais objectivos deste sector no concelho é evoluir no sentido de produzir vinhos de maior qualidade, juntamente com a melhoria da sua promoção.

A Adega Cooperativa de Pinhel foi fundada em 1951. Conta actualmente com cerca de 2.200 sócios e é a principal responsável pela produção dos vinhos do concelho.



A Adega Cooperativa de Pinhel atravessa actualmente um período de dificuldades de carácter estrutural e económico. Os atrasos que se têm registado na distribuição dos dividendos pelos produtores são reflexo dessas dificuldades. Por outro lado, urge implementar algumas mudanças, nomeadamente a introdução de medidas de gestão e de marketing, mas esse investimento implicaria ainda maiores atrasos na distribuição dos dividendos aos produtores, pelo que a presente situação da adega configura um impasse.

Quadro 16 - Produção vinícola declarada expressa em mosto no Concelho de Pinhel, 2004

Total (hl)	Produção de vinho, por qualidade (hl)					
	VQPRD		Vinho regional		Vinho de mesa	
	Branco	Tinto/Rosado	Branco	Tinto/Rosado	Branco	Tinto/Rosado
131.086	1.275	6.113	1.223	11.089	42.123	69.264

Fonte: INE, Estatísticas Regionais - Agricultura e Floresta, 2004

O Concelho de Pinhel registou em 2004 (de acordo com dados do INE) a maior produção de vinho da região DOC Beira Interior, com 41% da produção total desta região, seguindo-se-lhe o Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo com 30%.

Sem expressão muito significativa na região da Beira Interior Norte, mas ainda assim com algum interesse no Concelho de Pinhel, foi o total de árvores de fruto e

3. Viver em Pinhel

oliveiras vendidas por viveiristas em 2003/2004 que, de acordo com o INE, foi de 1.946 pés (árvores de fruto). Do total, 942 são oliveiras, 402 são macieiras e as restantes dividem-se entre cerejeiras, pessegueiros e outras.

Assinala-se igualmente a visita feita durante o trabalho de campo a uma quinta de agricultura biológica de marmelos, na Freguesia do Pereiro. Este caso mostrou-se um bom exemplo de empreendedorismo e sustentabilidade na área da agricultura no Concelho de Pinhel, com uma produção muito significativa de marmelos no último ano e em franca expansão.

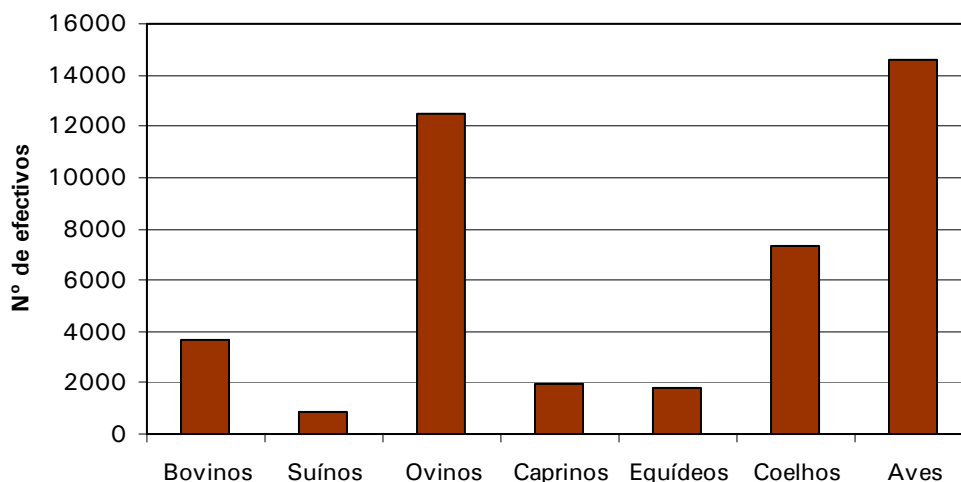


Ao nível do efectivo pecuário, o Concelho de Pinhel representa (na maioria das espécies animais) uma pequena parte do total existente na Beira Interior Norte: 12% dos bovinos, 5% dos suínos, 8% dos ovinos e 7% dos caprinos. As produções animais mais significativas (em número) em 1999 foram as de aves, com 14.560 unidades, e de ovinos, com 12.466 unidades.

Do ponto de vista económico, embora não dispondo de dados que permitam quantificar com rigor, a importância dos ovinos é substancialmente superior. Mesmo a produção de bovinos (3.694 unidades), com $\frac{1}{4}$ do efectivo animal das aves, representa do ponto de vista económico uma importância mais significativa.

De acordo com o (ex-)Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa, 2004), o Concelho de Pinhel está integrado na área de produção de carne de ovino com nome protegido, designadamente o Borrego da Beira (IGP – Indicação Geográfica Protegida). Este facto mostra-se importante, pois possibilita a produção de produtos tradicionais associados a uma marca certificada, o que constitui só por si uma garantia de qualidade e uma alavanca muito significativa na sua promoção.

Gráfico 29 - Efectivo animal no Concelho de Pinhel, em 1999



Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, 1999

Na que respeita à actividade silvícola, os povoamentos florestais do Concelho de Pinhel são insignificantes (Plano Municipal de Defesa da Floresta), pelo que a actividade gerada é incipiente. Deste modo, optou-se por não abordar a floresta neste capítulo, tendo já sido efectuada a sua análise na parte do ambiente.

Caça e Pesca

De acordo com a Direcção-Geral dos Recursos Florestais (Fevereiro/2007), existem no Concelho de Pinhel [25 zonas de caça](#), das quais 20 são do tipo associativo, três do tipo municipal e duas do tipo turístico. As zonas de caça abarcam 41.640 ha, cerca de 85% da área do concelho, o que reflecte a importância do Concelho de Pinhel neste tipo de recursos ligados a natureza. As principais espécies abatidas nas várias zonas de caça existentes no concelho (época venatória de 1999/2000



- Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte) foram a codorniz, o coelho, a lebre, o pato e a perdiz. Do ponto de vista da rentabilidade,

3. Viver em Pinhel

as espécies que apresentaram melhores resultados foram a perdiz e o coelho, com rendimentos na ordem dos 6,5 a 8,6 Euros/ha, um dos mais elevados da Beira Interior. Estes resultados permitem antever um potencial económico, que poderá ser ampliado se os recursos cinegéticos forem adequadamente geridos.

Os recursos aquícolas constituem igualmente um importante recurso natural, renovável se bem gerido, com impactes tanto do ponto de vista económico, como ambiental, social e cultural. A pesca em águas interiores, enquanto actividade exploradora destes recursos, é proporcionadora de benefícios directos (consumo e venda do peixe capturado) e indirectos (oferta de recreio e lazer, desenvolvimento turístico).

De acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte, nos cursos de água que cruzam o Concelho de Pinhel, mais propriamente junto a Cidadelhe, a Azevo e nas Ribeiras da Pega, das Cabras e de Massueime predominam as espécies da família dos ciprinídeos (Carta Piscícola Nacional - Direcção-Geral dos Recursos Florestais), nomeadamente:

- *Barbus bocagei*, denominado **Barbo-do-Norte**, espécie de tamanho médio que ocorre nos troços médios e inferiores dos rios;



- *Chondrostoma duriensis*: denominado **Boga**, espécie de tamanho médio que ocorre nos troços médios dos rios e nas águas das barragens;



- *Squalius alburnoides*: denominado **Bordalo**, espécie de pequenas dimensões, que se encontra nos rios com corrente e de reduzida profundidade;



- *Squalius carolitertii*: denominado **Escalo-do-norte**, espécie de tamanho médio, que ocupa os troços baixos dos rios.



3. Viver em Pinhel

Ainda segundo a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, o estado de conservação dos ecossistemas fluviais da generalidade do Concelho de Pinhel, está classificado como zonas de troços pouco modificados (sem degradação). Importa ainda referir que na zona de fronteira com Almeida existem troços de grande interesse biológico, nomeadamente o Rio Côa.

3.3.3. Sector Secundário

Indústria Extractiva

Como já tivemos oportunidade de referir, a extracção de granitos no Concelho de Pinhel tem tradição e *know-how*, com destaque para o granito cinza de Pinhel. Actualmente existem cerca de três dezenas de [pedreiras licenciadas](#), distribuídas por 6 freguesias (ver figura 13). Contudo, a quase totalidade dedica-se apenas à extracção e comercialização do granito em bruto, em blocos ou em cubos (actividade que gera um reduzido valor acrescentado e pouco emprego), pese embora a sua boa aptidão para a serragem e polimento para peças ornamentais.



Para esta situação contribui o facto de a maioria das empresas não ter ainda conseguido realizar os investimentos em equipamento, indispensáveis ao processo de transformação em produtos polidos, com incorporação de *design*. Por outro lado, a ausência quase total de certificação dos granitos de Pinhel, fazem com que as empresas do concelho sejam muitas vezes preteridas em trabalhos de maior dimensão e exigência ao nível da qualidade comprovada, tanto em obras públicas, como particulares.



3. Viver em Pinhel

Não obstante, da análise efectuada destaca-se o facto de o granito ser um recurso abundante, ser uma matéria-prima de baixo custo e existir tradição na sua exploração. Por outro lado, o concelho não dispõe de estruturas de apoio técnico, que possam induzir uma maior capacidade de investigação e inovação tecnológica, nem estruturas que promovam e potenciem os canais de distribuição dos produtos.

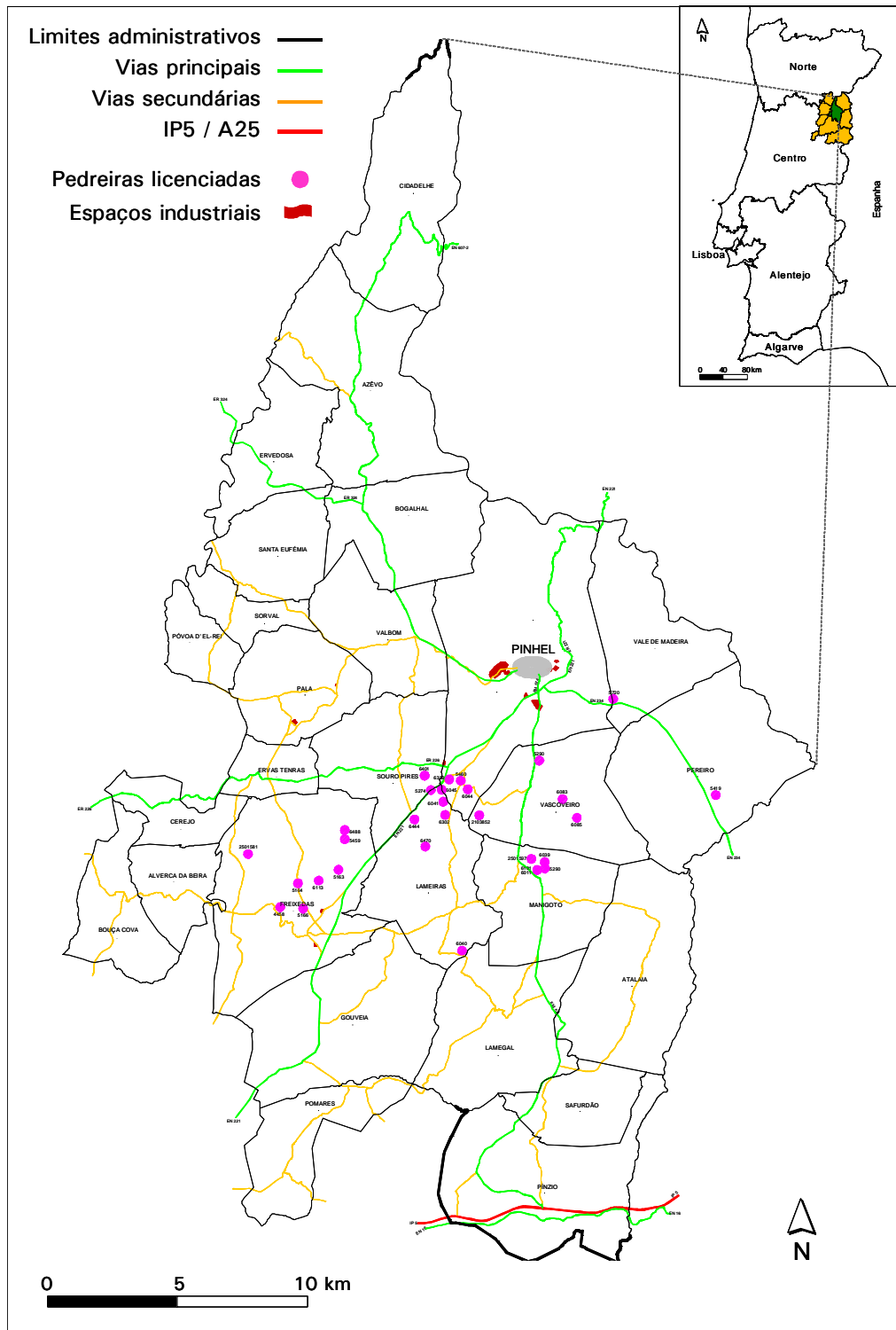
O quadro de situação apresentado revela que para que o sector dos granitos em Pinhel se posicione em patamares superiores da cadeia de valor, deverá contrariar os aspectos menos positivos que actualmente o afectam, nomeadamente:

- (i) a falta de mão-de-obra em número (por ser um trabalho duro, muitos desempregados preferem manter essa situação do que trabalhar numa pedreira) e com a qualificação adequada (sobretudo no que diz respeito à transformação dos granitos);
- (ii) a ausência de certificação dos produtos na quase totalidade das empresas;
- (iii) o défice de associativismo. Este último, só por si potencia as restantes dificuldades. Dito por outras palavras, reduzindo o deficit de associativismo, criam-se as condições para que seja mais fácil ultrapassar também outros constrangimentos.

Concomitantemente, existem diversas ocorrências minerais de pequena dimensão inventariadas no Concelho de Pinhel, mas que ainda assim constituem recursos minerais passíveis de exploração económica no futuro. A existência destes recursos, que são muitas vezes ignorados pelos Planos Directores Municipais (PDM), deverá ser tida em conta, sobretudo em concelhos onde as alternativas económicas são escassas. Mostra-se importante, por isto, que nos processos de revisão dos PDM's se aprecie o valor potencial destes recursos minerais, e se reservem áreas para a sua exploração.

3. Viver em Pinhel

Figura 13 – Pedreiras e outros espaços industriais do Concelho de Pinhel



Fonte: Elaborado a partir de cartografia do PDM da Câmara Municipal de Pinhel

3. Viver em Pinhel

Quadro 17 – Ocorrências minerais inventariadas no Concelho de Pinhel, por substância/metal

Localização/Designação das ocorrências minerais	Substâncias e/ou metais
Azinhal, Barregão, Cantarinha, Carreira de Tiro, Freixinho, Marioilo, Prado Velho, Qta. do Cêrro, Regadas do Monte, Sarrinhos, Sra. das Fontes, Serrinho, Vale do Borrvalho e Vendada	Urânio
Campeiro, Campo Mineiro de Pomares, Campo Mineiro de Safurdão, Machorrinho e Pedriça (Vale da Manta), Minas do Breijo, Raposa, Sto. Antão e Quinta do Cego	Tungsténio
Crugideira e Vieira (Ervedosa)	Estanho
Cidadelhe (Massueime), Cornozelas, Fonte Salgueiro e Ladeira das Vinhas	Estanho e Tungsténio
Penhadeira, Bouça Cova e Trocheiros	Feldspato e Quartzo
Seixo	Feldsp., Quartzo e Urânio
Vale do Vinagre e Caiporotos	Espodumena

Fonte: SIORMINP¹⁰ - Sistema de Inform. Ocorrências e Recursos Minerais Portug., INETI

Indústria Transformadora e Construção Civil

Antes de procedermos à análise do sub-sector indústria transformadora, importa deixar uma nota prévia, a qual se prende com o fecho (já citado) da fábrica de calçado Rhode. O facto é que todos os dados estatísticos disponíveis (os mais recentes são de 2004/2005) reportam a um período em que a fábrica Rhode estava a laborar, pelo que os dados representados nos quadros e gráficos incluem o seu peso e a sua importância no Concelho de Pinhel. Uma vez que esta unidade fabril foi a principal empregadora (chegou a empregar mais de 700 pessoas) do Concelho de Pinhel até ao início de 2006 (altura em que encerrou), o impacto na avaliação que se faz da realidade actual não pode deixar de ter em conta as alterações ocorridas desde então.

¹⁰ O SIORMINP foi concebido e criado para aprofundar o conhecimento geocientífico, técnico e económico sobre as ocorrências, recursos minerais e reservas minerais; promover o desenvolvimento mineiro do território nacional ao seleccionar e divulgar junto do sector empresarial áreas com potencial mineiro; contribuir para o ordenamento do território; fornecer informação sobre recursos para cartas geológicas e estudos de impacto ambiental.

3. Viver em Pinhel

O panorama da indústria transformadora no Concelho de Pinhel resume-se actualmente a cerca de meio milhar de postos de trabalho, tendo hoje menor importância que outros sub-sectores, como o da construção civil e obras públicas. No contexto actual, o abate de animais e a transformação de produtos de carne constitui uma actividade transformadora importante no Concelho de Pinhel, ocupando quase 3% da população residente empregada (cerca de 27% do emprego na indústria transformadora). Contudo, a criação de gado tem vindo a diminuir de importância, pelo que a manutenção do peso desta actividade não está assegurada.

No Concelho de Pinhel existem ainda outras empresas do sector da transformação, nomeadamente diversas serralharias e uma outra de transformação de frutos secos. Estas empresas estão localizadas maioritariamente na zona industrial de Pinhel (ver figura 13, no ponto anterior e imagem à direita), ou noutras freguesias



de maior dimensão, como Freixedas. São empresas modernizadas, competitivas, e que referiram ter confiança no futuro. Não obstante, debatem-se com alguns constrangimentos, nomeadamente a inacessibilidade ao gás natural, recurso que a estar disponível constituiria uma vantagem acrescida para a melhoria da competitividade das empresas, por via da redução de custos de produção.

No que respeita à construção, o Concelho de Pinhel (e sobretudo a cidade de Pinhel) registou uma dinâmica muito interessante ao nível de novas edificações. Aliás, para quem chega à cidade de Pinhel entrando por Sul (vindo da Guarda), uma primeira imagem que marca a paisagem é a área de novas construções. Construções (predominantemente de habitação unifamiliar, sobretudo para residentes) que foram proliferando até 2003, fruto da disponibilidade financeira e das boas perspectivas que se vislumbravam no concelho. Muito por força da influência positiva da fábrica de calçado Rhode. À medida que esta empresa foi

3. Viver em Pinhel

dando sinais de declínio, e principalmente a partir do momento em que começou a dispensar pessoal, o ritmo de novas construções abrandou significativamente.



Começam entretanto a despontar outras actividades associadas a sectores tradicionais de Pinhel, que poderão ser encaradas como oportunidades a potenciar. Na área das indústrias transformadoras ligadas à extracção de minerais, por exemplo, importa referir que algumas empresas começam a avançar para a transformação dos granitos. É um processo lento, que requer avultados investimentos e pessoal qualificado, mas a longo prazo pode ser a chave do sucesso. Contudo, este salto tem de ser acompanhado da obtenção da certificação dos produtos, sob pena de não alcançar a sustentabilidade.

Mas também ligadas à produção de azeite, onde se vai testando o engarrafamento do azeite. A este respeito refira-se um lagar de produção de azeite biológico, que já faz engarrafamento e que começa a ganhar o seu espaço no mercado.

3.3.4. Sector Terciário

Serviços de Natureza Pública, Social e Serviços Privados

Nas sociedades modernas o sector terciário tem vindo a assumir um peso crescente na economia, sobretudo no que diz respeito ao emprego gerado. Este padrão de evolução é visível mesmo nas áreas rurais, embora a ritmos distintos do das áreas urbanas. Como já



3. Viver em Pinhel

vimos anteriormente, o Concelho de Pinhel regista um peso do sector primário muito superior à média da região e do país. Contudo, observando os dados disponíveis, o sector terciário (incluindo sector público/social e privado) ocupava mais de 40% (INE, 2001) da população residente empregada em Pinhel e quase 60% (INE, 2004) das empresas com sede no Concelho de Pinhel. Neste último caso, o sub-sector comércio a retalho é aquele que apresenta maior significado.



Do ponto de vista qualitativo, os estabelecimentos são em geral de pequena dimensão, pouco modernizados e pouco atractivos, embora alguns já tenham feito um esforço por se adaptar aos novos hábitos e exigências da procura, nomeadamente os estabelecimentos *franchising* e outros de ramos mais específicos como as farmácias e a restauração. Apesar disto, a oferta existente é variada, sendo possível adquirir em Pinhel a generalidade dos bens e serviços de maior consumo. Para além dos estabelecimentos de menor dimensão, existe também um *Écomarché* que, pelas suas características (preço, variedade, horários, etc.), recebe a preferência da população. Acresce ao efeito desta concorrência a diminuição do poder de compra dos pinhelenses (verificada após o fecho da fábrica Rhode), o que faz com que o comércio local esteja a atravessar actualmente um período difícil, que só não assume contornos mais gravosos uma vez que muitos dos estabelecimentos são de carácter familiar.

Ao nível da cobertura de equipamentos de apoio à população, o Concelho de Pinhel apresentava no início de 2007 uma situação aceitável, ainda que se verifique uma concentração na freguesia sede de concelho.

Contudo, informações mais recentes remetem para um cenário mais deficitário, uma vez que estará em marcha o encerramento do SAP (Serviço de Apoio Permanente do centro de saúde), do tribunal local, dos postos da GNR de Pínzio e de Freixedas e ainda da Zona Agrária (serviço do Ministério da Agricultura, que constituiu um importante apoio aos agricultores).

3. Viver em Pinhel

Quadro 18 – Principais actividades de comércio e serviços existentes no Concelho de Pinhel e principais características

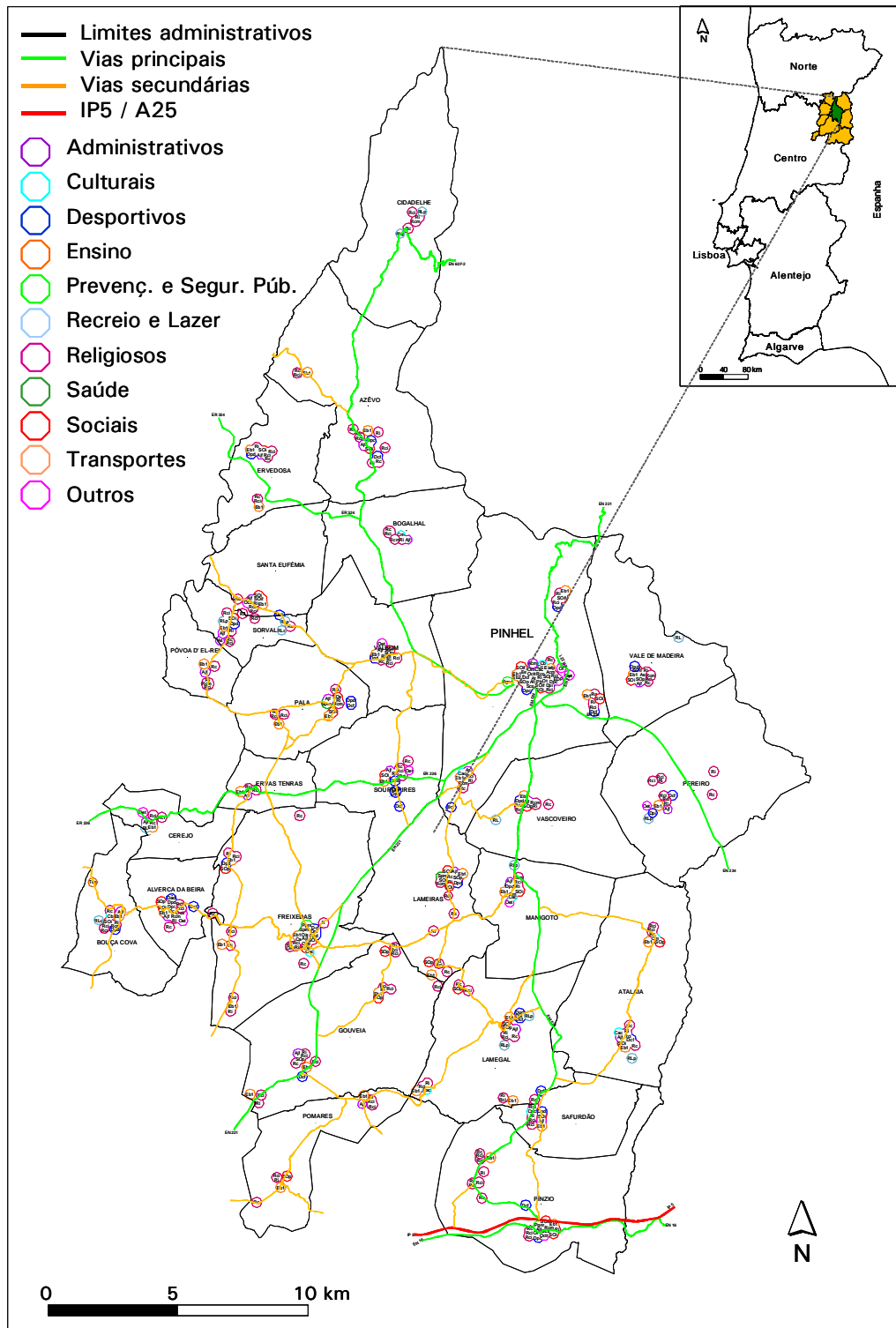
Área de negócio	Características
Comércio	<ul style="list-style-type: none"> • Predominam os pequenos estabelecimentos/actividades variadas. • Estabelecimentos pouco modernizados e atractivos, à excepção das lojas de <i>franchising</i>, farmácias e restauração. • Existem outros estabelecimentos de maior dimensão, como o <i>Écomarché</i> e o Minipreço. • Existência de mercado municipal, embora com um papel cada vez menos relevante. • Venda de combustíveis e máquinas agrícolas.
Actividades Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> • Mediadores de seguros. • Entidades bancárias – Caixa Geral de Depósitos, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Millenium BCP. • Cliente bancário tipo: particulares, pequenos empresários, agricultores com poucos recursos financeiros. • Existe capacidade de investimento ao nível empresarial e também algum empreendedorismo. • Concessões de crédito a todo o tipo de clientes – as empresas recorrem tanto para fundo de maneio como para investimento; os particulares recorrem mais para consumo e habitação.
Outros serviços privados	<ul style="list-style-type: none"> • Actividades imobiliárias, agência de viagens, escola de condução. • Serviços prestados a empresas e particulares: Contabilistas, Advogados, Gestão. • Medicina privada (clínica geral e outras especialidades) praticada por médicos individuais (pequenos consultórios).
Serviços de natureza pública/social	<ul style="list-style-type: none"> • Administração local (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia). • Administração central: IEFP, Repartição de Finanças, Segurança Social, Tribunal e Conservatória. • Outros serviços: Centro de Saúde, GNR, Bombeiros, Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Fonte: Trabalho de Campo – Janeiro 2007

No âmbito do processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM), a autarquia prevê melhorar a rede de equipamentos existentes no concelho. Após este processo, o panorama da oferta será aquele que se pode observar na figura 14.

3. Viver em Pinhel

Figura 14 – Equipamentos públicos do Concelho de Pinhel, segundo a tipologia



Fonte: Elaborado a partir de cartografia do PDM da Câmara Municipal de Pinhel

3. Viver em Pinhel

Turismo

Em muitas regiões de Portugal, o turismo tem vindo a ser encarado como uma das actividades que poderá conduzir ao desenvolvimento económico sustentado dos municípios. Concelhos esses que, ou nunca foram, ou já deixaram de ser atractivos para outras actividades como a agricultura ou a indústria. Concomitantemente, vão-se multiplicando os esforços de promoção turística, muitas vezes desprovidos de qualquer visão realista, o que resulta quase sempre em insucesso.

A verdade é que muitos dos territórios de interior e de cariz mais rural, não congregam vantagens significativas para além da sua paisagem e dos seus costumes e tradições, que permitam atrair investidores.

A este respeito, o Município de Pinhel tem tido uma postura que classificamos de sensata, uma vez que os esforços que tem vindo a desenvolver ao nível da promoção turística são coerentes com aqueles que vão sendo implementados noutras áreas económicas. Aliás, muito provavelmente, a haver incoerência é por defeito e não por excesso, na medida em que o quadro de situação observado remete-nos para um conjunto de potencialidades ainda por explorar. Por outras palavras, pode afirmar-se que Pinhel congrega um conjunto de potencialidades turísticas, mas que até agora ainda não terão sido adequadamente exploradas.

A dicotomia oferta turística vs. procura turística constitui uma problemática nem sempre correctamente equacionada pelos investidores, sejam eles públicos ou privados. A dúvida entre se se deve investir primeiro num ou noutro lado da equação persiste na maior parte dos municípios, levando a que se adiem as decisões dos potenciais investidores.

A este nível, refira-se a ausência de alojamento turístico (propriamente dito) no Concelho de Pinhel. Sendo um facto que o “turista de passagem” representa muito pouco do ponto de vista económico (quase não consome no concelho), há que criar as condições para que o turista permaneça pelo menos uma noite. O que implica criar pontos de interesse que o fixem, mas também o alojamento condigno

3. Viver em Pinhel

com as expectativas e exigências do turismo moderno. A leitura do quadro 19 revela o panorama do Concelho de Pinhel.

Quadro 19 – Oferta e procura turística no Concelho de Pinhel e principais características

Oferta turística e principais características	
Alojamento	<ul style="list-style-type: none"> • 5 estabelecimentos de alojamento: 3 residenciais; 1 residência mista (estudantes e outros); 1 casa de turismo em espaço rural.
Posto de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um Posto de Turismo, mas com um papel pouco relevante: Horário de funcionamento limitado, pois está adaptado ao horário dos serviços públicos (9h - 12h30m e 14h - 17h30m); Localizado no centro histórico, no percurso para o Castelo, e ocupando uma antiga capelinha, mas mal sinalizado; Pouca variedade de produtos promocionais (panfletos e <i>flyers</i>).
Bares e Restauração	<ul style="list-style-type: none"> • Número de estabelecimentos suficiente e com oferta variada. • Promovem a divulgação da gastronomia local. • Existe uma discoteca e diversos bares, que funcionam igualmente como ponto de encontro e de lazer.
Procura turística e principais características	
Visitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Marcada pela sazonalidade – período estival e fins-de-semana. • Turista tipo: visitante de passagem, sem pontos de referência significativos para além do castelo. • A fraca qualidade da oferta de alojamento contribui para as visitas curtas/estadias curtas.
Posto de Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo das visitas através de estatística regular. • Maior afluência de portugueses (sobretudo de fora do distrito), espanhóis e franceses.
Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Incipiente, principalmente ao nível da divulgação e comercialização. • Potencialidades ao nível da tecelagem de artigos de linho, dos foles e dos tamancos, mas pouco exploradas.

Fonte: Trabalho de Campo – Janeiro 2007

Estamos convencidos que com excepção dos territórios com evidentes potencialidades e que se vendem pelo seu valor intrínseco, a aposta deve ser antes de mais na oferta. Passo este que Pinhel ainda não deu. Por outras palavras, criar as condições mínimas indispensáveis para atrair visitantes que consumam e que permaneçam o tempo suficiente para gerar receitas para a economia local. Isso

3. Viver em Pinhel

implica que o Concelho de Pinhel, que dista duas, três e mais horas dos principais centros urbanos do país, têm de ter para oferecer aos seus visitantes produtos diferentes e melhores que outras regiões, mais próximas das áreas de maior concentração populacional.

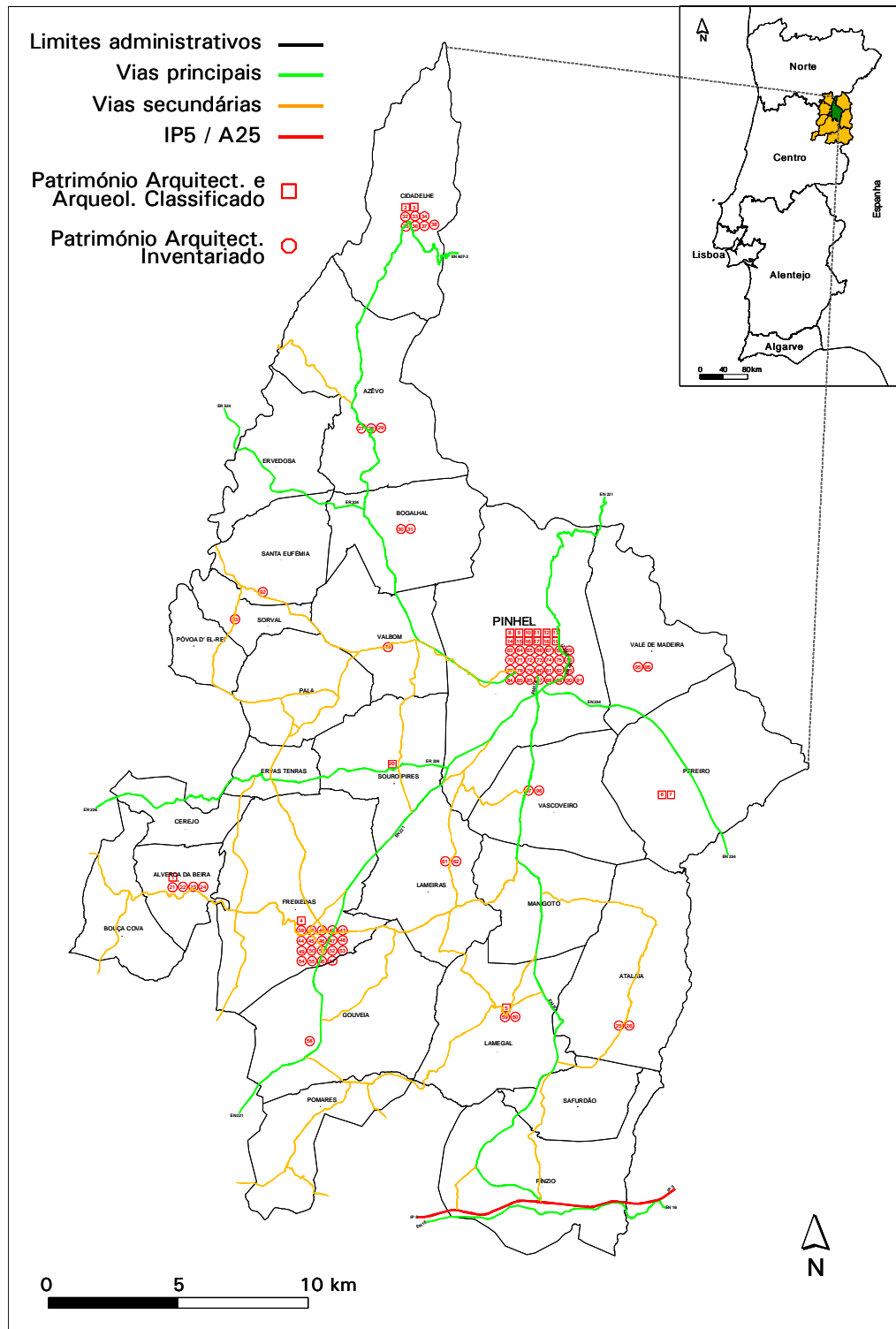
Esta análise remete-nos para outra conclusão. A de que Pinhel dificilmente se afirmará como destino turístico isoladamente da região envolvente. Neste sentido, saliente-se a actividade desenvolvida pela Associação Raia Histórica (com sede em Trancoso), com intervenção nos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda, Pinhel e Trancoso. Esta associação tenta contribuir para uma promoção do desenvolvimento rural a nível local, que conduza à melhoria das condições sociais, culturais e económicas das populações, ou seja, a melhoria da qualidade de vida em meio rural. Esta associação, para além das actividades específicas que promove em cada um dos concelhos onde intervém, desenvolve igualmente um conjunto de eventos, com vista à promoção conjunta da região, seja do ponto de vista turístico, *tout court*, seja no que respeita à melhoria das condições de vida das populações. As iniciativas que a associação tem vindo a desenvolver têm em vista igualmente a captação de visitantes, como por exemplo a Feira das Tradições de Pinhel ou a musealização de um lagar de azeite no Bogalhal. O sucesso destas iniciativas passa em grande medida pela integração em roteiros ou pacotes turísticos, onde uma panóplia de produtos turísticos é gerida coerentemente, independentemente dos limites administrativos dos municípios.

A par de tudo isto, importa referir que o Concelho de Pinhel reúne condições favoráveis para o desenvolvimento de produtos turísticos ligados aos recursos naturais e ao ambiente calmo e rural, como seja o turismo rural ou ecológico, sobretudo na parte Norte do concelho e associados ao Vale do Rio Côa.



3. Viver em Pinhel

Figura 15 – Património Arquitectónico e Arqueológico do Concelho de Pinhel



Fonte: Elaborado a partir de cartografia do PDM da Câmara Municipal de Pinhel

3. Viver em Pinhel



Dispõe também de património arquitectónico e arqueológico relevante, com destaque para os diversos solares e casas brasonadas existentes, e que já deram origem a um slogan de promoção turística: “Pinhel, cidade com mais

solares por metro quadrado”, assim como à edição de um livro dedicado aos solares de Pinhel.

Quadro 20 – Factores de promoção turística do Concelho de Pinhel

Património Arquitectónico e Arqueológico	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura Religiosa e Tradicional. • Arqueologia vasta e razoavelmente conservada. • Inventário: Cerca de uma centena de elementos inventariados, dos quais 20 estão classificados ou em vias de classificação como imóvel de interesse público ou como monumento nacional.
Etnologia	<ul style="list-style-type: none"> • Festividades populares e romarias. • Gastronomia divulgada: cozido à portuguesa, cabrito assado no forno, enchidos de porco.
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem natural: os vales e os rios. • Riqueza ao nível da água: Rio Côa, Ribeiras de Massueime, da Pega e das Cabras; Barragens do Vascopeiro e de Bouça Cova e espelhos de água das mini-hídricas.
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> • Desportos de aventura e de natureza. • Desportos tradicionais.
Sinalética	<ul style="list-style-type: none"> • Em geral é suficiente e adequada, mas deveria referir o tipo de acesso ou meio de transporte adequado.
Meios de promoção turística	<ul style="list-style-type: none"> • Posto de Turismo, Associação Raia Histórica e Região de Turismo da Serra da Estrela. • Experiência dos visitantes – “passa-a-palavra”. • Sites de Internet, quer institucionais - Câmara Municipal, quer particulares, de promoção do concelho. • Publicidade das empresas que operam na região.

Fontes: Trabalho de Campo – Janeiro 2007; Instituto Português do Património Arquitectónico; Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais

3. Viver em Pinhel

No conjunto das 27 freguesias do Concelho de Pinhel, destaca-se Cidadelhe, a mais setentrional, que integra parte do sector Sul do Parque Arqueológico do Côa, e sobre a qual recai a fama de ser ali que estão as melhores gravuras rupestres. Este calcanhar do mundo conta actualmente com pouco mais de 3 dezenas de habitantes, o que lhe confere, associado à paisagem singular, um carácter quase exótico.



3.4. Sociedade

3.4.1. Demografia

Embora o presente estudo inclua um volume dedicado à análise da situação demográfica do concelho, sintetiza-se aqui em traços gerais o quadro demográfico do Concelho de Pinhel. Assim sendo, refira-se que Pinhel apresenta uma população que está a diminuir e a envelhecer, o que conduz ao aumento da dependência dos inactivos sobre os activos.

Entre 1991 e 2005 (INE), o Concelho de Pinhel perdeu quase $\frac{1}{5}$ (2.374 habitantes) da sua população, com maior ênfase nos grupos etários inferiores. Por outro lado, a população idosa aumentou (no mesmo período) o seu peso no conjunto da população. Este



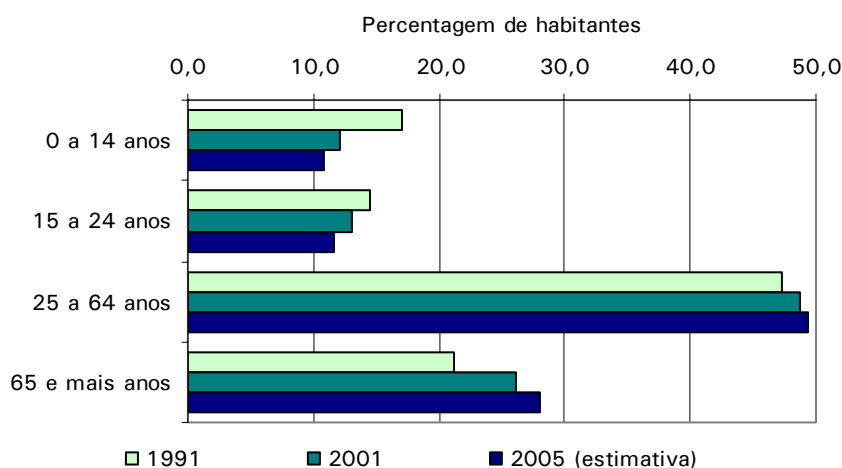
envelhecimento no topo e na base da pirâmide é o reflexo, por um lado da diminuição da natalidade e, por outro, do aumento da esperança de vida. Por outras palavras, um território onde as creches e os infantários vão dando lugar aos centros de apoio aos idosos, e onde o produto de cada trabalhador é distribuído por cada vez mais pessoas.

3. Viver em Pinhel



A análise da disparidade entre os diferentes grupos da população é reforçada pela leitura dos indicadores constantes do quadro 21. A proporção de idosos face aos jovens (IE) mais que duplicou nos últimos 15 anos, havendo em 2005 quase 2,6 idosos por cada jovem. A dependência da população em idade (dita) inactiva relativamente aos activos aumentou na sua globalidade (IDT), mas mais uma vez se percebe que isso se ficou a dever ao número crescente de pessoas com mais de 64 anos de idade.

Gráfico 30 – Evolução da população residente no Concelho de Pinhel, por grupos etários, entre 1991 e 2005



Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e Estimativas para 2005

A pirâmide etária do Concelho de Pinhel (gráfico 31), igualmente reveladora da estrutura da população (em 2001), mostra o estreitamento da base como resultado da diminuição da natalidade. As linhas de tendência (traços a azul e vermelho no gráfico) facilitam a comparação entre homens e mulheres, donde se verifica o padrão habitual do maior peso dos homens nos escalões etários inferiores. À medida que a idade vai avançando, inverte-se a proporção registando

3. Viver em Pinhel

progressivamente mais mulheres nas idades mais avançadas, como resultado da maior longevidade das mulheres.

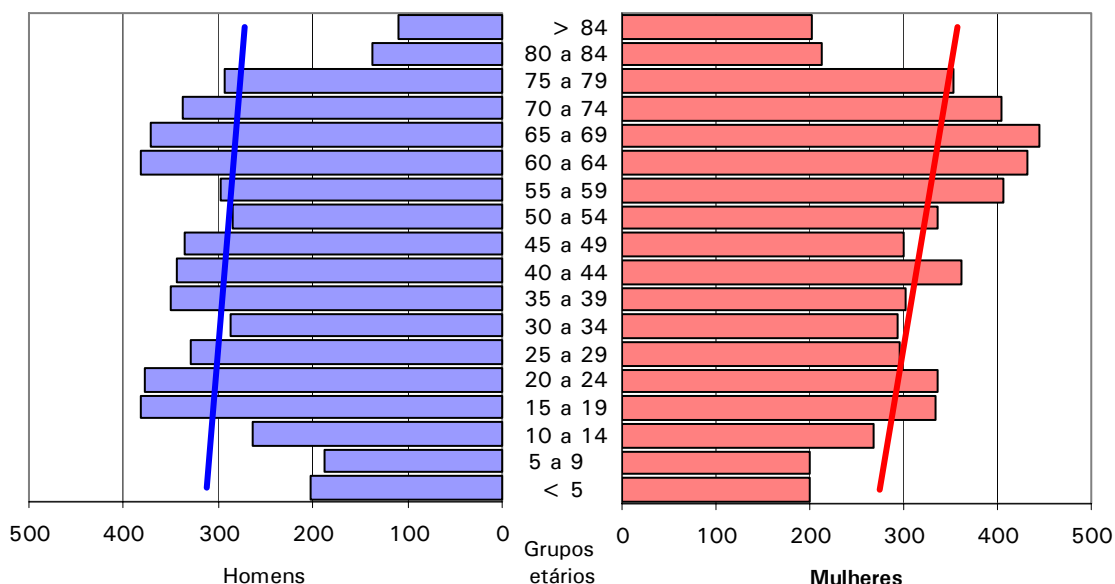
Quadro 21 – Evolução da relação entre os grandes grupos etários entre 1991 e 2005, no Concelho de Pinhel

	1991	2005
Índice de Envelhecimento [IE = idosos / jovens]	124,7%	258,0%
Índice de Dependência Total [IDT = (idosos + jovens) / activos]	61,8%	63,9%
Índice de Dependência dos Jovens [IDJ = jovens / activos]	27,5%	17,9%
Índice de Dependência dos Idosos [IDI = idosos / activos]	34,3%	46,1%

Notas: Jovens = População com idade inferior a 15 anos
Activos = população com idade entre os 15 e os 64 anos
Idosos = população com idade superior a 64 anos

Fonte: INE – Censos 1991 e Estimativas para 2005

Gráfico 31 – População residente e respectivas linhas de tendência no Concelho de Pinhel, segundo os grupos etários e sexo, em 2001



Fonte: INE - Censos 2001

3. Viver em Pinhel

3.4.2. Ocupação e Principal Meio de Vida da População

O tipo de ocupação¹¹ e situação na profissão dos habitantes de um concelho influenciam o dinamismo e desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos. Por outro lado, a natureza das actividades com maior peso condiciona a maior ou menor empregabilidade de homens e mulheres.

A leitura do gráfico 32 reforça a ideia de um concelho ainda marcado por características rurais, patente no menor peso do emprego feminino. E se tivermos em conta que à data destes dados ainda laborava a fábrica de calçado Rhode, empresa que emprega maioritariamente mulheres, poder-se-á concluir que a disparidade actual será ainda mais marcada, também ao nível de um maior peso do desemprego feminino.

Como resposta a esta situação, o centro de emprego de Pinhel tem vindo a realizar acções de formação profissional direccionadas sobretudo para mulheres. Cursos que ao mesmo tempo procuram colmatar áreas onde a mão-de-obra concelhia é deficitária, nomeadamente técnicas de geriatria e outras profissões ligadas à prestação de cuidados aos idosos, cozinheiras, costureiras, etc.

O predomínio do trabalho por conta de outrem chega quase aos $\frac{2}{3}$ da população com actividade económica. Contudo, a soma dos trabalhadores por conta própria com os empregadores atinge uma percentagem também muito significativa (28%), denotando a importância das pequenas empresas na economia local. Esta característica resulta igualmente do importante peso do sector primário, onde muitas explorações são constituídas apenas pelo proprietário, ou quando muito com a ajuda de familiares não remunerados (aqui com 3%). Muitas destas

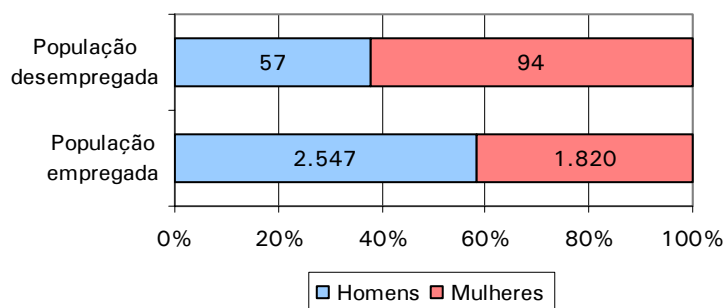


¹¹ Na ocupação da população, só é considerada a população com 15 ou mais anos de idade. A população pode ser activa (empregada ou desempregada) ou inactiva (estudantes, domésticos, reformados, aposentados, incapacitados para o trabalho e outros).

3. Viver em Pinhel

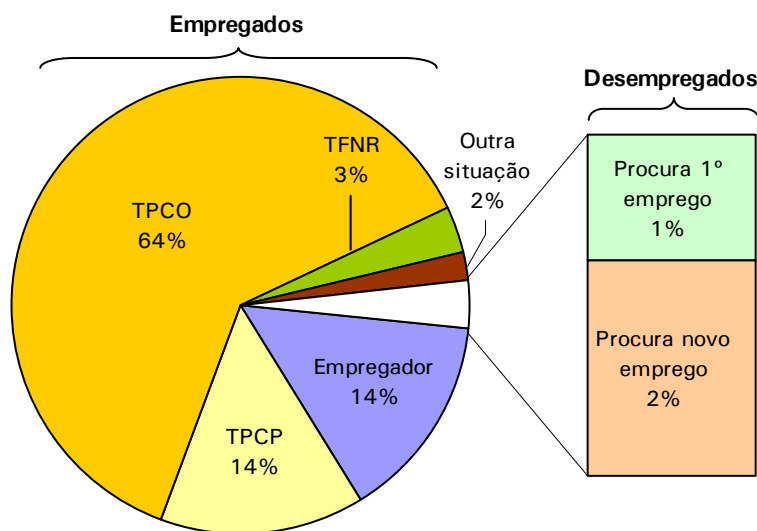
explorações (sobretudo na vinha ou na criação de gado) contam igualmente com o auxílio de outros familiares, que têm o seu emprego como ocupação principal, mas que nos tempos livres avolumam a mão-de-obra agrícola (contudo esta não é contabilizada).

Gráfico 32 – Distribuição da população empregada e desempregada do Concelho de Pinhel, por sexo, em 2001



Fonte: INE – Censos 2001

Gráfico 33 – População residente no Concelho de Pinhel, com actividade económica, segundo a situação na profissão, em 2001



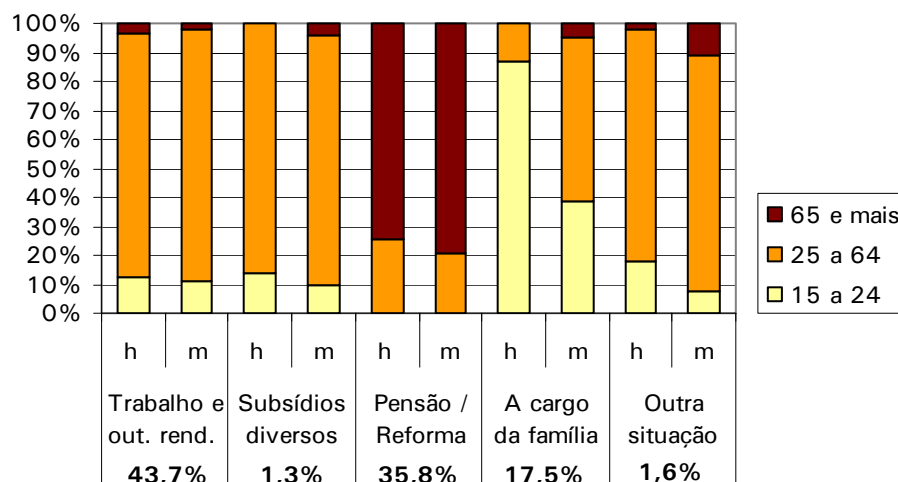
TPCP – Trabalhador por Conta Própria
TPCO – Trabalhador por Conta de Outrem
TFNR - Trabalhador Familiar Não Remunerado

Fonte: INE – Censos 2001

3. Viver em Pinhel

Perceber de que vive a população (gráfico 34) é também importante, na medida em que nos fornece informações sobre a estrutura económica da comunidade local, da disponibilidade da população para outras ocupações que não a actividade económica principal, ou mesmo da capacidade para o consumo de bens e serviços. Se considerarmos a percentagem da população que em 2001 tinha entre 15 e 64 anos de idade (61,8%), população considerada em idade activa, verificamos que há um diferencial de cerca de 18% para aqueles que viviam, à mesma data, do trabalho ou de outros rendimentos. Esta diferença justifica-se maioritariamente pelo peso dos jovens ainda a estudar e pelo daqueles que, ainda não tendo 65 anos de idade, já se encontram reformados/aposentados. Da análise do gráfico 34 ressalta ainda a confirmação da menor empregabilidade das mulheres, patente no maior peso destas no grupo dos que vivem a cargo da família.

Gráfico 34 – População residente no Concelho de Pinhel, com 15 ou mais anos de idade, segundo o principal meio de vida, por sexo, em 2001



Trabalho e out. rend. – Trabalho + Rendimentos da propriedade e da empresa

Subsídios diversos – Subsídio de desemprego + Subsídio temporário por acidente trabalho ou doença profissional + Outros subsídios temporários + Rendimento mínimo garantido + Apoio Social

Fonte: INE – Censos 2001

3.4.3. Saúde e Acção Social

O acesso ao serviço de saúde e a prestação dos cuidados primários à população é sempre um assunto delicado. Perante uma população envelhecida, os serviços de proximidade assumem ainda maior relevância, na medida em que a mobilidade dos idosos é substancialmente menor. Contudo, aquilo a que se tem vindo a assistir é à racionalização dos meios com base numa análise meramente quantitativa, reduzindo as pessoas e as suas necessidades a números, sem equacionar correctamente a situação de isolamento geográfico em que se encontram muitas das populações do interior do país, como é o caso da Beira Interior Norte.

A população das 27 freguesias do Concelho de Pinhel (cerca de 485 km²) é servida por um centro de saúde (localizado na cidade de Pinhel e a funcionar com condições precárias),



o qual é apoiado por 4 extensões existentes nas freguesias de Alverca da Beira, Freixedas, Pala e Pínzio (havia até há pouco tempo atrás uma 5ª extensão, em Azêvo, mas que entretanto encerrou). Em todos estes locais existe pelo menos uma farmácia.

O quadro geral do sistema de saúde do Concelho de Pinhel era, no início de 2007, e segundo um dos seus responsáveis, bastante aceitável. Quer do ponto de vista dos recursos humanos, quer ao nível dos cuidados prestados. Não existem listas de espera para consultas, embora, no contacto com as farmácias, detectaram-se queixas dos utentes relativas à qualidade do serviço de saúde existente. Estas queixas prendem-se sobretudo com a morosidade do atendimento e na obtenção dos resultados de alguns diagnósticos, o que indicia escassez de recursos



humanos. No que respeita às infra-estruturas, encontra-se em construção um novo centro de saúde, pelo que após a sua conclusão, também a este nível Pinhel ficará bem servido.

3. Viver em Pinhel

O centro de saúde tem assegurado até agora um serviço de atendimento permanente (SAP - 24 horas por dia). Contudo, esta realidade está prestes a ser alterada, fruto do encerramento do SAP. É um facto que a sede de concelho dista cerca de 30 minutos da Guarda, local onde passará a ser disponibilizado o serviço de atendimento permanente. No entanto, parte da população mais a Norte do concelho vê esta distância duplicada. O que acarretará um acréscimo de dificuldades, quanto mais não seja logísticas. O quadro 22 sintetiza a caracterização da oferta do sistema de saúde existente no Concelho de Pinhel.

Quadro 22 – Caracterização do Sistema de Saúde no Concelho de Pinhel

Centro de Saúde e Extensões de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Equipamentos: 1 centro de saúde; 4 extensões de saúde; 6 farmácias; 1 laboratório de análises; 3 postos de colheita. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos: 9 médicos; 11 enfermeiros; + 22 pessoas, entre pessoal administrativo auxiliar e técnico.
	<ul style="list-style-type: none"> • Valências do centro de saúde: <ul style="list-style-type: none"> - Consulta aberta e de ambulatório/clínica geral; - Internamento (10 camas + 2 em SOS); - Saúde pública; - Serviço de enfermagem; - Serviço de Atendimento Permanente (irá encerrar brevemente); 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Programas do centro de saúde: <ul style="list-style-type: none"> - Planeamento familiar; - Saúde materna, infantil e juvenil; - Vacinação; - Promoção da saúde escolar; - Unidade de cuidados continuados; - Prevenção e controlo das afecções cérebro-cárdio-vasculares e hipertensivas, da tuberculose e de doenças oncológicas; - Controlo da diabetes. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Outros programas em colaboração com o centro de saúde: <ul style="list-style-type: none"> - Núcleo de alcoólicos recuperados; - Equipa de intervenção precoce; - Centro de atendimento a toxicodependentes. 	

Fonte: Câmara Municipal de Pinhel. Diagnóstico Social, Conselho Local de Acção Social de Pinhel, 2005. Trabalho de campo – Janeiro 2007

3. Viver em Pinhel

Quadro 10 – Caracterização das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

	<ul style="list-style-type: none"> • Valências: 	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de utentes:
IPSS's e outras instituições de apoio social existentes no Concelho de Pinhel	<ul style="list-style-type: none"> - 1 Centro de Acolhimento..... - 2 Creches..... - 3 Jardins de Infância..... - 3 ATL's..... - 13 Centros de Dia..... - 15 com Apoio Domiciliário..... - 1 com Apoio Domiciliário Integrado..... - 2 Lares de Idosos..... - 1 Mini Lar de Idosos..... - 1 Centro de Convívio..... 	<ul style="list-style-type: none"> 12 115 120 114 260 173 20 79 6 20
	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições: - Santa Casa da Misericórdia da Alverca da Beira; - Assoc. Cultural de Solidariedade de Atalaia e Carvalhal (s/Valências); - Assoc. de Melhoramentos, Cultural, Social e Desportiva do Azêvo; - Associação Acção Social do Bogalhal (s/Valências); - Associação Cultural e Recreativa da Bouça Cova; - Centro Social de Apoio à Terceira Idade e Jovens da Freg. de Ervedosa; - Centro Social da Paróquia de Freixedas; - Fundação D. Teodora Felizarda Vilhena de Carvalho de Freixedas; - Centro de Apoio Social das Lameiras (s/Valências); - Centro Social, Cultural e Recreativo do Lamegal; - Grupo de Amigos do Manigoto; - Associação Recreativa, Desportiva, Cultural e Social da Malta; - Centro de Apoio Social de Pala; - Centro Social e Cultural da Freguesia do Pereiro; - Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da C. M. de Pinhel; - Centro Social e Cultural da Paróquia de Pinhel; - Obra da Nossa Senhora das Candeias; - Santa Casa da Misericórdia de Pinhel; - Centro Social e Paroquial "Mensagem de Fátima"; - Assoc. Apoio Social, Melh., Cult. e Desp. de "Terras de Sta. Bárbara"; - Associação Social, Cultural e Desportiva do Safurdão; - Assoc. de Melhoram., Cultural, Desportiva e Recreativa de Sta. Eufêmia; - Associação Cultural, Desportiva e Social do Valdeime; - Centro Recreativo, Cultural e Social de Souropires; - Associação de Melhoramentos e Apoio Social de Souropires. 	

Fonte: Diagnóstico Social, Conselho Local de Acção Social de Pinhel, 2005. Trabalho de campo – Janeiro 2007

3. Viver em Pinhel

No que respeita à acção social, a rede de equipamentos existente no Concelho de Pinhel tem vinda a aumentar, a par do crescimento da dependência da população. Importa frisar, contudo, que a gestão destes equipamentos não pode ser feita olhando apenas para o curto prazo, sob pena de se gerar um desenvolvimento insustentável. Queremos dizer com isto que, ao planear a construção de novos equipamentos, tem de se avaliar com rigor não só as necessidades presentes, mas igualmente prospectivar as tendências de evolução futura da população e das suas necessidades.

Apesar da panóplia de instituições que prestam apoio social a jovens, idosos e outras pessoas carenciadas, e da multiplicidade de valências existentes, a procura teima em exceder a oferta no que respeita a serviços a idosos. Com vista a minimizar estas carências,



existem projectos para ampliar a oferta, nomeadamente nas freguesias de Azêvo, Manigoto, Pala, Pinhel e Valbom.

Não obstante, a partir de determinada taxa de cobertura, a aposta deverá passar primordialmente pela criação de condições para que o apoio seja ministrado no domicílio. Contribui para a minimização do desemprego feminino e aumenta substancialmente a qualidade de vida (psíquica) dos idosos.

3.4.4. Cultura e Desporto

O conceito de “mente sã em corpo sã” pode aplicar-se ao que os municípios, um pouco por todo o país, vão desenvolvendo na área da cultura e do desporto. O panorama genérico das actividades promovidas é aceitável.

A actividade cultural promovida no Concelho de Pinhel tem tentado dar resposta à procura cada vez mais exigente da sua população. Desde 2003, o Município de

3. Viver em Pinhel

Pinhel tem vindo a implementar um projecto cultural com o intuito de “formar nas artes e para as artes” o que, concomitantemente, incentiva um maior aproveitamento dos equipamentos existentes.



Para além das sessões de cinema realizadas no Cine-Teatro São Luís (com uma periodicidade maior – duas sessões por semana), em média são realizados 2 a 3 eventos culturais por mês, alternando os diferentes géneros culturais e com públicos alvo distintos. O quadro 23 sintetiza as actividades culturais promovidas directamente pela autarquia.



Existe uma publicação trimestral com toda a Agenda Cultural levada a cabo no Município, a qual pode ser consultada em papel, ou através do site de Internet da Câmara Municipal.

As actividades culturais são promovidas maioritariamente pela autarquia. Segundo dados do INE, em 2004 a Câmara Municipal de Pinhel gastou com a cultura 9,2% do total das suas despesas, dos quais mais de 80% são despesas correntes. A maior fatia pertenceu às despesas incluídas na rubrica jogos e desportos, com quase 30% do total das despesas com a cultura. Seguiu-se em volume de despesas as que se reportam às actividades sócio-culturais (12%), música (9%) e publicações (6%).

A título de exemplo na área da música, refira-se o Projecto Zéthoven, que resulta de uma parceria entre o Município de Pinhel e a Associação Cultural da Beira Interior. Este projecto tem como principais objectivos, por um lado, proporcionar o primeiro contacto com a música a muitas crianças de Pinhel e, por outro, constituir uma forma de se poder manter a formação musical daquelas que, após a conclusão do 2º ciclo de escolaridade, pretendem seguir a ligação à música.

Para além da actividade promovida pela autarquia, existem em Pinhel diversas associações e grupos de animação, que desenvolvem a sua actividade na área da

3. Viver em Pinhel

cultura e do desporto: 2 bandas filarmónicas, 3 ranchos folclóricos, 1 grupo coral, 1 grupo de música tradicional e 3 grupos de teatro, a que acrescerá cerca de meia centena de associações que se dedicam a actividades diversas.



Como se pode verificar, para um concelho com pouco mais de 10 mil habitantes, oferta não falta. Contudo, a elevada proliferação de associações e grupos de animação é geradora de menor massa crítica em cada uma destas, o que pode conduzir a um efeito pernicioso, na medida em que a capacidade de realização e de mobilização de cada uma fica muito reduzida.

Relativamente à prática desportiva, o Concelho de Pinhel regista igualmente um vasto número de modalidades, algumas delas praticadas de uma forma mais regular, nomeadamente as que estão associadas ao desporto escolar. As restantes desenvolvem-se mais esporadicamente, sobretudo coincidindo com a realização das festividades locais.

Ao nível dos desportos colectivos, as modalidades mais praticadas são o futebol, voleibol, gira-volei, andebol e basquetebol. Numa óptica mais individual, pratica-se atletismo, ténis, karate, orientação todo-o-terreno, orientação BTT, xadrez, damas, dança, ténis de mesa e ciclismo. Os desportos aquáticos, nomeadamente canoagem, vela e pesca desportiva, começam igualmente a ter bastante adesão, fruto sobretudo dos dois planos de água existentes (nas barragens do Vascopeiro e de Bouça Cova).



3. Viver em Pinhel

Quadro 23 – Síntese das actividades culturais desenvolvidas no Concelho de Pinhel

Espaços	Género	Tipo de Actividade	Periodicidade
Cine-Teatro São Luís	Teatro	Peças apresentadas por grupos de Pinhel e de outras regiões do país.	1 a 2 x por mês
	Cinema	Projecção de filmes.	2 x por semana
	Música	- Festival da Canção Cidade de Pinhel; - Concerto de Natal; - Concerto de Ano Novo; - Outros espectáculos de música tradicional, popular e erudita.	Ocasional
	Eventos diversos	- Festa de Natal para os idosos do concelho; - Seminários diversos; - Apresentações de projectos de relevo pela autarquia.	Ocasional
Biblioteca Municipal	Literatura	- Sessões dirigidas sobretudo para os estudantes; - Lançamento de livros.	Ocasional
	Poesia	Espaço de encontro com um escritor convidado.	Ocasional
	Exposições	Temas diversos.	Ocasional
Castelo	Exposições	Pintura, fotografia e outras formas de arte.	Ocasional (Primavera e Verão)
	Miradouro virtual	Divulgação interactiva da história e de aspectos de interesse do concelho.	Em permanência
Museu Municipal de Pinhel	Exposições	Para além de uma exposição permanente de Arte Sacra, acolhe ocasionalmente outras exposições e eventos de índole cultural.	Em permanência
Núcleo Museol. dos Amigos do Carvalhal/Atalaia	Exposições e eventos diversos	Espaço de utilização variada.	Ocasional
Outros espaços	Feira das Tradições	Promoção das tradições e das actividades económicas do Concelho de Pinhel.	Anual
	Festividades e eventos diversos	Comemorações de Dias Nacionais e Internacionais, como: - 25 de Abril; - Dia Mundial da Criança; - Dia Mundial do Coração; - Festas da Cidade. Outros: - Feira do Livro; - Concurso de fotografia.	Anual

Fonte: Câmara Municipal de Pinhel; Trabalho de Campo – Janeiro 2007

3. Viver em Pinhel

Quadro 24 – Síntese das actividades desportivas desenvolvidas no Concelho de Pinhel

Designação	Actividades praticada com maior regularidade	Número de participantes
Serviços Sociais, Culturais e Desportivos da Câmara Municipal de Pinhel	Passeios cult., jogos tradicion., futebol, desportos aquáticos, passeios de BTT, Caminhadas	200
União Desportiva “Os Pinhelenses”	Futebol, atletismo, voleibol	120
Moto Clube Falcões da Estrada	Concentrações de <i>Motard</i>	100
Centro Social Cult. e Recreat. do Freixinho	Encontro de <i>Motard</i>	80
Casa do Benfica em Pinhel	Ginástica aeróbica, jogos trad., futebol, pesca, atletismo	80
Pinhel Fora de Estrada	Orientação TT, passeios TT	80
Centro Social Recreativo e Cultural de Souropires	Futebol, natação, jogos tradicionais	70
Centro Social Cultural e Recreativo do Lamegal	Futebol, natação, jogos tradic. e passeios de cavalo	60
Clube de Caça e Pesca de Pinhel	Pesca desportiva	60
Associação dos Amigos de Pínzio	Jogos tradicionais, passeio de BTT, Canoagem	60
Associação “Terras de Santa Bárbara”	Passeio TT, jogos tradicionais	60
Assoc. Social, Cult., Recr. e Desp. de Pínzio	Jogos tradicionais, futebol	60
Assoc. Desportiva Recreativa e Cultural do Pereiro	Jogos tradicionais e futebol, lazer e recreio na piscina	50
Assoc. Recreat. de Acção Cult. e Desp. de Freixedas	Natação, futebol, jogos tradicionais	50
Assoc. Recreat. Desp. e Cultural da Malta	Passeios TT, dança	50
Associação ALVIP Cicloturismo	Ciclismo, passeios de bicicleta	50
Clube Desp. Estrelas de Pinhel (C.D.E.P.)	Desp. <i>Outdoor</i> e basquetebol	40
Assoc. Cultural e Recreativa de Vascoveiro	Futebol, jogos tradicionais	30
Assoc. Recreat. Desp. e Cult. da Qta. Nova	Passeios de TT, jogos tradic.	30
Federação Portuguesa de Andebol	Andebol	30
Grupo de Amigos do Manigoto	Jogos tradicionais	30
Futebol Clube de Pala	Futebol	25
Assoc. Cultural e Desp. “Os Alverquenses”	Futebol	20
Assoc. Cultural e Recreativa de Bouça Cova	Jogos tradicionais	20
Assoc. Cult., Desp. e Recreat. de Ervedosa	Futebol, jogos tradicionais	20
Ass. Desp. e Cul. “Os Amigos do Carvalho”	Jogos tradicionais	20
Assoc. Desportiva, Recreativa, Cultural e Social da Quinta dos Bernardos	Jogos tradicionais	20
Núcleo de Karate <i>Shotokan</i> de Pinhel	Karate	20

Fonte: Câmara Municipal de Pinhel

3. Viver em Pinhel

Os jogos tradicionais também têm o seu lugar, com destaque para o jogo da malha, sueca, pião, raiola, corrida de sacos e jogo do ferro. Para além destas, desenvolvem-se ainda outras actividades de carácter lúdico, como as caminhadas, os passeios pedestres, passeios de BTT, passeios em viaturas todo-o-terreno e moto-quatro.

Finalmente apresenta-se um quadro com o inventário dos recintos desportivos e as modalidades praticadas em cada um destes.

Quadro 25 – Inventário dos recintos desportivos do Concelho de Pinhel

Recinto desportivo	Modalidades praticadas
Polidesportivo Municipal de Pinhel	<ul style="list-style-type: none"> • Futebol de 5 • Ténis
Pavilhão da Escola Secundária de Pinhel	<ul style="list-style-type: none"> • Futebol • Basquetebol • Futsal • Voleibol • Andebol • Atletismo • Salto em comprimento
Pavilhão Polidesportivo da Escola do 2º Ciclo de Pinhel	<ul style="list-style-type: none"> • Futsal • Voleibol • Andebol • Basquetebol • Karate
Campo de Jogos	<ul style="list-style-type: none"> • Basquetebol • Futebol
<ul style="list-style-type: none"> - Campo de Ténis da Casa do Povo - Piscinas Municipais (Trincheira) - Piscina de Freixedas - Piscina de Alverca da Beira - Piscina de Souropires - Piscina do Lamegal - Piscina do Pereiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Circuito de Manutenção (Trincheira) - Campo de Voleibol de Praia (Trincheira) - Parque de Mini-Golfe (Pinhel) - Ginásio (Pinhel) - Pavilhão Desportivo de Pínzio - Parque Radical (Pinhel) - Parque Semi-Radical (Pinhel)
Campos de Futebol oficiais	<ul style="list-style-type: none"> • Freguesias: - Pinhel, Pala, Freixedas, Souropires, Alverca da Beira, malta, Pereiro e Lamegal
Polidesportivos ao ar livre	<ul style="list-style-type: none"> • Freguesias: - Freixedas, Lameiras, Alverca da Beira, Pinhel (3), Lamegal, Azêvo, Bouça Cova, Santa Eufêmea, Ervedosa, Safurdão, Quinta Nova, Vascoveiro e Prados

Fonte: Câmara Municipal de Pinhel

3.4.5. Segurança

A segurança de pessoas e bens do Concelho de Pinhel é assegurada (do ponto de vista institucional) pela Guarda Nacional Republicana (GNR) e pelos Bombeiros Voluntários de Pinhel. Pinhel tem sido um concelho que se pode considerar seguro, recaindo (ciclicamente) no flagelo estival dos incêndios a maior preocupação.



A GNR está presente no Concelho de Pinhel com três postos territoriais (Pinhel, Freixedas e Pínzio), sendo que o da cidade de Pinhel partilha o espaço com o destacamento territorial. No conjunto, posto e destacamento territorial de Pinhel dispõem de um efectivo de 45 militares, dos quais 4 têm como missão específica a vigilância do ambiente e 2 estão afectos ao programa Escola Segura. O patrulhamento dos cerca de 485 km² do concelho é realizado em veículo motorizado (nas áreas urbanas) e a cavalo (nas áreas rurais). As ocorrências mais frequentes são os pequenos furtos e os acidentes rodoviários. Ocasionalmente, registam-se ainda casos de violência doméstica, alcoolismo e toxicod dependência. No que respeita à sinistralidade rodoviária, os responsáveis pelo posto da GNR fazem um balanço positivo da evolução nos últimos anos, uma vez que de 2001 (160 ocorrências, incluindo 2 mortos) para 2006 (82 ocorrências, sem registo de óbitos) esta reduziu para cerca de metade. A maior percentagem de acidentes ocorre nos meses de Inverno, em resultado de despistes relacionados com a existência de gelo na estrada.

Os Bombeiros Voluntários de Pinhel desempenham igualmente um papel muito relevante na protecção e defesa de pessoas e bens, nomeadamente através do combate a incêndios, que nos últimos anos tem devastado áreas significativas do concelho (ver capítulo dedicado ao diagnóstico do ambiente). Do lado da vigilância, são os sapadores florestais da câmara municipal que dão o maior contributo.

3. Viver em Pinhel

Para além disto, a missão dos bombeiros desenrola-se noutras áreas, como o transporte de doentes, seja em situação de emergência, para o qual dispõem (de entre outros meios) de uma viatura pré-hospitalar (INEM), seja para transporte de doentes com mobilidade reduzida às consultas médicas, tanto no centro de saúde, como para o hospital da Guarda.



Pese embora não se tenham verificado até à data ocorrências significativas, uma área em que estão igualmente preparados para actuar é no resgate em meios aquáticos. O que, considerando as diversas linhas de água que cruzam o concelho (com destaque para o Rio Côa e as ribeiras de Massueime, da Pega e das Cabras), mais as duas barragens (Vascoveiro e Bouça Cova), constitui uma importante valência.

No entanto, por serem maioritariamente voluntários, debatem-se permanentemente com dificuldades ao nível da gestão dos meios humanos. Apesar disso, não descuidam a sua responsabilidade social do lado da sensibilização e da prevenção, promovendo campanhas de sensibilização junto das escolas, assim como campanhas de prevenção rodoviária, com maior ênfase nas épocas de maior tráfego: Natal, Ano Novo, Verão, etc.

3.4.6. Governação

Uma boa governação é aquela que segue os melhores modelos de organização e gestão, tanto no sector público, como no privado, para que seja dada resposta adequada às necessidades de bens e serviços da comunidade.

Uma característica dos aglomerados populacionais de menor dimensão, é a tendência para tratar dos assuntos mais informalmente, uma vez que há uma maior proximidade e contacto directo entre a população. No entanto, importa salientar

3. Viver em Pinhel

que o facto de haver maior facilidade de contacto entre instituições e população nestes locais, não significa que se possa descurar o respeito pelas regras e procedimentos anteriormente definidos, sob pena de se contrariar um efectivo desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, o modelo conceptual da Agenda 21 Local, tal como definido pelas Nações Unidas, só tem sucesso se houver, sempre e por todos, público e privado, uma partilha da visão, dos objectivos e dos procedimentos a seguir. Ou por outras palavras, o desenvolvimento sustentável só será alcançado se toda a comunidade local interiorizar que todos devem perseguir, em uníssonos, três pressupostos: o que fazer, porquê fazê-lo e que resultados são esperados.

Da análise efectuada, ressalta a ideia de que em Pinhel, a autarquia e os seus municípios têm coabitado harmoniosamente, porquanto não se detectaram divergências ideológicas.

De uma forma geral, a população reconhece e aprecia o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela autarquia, da mesma forma que a autarquia também tem acarinhado as iniciativas privadas.

Um exemplo que comprova esta partilha de visão e de interesses acerca daquilo que a comunidade local vê como boas práticas, foi a recente aquisição das antigas instalações da fábrica de calçado da Rhode por um importante empresário local. Os vários edifícios da Rhode, vazios durante quase um ano, (des)esperavam por novo proprietário. Contudo, à Rhode só interessava alienar o complexo industrial na totalidade. O que dado os elevados valores em jogo, dificilmente captaria um investidor interessado. Este empresário local viu naquele espaço uma oportunidade de investimento e para além disso, segundo as suas palavras, era igualmente uma forma de criar as condições para atrair pequenos investidores, de dentro e de fora do concelho (uma vez que o objectivo é dividir os enormes armazéns e instalações fabris em parcelas de menores dimensões, e



3. Viver em Pinhel

disponibilizar espaços à medida das necessidades daqueles que ali se pretendam instalar).

Sentido de responsabilidade social (ou não) de um empresário local, a verdade é que hoje este espaço (fruto do bom entendimento entre empresário e autarquia) é igualmente utilizado pelo Município para a realização de eventos de grandes escala, como foi já o caso da realização da edição de 2007 da Feira das Tradições e das Actividades Económicas de Pinhel.

Importa, por isso, que se reconheçam e compreendam as verdadeiras especificidades locais, e que estas sejam valorizadas em prol do Desenvolvimento Sustentável do Município. E também, que se detectem os constrangimentos e as fragilidades existentes, e se invertam e corrijam, trilhando o caminho da inovação e da diversificação.

E por isso, mostra-se indispensável um esforço ainda maior de concretização. Na generalidade das autarquias, fazem-se estudos nas mais variadas áreas, mas não raro a sua execução fica condicionada por disponibilidades financeiras ou burocracias administrativas. O que leva a que muitos dos planos de intervenção elaborados, por tardarem em iniciar, geram desde logo dois constrangimentos: por um lado, vão crescendo as dúvidas se algum dia essas acções serão realizadas e, por outro, quando o chegarem a ser, se estas ainda serão pertinentes e estarão adequadas às novas realidades que se apresentem.

Refira-se aqui um dos projectos que a autarquia tem em desenvolvimento, com o qual pretende impulsionar a cultura, o turismo e os tempos livres. Recentemente foi criada uma empresa municipal denominada “Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres”, que tem como objectivos prestar serviços públicos na área da cultura, do turismo, do desporto e dos tempos livres. Para além destes objectivos, a autarquia de Pinhel espera conseguir assegurar uma prestação mais eficaz do serviço público, bem como uma melhor gestão dos espaços e equipamentos de que é proprietária, ou que lhe venham a ser cedidos, alugados, arrendados ou concessionados.



3. Viver em Pinhel

Com esta iniciativa, a autarquia ambiciona igualmente colmatar a escassez de alojamento turístico, na medida em que um dos edifícios que passou para a gestão da empresa municipal é a antiga residência de estudantes, a qual se espera venha a ser reconvertida em alojamento turístico de qualidade.

Numa outra óptica, sabe-se igualmente que a fixação de pessoas e empresas no seu concelho é um problema com que os autarcas das regiões de interior se debatem constantemente. Os autarcas de Pinhel estão empenhados em contrariar esta tendência crónica, quer através da melhoria da rede de equipamentos, quer por via da criação das condições indispensáveis que façam do Concelho de Pinhel uma terra atractiva para viver e para trabalhar. Esta missão, muitas vezes inglória, regista hoje mais uma barreira. Ao fim de mais de 30 anos de democracia, o país percebeu que estava a viver acima das suas possibilidades, gastando o que não tem e gerindo mal o que possui. Com o fecho de inúmeros serviços em resultado da racionalização dos meios, as regiões do interior tornam-se ainda mais periféricas, dificultando a batalha contra o despovoamento.



Parece-nos oportuno recordar aqui as palavras do Presidente da Autarquia de Pinhel, em que ele próprio se interroga se o rumo a seguir deverá ser o de tentar desenvolver as 27 freguesias (57 aglomerados populacionais, segundo o INE) de uma forma igualitária, ou se terá de se concentrar o esforço de investimento nas freguesias de maior dimensão e população, deixando morrer as restantes. A nós parece-nos que estamos aqui perante uma dicotomia clara entre duas forças que puxam em direcções opostas: por um lado a do coração, e por outro a da razão.

Outra das dificuldades com que os autarcas se debatem frequentemente, está relacionada com a gestão partilhada de algumas infra-estruturas, nomeadamente as estradas. Os constantes atrasos na transferência de verbas para a execução das

3. Viver em Pinhel

obras de requalificação, sobretudo quando as obras estão a meio, cria um conjunto de constrangimentos, desde logo ao nível da segurança. Por outro lado, o “para-avança” das obras gera também derrapagens financeiras, delapidadoras dos recursos e da imagem das autarquias. Um exemplo disto é a situação em que se encontra a estrada nacional 221, que liga Pinhel à Guarda. Com as obras suspensas, a EN221 é vista como muito perigosa, não tendo já sido palco de acidentes graves apenas por sorte.

Outro motivo constante para o atraso das obras é o incumprimento (crónico) por parte dos empreiteiros, o que é igualmente gerador de inúmeros constrangimentos na gestão e planeamento do território. Neste contexto, a autarquia de Pinhel decidiu avançar com a aplicação de coimas às empresas que têm vindo a desrespeitar largamente os prazos estabelecidos, assim como indeferir os pedidos de prorrogação dos mesmos.

Ao nível do sector privado, muitas das dificuldades com que os empresários se debatem, reflectem deficiências ao nível da sua própria (des)governança. Ao longo dos tempos, foi-se criando o hábito de externalizar para as autarquias o ónus da supressão de determinadas carências. E o facto é que as autarquias, levadas pela necessidade de criar as condições para que os empresários se instalem nos seus municípios e não deixem sair os que já lá se encontram, assumem esse ónus. No que respeita à qualificação profissional, a falta de mão-de-obra disponível em determinadas áreas, nomeadamente para a indústria extractiva, levou a autarquia a articular com o centro de emprego e o CEVALOR (Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais, sediado em Borba, no Alentejo) a realização de um curso de formação profissional. Uma vez que ainda está a decorrer a primeira edição deste curso, não é possível ainda avaliar o seu sucesso, mas as diversas partes envolvidas neste processo estão optimistas.

Em suma, é indispensável que se mantenha o esforço de adopção de procedimentos facilitadores e rentabilizadores das medidas em desenvolvimento. Há igualmente que continuar a perseguir o bem comum, ou por outras palavras,



3. Viver em Pinhel

fazer com que cada acção sirva para melhorar o concelho no seu todo. Só assim se pode esperar que o desenvolvimento seja sustentável. Mas este desenvolvimento tem (obrigatoriamente) de ser perseguido por todos, público e privado.

E persegui-lo, tirando não só partido das sinergias geradas pelas relações existentes e/ou potenciais entre Pinhel e os diferentes municípios envolventes, mas também (aproveitando o facto de ser uma região de fronteira) promovendo um maior intercâmbio com a região vizinha, em Espanha. Neste sentido, o Município de Pinhel tem marcado presença em feiras e certames na Província espanhola de Salamanca, com o intuito de promover o concelho, as suas tradições e as suas actividades económicas.

3.5. Conhecimento e Inovação

3.5.1. Educação e Formação Profissional

A sustentabilidade da economia de uma região resulta também, e em boa parte, do nível de instrução dos residentes e/ou da capacidade para atrair novos trabalhadores qualificados. Perante a dificuldade em atrair mão-de-obra qualificada para Pinhel, mostra-se necessário dotar os residentes das qualificações necessárias, que conduzam a um Desenvolvimento Sustentável do Município.

Quanto maior for o nível de instrução, maior será a aptidão para adquirir novos conhecimentos. Maior será a capacidade para empreender, para inovar e para diversificar.

O Concelho de Pinhel dispõe de ensino oficial até ao nível secundário. Contudo, este nível de ensino, tal como o 2º e 3º Ciclos, só existem na cidade de Pinhel. Quanto ao 1º Ciclo, 5 das 27 freguesias não têm qualquer estabelecimento de ensino. Já as creches e/ou jardins-de-infância estão presentes em 13 freguesias. Importa salientar que, em 2005, do conjunto de 42 estabelecimentos de ensino

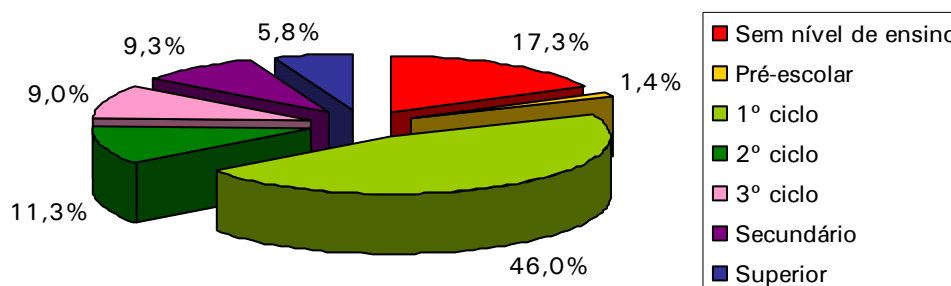


3. Viver em Pinhel

entre o pré-escolar e o 1º ciclo, 16 tinham menos de 10 alunos, dos quais 13 não chegavam sequer aos 5 alunos. Com o número de crianças e jovens a diminuir de ano para ano, a tendência será para o Concelho de Pinhel acompanhar a reestruturação do parque escolar que se vem a verificar no restante território nacional, ou seja, o encerramento de algumas das escolas de 1º Ciclo.

Como se pode observar pelo gráfico 35, quase metade da população residente em Pinhel tem apenas o 1º Ciclo, o que reforça o forte pendor agrícola do concelho, e traduz igualmente a estrutura demográfica da população. Somando os vários níveis de escolaridade, verifica-se que apenas 15% estudou para além do ensino obrigatório. No Concelho de Pinhel continua a ministrar-se o ensino nocturno para adultos, distribuído por 3 níveis: 2º Ciclo, 9º e 12º anos de escolaridades. Segundo o edil da junta de Freguesia de Pinhel, este tem tido uma participação significativa.

Gráfico 35 – População residente no Concelho de Pinhel, segundo o nível de instrução¹²



Fonte: INE – Censos – 2001

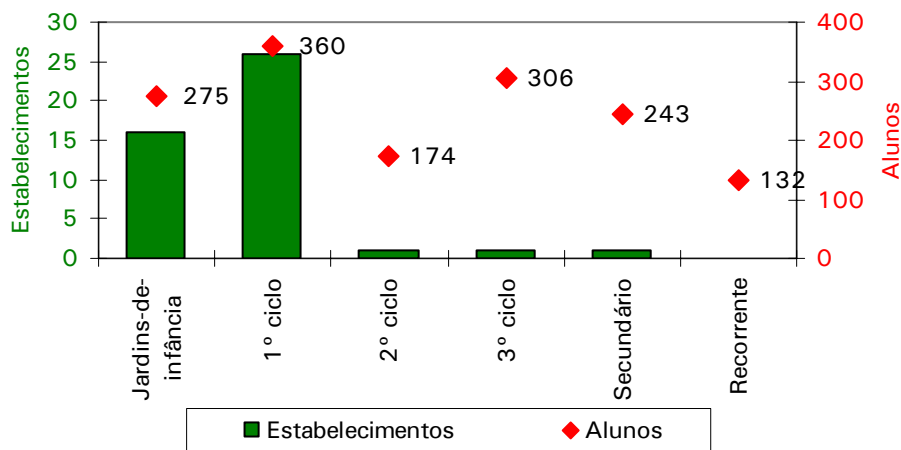
A população escolar do Concelho de Pinhel tem vindo a diminuir a um ritmo que reforça uma vez mais a tendência de envelhecimento do concelho. Entre os anos lectivos 2002/2003 e 2004/2005, o número de alunos inscritos nos diferentes níveis de ensino diminuiu cerca de 12%¹³.

¹² Os valores incluem indivíduos com o grau de instrução incompleto ou a frequentar, em cada um dos níveis de ensino.

¹³ Esta variação não inclui os alunos do ensino recorrente, dada a sua difícil contabilização, uma vez que o INE não discrimina este tipo de ensino.

3. Viver em Pinhel

Gráfico 36 – Estabelecimentos de ensino e alunos matriculados no Concelho de Pinhel, no ano lectivo 2004/2005



Fonte: Diagnóstico Social, Conselho Local de Acção Social de Pinhel, 2005

De uma forma geral, o parque escolar apresenta as condições necessárias para o normal desenrolar das actividades lectivas. Não obstante, têm-se registado alguns constrangimentos em algumas das escolas de 1º Ciclo que estão a receber alunos de outras que têm vindo a encerrar. Esta situação constitui uma preocupação acrescida para as autarquias, uma vez que colidem esforços de naturezas distintas, nem sempre coincidentes no tempo. Por um lado, o Ministério da Educação quer prosseguir a um ritmo acelerado com a reestruturação do parque escolar e, por outro, as autarquias não conseguem acompanhar ao mesmo ritmo os trabalhos de melhoramento das escolas que se mantêm em funcionamento e receptoras dos alunos provenientes das escolas que encerram.



O transporte escolar constitui igualmente uma preocupação, quer dos autarcas, quer dos conselhos executivos das escolas. No Concelho de Pinhel, o transporte dos alunos é assegurado pela rede de transportes públicos colectivos. O que do ponto de vista da racionalização dos recursos, constitui uma solução positiva.

3. Viver em Pinhel

Contudo, os horários dos autocarros têm-se mantido (tradicionalmente) adequados àqueles que eram aos horários de algumas empresas (como a Rhode), em detrimento dos horários das escolas.



No que respeita à formação profissional, registam-se diversas entidades e iniciativas no Concelho de Pinhel, com vista à melhoria e diversificação da qualificação dos seus habitantes. As principais entidades envolvidas nesta área são o Instituto do Emprego e Formação Profissional (através do centro de emprego de Pinhel), o Centro de Formação para activos (que funciona nas instalações da escola secundária), a Associação Raia Histórica, para além de outras entidades que em parceria com a autarquia têm realizado acções de formação.

O centro de emprego de Pinhel, no âmbito das suas competências, promove (sobretudo) a qualificação, a orientação e o encaminhamento dos activos desempregados, de forma a melhorar a adaptabilidade destes às necessidades do mercado de trabalho local. Para isso desenvolve regularmente diversos cursos de formação em áreas como técnicas de geriatria (por exemplo), uma qualificação com procura crescente. De uma forma geral, todos os formandos conseguem emprego no concelho.

Por outro lado, o centro de formação (ligado à escola secundária) está mais vocacionado para a formação de docentes, nomeadamente ministrando cursos de enriquecimento de curriculum.

Já a Associação Raia Histórica, promove formação profissional principalmente em áreas ligadas ao turismo, de que é exemplo o curso de animadores de castelos. O objectivo passa assim por formar profissionais que integrem projectos de desenvolvimento turístico para a região.

3.5.2. Sociedade da Informação e do Conhecimento¹⁴

Nos anteriores Quadros Comunitários de Apoio, o Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS-Conhecimento¹⁵) enquadrou-se no âmbito das orientações políticas fundamentais em matéria de Sociedade de Informação e Conhecimento e materializou o financiamento proposto para a concretização da política nacional neste domínio.

O uso generalizado das tecnologias de informação e comunicação é o meio privilegiado de difundir o conhecimento e a inovação. Em Pinhel a utilização do computador está largamente difundida:

- A generalidade das instituições (autarquia, juntas de freguesia, escolas, serviços públicos e privados, etc.) possui computadores, e utiliza-os regularmente, quer como meio facilitador dos procedimentos, quer como forma de inovar nos serviços prestados;
- A totalidade das empresas entrevistadas possui computadores, embora maioritariamente apenas para controlo de facturação. Todas as empresas entrevistadas têm ligação à Internet, utilizam o correio electrónico regularmente e algumas dispõem de *website*; no entanto, a maioria não utiliza este meio seja para vender seja para adquirir produtos e matérias-primas;

¹⁴ O Governo Português definiu um conjunto de objectivos ambiciosos, em matéria de política relativa à sociedade da informação e do conhecimento: massificação do acesso em Banda Larga, melhoria do serviço do Estado aos Cidadãos e Empresas através do Governo Electrónico, desenvolvimento de Competências TIC e de uma Cultura Digital, aposta na Inovação Integrada em TIC e consolidação da Sociedade do Conhecimento como um instrumento de apoio à qualificação da descentralização do território.

¹⁵ O POS-Conhecimento veio substituir o anterior Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI). O desenvolvimento da sociedade da informação constituiu uma prioridade definida no III Quadro Comunitário de Apoio. Neste âmbito, o POSI exerceu um papel de dinamização estratégica dos investimentos apoiados por outras intervenções operacionais com projectos nesta área.

3. Viver em Pinhel

- A utilização dos computadores nas escolas e em casa por parte dos jovens é hoje uma realidade crescente, incluindo a utilização da Internet. As escolas possuem computadores com ligação à Internet, disponíveis para utilização dos alunos;



- Já o comércio tradicional ainda não aderiu em massa às novas tecnologias da informação e da comunicação, referindo como motivo os custos envolvidos.

Ainda no âmbito daqueles programas, os municípios criaram espaços Internet, serviço este que em muitos concelhos veio permitir o primeiro contacto com o mundo da informática e da Internet a uma percentagem significativa da população.

O espaço Internet de Pinhel existe desde 2002. Funciona em regime de acesso livre e gratuito, mas tem um horário limitado: dias úteis das 14h30m às 20h e Sábados, das 16h às 19h. Pela afluência observada, seria bastante vantajoso que tanto o horário como o número de computadores disponíveis fosse alargado. Os principais utentes do espaço Internet são jovens, estudantes e formandos dos cursos de formação profissional. Em 2006, a média de utilizadores foi superior a 500 indivíduos / mês.

Também nesta linha de actuação, o Município de Pinhel associou-se recentemente à iniciativa da Fundação Portugal Telecom e ao projecto lançado por esta: "A Internet chega até si". Este projecto visa promover a Sociedade de Informação e de a tornar acessível ao maior número de pessoas, para o que tem vindo a percorrer o país com um autocarro equipado com vários computadores, de acesso livre e gratuito, e com ligação à rede. O autocarro também passou por diversos locais de Pinhel, no final de 2006, tendo contribuído para o despertar de mais alguns entusiastas para esta realidade virtual, cada vez com mais impactes no nosso dia-a-dia.

Muitos municípios têm igualmente apostado em desenvolver sites de Internet que, para além da informação de carácter genérico, para promoção do concelho,

3. Viver em Pinhel

disponibilizam um conjunto vasto de informação e o acesso *online* a serviços camarários, com vista a facilitar a relação



entre a autarquia e os munícipes. No caso do site de Internet do Município de Pinhel, são disponibilizadas as Actas das Reuniões da Câmara, mas também informações relativas a Regulamentos, Requerimentos e Taxas e Licenças.

As bibliotecas, sobretudo as bibliotecas escolares, para além de espaços de cultura, são cada vez mais locais de difusão de informação e inovação. As bibliotecas escolares estão hoje, na sua maioria, equipadas (para além do tradicional espólio literário) com uma panóplia de recursos audiovisuais e multimédia que fazem destes espaços locais de difusão da informação e inovação por excelência.

Duas últimas referências, desta feita ao jornal “Pinhel Falcão” e à rádio local “Rádio Elmo”, que constituem igualmente pólos difusores de informação, tão mais importantes quanto pensarmos no cariz rural do Concelho de Pinhel e na significativa dispersão da população. Neste sentido, o jornal e a rádio funcionam como principais transmissores da informação de carácter local e regional.

3.5.3. Inovação

“A inovação é fundamental para a criação de uma sociedade humana sustentável. Enquanto sociedade, não seremos capazes de ser bem sucedidos na criação de um mundo sustentável, se nos preocuparmos unicamente em ser mais eficientes naquilo que já fazemos”¹⁶.

¹⁶ BCSD Portugal, Conselho Empresarial para o desenvolvimento Sustentável.

3. Viver em Pinhel

Hoje, mais do que fazer muito, de algo que muitos outros também fazem, importa apostar naquilo que é diferente. Mostra-se necessário detectar as tendências do mercado, para que se possa servir bem e satisfazer as necessidades da procura, por um lado, mas também por outro, induzir a apetência por novos produtos, gerando novos nichos de mercado.

Neste contexto, a certificação dos produtos e serviços constitui outra das formas de inovação, que permitem responder às crescentes exigências do mercado e conduzem a uma maior afirmação e imagem de marca.

No Concelho de Pinhel registam-se diversos casos de inovação e empreendedorismo, que traduzem oportunidades de investimento e de desenvolvimento sustentável.

Quer ao nível da agricultura biológica, quer na indústria transformadora, quer mesmo no que se refere aos serviços prestados, têm surgido novos investimentos, inovadores tanto pelas formas de produção, como também pelos mercados a que se destinam.

Na área da agricultura biológica, destacam-se dois casos:

- Uma exploração de produção biológica de marmelos, na Freguesia do Pereiro, que começou por uma pequena experiência e fruto do espírito empreendedor do seu proprietário, foi em 2006 o maior produtor nacional (em volume de produção) de marmelos biológicos. A sua produção é canalizada quase na totalidade para a indústria conserveira, sector que tem capacidade para absorver mais matéria-prima que aquela que actualmente se consegue produzir. O que cria boas expectativas de negócio e já começa a despertar o interesse de outros investidores na região. Os mesmos que no início classificaram o agricultor de *hippie*, de alguém que tinha umas ideias estranhas, e que duvidaram do seu sucesso;
- Uma outra iniciativa inovadora que está a ser desenvolvida em Pinhel é a produção de azeite biológico. E neste caso, inovando por duas vias: na produção



3. Viver em Pinhel

propriamente dita, uma vez que o azeite é produzido a partir de azeitonas que são cultivadas respeitando os pressupostos da agricultura biológica, com métodos também distintos dos tradicionais, como o facto da extracção do azeite ser feita a frio. Inovadora igualmente porque acrescentou o processo de engarrafamento, quase inexistente nos restantes lagares de azeite do Concelho de Pinhel, e recorrendo a garrafas com um *design* diferente do tradicional. A produção é feita, por enquanto, em pequenas quantidades, até porque é um azeite com um paladar diferente dos azeites tradicionais, o que faz com que demore algum tempo a afirmar-se no mercado;

- Na indústria transformadora registámos igualmente um exemplo de uma empresa que, contra tudo aquilo que é tradição (entenda-se pouco tradicional no concelho e na região), decidiu apostar na produção de caleiras, camarinhas e isolamentos para coberturas de telhados. As matérias-primas utilizadas (alumínio, zinco, cobre e inox) são adquiridas em bruto e transformadas nas instalações da empresa. Para os processos de transformação são utilizadas máquinas e ferramentas igualmente inovadoras. Máquinas inéditas em Portugal, que têm a particularidade de serem transportáveis para o local onde se realiza a obra. Actualmente, para além da produção e montagem, também faz revenda dos produtos, o que constitui uma forma de promoção de um processo inovador, mas também do Concelho de Pinhel;
- Finalmente, um exemplo ligado aos serviços, foi a implementação de um miradouro virtual numa das torres de menagem do Castelo de Pinhel. O miradouro virtual é constituído por um (aparentemente) vulgar binóculo de observação da paisagem, mas que à medida que se vai percorrendo com ele os diferentes elementos da paisagem, vão surgindo no monitor informações diversas relativas às características e à história desses elementos. No fundo, “um projecto de



3. Viver em Pinhel

realidade aumentada que acrescenta elementos virtuais à realidade observada”, e em tempo real. Este projecto inovador, desenvolvido por uma empresa inovadora (embora não da região), é pioneiro na Europa. O sucesso do projecto em Pinhel, impulsionou a sua difusão noutros locais, estando prevista a sua implementação em todos os castelos da região raiana.



O Concelho de Pinhel tem muitas outras potencialidades, associadas a produtos e actividades tradicionais e não tradicionais. Duas das áreas com grande potencialidade são os granitos e a vitivinicultura. A definição de linhas de actuação com vista a explorar estas e outras potencialidades, mas também a correcção das fragilidades detectadas, serão abordadas no volume “Planos de Acção” para o Concelho de Pinhel.

3.6. Metodologia do Diagnóstico

A análise multidisciplinar dos recursos e actividades existentes no Município, e das suas tendências, permite identificar os elementos caracterizadores do retrato do Município, de que resultam potencialidades (P) e fragilidades (F), no âmbito dos pilares da Agenda 21 Local.

A análise qualitativa, consubstanciada nesse retrato, é quantificada através do estabelecimento de uma grelha multi-critério constituída por:

1. Definição de critérios de significância;
2. Identificação dos elementos caracterizadores do retrato ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação de Pinhel no âmbito dos quatro pilares da Agenda 21 Local;
3. Atribuição de uma pontuação a cada elemento caracterizador do retrato actual, de acordo com o seu efeito em cada critério de significância;
4. Atribuição de uma ponderação específica a cada critério de significância, em função do retrato actual do Município.

O resultado destas operações traduz-se numa matriz de diagnóstico e avaliação, de que decorre a priorização quantificada das necessidades de intervenção.

Critérios de Significância

Os critérios de significância seleccionados são os seguintes:

- a) **Impactes na Saúde Pública**¹⁷, adoptando a definição consagrada na 4.ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (OMS) e no *Health Impact Assessment (Gothenburg Consensus Paper, Dezembro, 1999)*, nos termos da

¹⁷ Trata-se de um conceito positivo, que enfatiza os recursos pessoais e sociais, bem como as capacidades físicas. Neste sentido, os factores pessoais, sociais, culturais, económicos e ambientais – rendimentos, emprego, educação, apoio social, etc. – são considerados factores determinantes da saúde dos indivíduos e das populações.

3. Viver em Pinhel

qual a saúde se baseia nos recursos pessoais e sociais, bem como nas capacidades físicas dos indivíduos;

- b) **Impactes Ambientais**, no sentido de possíveis perturbações sobre o ambiente e a qualidade ambiental, abrangendo a preservação do ecossistema e a defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida (ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, biodiversidade, ...);
- c) **Impactes Económicos**, entendidos como implicações e consequências prováveis no incremento do nível de vida da população do território, sentido ao nível do bem-estar económico individual (satisfação de necessidades de consumo) e ao nível do bem-estar material global (actividades produtivas criadoras de riqueza, emprego, postos de trabalho e bens de consumo);
- d) **Impactes Sociais**, considerados como efeitos nas condições de vida da população do território, expressa na existência de condições sociais (segurança, prestações sociais e cuidados de saúde, integração de grupos sociais desfavorecidos, participação social, comunitária e política, funcionamento das instituições locais, públicas e privadas...) e de condições culturais (acesso a actividades de cultura, lazer e desporto);
- e) **Impactes no Conhecimento e Inovação**, entendidos como as implicações e consequências prováveis no incremento da qualificação, promoção e valorização das pessoas e da potenciação da criatividade, ao nível da informação, formação, comunicação e tecnologias;
- f) **Impactes nos Recursos Municipais**, ou capacidade de execução, entendidos como recursos humanos e/ou meios financeiros necessários, a mobilizar pelos poderes públicos, seja pela disponibilização de meios próprios ou pela capacidade de mobilização de meios encontrados junto da comunidade local (indivíduos, empresas, associações... com vontade e capacidade de intervenção física e monetária).



Identificação dos Elementos Caracterizadores do Retrato Actual do Município

Os elementos caracterizadores do retrato actual do Município são identificados com base no tratamento e análise da informação recolhida nas fontes primárias e secundárias e visam destacar as situações ambientais, económicas, sociais e do conhecimento e inovação, constitutivas da situação actualizada do concelho.

Pontuação de Efeitos

A atribuição de uma pontuação de efeitos visa exprimir quantitativamente a importância que cada elemento caracterizador do retrato actualizado do Município tem em cada um dos critérios de significância considerados e evidenciar quantitativamente as áreas de maior potencialidade e de maior fragilidade.

A cada elemento caracterizador do retrato actualizado do território ou comunidade é atribuída uma pontuação no âmbito de cada critério de significância, em função do seu **efeito nesse critério**, de acordo com a seguinte escala:

Pontuação	1	0	- 1	- 2
Impactes na Saúde Pública	Positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes Ambientais	Positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes Económicos	Muito positivo	Moderado positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo
Impactes Sociais	Positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo moderado	Negativo significativo
Impactes no Conhecimento e Inovação	Muito positivo	Moderado positivo	Nem positivo, nem negativo	Negativo
Impactes nos Recursos Municipais	Não exige recursos financeiros e/ou humanos	Exige recursos financeiros e/ou humanos escassos	Exige recursos financeiros e/ou humanos moderados	Exige recursos financeiros e/ou humanos elevados

3. Viver em Pinhel

Ou seja:

Positivo (1) = Efeitos positivos sobre a saúde pública, o ambiente e a sociedade.
= Efeitos muito positivos sobre a economia e o conhecimento e inovação.
= Não exige recursos municipais.

Neutro (0) = Ausência de efeitos sobre a saúde pública, o ambiente e a sociedade.
= Efeitos moderados sobre a economia e o conhecimento e inovação.
= Reduzida exigência de recursos municipais.

Negativo (- 1) = Moderado efeito negativo na saúde pública, no ambiente e na sociedade.
= Ausência de efeitos na economia e no conhecimento e inovação.
= Moderada exigência de recursos municipais.

Muito negativo (- 2) = Efeito negativo significativo na saúde pública, no ambiente e na sociedade
= Efeito negativo na economia e no conhecimento e inovação.
= Significativa exigência de recursos municipais.

Ponderação dos Critérios de Significância

O grau de importância relativa dos critérios de significância é determinado pela realidade concreta do Município, conjugada com os princípios de referência do desenvolvimento sustentável e resulta da atribuição a cada um deles de uma ponderação. No Município de Pinhel, tendo presente o retrato delineado, foram atribuídas as seguintes ponderações aos critérios de significância:

Critérios de significância	Ponderação atribuída
Impactes na Saúde Pública	3
Impactes Ambientais	3
Impactes Económicos	3
Impactes Sociais	2
Impactes no Conhecimento e na Inovação	1
Impactes nos Recursos Municipais	1

Leitura da Matriz de Diagnóstico e Avaliação

O cruzamento dos critérios de significância com os elementos caracterizadores do retrato actualizado do Município permite obter para cada um destes elementos uma classificação final global, devidamente ponderada, (i.e., o produto da ponderação pela pontuação), a partir da qual podem ser identificadas de forma hierarquizada as necessidades de intervenção. Assim:

Matriz			Pontuação			
			1	0	-1	-2
Impactes na Saúde Pública	Ponderação	3	3	0	-3	-6
Impactes Ambientais		3	3	0	-3	-6
Impactes Económicos		3	3	0	-3	-6
Impactes Sociais		2	2	0	-2	-4
Impactes no Conhecimento e Inovação		1	1	0	-1	-2
Impactes nos Recursos Municipais		1	1	0	-1	-2

Esta classificação permite uma avaliação qualitativa em 5 níveis – Muito Bom, Bom, Suficiente, Insuficiente e Mau – reflectida numa priorização das necessidades de intervenção.

Numa leitura global do contexto do Município, as pontuações obtidas situam-se numa escala de 13 a -19, com a seguinte interpretação:

Muito Bom = 10, 11, 12 e 13;

Bom = 5, 6, 7, 8 e 9;

Suficiente = 0, 1, 2, 3 e 4;

Insuficiente = -1, -2, -3, -4, -5, -6, -7, -8, -9 e -10;

Mau = -11, -12, -13, -14, -15, -16, -17, -18 e -19.

3. Viver em Pinhel

Numa leitura sectorial, as pontuações situam-se numa escala de -6 a 3, com a seguinte interpretação:

Saúde pública

Bom = 3;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -3;

Preocupante = -6.

Ambiente

Bom = 3;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -3;

Preocupante = -6.

Nível de vida (impactes económicos)

Bom = 3;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -3;

Deficiente = -6.

Condições de vida (impactes sociais)

Bom = 2;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -2;

Deficiente = -4.

Conhecimento e inovação

Bom = 1;

Suficiente = 0;

Insuficiente = -1;

Deficiente = -2.

Recursos municipais

Exequível = 1;

Exequível com envolvimento reduzido = 0;

Exequível com envolvimento moderado = -1;

Exequível com envolvimento significativo = -2.

Estas pontuações evidenciam as áreas de maior potencialidade (P) e de maior fragilidade (F), constituindo o diagnóstico do Município de Pinhel.

3. Viver em Pinhel

A organização dos recursos e actividades existentes no Município por ordem decrescente (apoiada numa escala numérica decrescente e numa escala cromática) torna imediatamente visível o que está bem, o que está menos bem, o que precisa de ser melhorado, quais as prioridades das necessidades de intervenção, constituindo o ponto de partida concreto para medidas operacionais e para a identificação dos indicadores de desenvolvimento sustentável (a desenvolver numa segunda etapa), que visam acompanhar e interpretar o percurso do Município no sentido da concretização dos Objectivos Operacionais e da adequação dos Planos de Acção em cada momento desse percurso.

O Município fica, assim, a dispor de um instrumento facilitador de uma primeira abordagem ao planeamento de acções a concretizar no seu modelo de desenvolvimento sustentável, pois permite identificar que questões deverão ser objecto de atenção imediata, quais deverão contar com um plano a médio prazo e quais as que poderão ser desenvolvidas a mais longo prazo, quando os principais problemas e desafios estiverem já em vias de resolução.



3.7. Tabelas de Pontuação

Para exemplificação neste relatório destacamos em Pinhel as pontuações que revelam áreas de maior potencialidade (P) e de maior fragilidade (F). A [totalidade das áreas pontuadas](#) encontra-se em anexo na base de dados.

Enquadramento	CRITÉRIOS						TOTAL
	Impactes na Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Impactes nos Recursos Municipais	
	Ponderação						
	3	3	3	2	1	1	
P Boas acessibilidades para Sul e Espanha	3	3	3	2	0	-1	10
F 18 das 27 freguesias com menos de 300 habitantes (2001)	-3	0	-6	-4	-2	-2	-17
F Más acessibilidades para Norte	-3	-3	-6	-2	-2	-2	-18

3. Viver em Pinhel

Economia		CRITÉRIOS						TOTAL
		Impactes na Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Impactes nos Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	3	2	1	1	
Indicadores de Enquadramento Económico								
F	Baixo Índice de Poder de Compra per capita (pouco mais de metade da média nacional)	-3	0	-6	-2	-2	-1	-14
F	Mais de 80% dos desempregados têm uma escolaridade igual ou inferior ao ensino obrigatório	-3	0	-6	-4	-1	0	-14
F	Baixo potencial endógeno de oferta de mão-de-obra	-3	0	-6	-4	-2	-1	-16
Agricultura e Produção Animal								
P	Concelho integrado na área de produção de carne de ovino com nome protegido - Borrego da Beira	3	3	3	2	0	1	12
P	Existência de quintas de agricultura biológica, nomeadamente marmeleiros e oliveiras	3	3	3	0	1	1	11
F	Predominam os produtores agrícolas singulares, com idade superior a 55 anos e baixo nível de escolaridade	0	-3	-6	-2	-2	1	-12
F	A Adega Cooperativa de Pinhel atravessa dificuldades de carácter estrutural e económico	-3	0	-6	-4	-1	0	-14
F	Encerramento para breve da Zona Agrária	-3	-3	-6	-4	-2	1	-17
Indústria Transformadora								
F	Perda da importância do sector do calçado (até há um ano era o maior empregador do concelho) com o fecho da fábrica da Rhode	0	0	-6	-4	-1	-1	-12
F	Alguns empresários da zona industrial manifestaram desagrado pela inexistência de acesso ao gás natural	0	-3	-6	-2	-1	-1	-13
Turismo								
P	Existem condições favoráveis para o desenvolvimento de produtos turísticos ligados aos recursos naturais e ao ambiente calmo e rural	3	3	3	2	0	1	12
P	O património arquitectónico e arqueológico (a freguesia de Cidadelhe integra o Parque Arqueológico do Côa) tem potencialidades turísticas	0	3	3	2	1	1	10
F	O alojamento existente é de fraca qualidade	0	0	-6	-4	-2	1	-11
F	Alguns Solares encontram-se em avançado estado de degradação	-3	-3	-6	-2	-1	1	-14

3. Viver em Pinhel

Sociedade	CRITÉRIOS						TOTAL	
	Impactes na Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Impactes nos Recursos Municipais		
	Ponderação							
	3	3	3	2	1	1		
Demografia								
F	A população do concelho de Pinhel está a diminuir e a envelhecer	-3	0	-6	-2	-2	-1	-14
F	Aumento da dependência dos inactivos (jovens + idosos) sobre os activos	-3	-3	-6	-2	-1	-1	-16
F	Existem em Pinhel 2,6 idosos por cada jovem	-3	-3	-6	-2	-1	-1	-16
Ocupação e Principal Meio de Vida da População								
F	Cerca de 53% da população vive da pensão, da reforma ou a cargo da família	-3	-3	-6	-2	-1	-1	-16
Saúde e Acção Social								
F	O serviço de atendimento permanente (SAP) de Pinhel vai encerrar brevemente, passando esse serviço a ser assegurado na Guarda	-3	0	-6	-2	-1	-1	-13
Cultura e Desporto								
F	O excessivo nº de associações gera menor capacidade de realização e de mobilização de cada uma delas	0	0	-6	-2	-2	-1	-11
Segurança								
P	Pinhel é um concelho seguro	3	3	3	2	0	0	11
Governação								
P	Há empresários com uma atitude pró-activa no que respeita ao desenvolvimento não só das suas empresas, mas também do seu concelho	3	3	3	2	1	1	13
P	Com a criação da Empresa Municipal "Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres", a autarquia prevê assegurar uma gestão mais eficaz do serviço prestado nas áreas da sua competência	3	3	3	2	1	-2	10

3. Viver em Pinhel

Conhecimento e Inovação		CRITÉRIOS						TOTAL
		Impactes na Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Impactes nos Recursos Municipais	
		Ponderação						
		3	3	3	2	1	1	
Educação e Formação Profissional								
P	Os cursos de formação profissional do centro de emprego têm sido direccionados sobretudo para áreas deficitárias de mão-de-obra qualificada no concelho	3	0	3	2	1	1	10
F	Quase 39% dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar ao 1º ciclo têm menos de 10 alunos	-3	0	-3	-4	-2	1	-11
F	Perto de metade da população tem apenas o 1º ciclo de escolaridade	-3	-3	-6	-2	-2	1	-15
Sociedade da Informação e do Conhecimento								
P	A utilização do computador e da Internet tem tido uma evolução muito positiva	3	3	0	2	1	1	10
Inovação								
P	Registam-se casos de inovação e empreendedorismo, tanto na agricultura, como na indústria e nos serviços	3	3	3	2	1	1	13
F	Não preocupação com a certificação de qualidade, ambiente e segurança de empresas, produtos e processos	-3	-6	-6	0	-1	1	-15
F	É dada pouca importância a elementos como design, desenvolvimento de novos produtos, embalagem ou rotulagem ecológica; especialmente importantes nos produtos em que o concelho tem vantagens comparativas (granitos, azeite, vinho, agricultura biológica,...)	-3	-3	-6	-2	-2	1	-15

3. Viver em Pinhel

Ambiente	CRITÉRIOS						TOTAL	
	Impactes na Saúde Pública	Impactes Ambientais	Impactes Económicos	Impactes Sociais	Impactes no Conhecimento e Inovação	Impactes nos Recursos Municipais		
	Ponderação							
	3	3	3	2	1	1		
Abastecimento de água para consumo humano								
F	Perdas de água no sistema de distribuição de 40%	0	-3	-6	0	-1	-1	-11
F	Inexistência de cloro a indicar fraca desinfecção	-6	0	-3	-4	-1	0	-14
F	Análises de água da responsabilidade da Câmara com incumprimentos nos parâmetros microbiológicos e físico-químicos	-6	-3	-6	-2	-1	-1	-19
Drenagem e tratamento de águas residuais								
F	Nível de cobertura de rede de drenagem de águas residuais de 85%	-3	-3	-6	-2	-1	-1	-16
F	Sistemas de pré-tratamento das águas residuais da adega e do matadouro com dificuldades de tratamento	-3	-6	-6	-2	-1	1	-17
Resíduos e Limpeza Urbana								
F	Deposição ilegal de resíduos da construção civil	-3	-3	-3	-2	-1	0	-12
F	% de Recolha selectiva diminuta no concelho	0	-3	-6	-2	-1	-1	-13
Qualidade do ar								
P	Inexistência de focos de poluição significativos	3	3	3	2	-1	0	10
Ruído								
F	Níveis de pressão sonora superiores ao permitido na zona dos eixos rodoviários	-3	-3	-3	-2	-1	-1	-13
Conservação da Natureza								
P	Existência de uma Zona de Protecção Especial - ZPE do Vale do Coa (Rede Natura)	3	3	3	2	-1	0	10
F	Povoamentos florestais de porte arbóreo em número bastante reduzido	-3	-3	-6	-2	-1	0	-15
F	Recorrecência de áreas queimadas	-3	-3	-6	-2	-1	-1	-16
F	Região fustigada por um grande número de incêndios nos últimos anos	-3	-6	-6	-2	-1	0	-18
Energia								
F	Pouco aproveitamento de energias renováveis - biomassa, energia eólica, energia solar	0	-3	-6	0	-2	-1	-12
F	Reduzida eficiência energética em termos de iluminação pública e edifícios municipais	0	-3	-6	0	-2	-2	-13
Ordenamento do Território								
P	Existência de uma zona industrial na cidade com 250.000 m ²	3	3	3	2	0	-1	10
F	Parque Municipal da Trincheira bastante degradado	0	-3	-6	-2	-1	-1	-13
Impacte ambiental de empresas e actividades do concelho								
P	Programas de recuperação ambiental nas escombreiras e antigos locais de exploração de urânio	3	3	3	2	0	1	12
F	Produção vitivinícola com impactes na erosão e compactação do solo	0	-3	-6	-2	-1	1	-11
F	Laboraço de seis lagares com potenciais impactes nos recursos hídricos	-3	-3	-3	-2	-1	0	-12
F	Existência de 30 pedreiras licenciadas com impactes no solo e paisagem	-3	-6	-6	2	-1	-1	-15

3. Viver em Pinhel

No conjunto dos recursos e actividades existentes, esta análise meramente quantitativa deverá ser ponderada pelo bom senso, ficando assim amplamente valorizada. Assim, poderão existir factores mercedores de especial atenção (independentemente da sua valoração), o que exige do Município opções de actuação que, podendo não ser prioritárias, deverão ser imediatas pelos impactes significativos que operam na sociedade.

A escassez de recursos humanos e financeiros suscita o problema da escolha das áreas de intervenção mais imediata e, por essa via, do custo de oportunidade de cada opção. Escolher uma acção implica forçosamente deixar de executar uma série de outras acções, por vezes igualmente importantes, mas com menor visibilidade, ou com custos diferenciados ou ainda com impactes menores.

Neste contexto, uma escolha possível de áreas de actuação imediata deverá ter conta os seguintes aspectos:

1. Recursos ou fragilidades que tenham obtido pontuações muito baixas, tendo sido classificadas como “mau” ou “insuficiente” (valores de -1 a -19);
2. Recursos ou fragilidades que não exigem ou exigem uma escassa capacidade de execução ao nível autárquico. Em regra, nestas situações a capacidade de execução é geralmente suportada pelas empresas ou outras instituições, sendo elevada para estas;
3. Áreas de actuação que se coadunam com o compromisso e os objectivos operacionais definidos, bem como com os planos de acção propostos para o Município;
4. Áreas de actuação que propiciem condições de desenvolvimento económico sustentável, mas que no curto prazo tenham também impactes positivos na economia local;
5. Acções que tenham intrinsecamente uma lógica de economia de escala (onde o todo é maior que a soma das partes): quando implementadas em conjunto,

3. Viver em Pinhel

estas acções permitem maiores impactes na vida do Município, do que cada uma das acções isoladamente.

É de salientar que, independentemente do grau de imediatismo de cada acção, ao Município cabe informar e mobilizar os agentes privados para iniciativas de desenvolvimento sustentável e constituir-se como instrumento facilitador da actividade das empresas, das instituições e dos agentes, independentemente da sua natureza. No actual contexto de uma situação económica pouco favorável, este é um factor a ter em linha de conta, face às expectativas de inversão das tendências económicas negativas verificadas nos últimos tempos.

Assim, em nossa opinião, as actuações a promover devem ser dotadas de visibilidade, tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista económico. A Agenda 21 Local, sendo uma efectiva realidade, reconhecida pela comunidade envolvente, com resultados concretos e mensuráveis, permite também estimular a estabilidade local e a confiança propiciadora de actividades económicas que invertam o actual cenário.



4. Visão e Objectivos Operacionais

O Desenvolvimento Sustentável é um processo dinâmico e de melhoria contínua, cujo quadro de referência é constituído pela Visão e pelos Objectivos Operacionais, em torno dos quais aquela se estrutura.

O futuro é necessariamente plural e, por isso, implica escolhas. A Visão é uma escolha entre possibilidades de futuro, que radica no contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades do município. Importa, assim, que a Visão seja partilhada pelas pessoas, instituições e empresas do concelho, de forma a inspirar e encorajar a respectiva actividade, empenhando todos num percurso comum, entendido como portador de benefícios colectivos e individuais: a liderança, a mobilização, a perseverança e, sobretudo, a vontade, são os elementos essenciais e indispensáveis para a concretização da opção de futuro.

Mas esta Visão deverá igualmente ser coerente com as tendências de desenvolvimento preconizadas às escalas regional e nacional. Neste sentido, importa referir que a Visão que se propõe para o município de Pinhel foi também inspirada nas ideias que tornaram o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), nomeadamente na partilha da ideia de que este território constitui um “Espaço de Baixa Densidade” e, por isso, deverá ser parte essencial da coesão territorial e social do país. Numa lógica de desenvolvimento policêntrico, estes espaços permitem fazer a articulação nacional, definindo economias de proximidade e ilustrando a diferenciação interna do país.

Em síntese, recorde-se que:

- O concelho de Pinhel forma um polígono com cerca de 43 km de atravessamento Norte-Sul e 26 km Este-Oeste, estendendo-se numa faixa que vai desde a bordadura Nordeste da Serra da Estrela até à região duriense, entrando mesmo no Parque Arqueológico do Vale do Côa. É composto por 27 freguesias, sendo a freguesia de Cidadelhe a mais setentrional, que pelas suas

4. Visão e Objectivos Operacionais

características fisiográficas é também denominada pelos locais por “Calcanhar do Mundo”. De assinalar igualmente a orografia acidentada, sobretudo a Norte, variando a cota entre os 150 e os 925 metros de altitude.

- A densidade populacional do concelho de Pinhel era, em 2005, de 21,3 hab./km² (não muito diferente daquela que caracterizava a NUT3 Beira Interior Norte – 27,6 hab./km²), mas esta realidade varia muito entre as diferentes freguesias do Concelho de Pinhel. Registam-se áreas onde o vazio humano é significativo, como a já referida Cidadelhe, com 2 hab./km², até outras que atingem densidades populacionais que mais que duplicam a média da sub-região, como são o caso de Alverca da Beira (61 hab./km²) e Pinhel (78 hab./km²).
- O município de Pinhel apresenta características eminentemente rurais, sendo a vinha a principal marca na paisagem. Mesmo a bicentenária cidade de Pinhel, que concentra quase um terço da população do concelho, revela um forte pendor de vila do interior rural. Não obstante, na cidade coexistem duas áreas bastante distintas. Por um lado, o centro histórico, com o castelo e os seus afamados solares. E por outro, as novas áreas de expansão urbana, com casas unifamiliares, pertencentes quer a residentes, quer a emigrantes.
- O sector primário (Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura) ocupava, em 2001, quase um quinto da população empregada. Contudo, as actividades ligadas à terra, nomeadamente a vinha e o olival, ocupam parcialmente muitos mais, sendo poucos aqueles que não tem um pedaço de terra onde nos tempos livres cultivam a vinha e o olival. O comércio, a construção e as oficinas ocupam igualmente uma percentagem significativa da população. A construção, que tem apresentado nos últimos anos uma grande dinâmica no Município, não se limita apenas à actividade no concelho de Pinhel, uma vez que as empresas de construção com sede no concelho operam igualmente fora deste. A indústria extractiva, embora não se reflecta no emprego gerado, tem



4. Visão e Objectivos Operacionais

um peso significativo na economia local, contabilizando-se mais de duas dezenas de pedreiras no concelho.

- O tecido empresarial de Pinhel, não obstante ser pouco diversificado, apresenta potencialidades, que têm tido expressão nas actividades tradicionais do concelho, e que se poderão vir a traduzir em oportunidades a continuar a explorar, nomeadamente as actividades ligadas ao granito, ao vinho e ao azeite. Estas são áreas onde, para além da tradição, existe também know-how. Importa aumentar o valor acrescentado gerado por estas actividades, o que passa por diversificar os produtos e melhorar ainda mais a qualidade. No que diz respeito aos granitos, a maioria das empresas dedicam-se apenas à extracção, faltando dar o passo seguinte, que é a transformação, esta sim, geradora de maior valor acrescentado.
- Os subsectores agrícolas mais significativos do concelho de Pinhel são a vinha (com maior difusão no interior do concelho) e o olival (distribuindo-se sobretudo na parte norte do concelho), o que traduz a importância do vinho e do azeite no concelho de Pinhel. Ao longo dos vários quadros comunitários de apoio (QCA's) efectuou-se uma reestruturação (arranque e plantação de nova vinha) de 700 a 800 ha (com a introdução de novas variedades de videiras), com vista a um melhoramento do património vitivinícola. Da mesma forma, na área da olivicultura, tem-se verificado o aumento dos olivais, tendo-se efectuado nos últimos anos uma plantação de 120 a 150 ha.
- Em 2004, no conjunto da região da Beira Interior Norte, o concelho de Pinhel foi o que apresentou maior volume de produção de azeite. A seguir ao vinho, o azeite constitui a principal actividade agro-alimentar no concelho de Pinhel. Uma característica dos azeites de Pinhel é a sua baixa acidez. Contudo, esta actividade, tradicional no concelho de Pinhel, não atingiu ainda um patamar de desenvolvimento que lhe permita gerar mais-valias mais significativas, nomeadamente a ausência do processo de engarrafamento, sendo praticamente toda a produção vendida a granel. É sabido que há hoje uma



4. Visão e Objectivos Operacionais

apetência crescente por produtos de qualidade, mas que incorporem processos inovadores ao nível do embalamento e da apresentação. Igualmente, o consumidor procura cada vez mais o que é diferente, e isso passa muitas vezes pela forma de apresentar o produto.

- Situada entre as regiões DOC do Douro (a Norte) e do Dão (a Oeste), a Sub-Região Vitivinícola de Pinhel integra a região DOC da Beira Interior. Pinhel tem grande tradição na produção de vinhos tintos, brancos e rosé. Contudo, a sua produção tem sido mais direccionada para os vinhos correntes, apostando menos na obtenção de vinhos que, pela sua qualidade, possam cativar outros mercados. Actualmente, um dos principais objectivos deste sector no concelho é evoluir no sentido de produzir vinhos de maior qualidade, juntamente com a melhoria da sua promoção. Mas, a Adega Cooperativa de Pinhel atravessa actualmente um período de dificuldades de carácter estrutural e económico. Os atrasos que se têm registado na distribuição dos dividendos pelos produtores são reflexo dessas dificuldades. Por outro lado, urge implementar algumas mudanças, nomeadamente a introdução de medidas de gestão e de marketing, mas esse investimento implicaria ainda maiores atrasos na distribuição dos dividendos aos produtores, pelo que a presente situação da adega configura um impasse.
- A extracção de granitos no concelho de Pinhel tem tradição e know-how, com destaque para o granito cinza de Pinhel. Actualmente existem cerca de três dezenas de pedreiras licenciadas. Contudo, a quase totalidade dedica-se apenas à extracção e comercialização do granito em bruto, em blocos ou em cubos (actividade que gera um reduzido valor acrescentado e pouco emprego), pese embora a sua boa aptidão para a serragem e polimento para peças ornamentais. Para esta situação contribui o facto de a maioria das empresas não ter ainda conseguido realizar os investimentos em equipamento, indispensáveis ao processo de transformação em produtos polidos, com incorporação de design. Por outro lado, a ausência quase total de certificação



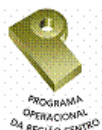
4. Visão e Objectivos Operacionais

dos granitos de Pinhel, fazem com que as empresas do concelho sejam muitas vezes preteridas em trabalhos de maior dimensão e exigência ao nível da qualidade comprovada, tanto em obras públicas, como particulares. Não obstante, da análise efectuada destaca-se o facto de o granito ser um recurso abundante, ser uma matéria-prima de baixo custo e existir tradição na sua exploração. Por outro lado, o concelho não dispõe de estruturas de apoio técnico, que possam induzir uma maior capacidade de investigação e inovação tecnológica, nem estruturas que promovam e potenciem os canais de distribuição dos produtos.

- Ao nível do turismo, Pinhel congrega um conjunto de potencialidades, que até agora ainda não terão sido adequadamente exploradas. Por outro lado, regista-se uma ausência de alojamento turístico (propriamente dito) no concelho de Pinhel. Sendo um facto que o “turista de passagem” representa muito pouco do ponto de vista económico (quase não consome no concelho), há que criar as condições para que o turista permaneça pelo menos uma noite. O que implica criar pontos de interesse que o fixem, mas também o alojamento condigno. Não obstante, o concelho de Pinhel reúne condições favoráveis para o desenvolvimento de produtos turísticos ligados aos recursos naturais e ao ambiente calmo e rural, como seja o turismo rural ou ecológico, sobretudo na parte Norte do concelho e associados ao Vale do Rio Côa. Dispõe também de património arquitectónico e arqueológico relevante, com destaque para os diversos solares e casas brasonadas existentes, e que já deram origem a um slogan de promoção turística: “Pinhel, cidade com mais solares por metro quadrado”, assim como à edição de um livro dedicado aos solares de Pinhel.

Assim sendo, a Visão proposta conduz a uma estratégia que permita a

“VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS, MOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”



4. Visão e Objectivos Operacionais

Esta Visão, apoiada no Retrato do Município, pretende-se abrangente e aglutinadora de todos os pilares fundamentais da Agenda 21 Local e sustentada nas necessidades e aspirações da comunidade. Estrutura-se em torno de Objectivos Operacionais que visam internalizar o Desenvolvimento Sustentável como percurso indispensável do Município.

A dinâmica do concelho deve, na verdade, convergir no sentido de um desenvolvimento global sustentável, nas suas diversas vertentes: a afirmação de Pinhel como território competitivo ao nível regional e supra-regional, só poderá ser alcançada apostando na afirmação e promoção de uma identidade local forte, focalizada nos seus recursos endógenos, nomeadamente os recursos minerais, como o granito, a vinha, o vinho e o azeite. Por outro lado, os recursos naturais, como a paisagem, mas também o património construído, assumem um papel importante, devendo ser associados às actividades tradicionais.

Os Objectivos Operacionais que a seguir apresentamos traduzem o percurso de desenvolvimento sustentável que se entendeu possível, adequado e consistente face à realidade: a Visão e os Objectivos Operacionais firmam-se necessariamente na realidade actual e concreta do concelho, nas potencialidades e fragilidades diagnosticadas e na priorização das necessidades de intervenção efectuada.

A Visão e os Objectivos Operacionais representam o percurso de desenvolvimento sustentável que se entendeu como possível, adequado e consistente com a realidade de Pinhel.

A estruturação dos Objectivos Operacionais está assente numa lógica de engrenagem: as metas atingidas em cada um provocam um efeito de alavancagem entre eles, sendo o resultado global maior do que a soma das partes. A gradual concretização destes Objectivos Operacionais vai naturalmente evoluir para níveis superiores de exigência, do que resultará, necessariamente, uma reformulação mais ambiciosa da Visão.



4. Visão e Objectivos Operacionais

São Objectivos Operacionais:

- 1. Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município.**
- 2. Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais;**
- 3. Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso;**
- 4. Valorizar o Património Natural e Construído;**

No quadro de referência constituído pela Visão e pelos Objectivos Operacionais definidos, o programa de gestão do Desenvolvimento Sustentável compreende um conjunto de Planos de Acção que visam a sua concretização. Os Planos de Acção propostos não são exaustivos e foram seleccionados de acordo com o que se entendeu serem as necessidades de actuação prioritária. Os planos integram um conjunto de projectos conexos e incluem linhas de acção, acções e sub-acções.

A definição de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável que permitem monitorizar a execução dos Planos de Acção e a identificação dos actores-chave a intervir ao longo do processo envolvendo toda a comunidade representada no Fórum de Desenvolvimento Sustentável, completam este processo de implementação.

Vejamos então, sumariamente, os **4 Objectivos Operacionais** propostos:

1º Objectivo Operacional:

Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município.

Uma gestão ambiental de qualidade no município de Pinhel, implica desenvolver uma política de ordenamento do território que considere a paisagem, os recursos naturais e a protecção da biodiversidade, como elementos estruturantes dos objectivos do Desenvolvimento Sustentável.

Implica, também, a aplicação de estratégias temáticas orientadas para prioridades ambientais específicas, por exemplo: a gestão florestal, o aproveitamento e

4. Visão e Objectivos Operacionais

manutenção da qualidade da água, o fomento da reciclagem de resíduos, a optimização energética, o ordenamento urbano, e a sensibilização e educação ambiental.

Neste âmbito, um dos pontos-chave passa por melhorar o desempenho ambiental da Câmara Municipal, através da implementação de um sistema de gestão ambiental, para conhecimento dos respectivos impactes de todos os seus serviços. Esta situação deverá melhorar significativamente as falhas eventualmente detectadas no que toca à organização de informação ambiental. Outros dos pontos de uma gestão ambiental sustentável passa pela sensibilização e pela educação ambiental, as quais poderão ser conseguidas com a criação de espaços próprios de promoção de actividades ligadas ao ambiente, com uma forte relação entre a comunidade escolar, a população do município e dos concelhos envolventes. Temas presentemente citados nas agendas nacional e internacional são de facto de realçar para o município de Pinhel. A gestão racional da água e mais concretamente, a qualidade de água para consumo humano, são temas que carecem de uma análise reforçada no município e que são alvo de linhas de acção descritas posteriormente. O tema das alterações climáticas surge também neste contexto uma vez que é um assunto global, que pode envolver toda a comunidade, e trazer mais valias ambientais e turísticas para o município de Pinhel. Através de pequenas acções ao nível das florestas e do seu papel como sumidouros de carbono, dos transportes e da energia, pode ser realizado a nível local um projecto dinâmico na área da responsabilidade climática.

2º Objectivo Operacional:

Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais.

Tal como definido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013), “Portugal tem que proceder a uma profunda transformação da sua «carteira de actividades» internacionalmente competitiva e combinar actividades que exijam recursos humanos qualificados para retomar um crescimento sustentado”.



4. Visão e Objectivos Operacionais

Concomitantemente, a Presidência Portuguesa da União Europeia em 2007 elegeu também a competitividade como uma das suas áreas de política.

Estas tendências têm ainda mais pertinência ao nível local, porquanto não se vislumbram a esta escala quaisquer outras alternativas conducentes a um desenvolvimento sustentado.

A análise da evolução do concelho de Pinhel, incluindo a do seu enquadramento regional, remete-nos para um quadro de situação que apresenta um deficit de vantagens comparativas. Com excepção do “granito cinza” de Pinhel, não existem no concelho produtos exclusivos, que se possam afirmar no mercado apenas pelo seu valor intrínseco. Acresce a este facto a reduzida competitividade dos produtos locais e a baixa qualificação dos recursos humanos.

Acreditamos que a economia local do concelho de Pinhel só poderá ambicionar um crescimento sustentado se for competitiva, o que passa não só por produzir melhor e com menores custos, mas também produzir produtos diferentes. Aliás, as especializações produtivas, ao mesmo tempo que evidenciam as diferenciações do território, resultam da localização dos seus recursos produtivos, pelo que não poderão ser ignorados. O que implica que as actividades económicas locais passem a ser mais empreendedoras e mais inovadoras. Dois exemplos: a Adega Cooperativa de Pinhel é frequentemente uma das maiores produtoras (em volume) de vinho do país. Contudo, nem a qualidade dos vinhos produzidos é excepcional, nem a variedade dos vinhos produzidos é muita. Esta situação resulta em que o valor acrescentado seja reduzido. No caso das pedreiras, a generalidade das empresas dedica-se apenas à extracção e comercialização em bruto, quando muito produzem blocos para as calçadas.

Estes dois sectores de actividade têm tradição no concelho; existe um “saber-fazer” que importa não deixar desaparecer; e há margem para que estes sectores cresçam em qualidade e, conseqüentemente, em valor, mas para isso é preciso torná-los mais competitivos. Como? É o que veremos nos Planos de Acção.



4. Visão e Objectivos Operacionais

3º Objectivo Operacional:

Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso.

Num mundo cada vez mais global, os factores identitários das regiões, das cidades, das vilas e das aldeias, estão em constante transformação. Em Portugal, essa transformação traduz-se em esbatimento, num ritmo que é ditado pelo grau de miscelanização daqueles.

Porém, à escala do município de Pinhel, outros factores contribuem primordialmente para esse deficit de identidade. Um deles, porventura o mais significativo, reside no facto de a população adquirir sentimentos de repulsa a uma terra que deixou de conseguir sustentar. Outro, igualmente significativo, é o efeito pernicioso do processo de aculturação a que a população se vai acomodando, como seja privilegiar adquirir num outro concelho mais urbano, um mesmo bem ou serviço, apenas porque se considera que, sendo este mais desenvolvido (o que é discutível) os bens e serviços ali disponibilizados serão melhores.

A população do concelho de Pinhel, similarmemente a grande parte dos concelhos ditos de cariz rural, denota um deficit de auto-estima territorial, na medida em que a comunidade local manifesta um desacreditar no seu concelho. Não obstante, esta situação difere com a que foi diagnosticada em algumas freguesias, onde a manutenção de uma forte identidade territorial existe.

Assumir a identidade local (concelho de Pinhel), passa igualmente por reestruturações ao nível do associativismo. O diagnóstico realizado aponta para um excessivo número de associações. O que leva a que cada uma delas, isoladamente, congregue uma capacidade de realização diminuta. Muitas das associações existentes têm dificuldade em atrair associados activos em número suficiente para constituir uma lista para a direcção da mesma. Outras tantas não conseguem realizar mais que um evento por ano, tradicionalmente a festa do Santo Padroeiro da sua aldeia. Mas todas elas “batem” à porta da autarquia solicitando um

4. Visão e Objectivos Operacionais

subsídio. Consideramos esta situação insustentável, pelo que a opção (ainda que a reconheçamos profundamente polémica) deverá ser o estimular do desenvolvimento de sinergias entre as associações locais, que permita conduzir à redução do seu número.

Numa outra vertente, entende-se que o turista tipo que procura o concelho de Pinhel busca, entre outros valores patrimoniais, a identidade de Pinhel. Mas quantos conhecem essa identidade? E os que conhecem, e por isso visitam o concelho de Pinhel, onde podem ficar? Onde podem saborear uma boa refeição, ou degustar os seus vinhos ou os seus azeites? Assumir essa identidade, passa também por criar as condições para que os locais se sintam bem no seu concelho. Que não se sintam obrigados a sair do concelho quando pensam planear um fim-de-semana de lazer. E se os pinhelenses reaprenderem a gostar do seu concelho, saberão certamente receber melhor os seus visitantes.

4º Objectivo Operacional:

Valorizar o Património Natural e Construído.

Reconhecidamente, Portugal apresenta um património natural e construído bastante significativo. Mas, é também consensual que durante décadas, predominou a ausência completa de preservação, valorização e promoção desse mesmo património. A este respeito, porém, devem distinguir-se dois níveis de intervenção: o património classificado, onde as Câmaras Municipais têm uma capacidade de intervenção muito reduzida; e o património não classificado, onde, aí sim, as autarquias podem e devem intervir.

Os “Espaços de Baixa Densidade” constituem tradicionalmente localizações relevantes de recursos naturais, culturais e patrimoniais. Neste panorama, o concelho de Pinhel não deverá agir isoladamente. As oportunidades de desenvolvimento existem, mas terão maior probabilidade de sucesso se forem trabalhadas à escala regional. Pelo que se deverão aproveitar as sinergias criadas por entidades já existentes, como a Associação Raia Histórica.



4. Visão e Objectivos Operacionais

Não obstante, no nosso entender o património natural e construído do concelho de Pinhel é merecedor, só por si, de atenção específica. Do lado do património natural, recordamos, a título de exemplo, uma estratégia preconizada no Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), onde se defende a promoção do turismo nas áreas de maior valia patrimonial como o Vale do Côa. Sendo o limite Norte do Concelho de Pinhel parte integrante do Parque Arqueológico do Vale do Côa, este poderá ser promovido como uma das portas de entrada por Sul. Mas também deve haver a ambição de aproveitar a existência de uma área classificada como Rede Natura, e com ela atrair turistas.

No que toca ao património construído, a recuperação do slogan “Pinhel - cidade com mais solares por metro quadrado”, associado à valorização e promoção de um conjunto de outros valores patrimoniais dispersos pelo concelho, deverá constituir outro objectivo.

Desde sempre, o património e o turismo têm constituído duas peças do mesmo puzzle. A capacidade destes gerarem receitas significativas, deriva em larga medida da dignificação de ambos: património e turistas.



4. Visão e Objectivos Operacionais

OBJECTIVOS OPERACIONAIS		PLANOS DE ACÇÃO	
1º Objectivo Operacional	Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município	PA01	Implementar um Sistema de Gestão Ambiental na Autarquia
		PA02	Reabilitar o Parque da Trincheira promovendo a sustentabilidade, a sensibilização e educação ambientais e o <i>design</i> urbano
		PA03	Melhorar a qualidade de água para consumo humano e garantir a eficiência das redes de abastecimento de água e saneamento
		PA04	Criar um projecto de responsabilidade climática para o concelho
2º Objectivo Operacional	Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais	PA05	Estimular a subida na cadeia de valor dos produtos e serviços locais
		PA06	Desenvolver parcerias conducentes à qualificação dos recursos humanos
		PA07	Reforçar as estruturas de apoio às actividades económicas
3º Objectivo Operacional	Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso	PA08	Fortalecer a auto-estima dos pinhelenses
		PA09	Reforçar a promoção e divulgação do concelho
		PA10	Impulsionar a racionalização do associativismo, estimulando o desenvolvimento de sinergias entre as associações locais
4º Objectivo Operacional	Valorizar o Património Natural e Construído	PA11	Nobilitar o centro histórico da cidade de Pinhel
		PA12	Persistir na recuperação e promoção do património construído do concelho
		PA13	Promover o aproveitamento dos Solares enquanto recurso turístico
		PA14	Dignificar a paisagem natural, enquanto património e recurso turístico

5. Participação da Comunidade

O ambiente é actualmente um elemento estruturante do desenvolvimento do território, não sendo possível conceber políticas ou planos sem uma forte componente de ambiente e de qualidade ambiental.

No seu conceito mais amplo, o ambiente está intrinsecamente ligado à população, e às cidades em particular, numa interferência biunívoca: a qualidade de vida e o bem-estar são desejados por todos, o que depende de um bom ambiente; mas é o cidadão, ou o seu conjunto, que pelas suas actividades degrada e polui o ambiente e delapida recursos naturais.

Assim, para que uma proposta de intervenção do tipo da da Agenda 21 Local seja consistente e consequente, deve ser alicerçada na auscultação da população e na procura de mecanismos que permitam uma maior participação de toda a comunidade.

É fundamental que sejam identificadas as verdadeiras, naturais e legítimas necessidades e aspirações de todos os cidadãos envolvidos no processo, quer a nível individual, quer relativamente aos grupos de interesse organizados.

O aspecto crítico no processo de Desenvolvimento Sustentável é a implementação da mudança, o que requer comunicação, compromisso, disseminação e partilha de resultados, bem como avaliação da eficácia da mudança.



Assim, no âmbito da concepção, estruturação, definição, implementação e avaliação da Agenda 21 Local é indispensável a criação de condições que assegurem que toda a população fique devidamente representada, para poder exprimir opiniões, discutir valores, trocar informação, argumentar sobre necessidades e prioridades, ou seja, participar e cooperar efectivamente.

5. Participação da Comunidade

É neste sentido que se propõe a criação de um Fórum de Desenvolvimento Sustentável, apontando-se desde já algumas orientações que se entende serem uma contribuição para instituir este pilar fundamental do edifício da Agenda 21 Local.

5.1. Missão

O Fórum de Desenvolvimento Sustentável é a instância fundamental através da qual se opera a participação da comunidade na validação, implementação, acompanhamento e avaliação da Agenda 21 Local.

5.2. Fases Importantes

A – Criação do Fórum

- ☑ O Fórum deve ser criado tão rápido quanto possível (e a partir do momento em que a autarquia considere que estão reunidas as condições para o arranque da implementação da Agenda 21 Local), para que todos se sintam comprometidos;
- ☑ É desejável que o Fórum possa ser criado de forma autónoma, espontânea e voluntária.
- ☑ Assim como também se defende que o Fórum deva ser completamente independente, designadamente das autoridades públicas locais, admitindo-se, no entanto, que na fase inicial de arranque a autarquia possa dar um impulso para a sua criação, providenciando os meios humanos e as instalações, serviços (correio, secretariado), informação (meios de a produzir e divulgar), suporte financeiro, etc.

5. Participação da Comunidade

B – Objectivos

É fundamental que os objectivos sejam definidos de forma clara e sem ambiguidades, para que todos saibam para que serve, o que se discute e o que se pretende. Deve haver, portanto, um “mandato” para o Fórum, que será o seu objectivo, ou seja, a razão da sua existência. Esse mandato deve ser proposto para aprovação formal na primeira reunião plenária do Fórum.

Na definição do objectivo deve ter-se em atenção que se trata de um mecanismo e de um espaço de envolvimento de toda a comunidade local, no qual:

- Sejam expostas todas as necessidades e aspirações;
- Sejam discutidas as prioridades de desenvolvimento;
- Sejam debatidas as propostas concretas e que sejam uma contribuição para a Agenda 21 Local;
- Seja promovida uma cooperação aos mais diversos níveis;
- Seja acompanhada a evolução da Agenda 21 Local.

Para a concretização dos objectivos do Fórum, é imprescindível haver consenso no sentido de que o Fórum é:

- Independente (não depende directamente de qualquer entidade ou instituição);
- Autónomo (contribui directamente com sugestões);
- Consultivo (não toma decisões);
- Universal (todos podem participar);
- Voluntário (na participação e no trabalho).

C – Composição e Constituição

O Fórum deve envolver todos os cidadãos individualmente ou enquanto organizações ou agrupamentos existentes, abrangendo todos os sectores da

5. Participação da Comunidade

sociedade. É necessário seleccionar os membros a convidar mas, todo o cuidado é pouco, para não limitar ou impedir qualquer participação. Portanto, numa primeira abordagem deverão ser todos convidados, para se ter uma ideia da “dimensão” da participação:

Obviamente que desta forma se chegará à conclusão que o grupo é grande e, consequentemente, terá de se passar a uma fase em que a escolha dos membros é feita pela sua

A auscultação da população, na procura de mecanismos que permitam a participação de toda a comunidade, é fundamental para que uma proposta de intervenção do tipo da da Agenda 21 Local seja consistente e consequente.

representatividade em relação aos diversos grupos de interesse e sectores constituídos. Nessa medida, a composição do Fórum poderá basear-se em representantes de grupos que envolvam todos os sectores da sociedade.

Instituições

- Câmara Municipal;
- Assembleia Municipal;
- Juntas de Freguesia;
- Forças de segurança e de protecção civil.

População Local

- Grupos de cidadãos residentes ou naturais;
- Grupos específicos (jovens, mulheres, reformados, minorias, ...).

Agentes Económicos

- Empresários;
- Associações;
- Proprietários;
- Entidades ligadas às actividades económicas de interesse estratégico;

5. Participação da Comunidade

Agentes Sociais

- Grupos Culturais;
- Grupos Recreativos;
- Clubes Desportivos;
- Escolas;
- Associações locais;
- Instituições Particularidades de Solidariedade Social.

5.3. Contribuição para o Regulamento/ Estatutos

Face à necessidade de proceder à criação do Fórum numa fase precoce do processo, importa que exista dinamização para o seu início/arranque.

Podendo este papel ser assumido pela autarquia, deve ser constituída por esta uma comissão organizadora, desde logo, com participação multifacetada, e propor a realização da primeira reunião plenária, sugerindo data, local e ordem de trabalhos. Esta proposta deve ser adequadamente estruturada para ter êxito, nomeadamente no que se refere à:

- Forma como se elege o presidente do Fórum, qual o seu perfil e as suas características fundamentais;
- Definição do mandato e das competências do presidente;
- Regras de aceitação de todas as candidaturas voluntárias a presidente do Fórum;
- Definição e a aprovação dos objectivos concretos do Fórum;

5. Participação da Comunidade

- ☑ Definição da composição do Fórum (quem deve participar e em que condições de representatividade);
- ☑ Elaboração de um regulamento - os Estatutos - o qual será aprovado pelo plenário.

Os Estatutos devem contemplar:

- ☑ A forma de trabalhar;
- ☑ Quais as tarefas;
- ☑ Como se desenvolvem as reuniões;
- ☑ Como se convocam, qual a periodicidade;
- ☑ Qual o conteúdo das deliberações (decisões, recomendações, pareceres, etc.);
- ☑ A constituição de grupos de trabalho específicos (porquê, para quê, mandato, composição);
- ☑ Quais as condições de representatividade de um membro;
- ☑ Como se poderá convidar ou aceitar novo membro;
- ☑ Como chegar a consensos para votações importantes;
- ☑ Como manter isenção e neutralidade em cada assunto;
- ☑ Como colaborar com outras entidades (por exemplo: Autarquia) e como cooperar para além do concelho;
- ☑ Como se dinamiza e divulga o Fórum e a Agenda 21 Local;
- ☑ Quais os papéis dos diversos actores e participantes;

São ainda fundamentais nos Estatutos os aspectos relacionados com a organização administrativa, secretariado e logística (espaços e meios materiais, bem como elaboração de actas e arquivo).

Naturalmente todas estas questões e tarefas não são de fácil concretização, requerem muito tempo e empenhamento, pelo que é possível que não seja

5. Participação da Comunidade

suficiente uma só sessão para organizar, discutir e aprovar tudo o que foi apontado e que se considere o mínimo desejável. Portanto, é fundamental que se prepare convenientemente todo o trabalho, por exemplo, elaborando as primeiras versões dos documentos, e que sejam previstas várias reuniões “plenárias”, tantas quantas se mostrem necessárias.

Para que uma proposta de intervenção do tipo da Agenda 21 seja consistente e consequente é fundamental a auscultação da população, na procura de mecanismos que permitam a participação de toda a comunidade.

5.4. Monitorização do processo através dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável são instrumentos de monitorização para controlo da concretização dos Objectivos Operacionais definidos, avaliando periodicamente a adequação dos Planos de Acção.

A ligação dos indicadores propostos à realidade existente é essencial. Os indicadores são um factor de motivação para a actuação e participação da comunidade, nos seus diferentes sectores, porque evidenciam o caminho percorrido. Numa óptica de melhoria contínua estimulam o envolvimento de todos, em prol do bem comum.

Os indicadores de sustentabilidade encontram-se agrupados por temas e são tratados sob a forma de fichas técnicas no volume correspondente. Foram seleccionados aqueles que pareceram os mais adequados tendo em conta a natureza das acções propostas, e o alcance dos objectivos perseguidos pela Agenda 21 Local e pela Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Essa metodologia tem em conta que o sucesso da monitorização depende da periodicidade de avaliação dos dados, que deve ser anual ou inferior.

6. Informadores Privilegiados

A presente lista diz respeito a todas as pessoas e entidades entrevistadas durante o trabalho de campo (Janeiro de 2007) e que permitiu a realização deste retrato actualizado, às quais agradecemos a disponibilidade e a atenção dispensada para responder a todas as questões por nós levantadas. Lamentamos o eventual lapso de não mencionarmos algum dos interlocutores contactados, o que não significa que mereça da nossa parte um menor apreço.

o Câmara Municipal de Pinhel

Engº. António Luís Monteiro Ruas
Presidente da Câmara Municipal de Pinhel

Dr. Rui Manuel Saraiva Ventura
Vereador

Engª. Irene de Jesus Marques Fortunato da Fonseca
Vereadora

Prof. Abel Monteiro Grilo
Vereador

Dr. Alfredo Pinheiro
Coordenador da Agenda 21 Local

Drª. Estela Simões
Divisão da Cultura, Património, Acção Social e Desporto

Dr. Laurindo Saraiva Monteiro
Divisão da Cultura, Património, Acção Social e Desporto

Drª. Isabel Maria Pires Marcelino Baptista
Divisão da Cultura, Património, Acção Social e Desporto

Engº. Isidro Manuel Neves de Almeida
Departamento Técnico Municipal

Dr. Nuno Miguel Ferreira dos Santos
Divisão da Cultura, Património, Acção Social e Desporto

Engº. Vaz
Departamento Técnico Municipal

6. Informadores Privilegiados

Sr. Silva
Fiscal da Câmara Municipal de Pinhel

Sra. D^a Maria
Secretária do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pinhel

Sra. Graça Gonçalves
Posto de Turismo

Sra. Graça Gonçalves
Museu Municipal

Dr^a. Beatriz Fraga
Biblioteca Municipal

Cristiana Saraiva
Espaço Internet

o Juntas de Freguesia

José Armando Dias Henriques
Presidente da Junta de Freguesia de Alverca da Beira

Paulo Jorge Pacheco Marques
Presidente da Junta de Freguesia de Cidadelhe

Filipe Carlos Patrício Augusto
Presidente da Junta de Freguesia de Freixedas

Carlos Alberto Videira dos Santos
Presidente da Junta de Freguesia de Pinhel

António José Baraças
Presidente da Junta de Freguesia de Souropires

o Segurança

Sargento-chefe Conde
Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Pinhel

Sr. Luís Pereira
Comandante Interino dos Bombeiros Voluntários de Pinhel



6. Informadores Privilegiados

○ Outras Instituições

Dr. Américo Augusto Silva Paulino
Director do Centro de Emprego de Pinhel (IEFP)

Dr. Rui Barbosa
Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Pinhel

Dr. Gastão Antunes
FORPINHEL – Centro de Formação da Associação de Escolas de Pinhel

Dr. Agostinho Monteiro
Dr. António Gama Soares
Adega Cooperativa de Pinhel

Engº. Luís Ribeiro
Enólogo da Adega Cooperativa de Pinhel

Dr. Rui Teixeira
Director do Centro de Saúde de Pinhel

Dr. Manuel Carlos
Técnico de Saúde Ambiental do Centro de Saúde de Pinhel

Professor Alberto Ribeiro
Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pinhel

Drª. Luísa Avelans Nunes
Gerente do Millennium BCP de Pinhel

Dr. Alberto Paulo Santos
Sub-Gerente da Caixa Geral de Depósitos de Pinhel

Engº. Alberto Antunes
Zona Agrária de Pinhel

Dr. José Mestre
Dr. Alcino Meirinhos
Águas do Zêzere e Cõa, S.A.

Engº. Jorge Casteleiro
Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

Artur Matos
Director da Rádio Elmo



6. Informadores Privilegiados

o Empresas do Concelho de Pinhel

Sr. Carlos Manuel Aguiar (sócio-gerente)
Sr. Francisco de Aguiar
Blocifel, Materiais de Construção

Paula Pinheiro (escritório)
José Tavares da Cunha, Lda.

Sr. Victor Monteiro
Cal-Alu, Indústria Transformadora de Alumínio Lacado das Beiras, Lda.

Sr. António Brás
Brás e Ferreira Granitos, Lda.

Sr. Manuel Rodrigues de Almeida
Exploração das Fontes Novas – Produção de Marmelo Biológico

PABI – Produtos Alimentares da Beira Interior, Lda.

Dr. Luís Martins
Farmácia Central de Pinhal, Lda.

o Associações

Eng^a. Marisa Martins
CELFLOR – Associação de Produtores Florestais

D^a Carla
AJABI – Associação de Jovens Agricultores da Beira Interior
BIOCÔA – Associação dos Agricultores Biológicos do Vale do Côa
Associação Florestal de Pinhel

Eng^o. Sales
RAIA HISTÓRICA – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira

João Carlos
Presidente da Direcção do Moto Clube de Pinhel

Carlos Alberto Videira dos Santos
Associação Industrial e Comercial de Pinhel



7. A Empresa e a Equipa

A IPI, fundada em Lisboa em 1999, integra hoje uma rede de pequenas empresas de consultadoria de excelência em Lisboa, Madrid, Paris, Washington D.C., Maastricht e Istambul, com ética, dimensão e procedimentos análogos.

Esta rede desenvolve uma política de integração e complementaridade, que é também apoiada num conjunto de parcerias com empresas e instituições perfilhando os mesmos valores.

A rede IPI:

- afirma uma actividade de consultadoria orientada para a inovação, o desenvolvimento estratégico, a potenciação de oportunidades, a implementação de projectos e a concretização de iniciativas;
- adopta uma morfologia interdisciplinar, assumindo a dinâmica do risco e a partilha do conhecimento na confiança e numa ética de responsabilidade.

A rede IPI actua nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento regional, local e sectorial;
- Microempresas e trabalho;
- Inovação e qualidade;
- Ambiente;
- Património cultural;
- Análise de impacte económico e fiscal;
- Indicadores de actividade económica.

7. A Empresa e a Equipa

Na constituição das suas equipas, a IPI escolhe pessoas com carreiras e experiências profissionais consolidadas e reconhecidas na vida académica, na administração pública e na administração de empresas

Neste trabalho colaboraram:

Coordenador:

- Professor Carlos Laranjo Medeiros

Consultores especialistas:

- Dr^a. Paula Oliveira
- Dr^a. Sónia Sousa
- Eng^a. Ana Maria Lopes

Assistente de investigação e execução gráfica:

- Dr. Mário Barroqueiro
- Eng^a. Andreia Salvado

→ Índice

1. Introdução	2
2. Planos de Acção	4
1º Objectivo Operacional	4
PA01 - Implementar um Sistema de Gestão Ambiental na Autarquia	4
PA02 - Reabilitar o Parque da Trincheira promovendo a sustentabilidade, a sensibilização e educação ambientais e o design urbano	8
PA03 - Melhorar a qualidade de água para consumo humano e garantir a eficiência das redes de abastecimento de água e saneamento	11
PA04 - Criar um projecto de responsabilidade climática para o concelho	14
2º Objectivo Operacional	17
PA05 - Estimular a subida na cadeia de valor dos produtos e serviços locais	17
PA06 - Desenvolver parcerias conducentes à qualificação dos recursos humanos	21
PA07 - Reforçar as estruturas de apoio às actividades económicas	24
3º Objectivo Operacional	27
PA08 - Fortalecer a auto-estima dos pinhelenses	27
PA09 - Reforçar a promoção e divulgação do concelho	30
PA10 - Impulsionar a racionalização do associativismo, estimulando o desenvolvimento de sinergias entre as associações locais	34
4º Objectivo Operacional	36
PA11 - Nobilitar o centro histórico da cidade de Pinhel	36
PA12 - Persistir na recuperação e promoção do património construído do concelho	39
PA13 - Promover o aproveitamento dos solares enquanto recurso turístico	41
PA14 - Dignificar a paisagem natural, enquanto património e recurso turístico	43

1. Introdução

O conjunto de Planos de Acção que se propõe, visa concretizar os Objectivos Operacionais, no quadro da Visão enunciada para o Município de Pinhel. Os Planos de Acção integram um conjunto de projectos conexos, sequenciais à priorização de necessidades de intervenção, e pretendem constituir a componente operacional do processo de implementação da Agenda 21 Local de Pinhel.

O Desenvolvimento Sustentável está intrinsecamente ligado à qualidade de vida, consubstanciada na qualidade do ambiente, na melhoria das condições de vida e no aumento do nível de vida da comunidade envolvida. Deste modo, os Planos de Acção devem ser amplamente debatidos no Fórum de Desenvolvimento Sustentável, para que espelhem, o mais possível, as necessidades e vontades dos cidadãos do concelho.

Aplicando o princípio da melhoria contínua à Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Município de Pinhel, estes Planos de Acção, depois de implementados, devem ser acompanhados e monitorizados através do conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável criados para o efeito e, se necessário, reajustados de modo a integrar novas situações, incorporar sucessos e corrigir os insucessos verificados. Mas será inútil acompanhar a concretização dos Planos de Acção se, ao constatar que o declínio económico do concelho prossegue, nada se fizer para corrigir a intervenção. Isto sucederá, necessariamente, se as linhas de acção propostas nos planos não forem apropriadas pelos agentes económicos, sociais e culturais, ou seja, por toda a comunidade local, no sentido de se comprometerem com a sua execução.

Os Planos de Acção têm a seguinte sistematização:

1. Objectivos Gerais;
2. Linhas de Acção;
3. Indicadores de Desenvolvimento associados;
4. Principais intervenientes na concretização.



Os Objectivos Operacionais e correspondentes Planos de Acção apresentam-se de seguida:

OBJECTIVOS OPERACIONAIS		PLANOS DE ACÇÃO	
1º Objectivo Operacional	Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município	PA01	Implementar um Sistema de Gestão Ambiental na Autarquia
		PA02	Reabilitar o Parque da Trincheira promovendo a sustentabilidade, a sensibilização e educação ambientais e o design urbano
		PA03	Melhorar a qualidade de água para consumo humano e garantir a eficiência das redes de abastecimento de água e saneamento
		PA04	Criar um projecto de responsabilidade climática para o concelho
2º Objectivo Operacional	Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais	PA05	Estimular a subida na cadeia de valor dos produtos e serviços locais
		PA06	Desenvolver parcerias conducentes à qualificação dos recursos humanos
		PA07	Reforçar as estruturas de apoio às actividades económicas
3º Objectivo Operacional	Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso	PA08	Fortalecer a auto-estima dos pinhelenses
		PA09	Reforçar a promoção e divulgação do concelho
		PA10	Impulsionar a racionalização do associativismo, estimulando o desenvolvimento de sinergias entre as associações locais
4º Objectivo Operacional	Valorizar o Património Natural e Construído do Concelho	PA11	Nobilitar o centro histórico da cidade de Pinhel
		PA12	Persistir na recuperação e promoção do património construído do concelho
		PA13	Promover o aproveitamento dos solares enquanto recurso turístico
		PA14	Dignificar a paisagem natural, enquanto património e recurso turístico

2. Planos de Acção

1º Objectivo Operacional
Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município
Plano de Acção 01
Implementar um Sistema de Gestão Ambiental na Autarquia

1. Objectivos Gerais

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é um dos instrumentos com mais potencialidades para o alcance de um comportamento eco-eficiente por parte de uma organização. Um SGA inclui a estrutura funcional, as actividades de planeamento, a definição das responsabilidades, os procedimentos e os recursos necessários para concretizar, manter, desenvolver e rever, de modo continuado, o seu desempenho ambiental.

A norma NP EN ISO 14001:2004 (internacional) e o Regulamento (CE) nº 761/2001 de Ecogestão e Auditoria - EMAS II são os dois mecanismos em vigor para a implementação de um SGA. O EMAS é compatível com a norma ISO 14001 mas vai mais longe no que respeita a requisitos de melhoria do desempenho ambiental, envolvimento dos trabalhadores das empresas, conformidade legal e comunicação com as partes interessadas, "stakeholders", incluindo o relatório ambiental.

O SGA pode permitir, no caso da Autarquia, ter um conhecimento dos respectivos impactes de todos os serviços camarários, e a sua implementação poderá resultar na redução de custos, na promoção de uma reacção pró-activa da Câmara, na redução de riscos, no cumprimento da legislação ambiental aplicável, e na melhoria das relações com os munícipes, clientes e fornecedores.

2. Linhas de Acção

Para implementar um SGA, a Autarquia tem que ter em conta os requisitos e linhas de orientação referidos nos dois documentos mencionados anteriormente. Seguem, no entanto, algumas linhas de acção para uma maior operacionalidade do sistema:

- ❑ Criação de um gabinete/grupo de trabalho do Sistema de Gestão Ambiental;
- ❑ Candidatura a programas co-financiados para a realização deste projecto;
- ❑ Criação de uma base de dados de legislação ambiental, informatizada e sistematizada por áreas de intervenção (energia, resíduos, água, ar, ruído, entre outras) e verificação do seu cumprimento;
- ❑ Instalação de sistemas de monitorização e controlo ambiental para proceder ao levantamento ambiental das várias actividades / instalações da Autarquia;
- ❑ Implementação da reciclagem e da recolha selectiva nos serviços camarários, redução dos níveis de consumo de água, diminuição de emissões de ruído, entre muitas outras;
- ❑ Implementação de um sistema de optimização energética, abrangendo nomeadamente:
 - Edifícios:
 - Realização de auditorias energéticas;
 - Proceder à substituição dos sistemas existentes, por outros energeticamente mais eficientes (por exemplo, lâmpadas de baixo consumo).
 - Veículos:
 - Realização de auditorias à frota municipal;
 - Implementar medição e monitorização dos consumos dos veículos.
 - Iluminação pública:

- Desenvolver um plano plurianual de melhoria das instalações, seguido de uma auditoria às mesmas;
 - Levar a cabo manutenção preventiva.
- Desenvolvimento de uma estratégia de Comunicação Interna para a sensibilização e formação dos funcionários:
 - Criação e colocação de cartazes referentes à Política Ambiental;
 - Workshops sobre a implementação do SGA;
 - Elaboração de um manual simples e prático do SGA.
 - Realização de acções de divulgação do SGA dirigidas a diferentes públicos alvo:
 - Elaboração de artigos no Boletim Municipal de Pinhel e em Jornais da região;
 - Desenvolvimento de uma página Internet do projecto e divulgação da mesma através do site da Câmara Municipal;
 - Conferência aberta ao público;
 - Comunicação na rádio local.
 - Visitas técnicas a autoridades locais e outras entidades que estejam com o mesmo projecto de intervenção;
 - Enquadramento de um sistema integrado nas áreas do Ambiente e Qualidade. Tanto a ISO 14001 como a ISO 9000 definem sistemas de gestão e partilham princípios comuns. Este sistema poderá maximizar os benefícios e minimizar a redundância de dois sistemas separados.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA09 – Consumo de energia nos edifícios e veículos da Autarquia

IA13 – Entidades locais com implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de freguesia
- Agentes económicos
- Escolas
- Meios de comunicação

1º Objectivo Operacional

Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município

Plano de Acção 02

Reabilitar o Parque da Trincheira promovendo a sustentabilidade, a sensibilização e educação ambientais e o *design* urbano

1. Objectivos Gerais

Sendo o Parque da Trincheira um espaço verde com uma ocupação significativa na malha urbana, e que actualmente se encontra em estado de degradação, importa salientar com este plano de acção a necessidade de renová-lo como parque sustentável. Este projecto permitirá criar um equilíbrio harmonioso entre zonas ajardinadas, espaços de circulação e um Centro de Interpretação Ambiental a construir, dedicado a diversas acções de sensibilização e educação. A sustentabilidade ambiental na manutenção deste espaço aliada ao design dos elementos constituintes, e a ligação com a comunidade local e as populações dos concelhos envolventes são os pontos-chave deste espaço público.

2. Linhas de Acção

Na reabilitação do Parque devem ser tidas em conta as seguintes linhas de acção:

- ❑ Optimização da rede de rega existente através de soluções para diminuir os gastos de água. Instalar, por exemplo, uma rede de reaproveitamento de águas residuais tratadas oriundas da Estação de Tratamento de Águas Residuais;
- ❑ Instalação de WC´s públicos com mecanismos de poupança de água nas torneiras e autoclismos;
- ❑ Aplicação de bancos de jardim, papeleiras, mesas e pavimentos, esteticamente agradáveis e de material totalmente reciclado (perfilados em plástico compósito);

- ❑ Colocação de sistemas de recolha selectiva de resíduos ao longo do parque, com informação ao cidadão;
- ❑ Recolha dos resíduos verdes do parque para posterior encaminhamento para compostagem;
- ❑ Remodelação dos circuitos de manutenção para fins desportivos e criação de um pequeno parque de merendas, para fins lúdicos, de forma a aproximar a população ao parque;
- ❑ Iluminação do parque com recurso a um sistema de eficiência energética (por exemplo painéis solares);
- ❑ Aproveitamento solar térmico para aquecimento de águas nas piscinas.

Para o Centro de Interpretação Ambiental são propostas as seguintes linhas de acção:

- ❑ Construção Sustentável, em termos arquitectónicos, do Centro de Interpretação Ambiental, para a obtenção de um bom desempenho energético-ambiental;
- ❑ Promoção e desenvolvimento de acções de sensibilização e educação ambiental com a comunidade escolar, onde se incluem oficinas temáticas e exposições sobre o tema ambiente;
- ❑ Organização de cursos de formação, workshops e conferências com entidades dos concelhos envolventes, na área do desenvolvimento sustentável, para a participação da população em geral;
- ❑ Promoção de concursos a nível de empresas/instituições do concelho de Pinhel e concelhos envolventes na procura das melhores práticas ambientais;
- ❑ Edição de um boletim informativo com informação das actividades que o centro vai desenvolvendo mensalmente.

Propõe-se também uma interacção entre os dois espaços definidos anteriormente, com percursos dinâmicos, actividades de atelier e jogos explicativos, sempre com o intuito de potenciar a participação da comunidade para as questões ambientais.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA11 – Espaços verdes de utilização pública

IA12 – Acções de sensibilização e educação ambiental

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Grupos profissionais e empresariais
- Organizações de intervenção social
- Escolas
- População em geral
- Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA)

1º Objectivo Operacional

Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município

Plano de Acção 03

Melhorar a qualidade de água para consumo humano e garantir a eficiência das redes de abastecimento de água e saneamento

1. Objectivos Gerais

Para um desenvolvimento sustentável da comunidade, a gestão racional da água é um dos pontos prioritários de acção da autarquia local. Dados da Comissão Europeia indicam que Portugal continua sem responder aos parâmetros de saúde pública exigidos. No caso do concelho de Pinhel, esta situação ainda se verifica no que toca a alguns parâmetros bacteriológicos e físico-químicos. Tendo em conta que actualmente, e no que toca ao abastecimento de água, ainda existem casos em que a água não é sujeita a tratamento, é urgente que sejam tomadas medidas para garantir a qualidade de vida e a saúde pública das populações. A educação e uma maior consciencialização do consumidor em matéria de consumo de água, a reutilização de águas residuais tratadas e a diminuição das fugas no sistema de distribuição são outras das medidas prioritárias geridas pelas entidades responsáveis.

2. Linhas de Acção

- Criação de uma equipa de fiscalização no terreno, com formação adequada, responsável pelo levantamento, planeamento e implementação de medidas para o uso eficiente da água:
 - Identificação e eliminação de ligações clandestinas;
 - Redução das perdas de água, remodelando as redes com elevado índice de roturas e impermeabilizando os reservatórios;

- Verificação de ocorrências de águas residuais libertadas para o meio hídrico sem tratamento prévio.
- Estabelecimento de protocolos de actuação perante situações de contaminação dos sistemas públicos de abastecimento de água, de águas pluviais e de drenagem e tratamento de águas residuais;
- Redução da percentagem de análises em incumprimento ao valor paramétrico no que respeita ao controlo de rotina 1 (CR1), introduzindo um residual de cloro livre entre 0,2 e 0,6 mg/l ao longo de toda a rede, de modo a garantir a potabilidade da água;
- Garantia da total separação dos sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais, evitando a sobrecarga dos sistemas de tratamento de águas residuais;
- Elaboração de um plano de comunicação e sensibilização ambiental para as indústrias e pequenas empresas do concelho, de forma a adoptar as melhores práticas na gestão da água;
- Participação em parcerias criativas com instituições e/ou comunidade científica na procura de novas e mais eficientes tecnologias para o tratamento da água;
- Limpar, proteger e valorizar as margens dos cursos de água, através de:
 - Identificação e controlo das fontes geradoras de descargas nos cursos de água;
 - Limpeza das margens;
 - Controlo sobre despejos ilegais de lixo e entulhos nas margens dos cursos de água.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA01 – Consumo de água

IA02 – Qualidade da água para consumo humano

IA03 – Perdas de água do sistema de abastecimento público



4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Águas do Zêzere e Côa
- Juntas de freguesia
- Empresas do concelho
- Meios de comunicação local



1º Objectivo Operacional

Promover a Gestão Ambiental Sustentável do Município

Plano de Acção 04

Criar um projecto de responsabilidade climática para o concelho

1. Objectivos Gerais

Actualmente as alterações climáticas são o problema ambiental mais importante e, conseqüentemente, um grande desafio para a sociedade. A partir da ideia principal de que se deve “Agir localmente, Pensar globalmente”, os municípios, devido à proximidade que têm com a população, devem envolver todas as pessoas num esforço de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Com este plano de acção pretende-se que o concelho de Pinhel seja pró-activo no combate as alterações climáticas, podendo deste modo lançar uma imagem de responsabilidade ambiental e social para o exterior. As vantagens são inúmeras: atracção de investimento, criação de parcerias e construção de uma forte ligação com o turismo e com a preservação da natureza. O caminho a seguir prende-se com o papel dos sumidouros de carbono, com os transportes e com pequenas acções desenvolvidas internamente na autarquia local e com a comunidade.

2. Linhas de Acção

- ❑ Realização de um diagnóstico climático: identificação de todas as fontes de emissão e de absorção de gases com efeito de estufa no concelho, fazendo um balanço entre aspectos positivos e negativos;
- ❑ Implementação das acções previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ❑ Implementação de projectos que possam trazer benefícios do ponto de vista do dióxido de carbono (CO₂), ou seja, que fazem a fixação de CO₂ no solo,

denominados sumidouros de carbono: sementeira directa de leguminosas e gramíneas, florestação de espécies autóctones, numa lógica de uma gestão florestal sustentável;

- ❑ Criação de uma bolsa de créditos de CO₂, para futura integração no mercado de carbono; as verbas resultantes dessa bolsa são então geridas pela autarquia local em benefício da comunidade local, em projectos de âmbito social e/ou ambiental;
- ❑ Utilização de biocombustíveis na frota municipal para a diminuição de libertação de gases com efeito de estufa;
- ❑ Aposta em projectos na área das energias renováveis, principalmente na energia eólica e na energia solar;
- ❑ Implementação do sistema de compras públicas ecológicas na autarquia local, sendo estas aquisições realizadas através dos contratos públicos e que têm em conta não só o valor económico de aquisição como também os custos ambientais e sociais (Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007, de 7 de Maio de 2007). A Câmara de Pinhel, ao adquirir equipamento/material mais eficiente está, não só a dar o exemplo de comportamento sustentável e a influenciar o mercado, como também a combater as alterações climáticas;
- ❑ Lançamento de Iniciativas de Sustentabilidade da indústria extractiva e da construção civil:
 - Criação de um grupo de trabalho constituído por elementos de cada indústria / empresa;
 - Identificação de acções concretas a desenvolver e compromissos no conjunto das entidades sobre temas específicos como a redução de emissões, a gestão dos resíduos de construção e demolição e o tratamento de efluentes;

- Publicação dos dados relativos ao desempenho e metas, dos temas referidos anteriormente, num relatório de sustentabilidade;
- Realização de conferências sobre esta temática;
- Criação e divulgação de uma marca/imagem de responsabilidade climática no sentido de afirmar a qualidade ambiental do município e promover o turismo;
- Cooperação com outros municípios com vista a uma estratégia integrada de redução de carbono.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IA06 – Emissão de gases com efeito de estufa

IA08 – Área florestal ardida

IA10 – Produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável (FER)

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de freguesia
- Federação dos Produtores Florestais de Portugal
- Empresas cuja intervenção assenta na área do carbono
- Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior (ENERAREA)
- Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB)

2º Objectivo Operacional

Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais

Plano de Acção 05

Estimular a subida na cadeia de valor dos produtos e serviços locais

1. Objectivos Gerais

Estimular a subida na cadeia de valor dos produtos locais é, acima de tudo, acrescentar-lhes localmente mais valor, o que se consegue através da incorporação de aspectos como a diferenciação do produto, a inovação (tanto nos produtos como nos processos) e maior qualidade. O objectivo será, por isso, conseguir maior competitividade, mais valor acrescentado, alargar os mercados e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento e para o desenvolvimento quer das empresas, quer do concelho.

Este esforço deverá ser direccionado em primeiro lugar para os sectores tradicionais do concelho: granitos, vinhos e azeites.

Um dos problemas que se coloca às empresas é perceber qual a posição dos seus negócios no mercado e quais as mudanças que irão ocorrer que possam alterar a posição dos mesmos. É disto exemplo a indústria das rochas ornamentais. A extracção da rocha é por si própria uma indústria cativa geograficamente, isto é, que não pode ser deslocalizada. Por outro lado, a sua transformação deveria ser local, até devido aos elevados custos de transporte da matéria-prima. Contudo, as empresas de transporte marítimo têm vindo a reduzir significativamente os custos de transporte da Europa para o Extremo Oriente, o que possibilitou a alteração do cenário existente. As empresas da China, por exemplo, compram os blocos de pedra extraídos na Europa, transportam-nos para as suas fábricas na China e transformam-nos a baixos custos, obtendo um custo final tão competitivo que lhes

permite voltarem a vender os produtos acabados aos países de origem da pedra natural utilizada.

No sector dos vinhos, o panorama difere do anterior, primeiro, porque este ciclo acontece sobretudo dentro de fronteiras, e segundo, porque não sendo uma produção geograficamente cativa, o mercado é mais volátil. Neste sector, a aposta na inovação e na melhoria da qualidade deverá passar por ter a abertura necessária para produzir menos quantidade, mas produzir vinho de qualidade superior. Igualmente importante, é produzir algo único. Seja no vinho ou no azeite, algo que só se produza em Pinhel vende-se por si só.

Por outro lado ainda, importa inovar indo ao encontro aos novos ditames do mercado. Hoje os produtos biológicos estão na moda. No concelho de Pinhel já se produzem marmelos e azeite com a chancela “biológico”. Esta chancela confere-lhes uma qualidade diferenciadora, pelo que atingem valores superiores de mercado.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção.

2. Linhas de Acção

- Apoiar os processos de certificação dos produtos locais:
 - Granito cinza de Pinhel;
 - Vinhos da sub-região vitivinícola de Pinhel;
 - Azeite (incluído as variedades de produção biológica);
 - Outros produtos biológicos (como por exemplo os marmelos);
 - Enchidos.
- Impulsionar a inovação e a melhoria da qualidade dos produtos locais:
 - Na transformação dos granitos em bruto em rochas ornamentais;
 - Na produção de vinhos únicos e vinhos de qualidade superior;

- Na produção de produtos com a chancela “biológico”, seja o azeite, sejam outros produtos da agricultura.
- Incentivar a inovação e a criatividade no que respeita à melhoria do *design*, do embalamento e da rotulagem dos produtos;
- Promover fileiras de actividades ligadas ao aproveitamento dos recursos endógenos, nomeadamente aqueles que têm mais tradição no concelho: vinho, granito e azeite.
- Apoiar a melhoria da oferta do alojamento turístico:
 - Na requalificação do alojamento existente;
 - Na diversificação da oferta, nomeadamente no apoio ao desenvolvimento de alojamento turístico em espaço rural.
- Promover e apoiar a reabilitação dos estabelecimentos comerciais:
 - Realizar concursos de montras;
 - Incentivar a adequação dos horários às necessidades dos clientes, residentes e turistas/visitantes;
 - Promover eventos associados a datas específicas de maior consumo, como sejam o Natal, a Páscoa, o Dia do Pai, o Dia da Mãe, entre outros.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE02 – N° de candidaturas a processos de certificação

IE03 – N° de empresas com produtos certificados

IE04 – N° de produtos certificados

ICI04 – Despesas das empresas em I&D em percentagem do volume de negócios

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação



4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Empresas
- Adega Cooperativa de Pinhel
- Associações empresariais
- Associações de produtores
- INGA - Ministério da Agricultura
- Associação Raia Histórica
- APCER
- ASSIMAGRA



2º Objectivo Operacional

Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais

Plano de Acção 06

Desenvolver parcerias conducentes à qualificação dos recursos humanos

1. Objectivos Gerais

A qualificação dos recursos humanos deverá ser um objectivo essencial. É sabido que os baixos níveis de qualificação constituem um entrave à empregabilidade dos trabalhadores e à sua produtividade, assim como criam dificuldades às empresas para obter os quadros necessários. Por outro lado, é também consensual que a produtividade é fundamental para a competitividade e desenvolvimento sustentado da economia.

Com o desenvolvimento de parcerias conducentes à qualificação dos recursos humanos, espera-se, por um lado, dotar a população activa de novos conhecimentos técnicos e tecnológicos e, por outro, criar no concelho uma plataforma de desenvolvimento onde empresas e pessoas adoptem uma estratégia comum. Mais do que formatar todas as pessoas com um leque de conhecimentos básicos, defende-se a formação diferenciada e direccionada para as reais necessidades das empresas.

Neste quadro, a criação de um pólo tecnológico na área dos granitos permitirá criar as sinergias, não só para tornar o sector mais competitivo, mas também para a sua evolução na direcção de um possível *cluster*, na medida em que no futuro este sector poderá associar à extracção, também a transformação, a investigação, a promoção e a comercialização.

Outro sector onde a necessidade de recursos humanos qualificados tem vindo a crescer é na área social, nomeadamente na prestação de cuidados aos idosos. O



envelhecimento crescente da população no concelho de Pinhel, a par do aumento dos padrões de exigências destes, gera a necessidade de centros de apoio aos idosos com valências cada vez mais diferenciadas. Não apenas nos cuidados médico-sanitários, mas também ao nível das actividades ocupacionais de tempos livres.

Por último, importa referir a importância das parcerias para o desenvolvimento de estágios profissionais. Por um lado, contribui para o aperfeiçoamento e adequação dos *curricula* da formação ministrada e, por outro, facilita a integração dos formandos no mercado de trabalho.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- ❑ Estabelecer um protocolo com a CEVALOR e o IEFP com vista à criação/desenvolvimento de um pólo tecnológico da CEVALOR – Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais. Este pólo tecnológico poderá desenvolver actividades nas áreas de teste de materiais, *design*, etc.
- ❑ Reforçar as acções de formação tecnológica:
 - Desenvolver um programa de contactos periódicos com as empresas e o IEFP, de forma a diagnosticar as áreas onde é necessária mão-de-obra especializada;
 - Promover acções de formação nessas áreas.
- ❑ Reforçar as acções de formação em áreas emergentes, como a geriatria:
 - Desenvolver um programa de contactos periódicos com as IPSS's, associações de solidariedade social e o IEFP, de forma a diagnosticar as áreas onde é necessária mão-de-obra especializada;

- Promover acções de formação nessas áreas.
- Promover as parcerias entre as entidades formadoras e as empresas, nomeadamente para o desenvolvimento de estágios profissionais:
 - Desenvolver um programa de contactos periódicos com as empresas e o IEFP, de forma a integrar os formandos no mercado de trabalho.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

ICI01 – N° de cursos ministrados

ICI02 – N° de formandos em cursos de formação

ICI03 – N° de diplomas atribuídos

IS04 – Grau de integração dos formandos no mercado de trabalho

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- IEFP
- IPSS ´s
- Associações de solidariedade social
- Escolas
- Centro de Formação
- CEVALOR
- Empresas
- Associações empresariais

2º Objectivo Operacional

Fomentar a Competitividade das Actividades Económicas Locais

Plano de Acção 07

Reforçar as estruturas de apoio às actividades económicas

1. Objectivos Gerais

O nível de competitividade das actividades económicas deriva em muita medida do grau de inovação e de empreendedorismo destas. O que significa que os gestores não devem ter uma atitude de dependência face aos apoios públicos.

Porém, as estruturas de apoio disponibilizadas pela autarquia podem fazer a diferença no momento de optar por investir em Pinhel ou noutra concelho vizinho. O mesmo se aplica àqueles que ponderam manter ou deslocalizar o investimento.

Aqui devemos distinguir dois tipos de investimentos: por um lado, os grandes projectos de investimento, onde um dos constrangimentos mais significativos é a demora nos processos de licenciamento. Por outro, a criação de micro e mesmo de pequenas empresas, uma área onde a burocracia associada à fase de arranque demove muitos potenciais investidores. O papel facilitador de um gabinete de apoio ao empresário pode contribuir para a minimização destes constrangimentos.

Apoiar as actividades económicas, passa também por dotar os equipamentos já existentes de condições que permitam a realização de actividades multifacetadas. Neste contexto, o mercado municipal surge como um exemplo de um equipamento que tem vindo a perder importância. Por outro lado, é um espaço central e que importa dinamizar. E é um equipamento com um período de utilização parcial (só manhãs), pelo que o desenvolvimento de outras actividades pode constituir uma complementaridade interessante.



Num outro patamar de preocupações está a Adegas Cooperativas de Pinhel. É um facto que a situação em que se encontram a generalidade das adegas cooperativas, é o resultado de uma gestão que nada tem a ver com os ditames da economia de mercado. Contudo, é igualmente inquestionável que o fecho da Adegas Cooperativas de Pinhel teria impactes económicos e sociais muito graves para o concelho. Pelo que se mostra necessário encontrar uma forma de tornar a adegas cooperativas mais competitiva ou, por outras palavras, sustentável. Uma solução que tem sido experimentada noutras adegas e que nos parece a mais viável, é a disponibilização de técnicos especializados, nomeadamente para a gestão, produção e promoção dos seus produtos.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção. Acções de complexidade variável, mas que contribuirão certamente para melhorar a competitividade do tecido económico de Pinhel.

2. Linhas de Acção

- Criar um gabinete de apoio ao empresário, integrando-o, por exemplo, no espaço já existente da loja do município:
 - Facilitar o acesso a informação, nomeadamente sobre fontes de financiamento;
 - Auxílio no preenchimento de propostas (apoio técnico e normativo);
 - Apoio jurídico;
 - Agilizar os processos de licenciamento;
 - Fomentar o grau de inovação e de criatividade das empresas;
 - Apoiar a integração das empresas.
- Dinamização de pequenas feiras temáticas e outros eventos de cariz comercial, para revitalização do mercado municipal;

- ❑ Estabelecer um protocolo com a Adegas Cooperativas de Pinhel, de modo a proporcionar as condições para a contratação de técnicos especializados:
 - Um bom gestor;
 - Um bom enólogo;
 - Um bom técnico de marketing.
- ❑ Instalar um depósito de gás natural na Zona Industrial:
 - Para abastecimento das empresas;
 - Para fornecimento de outros equipamentos públicos nas proximidades.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE01 – Volume de vendas da Adegas Cooperativas, por produto

IE05 – Nº de empresas que recorrem ao gabinete de apoio ao empresário

IE06 – Percentagem de empresas com apoio

IE07 – Nº de feiras temáticas

IE09 – Consumo de gás natural

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Junta de Freguesia de Pinhel
- Adegas Cooperativas de Pinhel
- IAPMEI
- AICEP
- Empresas
- Associações empresariais

3º Objectivo Operacional

Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso

Plano de Acção 08

Fortalecer a auto-estima dos pinhelenses

1. Objectivos Gerais

O objectivo primordial a atingir com o fortalecimento da auto-estima dos pinhelenses, é fazer com que estes acreditem no seu concelho. É importante acreditar que ainda é possível “apanhar o comboio” do Desenvolvimento Sustentável. Acreditar na qualidade dos recursos endógenos. Acreditar que Pinhel é um concelho onde é bom residir, trabalhar e ocupar os tempos livres, e ultrapassar o pessimismo crónico. Importa, por isso, combater o sentimento de repulsa a uma terra que deixou de conseguir sustentar, combater a vontade de privilegiar adquirir num outro concelho mais urbano, um mesmo bem ou serviço, apenas porque se considera que, sendo este mais desenvolvido (o que é discutível) os bens e serviços ali disponibilizados serão melhores.

Para o alcance deste objectivo é indispensável também que a população de Pinhel interiorize uma atitude de preservação e valorização dos recursos endógenos, dos seus costumes e tradições e do seu saber-fazer. Importa preservar e valorizar o sentimento de pertença a um território com identidade local e regional.

Neste contexto, deverão ser equacionadas estratégias que permitam tirar partido dos sentimentos bairristas das diversas freguesias, potenciando o que o espírito de competição tem de positivo, e minimizando os seus efeitos mais negativos, como seja a rivalidade entre estas, ou o facto de a população das freguesias mais afastadas da sede de concelho se identificarem mais com os aglomerados populacionais dos concelhos vizinhos.



Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- ❑ Desenvolver um projecto de criação de *outdoors*, com slogans apelativos das qualidades dos recursos endógenos do concelho:
 - Realização de um concurso de ideias para o efeito;
 - Afixar os *outdoors* em pontos estratégicos da cidade e do concelho.
- ❑ Desenvolver acções que estimulem o conhecimento da identidade territorial local, entendida como recurso para o desenvolvimento:
 - Recuperação e divulgação das tradições locais;
 - Realização de uma feira medieval com periodicidade anual;
 - Realização de concursos de ideias sobre o que é ser “Pinhelense”.
- ❑ Incentivar a participação da comunidade local na vida da autarquia;
- ❑ Desenvolver campanhas de promoção e divulgação do concelho:
 - Nos órgãos de comunicação social do concelho e da região (rádios, jornais, sites de Internet da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, etc.).
- ❑ Manter e reforçar a realização de eventos como o Festival da Canção da Cidade de Pinhel ou as “Pinhelíadas”;
- ❑ Promover acções de discriminação positiva para os naturais e/ou residentes no concelho:
 - Redução do preço dos bilhetes dos eventos culturais e desportivos;
 - Redução do preço das publicações municipais.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE10 – Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos

ICI06 – N° de participantes em actos da autarquia

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Escolas
- Associação Raia Histórica
- Associações culturais, recreativas e desportivas
- População em geral

3º Objectivo Operacional

Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso

Plano de Acção 09

Reforçar a promoção e divulgação do concelho

1. Objectivos Gerais

Os municípios, enquanto palco privilegiado de desenvolvimento do território, necessitam de gerar receitas para a promoção desse mesmo desenvolvimento. Para isso, precisam de “vender” o concelho, isto é, precisam de dar a conhecer o concelho, as suas actividades económicas, o seu património, no fundo os seus recursos. Por outras palavras, é preciso “colocar Pinhel no mapa”. Mas não basta “colocar Pinhel no mapa”. Quer-se dizer com isto que não basta atrair as pessoas uma primeira vez. É indispensável que aqueles que visitam o concelho, se sintam tentados a voltar a Pinhel, outra e outra vez.

Perseguir o Desenvolvimento Sustentável deverá ser um objectivo transversal a toda e qualquer acção que se defina para Pinhel. O território, independentemente da escala de análise que se defina, só será auto-sustentável se as actividades que nele se desenvolvem forem capazes de gerar receitas, que permitam cobrir os custos de gestão e funcionamento desse mesmo território. E consegui-lo de uma forma continuada no tempo.

Daí que se defenda também como objectivo incrementar o “bem receber”. Não apenas no que respeita à simpatia dos pinhelenses, o que já hoje é uma realidade, mas sobretudo no que diz respeito às condições (materiais) em que as pessoas são recebidas: bom alojamento, boa restauração, boa informação, pontos de interesse bem sinalizados e adequadamente infra-estruturados.

A promoção do “bem receber” deve ser incentivada, também, em prol dos residentes. Os estabelecimentos comerciais, por exemplo, devem igualmente ser

alvo de atenção para, mais uma vez, aqueles não se sentirem tentados a privilegiar os concelhos vizinhos para as suas compras.

Não se pode desejar algo que se ignore existir. Pelo que se deverá apostar na promoção e divulgação em massa do concelho, mantendo e reforçando as iniciativas já existentes, como a Feira das Tradições e das Actividades Económicas de Pinhel ou a participação em feiras na Província de Salamanca.

Hoje, alguns dos factores que potenciam a propensão para visitar um território são a sua gastronomia e os seus valores únicos. Pinhel tem potencialidades a este nível, pelo que deverá apostar também no seu aproveitamento.

Neste sentido, serão objectivos a alcançar, primeiro, inventariar e diagnosticar os recursos endógenos passíveis de serem aproveitados economicamente. Em segundo lugar, definir mercados alvo para cada tipo de recurso. Terceiro, promover campanhas de promoção e divulgação concebidas/idealizadas em função daqueles dois aspectos: tipo de recurso e de mercado alvo. Esta adequação deverá ter em conta tanto os conteúdos da mensagem, como os canais de comunicação.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- Inventariar e diagnosticar os recursos endógenos passíveis de serem aproveitados economicamente;
- Definir mercados alvo para cada tipo de recurso;
- Definir os conteúdos da mensagem e os canais de comunicação a adoptar;
- Dinamizar o posto de turismo, tornando-o na montra do concelho:
 - Criar folhetos de informação ao turista;
 - Adequar o horário às necessidades e hábitos dos turistas/visitantes;



- Estabelecer protocolos com produtores locais, para expor e comercializar os produtos emblemáticos do concelho.
- Desenvolver um projecto de sinalização turística;
- Promover campanhas de sensibilização direccionadas para o conceito de “bem receber”:
 - Junto dos empresários;
 - Junto das escolas;
 - Junto da população em geral.
- Reforçar a participação em feiras e certames:
 - Em feiras e certames de actividades económicas;
 - Em feiras e certames ligados à promoção turística.
- Promover a marca “Pinhel”:
 - Criação de uma marca “Pinhel”, incluindo a concepção de um logótipo, que poderá ser usado nas embalagens dos produtos emblemáticos do concelho (azeites, produtos de agricultura biológica,...);
 - Realização de um concurso de ideias para o efeito.
 - Definição de um plano de marketing/comunicação.
- Criar um programa de incentivos, nomeadamente de redução de taxas e/ou impostos municipais, para aqueles que colaborem na promoção e divulgação do concelho:
 - Elaborar uma estampa/ilustração para promoção do concelho:
 - Realização de um concurso de ideias para o efeito;
 - Para afixar em todas as viaturas municipais;
 - Para disponibilizar aos residentes e/ou naturais do concelho, para que possam também afixar nos seus veículos.

- Definir um conjunto de incentivos para o efeito.
- Criação de um Guia do comércio tradicional;
- Criação de um Guia das actividades económicas;
- Realização de festivais gastronómicos.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE08 – N° de participações em feiras e certames

IE10 – Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos

IE11 – N° de recursos endógenos promovidos

IE12 – N° de turistas/visitantes

IS05 – N° de protocolos celebrados

ICI05 – N° de acções de sensibilização

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Escolas
- Associação Raia Histórica
- Associações culturais, recreativas e desportivas
- Empresas

3º Objectivo Operacional

Assumir a Identidade Local como Factor Crítico de Sucesso

Plano de Acção 10

Impulsionar a racionalização do associativismo, estimulando o desenvolvimento de sinergias entre as associações locais

1. Objectivos Gerais

Os municípios portugueses sempre foram pródigos na multiplicação do número de associações. Associações estas que, pese embora o esforço meritório de algumas delas, numa grande parte desenvolvem poucas actividades e de expressão reduzida. Por outro lado, como a generalidade das associações não conseguem gerar receitas próprias suficientes para as tornar auto-sustentáveis, vivem na dependência dos subsídios da autarquia.

Concomitantemente, as autarquias atravessam um período crítico no que respeita à contenção e racionalização de custos, pelo que deve ser encontrada, também aqui, uma plataforma de entendimento que possa servir melhor a todos.

Neste contexto, os objectivos primordiais a atingir serão, por um lado, continuar a apoiar e incentivar as associações que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável do território, mas, por outro, promover a fusão daquelas que isoladamente não congreguem massa crítica capaz de promover actividades com regularidade e impacte.

Importa, por isso, que se estabeleçam requisitos mínimos para que as associações possam ser consideradas elegíveis nas candidaturas a apoios e subsídios da autarquia. Estes requisitos deverão ser ponderados (claro está) em função da natureza das actividades desenvolvidas.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:



2. Linhas de Acção

- ❑ Fomentar a fusão entre associações:
 - Inventariar as associações existentes, assim como as actividades desenvolvidas (tipo, localização e área geográfica de influência);
 - Promover debates com vista à explicação da utilidade da racionalização do nº de associações.
- ❑ Incentivar as parcerias entre as associações existentes:
 - Promover as actividades conjuntas;
 - Fomentar a partilha de recursos materiais e humanos.
- ❑ Definir requisitos mínimos de elegibilidade aos apoios da autarquia:
 - N° mínimo de sócios efectivos;
 - N° mínimo de actividades concretizadas no ano anterior.
- ❑ Desincentivar a multiplicação de apoios (a mesma associação não deverá poder ser apoiada na mesma actividade, simultaneamente pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal).

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

ISO1 – N° de associações

ISO2 – N° médio de associados por associação

ISO3 – N° médio de actividades por associação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Associações culturais, recreativas e desportivas

4º Objectivo Operacional

Valorizar o Património Natural e Construído do Concelho

Plano de Acção 11

Nobilitar o centro histórico da cidade de Pinhel

1. Objectivos Gerais

Os núcleos antigos das vilas e cidades, nomeadamente os das sedes de concelho, constituem normalmente espaços de concentração de património construído muito significativo. O centro histórico da cidade de Pinhel é disso exemplo, desde logo centrado em dois vectores: o Castelo e os solares. Não é por acaso que os postos de turismo estão situados habitualmente nos centros históricos das vilas e cidades, ou que os mapas distribuídos aos turistas privilegiam precisamente os centros históricos. O facto é que há uma apetência acrescida em visitar o património edificado antigo.

Na cidade de Pinhel coexistem três áreas muito distintas: o centro histórico, as áreas de crescimento urbano em mancha do século XX e as novas áreas de expansão urbana na coroa limítrofe da cidade. Ao longo do tempo foram surgindo outras centralidades na cidade. Concomitantemente, a nobreza do centro histórico foi perdendo o brilho de outrora.

A autarquia, percebendo esta situação, desenvolveu um projecto de reabilitação para o centro histórico, que permitirá corrigir parte dos constrangimentos existentes. Para os restantes, propõem-se a concretização do Plano de Acção assinalado acima, e para o qual se definiram as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- ❑ Dar continuidade ao projecto de reabilitação do centro histórico;
- ❑ Concretizar a ideia de fechar ao trânsito o sector da Rua da República entre o mercado municipal e o centro histórico da cidade de Pinhel:
 - Convertê-la numa rua pedonal;
 - Promover a sua reabilitação urbanística;
 - Promover a reabilitação do comércio ali existente;
 - Promover eventos que atraiam pessoas.
- ❑ Dinamizar o núcleo antigo da cidade de Pinhel:
 - Discriminar positivamente os investimentos para esta área, seja de cariz empresarial, seja para reabilitação de edifícios de habitação;
 - Promover actividades e eventos que atraiam pessoas:
 - Oficinas de artesãos;
 - Encontros de música;
 - Encontros medievais;
 - Encontros gastronómicos.
- ❑ Dinamizar a zona do Castelo:
 - Concessionar o bar do castelo;
 - Promover actividades e eventos que atraiam pessoas:
 - Exposições na Torre de Menagem;
 - Feiras de velharias e de artesanato;
 - Encontros de música;
 - Encontros medievais.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE14 – Despesas em reabilitação urbana

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Junta de Freguesia de Pinhel
- Empresas
- Proprietários
- Associações culturais, recreativas e desportivas

4º Objectivo Operacional

Valorizar o Património Natural e Construído do Concelho

Plano de Acção 12

Persistir na recuperação e promoção do património construído do concelho

1. Objectivos Gerais

O concelho de Pinhel congrega um conjunto significativo e diversificado de elementos patrimoniais, que vão desde o património edificado propriamente dito (os edifícios do período medieval e moderno, as igrejas, os pelourinhos, o Castelo de Pinhel, ...) à arqueologia (as pinturas e gravuras rupestres do período neolítico, os testemunhos romanos, os lagares, as lagaretas, as sepulturas escavadas na rocha, ...). A posição de transição, entre a região granítica (a Sul) e a região xistosa (a Norte), contribuem para a riqueza e diversidade da tipologia desse património.

Por outro lado, independentemente dos vectores de desenvolvimento a adoptar, o património deve ser sempre encarado como parte importante dos factores de identidade territorial, pelo que deverá ser preservado e valorizado. Já no que respeita à sua promoção e divulgação, defende-se que estas sejam integradas com a promoção e divulgação de outros recursos turísticos do concelho e da região.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- Inventariar e diagnosticar, em detalhe, o património construído do concelho;
- Apoiar a sua recuperação;
- Promover a sua promoção e divulgação:

- Através dos canais de informação turística;
- Criando o fim-de-semana do património:
 - Um evento anual por freguesia;
 - Com actividades diversificadas, desde as visitas guiadas ao património construído da freguesia, a exposições, tertúlias, encontros musicais, etc.
- Promover a sua integração nos roteiros turísticos da região;
- Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE10 – Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos

IE13 – N° de projectos de reabilitação

IS05 – N° de protocolos celebrados

IS06 – N° de imóveis referenciados

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Municípios vizinhos
- Associação Raia Histórica
- Associações culturais, recreativas e desportivas
- Proprietários

4º Objectivo Operacional

Valorizar o Património Natural e Construído do Concelho

Plano de Acção 13

Promover o aproveitamento dos solares enquanto recurso turístico

1. Objectivos Gerais

Pinhel e os seus solares podem, por si só, ser promovidos como importante recurso. Entre eles, destaca-se o Solar Condes de Pinhel, o Mendes Pereira ou o Metello de Nápoles. Mas nem só a cidade tem solares. Refira-se igualmente o Solar dos Távoras, em Souropires, os Solares dos Leitões e dos Mogadouro, em Freixedas, e a casa dos Fidalgos, em Sta. Eufémia.

Existe uma apetência crescente por fruir espaços carregados de história e simbolismo. Uma tertúlia, por exemplo, será sem dúvida mais agradável e motivadora se decorrer num espaço destes. Quem visita Pinhel atraído pelas suas características intrínsecas, não procurará certamente ficar hospedado numa moderna unidade hoteleira, igual às que encontra nas grandes cidades do litoral. Procura o sossego e a tranquilidade, o simbolismo e a história, os testemunhos do passado nobre de Pinhel.

Concomitantemente, muitos destes solares estão fechados a maior parte do ano, e outros tantos apresentam um avançado estado de degradação. Pelo que o estabelecimento de protocolos com os seus proprietários, com vista ao seu aproveitamento enquanto recurso turístico, poderá constituir uma oportunidade que cumpre três objectivos: promove a reabilitação dos edifícios, dá-lhes um carácter de maior utilidade pública e contribui para a promoção do concelho.

Defende-se, por isso, como muito importante, que se façam todos os esforços que permitam conduzir ao seu aproveitamento, tanto como alojamento turístico, como

para restauração, quer mesmo como espaços multifacetados para a realização de eventos específicos. Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- ❑ Inventariar e diagnosticar, em detalhe, os solares do concelho;
- ❑ Incentivar a sua recuperação;
- ❑ Promover contactos com os proprietários dos solares, com vista ao estabelecimento de protocolos para o aproveitamento turístico dos solares:
 - Na vertente de alojamento;
 - Na vertente de restauração;
 - Na vertente de espaço para realização de eventos:
 - Tertúlias;
 - Encontros gastronómicos;
 - Encontros musicais.
 - Na vertente de espaços visitáveis.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IS05 – N° de protocolos celebrados

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel
- Juntas de Freguesia
- Proprietários dos solares
- Associação Raia Histórica
- Associações culturais, recreativas e desportivas



4º Objectivo Operacional

Valorizar o Património Natural e Construído do Concelho

Plano de Acção 14

Dignificar a paisagem natural, enquanto património e recurso turístico

1. Objectivos Gerais

Os “espaços de baixa densidade”, como é o caso do concelho de Pinhel, mantêm no ambiente natural um recurso muito apetecível, quer do ponto de vista do investidor, quer no que respeita à procura turística. A paisagem natural, na sua multiplicidade de elementos – ar, água, solos/rochas, flora, fauna, ... – determinam muitas vezes as escolhas dos visitantes/turistas.

O concelho de Pinhel congrega um conjunto significativo e diversificado de elementos naturais passíveis de serem aproveitados economicamente, enquanto património e recurso turístico: desde os espelhos de água das barragens do Vascopeiro e de Bouça Cova, às gravuras rupestres do Vale do Côa, na freguesia de Cidadelhe, passando pela área de Rede Natura 2000 nos limites Norte do concelho, são vários os atractivos capazes de fixar os turistas durante um período suficientemente longo para que se tornem economicamente vantajosos. Mas essa capacidade poderá ser ampliada se o recurso “paisagem natural” for promovido e divulgado em conjunto com os da região onde Pinhel se insere.

Uma das formas de fruir a paisagem natural é através da realização de actividades de carácter desportivo, que coloquem o homem em estreito contacto com a natureza. E aqui existe uma panóplia de actividades que se podem praticar sem colocar em risco o equilíbrio do meio. Porém, o seu aproveitamento sustentado pressupõe que sejam correctamente avaliadas as capacidades de carga, sob pena de se perderem alguns dos tesouros naturais que o concelho ainda guarda.

Assim sendo, e de forma a concretizar o Plano de Acção proposto, definiram-se as seguintes linhas de acção:

2. Linhas de Acção

- ❑ Inventariar e diagnosticar, em detalhe, os pontos de elevado interesse paisagístico;
- ❑ Promover a sua preservação e valorização;
- ❑ Promover a sua promoção e divulgação:
 - Através dos canais de informação turística.
- ❑ Promover a sua integração nos roteiros turísticos da região;
- ❑ Desenvolver actividades que permitam a fruição da paisagem natural:
 - Incentivar a organização de campeonatos de pesca desportiva, quer nas barragens, quer nas linhas de água existentes;
 - Incentivar a organização de actividades ligadas aos recursos cinegéticos;
 - Incentivar a organização de passeios em bicicleta;
 - Incentivar a organização de caminhadas;
 - Promover um concurso anual de fotografia.

3. Indicadores de Desenvolvimento Associados

IE10 – Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos

IE11 – N° de recursos endógenos promovidos

IE12 – N° de turistas/visitantes

ICI07 – N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação

4. Principais Intervenientes

- Câmara Municipal de Pinhel;
- Juntas de Freguesia
- Municípios vizinhos
- Associação Raia Histórica
- Associações culturais, recreativas e desportivas
- Escolas



→ Índice

1. Introdução	3
2. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	8
Indicadores Ambientais	9
IA01 - Consumo de água	9
IA02 - Qualidade da água para consumo humano	10
IA03 - Perdas de água do sistema de abastecimento público	12
IA04 - Produção de resíduos	13
IA05 - Valorização e destino final de resíduos	15
IA06 - Emissão de gases com efeito de estufa	16
IA07 - População afectada por ruído ambiente exterior	18
IA08 - Área florestal ardida	19
IA09 - Consumo de energia nos edifícios e veículos da Autarquia	21
IA10 - Produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável	22
IA11 - Espaços verdes de utilização pública	24
IA12 - Acções de sensibilização e educação ambiental	25
IA13 - Entidades locais com implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental	26
Indicadores Económicos	27
IE01 - Volume de vendas da Adegas Cooperativas, por produto	27
IE02 - Nº de candidaturas a processos de certificação	28
IE03 - Nº de empresas com produtos certificados	29
IE04 - Nº de produtos certificados	30
IE05 - Nº de empresas que recorrem ao gabinete de apoio ao empresário	31
IE06 - Percentagem de empresas com apoio	32
IE07 - Nº de feiras temáticas	33
IE08 - Nº de participações em feiras e certames	34
IE09 - Consumo de gás natural	35

IE10 - Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos-----	36
IE11 - Nº de recursos endógenos promovidos-----	37
IE12 - Nº de turistas/visitantes -----	38
IE13 - Nº de projectos de reabilitação-----	39
IE14 - Despesas em reabilitação urbana-----	40
Indicadores Sociais -----	41
IS01 - Nº de associações-----	41
IS02 - Nº médio de associados por associação -----	42
IS03 - Nº médio de actividades por associação-----	43
IS04 - Grau de integração dos formandos no mercado de trabalho -----	44
IS05 - Nº de protocolos celebrados -----	45
IS06 - Nº de imóveis referenciados -----	46
Indicadores do Conhecimento e Inovação -----	47
ICIO1 - Nº de cursos ministrados -----	47
ICIO2 - Percentagem de formandos em cursos de formação, face à população com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos-----	48
ICIO3 - Nº de diplomas atribuídos-----	49
ICIO4 - Despesas das empresas em I&D em percentagem do volume de negócios -----	50
ICIO5 - Nº de acções de sensibilização-----	51
ICIO6 - Nº de participantes em actos da autarquia-----	52
ICIO7 - Nº de eventos direccionados para a promoção e divulgação-----	53
Glossário -----	54



1. Introdução

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável são instrumentos de monitorização do caminho que é percorrido desde a situação existente, e de que se parte, até à concretização dos Objectivos Operacionais definidos, avaliando periodicamente a adequação dos Planos de Acção que, para este efeito, são adoptados. Visam, precisamente, medir o progresso da qualidade de vida dos membros de uma comunidade local, regional ou nacional, nas vertentes do nível de vida, das condições de vida e da qualidade do ambiente.

Esta avaliação opera-se assumindo como meta o quadro de referência do Desenvolvimento Sustentável especificamente estabelecido para o Município de Pinhel e consubstanciado na Visão e nos Objectivos Operacionais definidos. É, pois, neste contexto específico e concreto que foi escolhido, de entre a ampla panóplia de Indicadores de Sustentabilidade que se encontram desenvolvidos a nível internacional e nacional, o conjunto de indicadores, agrupados por temas, que se propõe.

A ligação dos indicadores propostos à realidade existente, e de que se parte, e ao quadro de referência do Desenvolvimento Sustentável específico do Município é essencial. De facto, só assim os indicadores podem ser factor de motivação para a actuação dos poderes públicos locais e dos agentes privados, influenciar a definição e execução das políticas locais, sustentar a obtenção de financiamentos e estimular a constituição de parcerias público-privadas.

No enquadramento definido pela Visão e Objectivos Operacionais de Desenvolvimento Sustentável enunciado para o Município de Pinhel e tendo presente a necessidade da existência de informação regular e periódica para a sua operacionalização, propõem-se os seguintes indicadores:



Indicadores Ambientais (IA)			
Código	Componente/ Factor	Indicador	Unidade
IA01	Água	Consumo de água	Litros/habitante (l/hab)
IA02	Água	Qualidade da água para consumo humano	% de análises em falta % de análises em violação ao Valor Paramétrico (VP)
IA03	Água	Perdas de água do sistema de abastecimento público	% do volume total de água não facturado
IA04	Resíduos	Produção de resíduos	Toneladas (t); kg/hab.dia
IA05	Resíduos	Valorização e destino final de resíduos	Toneladas (t); percentagem
IA06	Ar – Contribuição local para as alterações climáticas	Emissão de gases com efeito de estufa	Emissões em equivalente - CO ₂ , expresso em Potencial de Aquecimento Global (PAG)
IA07	Ruído	População afectada por ruído ambiente exterior	Percentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros expressos em decibéis (dB(A))
IA08	Conservação da Natureza	Área florestal ardida	ha ardidos
IA09	Energia	Consumo de energia nos edifícios e veículos da Autarquia	Toneladas equivalentes de petróleo (tep)
IA10	Energia	Produção de electricidade a partir de fontes de energia renovável (FER)	kWh; Toneladas equivalentes de petróleo (tep)
IA11	Ordenamento do Território	Espaços verdes de utilização pública	m ² / habitante
IA12	Boas Práticas Ambientais	Acções de sensibilização e educação ambiental	Nº de projectos e acções dinamizados; nº de escolas e alunos participantes
IA13	Boas Práticas Ambientais	Entidades locais com implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental	Percentagem
Nº total de Indicadores Ambientais: 13			

Indicadores Económicos (IE)			
Código	Componente/ Factor	Indicador	Unidade
IE01	Economia	Volume de vendas da Adegas Cooperativa, por produto	Euros e Litros
IE02	Economia	Nº de candidaturas a processos de certificação	Número
IE03	Economia	Nº de empresas com produtos certificados	Número
IE04	Economia	Nº de produtos certificados	Número
IE05	Economia	Nº de empresas que recorrem ao gabinete de apoio ao empresário	Número
IE06	Economia	Percentagem de empresas com apoio	Percentagem
IE07	Economia	Nº de feiras temáticas	Número
IE08	Economia	Nº de participações em feiras e certames	Número
IE09	Economia	Consumo de gás natural	Euros
IE10	Turismo	Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos	Euros
IE11	Turismo	Nº de recursos endógenos promovidos	Número
IE12	Turismo	Nº de turistas/visitantes	Número
IE13	Urbanismo	Nº de projectos de reabilitação	Número
IE14	Urbanismo	Despesas em reabilitação urbana	Euros
Nº total de Indicadores Económicos: 14			

Indicadores Sociais (IS)			
Código	Componente/ Factor	Indicador	Unidade
ISO1	Associativismo	Nº de associações	Número
ISO2	Associativismo	Nº médio de associados por associação	Número
ISO3	Associativismo	Nº médio de actividades por associação	Número
ISO4	Emprego	Grau de integração dos formandos no mercado de trabalho	Percentagem de formandos que conseguiram emprego nos 2 meses posteriores à formação
ISO5	Turismo	Nº de protocolos celebrados	Número
ISO6	Turismo	Nº de imóveis referenciados	Número
Nº total de Indicadores Sociais: 6			

Indicadores do Conhecimento e Inovação (ICI)			
Código	Componente/ Factor	Indicador	Unidade
ICI01	Educação	Nº de cursos ministrados	Número
ICI02	Educação	Percentagem de formandos em cursos de formação, face à população com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos	Percentagem
ICI03	Educação	Nº de diplomas atribuídos	Número
ICI04	Inovação	Despesas das empresas em I&D em percentagem do volume de negócios	Percentagem
ICI05	Educação	Nº de acções de sensibilização	Número
ICI06	Participação Pública	Nº de participantes em actos da autarquia	Número
ICI07	Turismo	Nº de eventos direccionados para a promoção e divulgação	Número
Nº total de Indicadores do Conhecimento e Inovação: 7			

Nº TOTAL DE INDICADORES: 41



A proposta de indicadores apresentados, na medida em que visa dar início a um processo, teve em conta a informação disponível no sistema estatístico nacional. Assim, foram seleccionados indicadores para os quais existem, actualmente, dados e informação disponíveis relativamente ao Município.

Importa, no entanto, ter em consideração que para muitos dos indicadores de Desenvolvimento Sustentável que são propostos a nível internacional não existem em Portugal dados ou elementos. É o caso, por exemplo, da informação necessária para construir os indicadores previstos na “Primeira Geração de Indicadores

Comuns Europeus”. Por essa razão, tenta-se alcançar os objectivos perseguidos pelos Indicadores Comuns Europeus, usando selectivamente os

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável são instrumentos de monitorização do caminho que é percorrido desde a situação existente, e de que se parte, até à concretização dos Objectivos Operacionais definidos, avaliando periodicamente a adequação dos Planos de Acção que, para este efeito, são adoptados.

indicadores para os quais existem dados no País.

Neste contexto, e porque o Desenvolvimento Sustentável é um processo dinâmico de longo prazo, o Município deve apostar numa metodologia para criar o seu próprio sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, no quadro dos sistemas europeus e internacionais existentes. Essa metodologia assenta fundamentalmente na identificação dos indicadores que se pretendem construir e no estabelecimento de critérios de recolha e tratamento dos dados adequados, com periodicidade anual ou inferior quando a legislação ou a relevância do tema o exigir. Este tem sido, aliás, o caminho percorrido nas comunidades que já se encontram em fases mais avançadas de implementação da Agenda 21 Local, como é o caso de autarquias do Reino Unido, dos Países Nórdicos, do Canadá e dos Estados Unidos da América.

2. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável seleccionados para o Município de Pinhel, pretendem ser instrumentos de trabalho, operacionais e de fácil utilização, pelo que estão dispostos ao longo deste documento seguindo sempre a mesma lógica.

Após o seu enquadramento no conceito de Desenvolvimento Sustentável, cada indicador apresenta uma descrição sumária, define a unidade de medida a utilizar, as metas a alcançar, a metodologia a seguir, a periodicidade de cálculo do indicador, bem como as fontes de recolha de informação.

As abreviaturas utilizadas podem ser consultadas no glossário que se encontra no final deste volume.



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA01	COMPONENTE/FACTOR: Água
Nome: Consumo de água	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 18 – Protecção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 2.ª Prioridade estratégica - Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente.

2. Descrição sumária

Volume de água consumida por habitante, analisada de forma desagregada, isto é, pelos seus diferentes tipos de usos: residencial e serviços; industrial; outros.

3. Unidade de medida

Milhares de metros cúbicos de água por ano; metros cúbicos de água por habitante.

4. Metas a alcançar

Não foram identificadas metas.

5. Metodologia

Partindo dos valores de consumo doméstico de água obtidos nos registos das redes de abastecimento é possível determinar de forma directa o consumo de água por habitante. Esta determinação pode ser também realizada por estimativa, calculando a razão entre a quantidade total de água abastecida a determinado aglomerado urbano pelo número de habitantes. O consumo de água por habitante pode ainda ser determinado por amostragem.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

INE; INAG; IRAR, Autarquia, Águas do Zêzere e Còa, S.A.

INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA02	COMPONENTE/FACTOR: Água
Nome: Qualidade da água para consumo humano	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 18 – Protecção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.

ENDS: 3.º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 2.ª Prioridade estratégica - Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente. 2.º Vector estratégico – Serviços de abastecimento de água e de tratamento de água e de tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade e acessíveis à generalidade da população.

2. Descrição sumária

Pretende-se quantificar a proporção de água de abastecimento distribuída que apresenta níveis de qualidade que cumpram os níveis recomendados pela legislação nacional e comunitária para esta utilização.

O incumprimento das normas de qualidade da água de abastecimento tem implicações de carácter social e económico, colocando sérios riscos para a saúde pública.

3. Unidade de medida

% de análises em falta; % de análises em violação ao Valor Paramétrico (VP).

4. Metas a alcançar

As normas estipuladas estão contempladas na legislação nacional e comunitária sobre a qualidade da água (Decreto Lei 243/2001 de 5 de Setembro). A meta a atingir é não exceder os valores limites recomendados.

5. Metodologia

A qualidade da água distribuída é determinada através da comparação dos resultados obtidos nas análises realizadas à água com os valores limite estabelecidos na legislação nos diversos parâmetros. Esta verificação acontece separadamente para cada um dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano do concelho.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Autarquia; Águas do Zêzere e Côa, SA; IRAR; Administração Regional de Saúde do Centro.



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA03	COMPONENTE/FACTOR: Água
Nome: Perdas de água do sistema de abastecimento público	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 18 – Protecção da qualidade e do abastecimento de água doce.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 2.ª Prioridade estratégica - Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente.

2. Descrição sumária

Entre a captação e a distribuição de água ao consumidor final poderão ocorrer inúmeras perdas, por razões que vão desde falhas da rede, até água que é efectivamente distribuída mas não é facturada.

3. Unidade de medida

Percentagem (%)

4. Metas a alcançar

De acordo com o PEAASAR assume-se como objectivo para o ano de 2015 que a percentagem de perdas no sistema de distribuição não ultrapasse os 20%.

5. Metodologia

Perdas de água (% de água perdida entre a captação e a distribuição) = $(100 * \text{volume de água distribuída}) / \text{volume total de água captado}$

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

INAG; Autarquia, Águas do Zêzere e Côa, SA.

INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA04	COMPONENTE/FACTOR: Resíduos
Nome: Produção de Resíduos	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 20, 21 e 22 – Gestão de Resíduos.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 8.ª Prioridade estratégica – Gestão integrada de resíduos.

2. Descrição sumária

Produção de resíduos urbanos, industriais, hospitalares, perigosos, agrícolas e outros. O indicador ‘Produção de resíduos’ está intimamente relacionado com o nível de actividade económica do concelho, região ou país que se está a analisar. Fornece também uma indicação acerca do consumo de materiais crus, isto é, em que a matéria-prima é primária. As economias mais ricas tendem a produzir mais resíduos. Em muitos países desenvolvidos, uma redução no volume de desperdício gerado é uma indicação das mudanças nos padrões de consumo com respeito aos materiais primários e ao aumento na reciclagem e reutilização de materiais.

3. Unidade de medida

Toneladas; kg/hab.dia

4. Metas a alcançar

Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU (Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos), PERI (Plano Estratégico de Resíduos Industriais), PERH (Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares), PERAGRI (Plano Estratégico dos Resíduos Agro-Industriais).

5. Metodologia

Este indicador é calculado com base na quantificação dos resíduos produzidos na fonte, efectuada pelas entidades competentes.

A produção de resíduos na fonte é difícil de medir para resíduos municipais, a menos que seja feita um controlo e quantificação pelas autoridades locais e que todos os resíduos produzidos sejam depositados no sistema de recolha e tratamento de resíduos existente.

Para resíduos industriais o cálculo do seu volume pode ser mais facilmente medido sob a forma de pesagem do composto à saída da fábrica



6. Periodicidade

Mensal; Anual.

7. Fontes

INE; IRAR; Autarquia; Águas do Zêzere e Côa, SA.



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA05	COMPONENTE/FACTOR: Resíduos
Nome: Valorização e destino final de resíduos	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 20, 21 e 22 – Gestão de Resíduos.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 8.ª
Prioridade estratégica - Gestão integrada de resíduos.

2. Descrição sumária

Quantidade de resíduos retomados pela Sociedade Ponto Verde (SPV), valorizados por compostagem e depositados em aterro. Avalia-se também a quantidade de resíduos industriais produzidos no Município encaminhados para valorização. Deverá ser conferida prioridade às acções de redução, às quais se seguirão a reutilização, a reciclagem, valorização energética e eliminação segura.

3. Unidade de medida

Tonelada, percentagem

4. Metas a alcançar

Metas e estratégias definidas no âmbito dos planos sectoriais de resíduos PERSU (Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos), PERI (Plano Estratégico de Resíduos Industriais), PERH (Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares), PERAGRI (Plano Estratégico dos Resíduos Agro-Industriais).

5. Metodologia

Cálculo com base na quantificação do volume de resíduos por tipo de valorização e destino final, efectuada pelas entidades competentes.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

SPV, Águas do Zêzere e Côa, empresas produtoras de resíduos industriais.

INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA06	COMPONENTE/FACTOR: Ar – Contribuição local para as alterações climáticas
Nome: Emissão de gases com efeito de estufa	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 9 - Protecção da atmosfera.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 1.^a
Prioridade estratégica – Combate às alterações climáticas.

2. Descrição sumária

Avaliação das emissões nacionais de origem antropogénica de gases que contribuam para o efeito de estufa (dióxido de carbono, CO₂; metano, CH₄; óxido nitroso, N₂O; hexafluoreto de enxofre, SF₆; hidrofluorcarbonetos, HFC's; perfluorcarbonetos, PFC), desagregadas por sectores. As emissões são fortemente influenciadas pelo sistema energético nacional, pelas estruturas industrial, agrícola, florestal, pelos sistemas de transportes e de gestão de resíduos, e ainda pelos padrões de consumo da população.

3. Unidade de medida

Gigagrama ou quilotonelada de CO₂ equivalente, expresso em GWP ("Global Warming Potencial"/Potencial de Aquecimento Global); emissões por habitante; emissões por unidade de Produto Interno Bruto (PIB).

4. Metas a alcançar

Limitar a 27% o crescimento das emissões de GEE face ao registado em 1990 no período de cumprimento de 2008-2012

5. Metodologia

Utilizando os dados energéticos, para os sectores doméstico, industrial, dos serviços e dos transportes são estimados os valores de emissão dos três principais gases efeito de estufa (GEE), dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O) e o respectivo potencial de aquecimento global (PAG) associado. O conceito de Potencial de Aquecimento Global foi desenvolvido para comparar a capacidade de cada gás enquanto GEE. Para os gases constantes do Protocolo de Quioto, os valores de PAG, calculados tendo por base um tempo de vida médio de permanência na atmosfera de 100 anos, são os seguintes (segundo IPCC, 1996):

CO₂ - 1; CH₄ - 21; N₂O - 310; HFC [140 - 11.700]; PFC [6.500 - 9.200]; SF₆ 23.900.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC); EU-CE; CCDR Centro; ENERAREA.



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA07	COMPONENTE/FACTOR: Ruído
Nome: População afectada por ruído ambiente exterior	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 5 - Dinâmicas demográficas e sustentabilidade; Capítulo 6 - Protecção e promoção da saúde humana.

2. Descrição sumária

População abrangida por níveis de intensidade sonora superiores aos limiares de incomodidade. Indicador essencial à caracterização da qualidade do ambiente urbano. A poluição sonora a que a população está exposta tem a sua principal origem no ruído do tráfego rodoviário, sendo também o tráfego ferroviário e aéreo fontes de ruído não desprezíveis. O ruído é uma das principais causas de reclamações recebidas nos organismos responsáveis motivadas por disfunções ambientais.

3. Unidade de medida

Percentagem de população exposta a determinadas classes de níveis sonoros expressos em decibéis (dB(A))

4. Metas a alcançar

As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Ln* (nocturno); As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB(A), expresso pelo indicador *Lden*, e superior a 45 dB(A), expresso pelo indicador *Ln*;

5. Metodologia

Publicado em Janeiro de 2007, o novo Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo DL nº 9/2007 de 17 de Janeiro, define três períodos: período diurno (das 7 às 20h), o período do entardecer (das 20h às 23h) e o período nocturno (das 23h às 7h), e a utilização de um indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno (*Lden*).

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

IA; CCDR Centro.



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA08	COMPONENTE/FACTOR: Conservação da Natureza
Nome: Área florestal ardida	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 11 – Combate à desflorestação.

ENDS: 3.º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 4.ª Prioridade estratégica – Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem; 3.º Vector estratégico – Gestão sustentável dos recursos florestais e sua protecção adequada.

2. Descrição sumária

A floresta serve múltiplos papéis no nosso país, desde ecológico, sócio-económico e cultural. Constitui o mais diverso e expandido ecossistema no mundo, e são a origem de diversos recursos e funções em que se inclui os materiais lenhosos, não lenhosos, actividades recreativas, habitat para a vida selvagem, conservação da água e solos e filtro de poluentes. São a base de muitos empregos, usos tradicionais e da biodiversidade. São largamente conhecidos os efeitos dos incêndios sobre as florestas, o que põe em risco o processo natural de crescimento e regeneração bem como a preservação dos solos, água, ar e biodiversidade, pelo que interessam ser controlados e minimizados.

Este indicador pretende determinar a área de floresta afectada por fogos florestais anualmente.

3. Unidade de medida

Hectare.

4. Metas a alcançar

Não foram identificadas metas. No entanto pretende-se reduzir ao mínimo o número de fogos bem como a área ardida.

5. Metodologia

Registo do número de fogos e respectiva área ardida, subdividida em povoamentos e matos, por ano, através do indicador da Direcção Geral de Recursos Florestais (DGRF).

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

DGRF, INE, Autarquia (Gabinete Florestal).



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA09	COMPONENTE/FACTOR: Energia
Nome: Consumo de energia nos edifícios e veículos da Autarquia	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensão social e económica; Capítulo 4 – Modificação dos padrões de consumo; Capítulo 7 – Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos; Capítulo 9 – Protecção da atmosfera.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética; 4.ª Prioridade estratégica – Crescimento económico mais eficiente no uso da energia e com menor impacto no ambiente.

2. Descrição sumária

Consumo total de energia primária (carvão e outros combustíveis sólidos, óleo e gás natural, energia eléctrica, e outras formas de energia renovável) e energia final utilizada directamente para o funcionamento dos edifícios de responsabilidade municipal.

3. Unidade de medida

Toneladas equivalente de petróleo (tep);

4. Metas a alcançar

Não foram identificadas metas.

5. Metodologia

A quantificação do consumo de energia é feita através do volume de vendas das várias fontes de energia. O consumo de energia avalia-se por dois grupos distintos: consumo de electricidade (agrupado por tipo de consumo, isto é, consumo doméstico, industrial ou agrícola) e consumo de combustíveis fósseis (desagregado nas categorias de gás, gasolina e gasóleo, cada uma destas incluindo vários produtos distintos).

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

DGEG; Eurostat; OCDE; ENERAREA.

INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA10	COMPONENTE/FACTOR: Energia
Nome: Produção de electricidade a partir de Fontes de Energia Renovável (FER)	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensão social e económica; Capítulo 4 – Modificação dos padrões de consumo; Capítulo 7 – Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos; Capítulo 9 – Protecção da atmosfera.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética; 4.ª Prioridade estratégica – Crescimento económico mais eficiente no uso da energia e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas.

3º Objectivo – Melhor Ambiente e valorização do património natural; 1.ª Prioridade estratégica – Combate às alterações climáticas; 2.º Vector estratégico – Desenvolvimento de novas políticas e medidas, apostando numa descarbonização da economia portuguesa.

2. Descrição sumária

Energia produzida a partir de fontes de energia consideradas como não esgotáveis (ex. solar, eólica, geotérmica), ou renováveis (ex. biomassa, resíduos).

3. Unidade de medida

Toneladas equivalente de petróleo (tep); Percentagem de energia total; kWh.

4. Metas a alcançar

As metas definidas na Legislação Nacional e Comunitária em vigor.

5. Metodologia

Os recursos de energia renovável podem produzir energia eléctrica (ex. recursos eólicos, solar voltaico, hídricos), ou térmica (ex. combustão de resíduos ou de biomassa, recursos de energia geotérmica, recursos solares activos). Pode considerar-se energia primária a energia de fontes renováveis, para conversão em diferentes formas de energia (ex. combustão de biomassa para criar vapor), ou energia final, pronta para uso directo pelo consumidor (ex. aplicação de painéis solares activos ou fotovoltaicos para calor ou produção de electricidade, respectivamente).

Para poder comparar estimativas de recursos energéticos e consumo energético é utilizada habitualmente a unidade tep – tonelada equivalente de petróleo, equivalente a 107 kcal. Na óptica do consumo de electricidade 1 GWh = 86 tep.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

DGEG; Eurostat; OCDE; ENERAREA.



INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA11	COMPONENTE/FACTOR: Ordenamento do Território
Nome: Espaços verdes de utilização pública	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 28 – Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.

ENDS: 5º Objectivo – Melhor conectividade do país e valorização equilibrada do território; 3.ª Prioridade Estratégica – Cidades atractivas, acessíveis e sustentáveis.

2. Descrição sumária

Espaços verdes de utilização pública nos centros urbanos. A qualidade do ambiente urbano resulta da presença e do correcto inter-relacionamento de diversos elementos. A existência de espaços verdes, que podem constituir-se como áreas de fruição e lazer, nomeadamente no caso dos parques e jardins públicos, é fundamental para a qualidade de vida das populações e para o equilíbrio paisagístico, contribuindo também para a amenidade climática e para minimizar os efeitos decorrentes da poluição causada pelo tráfego automóvel.

3. Unidade de medida

m² / habitante.

4. Metas a alcançar

Não existem metas estabelecidas.

5. Metodologia

Encontra-se em desenvolvimento.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal.

INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA12	COMPONENTE/FACTOR: Boas Práticas Ambientais
Nome: Acções de sensibilização e educação ambiental	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Capítulo 28 - Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21;
Capítulo 36 – Fomento da educação, da formação e da consciencialização.

2. Descrição sumária

Existência de empenho dos municípios em relação à implementação da Agenda 21 local, nomeadamente no que diz respeito a iniciativas de (in)formação e educação ambiental, traduzida na dinamização de estruturas de educação ambiental e na implementação de Projectos de iniciativa do município.

3. Unidade de medida

Nº de projectos, nº de acções dinamizados e nº de visitantes (nos equipamentos para a educação ambiental); nº de escolas e alunos participantes.

4. Metas a alcançar

Não existem metas estabelecidas.

5. Metodologia

Contabilização e avaliação dos componentes mencionados anteriormente.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal.

INDICADOR AMBIENTAL	
CÓDIGO: IA13	COMPONENTE/FACTOR: Boas Práticas Ambientais
Nome: Entidades locais com implementação e certificação de sistemas de gestão ambiental	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Reforço do papel dos principais grupos; Capítulo 30 – Reforço da participação dos agentes económicos com vista ao desenvolvimento sustentável.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética; Prioridade estratégica – Uma economia competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego.

2. Descrição sumária

Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental por parte dos agentes económicos do concelho e das instituições públicas. Certificação, concedido por parte de entidades acreditadas, dos sistemas implementados.

3. Unidade de medida

Porcentagem

4. Metas a alcançar

Não foram definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização das empresas, pertencentes a todos os sectores de actividade económica, com sede no Município, que possuam um Sistema de Gestão Ambiental. Cálculo da razão entre o número de empresas que têm em curso um processo de implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e o número total de empresas existentes, com sede no concelho.

Cálculo da razão entre o número de empresas certificadas pela Norma Internacional ISO 14000 ou pelo sistema EMAS e o número total de empresas contabilizadas.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

IA; IPQ.



INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE01	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: Volume de vendas da Adega Cooperativa, por produto	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção II – Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento: Capítulo 14 – Promoção do Desenvolvimento Rural e Agrícola Sustentável.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
1ª Prioridade Estratégica – Um Novo Impulso à Inovação Empresarial.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá a análise da evolução do volume de vendas da Adega Cooperativa, por produto, tornando possível perceber se as acções implementadas estão a surtir o efeito desejado, tanto no aumento das vendas das variedades que já se produzem, como nas novas variedades.

3. Unidade de medida

Euros e Litros.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Criar uma lista de todos os produtos produzidos e comercializados pela Adega Cooperativa, que deverá ser actualizada sempre que esta crie um novo produto (variedade de vinho), ou deixe de produzir e comercializar algum existente. No final de cada ano, devem ser contabilizados os volumes de venda (em valor e em volume), para que se possa perceber como estes estão a evoluir.

6. Periodicidade

A periodicidade deverá ser acordada com a Adega Cooperativa. Contudo, esta deverá ser, no mínimo, anual.

7. Fontes

Adega Cooperativa de Pinhel.



INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE02	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: N° de candidaturas a processos de certificação	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 30 – Fortalecimento do Papel do Comércio e da Indústria.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
1ª Prioridade Estratégica – Um Novo Impulso à Inovação Empresarial.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o dinamismo e a pró-actividade das empresas e demais produtores, no que respeita ao esforço para fazer com que os seus produtos subam na cadeia de valor. Permitirá igualmente avaliar as potencialidades dos recursos endógenos, na medida em que quanto maior for o número de candidaturas, mais numerosos serão os recursos endógenos com qualidade passível de obter uma qualidade certificada.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório de todas as candidaturas a processos de certificação, de preferência desagregadas por tipo de produto.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Empresas; APCER; ASSIMAGRA; INGA - Ministério da Agricultura.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE03	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: N° de empresas com produtos certificados	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 30 – Fortalecimento do Papel do Comércio e da Indústria.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
1ª Prioridade Estratégica – Um Novo Impulso à Inovação Empresarial.

2. Descrição sumária

Para além de permitir avaliar as potencialidades dos recursos endógenos, na medida em que quanto maior for o número de empresas com produtos certificados, mais numerosos serão os recursos endógenos com qualidade passível de obter uma qualidade certificada, este indicador permitirá perceber se os produtos certificados estão concentrados num número reduzido de empresas, ou se por outro lado, a certificação da qualidade é mais generalizada.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório de todas as empresas que produzam produtos certificados, de preferência desagregadas por tipo de produto.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Empresas; APCER; ASSIMAGRA; INGA - Ministério da Agricultura.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE04	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: N° de produtos certificados	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 30 – Fortalecimento do Papel do Comércio e da Indústria.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
1ª Prioridade Estratégica – Um Novo Impulso à Inovação Empresarial.

2. Descrição sumária

Este indicador complementa os dois anteriores, e justifica-se a sua utilização por ser um indicador mais sintético e, ao mesmo tempo, mais global, pois permite ter uma noção automática do número de recursos endógenos com qualidade passível de obter uma qualidade certificada.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Será desejável que pelo menos um terço das candidaturas a processos de certificação seja aprovado.

5. Metodologia

Somatório de todos os produtos certificados, de preferência desagregados por tipo de produto.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Empresas; APCER; ASSIMAGRA; INGA - Ministério da Agricultura.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE05	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: N° de empresas que recorrem ao gabinete de apoio ao empresário	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 33 – Recursos e Mecanismos de Financiamento.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
2ª Prioridade Estratégica – Uma Economia Competitiva à Escala Global,
Orientada para Actividades de Futuro e Criadora de Emprego.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar, por um lado, o tipo de dificuldades com que as empresas se debatem e, por outro, aferir da robustez, ou pelo contrário, das debilidades do tecido empresarial do concelho.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório de todas as empresas que recorrem ao gabinete de apoio ao empresário, de preferência desagregadas por tipo de empresa e tipo de assunto/apoio.

6. Periodicidade

Trimestral.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Empresas; Associações Empresariais.



INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE06	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: Percentagem de empresas com apoio	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 33 – Recursos e Mecanismos de Financiamento.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
2ª Prioridade Estratégica – Uma Economia Competitiva à Escala Global,
Orientada para Actividades de Futuro e Criadora de Emprego.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a maior ou menor dependência das empresas do concelho, face aos apoios institucionais.

3. Unidade de medida

Percentagem.

4. Metas a alcançar

Será desejável que pelo menos um terço das propostas de apoio seja aprovado.

5. Metodologia

Efectua-se primeiro o somatório de todas as empresas com apoio (independentemente do tipo de apoio), de preferência desagregadas por tipo de empresa. Posteriormente, pondera-se (calcula-se a percentagem) o número de empresas com apoio, por tipo de empresa, pelo número total de empresas, igualmente desagregadas por tipo de empresa.

6. Periodicidade

Trimestral.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Empresas; Associações Empresariais.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE07	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: N° de feiras temáticas	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Indicador que permitirá medir a dinâmica das actividades económicas do concelho, nomeadamente em três áreas temáticas chave: uma, de carácter mais global, ligada à promoção do concelho no seu todo; outra centrada nos granitos; e uma terceira mais direccionada para os produtos alimentares, nomeadamente os vinhos, os azeites e os enchidos, entre outros produtos tradicionais locais.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Será desejável que se realizem pelo menos três feiras temáticas por ano.

5. Metodologia

Somatório de todas as feiras temáticas organizadas no concelho, de preferência desagregadas por área temática. Contabilizar igualmente o número de empresas/entidades participantes, assim como também, se possível, o número de visitantes.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE08	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: N° de participações em feiras e certames	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o esforço desenvolvido na promoção do concelho e das suas actividades económicas. Permitirá avaliar igualmente o maior ou menor peso que as participações da autarquia têm no número total de participações.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório de todas as participações do município em feiras e certames realizados fora do concelho, de preferência desagregadas por área temática. Contabilizar igualmente o número de empresas/entidades do concelho que participarem nessas feiras e certames.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Empresas; Associações Empresariais.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE09	COMPONENTE/FACTOR: Economia
Nome: Consumo de gás natural	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
4ª Prioridade Estratégica – Crescimento Económico mais Eficiente no Uso de Energia e Recursos Naturais e com Menor Impacte no Ambiente, Designadamente nas Alterações Climáticas.

2. Descrição sumária

Sendo o gás natural um combustível mais barato e “mais amigo do ambiente”, este indicador permitirá avaliar, por um lado, a evolução do nível de redução de custos com energias e, por outro, a melhoria do nível de eficiência energética do município.

3. Unidade de medida

Euros.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório dos custos com o consumo de gás natural (todos os consumidores de gás natural) e, se possível, a contabilização também da redução das despesas com energia (igualmente todos os consumidores de gás natural).

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Empresas; Câmara Municipal de Pinhel.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE10	COMPONENTE/FACTOR: Turismo
Nome: Despesas em publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador contabiliza todos os custos inerentes à estratégia de promoção do concelho e das suas actividades, isto é, o investimento realizado na promoção e divulgação do município. A utilização de uma estratégia de marketing adequada permite promover o município, não só como destino turístico, mas também ao nível social, económico e ambiental.

3. Unidade de medida

Euros.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório de todas as despesas associadas a publicidade e outros mecanismos de informação para fins turísticos, nomeadamente acções de marketing e de promoção do concelho, material promocional, publicidade nos media, entre outros.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE11	COMPONENTE/FACTOR: Turismo
Nome: N° de recursos endógenos promovidos	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador avalia a quantidade e diversidade dos recursos endógenos do concelho, assim como os esforços desenvolvidos na sua promoção.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório de todos os recursos endógenos promovidos, desagregados por tipo de recurso. Entende-se por recurso endógeno todo e qualquer produto, passível de aproveitamento turístico, que seja alvo de uma acção específica de promoção.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE12	COMPONENTE/FACTOR: Turismo
Nome: N° de turistas/visitantes	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a evolução da procura turística do concelho. Por outro lado, contribuirá também para a percepção de se as acções de promoção do concelho estão a ter influência na evolução da procura turística deste.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização do número de turistas/visitantes, desagregados por origem destes e também, se possível, pelo tipo de motivo/recurso endógeno que os atraiu ao concelho.

6. Periodicidade

Trimestral.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Posto de Turismo; INE.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE13	COMPONENTE/FACTOR: Urbanismo
Nome: N° de projectos de reabilitação	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 3ª Prioridade Estratégica – Cidades Atractivas, Acessíveis e Sustentáveis.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a dinâmica do município (e dos demais intervenientes nos processos de reabilitação) na reabilitação, tanto do seu património, como dos estabelecimentos comerciais. Para além disso, permitirá avaliar igualmente sobre que tipos de intervenções vão recaindo as maiores preocupações.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização do número de projectos de reabilitação, desagregados por tipo de projecto.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel.

INDICADOR ECONÓMICO	
CÓDIGO: IE14	COMPONENTE/FACTOR: Urbanismo
Nome: Despesas em reabilitação urbana	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 3ª Prioridade Estratégica – Cidades Atractivas, Acessíveis e Sustentáveis.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o esforço financeiro desenvolvido pelo município (e pelos demais intervenientes nos processos de reabilitação) na reabilitação, tanto do seu património, como dos estabelecimentos comerciais. Para além disso, contribuirá também para avaliar em que tipos de intervenções são feitos os maiores investimentos.

3. Unidade de medida

Euros.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização das despesas em intervenções de reabilitação urbana, desagregadas por tipo de intervenção.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Proprietários.

INDICADOR SOCIAL	
CÓDIGO: IS01	COMPONENTE/FACTOR: Associativismo
Nome: N° de associações	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 27 – Fortalecimento do Papel das Organizações não Governamentais: parceiros para um Desenvolvimento Sustentável.

ENDS: 4º Objectivo – Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social: 4ª Prioridade Estratégica – Sociedade Inclusiva que Promova Redes de Solidariedade e Comunidades Dinâmicas.

2. Descrição sumária

Este indicador permite avaliar a evolução do número de associações, assim como da sua diversidade.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório das associações existentes no concelho, desagregadas por tipo de associação.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Associações.

INDICADOR SOCIAL	
CÓDIGO: IS02	COMPONENTE/FACTOR: Associativismo
Nome: N ^o médio de associados por associação	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 27 – Fortalecimento do Papel das Organizações não Governamentais: parceiros para um Desenvolvimento Sustentável.

ENDS: 4^o Objectivo – Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social: 4^a Prioridade Estratégica – Sociedade Inclusiva que Promova Redes de Solidariedade e Comunidades Dinâmicas.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a evolução do número médio de associados por cada associação existente no concelho. O que se espera é que este número aumente progressivamente, sobretudo em resultado da racionalização do número de associações existentes, ou seja, pela “transferência” dos associados das associações que se extingam, para as que permaneçam em actividade.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório do número de associados de cada associação existente no concelho, e posterior ponderação pelo número de associações existentes no concelho.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Associações.

INDICADOR SOCIAL	
CÓDIGO: IS03	COMPONENTE/FACTOR: Associativismo
Nome: N ^o médio de actividades por associação	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 27 – Fortalecimento do Papel das Organizações não Governamentais: parceiros para um Desenvolvimento Sustentável.

ENDS: 4^o Objectivo – Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social: 4^a Prioridade Estratégica – Sociedade Inclusiva que Promova Redes de Solidariedade e Comunidades Dinâmicas.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o dinamismo das associações existente no concelho. O que se espera é que o número médio de actividades por associação aumente progressivamente, sobretudo ao nível da dimensão e impacte dessas actividades.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório do número de actividades de cada associação existente no concelho, e posterior ponderação pelo número de associações existentes no concelho. Se possível, contabilizar também o número médio de beneficiários/participantes em cada actividade desenvolvida pelas associações.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Associações.

INDICADOR SOCIAL	
CÓDIGO: IS04	COMPONENTE/FACTOR: Emprego
Nome: Grau de integração dos formandos no mercado de trabalho	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 4º Objectivo – Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social: 3ª Prioridade Estratégica – Dinâmica de Emprego que Promova a Qualidade de Vida no Trabalho e a Integração Social.

2. Descrição sumária

Com este indicador será possível avaliar se as acções de formação ministradas no concelho estão correctamente adequadas às necessidades deste.

3. Unidade de medida

Percentagem de formandos que conseguiram emprego nos 2 meses posteriores à formação.

4. Metas a alcançar

Será desejável que pelo menos dois terços do total de formandos consigam emprego nos 2 meses posteriores à formação.

5. Metodologia

Contabilização de todos os formandos, assim como o tempo (em meses) que cada um demorou até conseguir emprego. Se possível, desagregados por área de formação.

6. Periodicidade

Semestral.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; IEFP.

INDICADOR SOCIAL	
CÓDIGO: IS05	COMPONENTE/FACTOR: Turismo
Nome: N° de protocolos celebrados	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a dinâmica de parcerias existentes no concelho, assim como as áreas de actuação onde essa dinâmica é maior.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório dos protocolos celebrados (independentemente do tipo de agentes/entidades envolvidas), desagregados por tipo de protocolo.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Associações; Proprietários; Empresas.

INDICADOR SOCIAL	
CÓDIGO: IS06	COMPONENTE/FACTOR: Turismo
Nome: N° de imóveis referenciados	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a evolução, quer do número de imóveis (património construído) passíveis de serem tipificados como recursos endógenos a promover, quer também da sua diversidade.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório do número de imóveis referenciados, desagregados por tipo de imóvel.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Proprietários.

INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI01	COMPONENTE/FACTOR: Educação
Nome: N° de cursos ministrados	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 36 – Promoção da Educação, da Capacitação e da Tomada de Consciência.

ENDS: 1º Objectivo – Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento: 4ª Prioridade Estratégica – Dinamização da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), Aumentando os Níveis Habilitacionais e de Qualificação.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a evolução do número de cursos de formação ministrados no concelho, assim como a sua diversidade, ou seja, avaliar as áreas de formação predominantes.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório dos cursos ministrados no concelho, desagregados por área de formação.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; IEFP; Centro de Formação; Escolas.

INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI02	COMPONENTE/FACTOR: Educação
Nome: Percentagem de formandos em cursos de formação, face à população com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 36 – Promoção da Educação, da Capacitação e da Tomada de Consciência.

ENDS: 1º Objectivo – Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento: 4ª Prioridade Estratégica – Dinamização da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), Aumentando os Níveis Habilitacionais e de Qualificação.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar a evolução do número de formandos em cursos de formação ministrados no concelho, assim como a sua diversidade, ou seja, avaliar a predominância da procura de áreas de formação.

3. Unidade de medida

Percentagem.

4. Metas a alcançar

A ENDS estabelece como meta para 2010 um aumento de 12,5% na participação de população, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, em acções de educação/formação.

5. Metodologia

Somatório dos formandos em cursos ministrados no concelho, ponderados pelo total de população com idade compreendida entre os 25 e os 64 anos, desagregados por área de formação.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; IEFP; Centro de Formação; Escolas.

INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI03	COMPONENTE/FACTOR: Educação
Nome: N° de diplomas atribuídos	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 36 – Promoção da Educação, da Capacitação e da Tomada de Consciência.

ENDS: 1º Objectivo – Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento: 4ª Prioridade Estratégica – Dinamização da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), Aumentando os Níveis Habilitacionais e de Qualificação.

2. Descrição sumária

Este indicador complementa os dois anteriores, na medida em que permitirá avaliar os níveis de sucesso/insucesso dos formandos em cursos ministrados no concelho, assim como a evolução da mão-de-obra qualificada, segundo as áreas de formação.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Somatório do número de diplomas atribuídos a formandos em cursos ministrados no concelho, desagregados por área de formação.

6. Periodicidade

Semestral.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; IEFP; Centro de Formação; Escolas.



INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI04	COMPONENTE/FACTOR: Inovação
Nome: Despesas das empresas em I&D em percentagem do volume de negócios	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 35 – A Ciência para o Desenvolvimento Sustentável.

ENDS: 2º Objectivo – Crescimento Sustentado e Competitividade à Escala Global:
1ª Prioridade Estratégica – Um Novo Impulso à Inovação Empresarial.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o esforço do investimento das empresas em Investigação e Desenvolvimento, o que reflecte também a capacidade das empresas para inovar.

3. Unidade de medida

Percentagem.

4. Metas a alcançar

A ENDS estabelece como meta para 2010, a triplicação do esforço privado em I&D empresarial.

5. Metodologia

Contabilização das despesas das empresas em projectos de investigação e desenvolvimento, e posterior ponderação pelo total das despesas das empresas. Independentemente do financiamento ser próprio ou público (ex. projectos co-financiados).

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Empresas.



INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI05	COMPONENTE/FACTOR: Educação
Nome: N° de acções de sensibilização	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção IV – Meios de Implementação: Capítulo 36 – Promoção da Educação, da Capacitação e da Tomada de Consciência.

ENDS: 1º Objectivo – Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento: 3ª Prioridade Estratégica – Dinamização da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), Aumentando os Níveis Habilitacionais e de Qualificação.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o grau de promoção e divulgação do concelho, assim como quais as áreas privilegiadas e quais os intervenientes mais activos.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização do número de acções de sensibilização (nomeadamente aquelas que envolvam a comunidade escolar, directa ou indirectamente), desagregadas por área e tipo de agente de intervenção.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Juntas de Freguesia; Escolas; Associações.

INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI06	COMPONENTE/FACTOR: Participação Pública
Nome: N° de participantes em actos da autarquia	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção III – Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais: Capítulo 26 – Reconhecimento e Fortalecimento do Papel das Populações Autóctones e Suas Comunidades.

ENDS: 7º Objectivo – Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada: 1ª Prioridade Estratégica – Domínio de Informação e Reflexão Estratégica.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o grau de participação pública, assim como quais os tipos de actos para os quais existe maior propensão para a participação pública.

3. Unidade de medida

Número

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização do número de participantes em actos da autarquia, desagregados por tipo de acto.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Juntas de Freguesia.



INDICADOR DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	
CÓDIGO: ICI07	COMPONENTE/FACTOR: Turismo
Nome: N° de eventos direccionados para a promoção e divulgação	

1. Enquadramento com o conceito de Desenvolvimento Sustentável

Agenda 21: Secção I – Dimensões Sociais e Económicas: Capítulo 7 – Promoção do Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais.

ENDS: 3º Objectivo – Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural: 5ª Prioridade Estratégica – Conservação da Natureza e da Biodiversidade Articulada com as Políticas Sectoriais e de Combate à Desertificação.

5º Objectivo – Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território: 4ª Prioridade Estratégica – Apoios Reforçados a Regiões com mais Graves Deficits de Desenvolvimento.

2. Descrição sumária

Este indicador permitirá avaliar o grau de promoção e divulgação do concelho, assim como quais as áreas privilegiadas e quais os intervenientes mais activos.

3. Unidade de medida

Número.

4. Metas a alcançar

Não estão definidas metas.

5. Metodologia

Contabilização do número de eventos, desagregados por tipo de evento e tipo de agente de intervenção.

6. Periodicidade

Anual.

7. Fontes

Câmara Municipal de Pinhel; Juntas de Freguesia.

GLOSSÁRIO

AIE – Agência Internacional de Energia

APCER – Associação Portuguesa de Certificação

ASSIMAGRA – Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e afins

CCDR-Centro – Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território

CE – Comissão Europeia

DGEG – Direcção-Geral de Energia e Geologia

DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais

DGS – Direcção Geral de Saúde

DGT – Direcção Geral do Turismo

DOP – Denominação de Origem Protegida

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior

IA – Instituto do Ambiente

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

IDP – Instituto do Desporto de Portugal

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGP – Indicação Geográfica Protegida

INAG – Instituto da Água

INE – Instituto Nacional de Estatística

INETI – Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

INGA – Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola



INR – Instituto Nacional de Resíduos

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

IPQ - Instituto Português da Qualidade

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos

MADRP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

ME – Ministério da Economia

MSST – Ministério da Segurança Social e do Trabalho

OCDE – Organization for Economic Co-operation and Development (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico)

PEAASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

SPV – Sociedade Ponto Verde

